

Aula 03

*TSE - Concurso Unificado (Analista
Judiciário - Área Administrativa) Direito
Constitucional - 2023 (Pré-Edital)*

Autor:

**Equipe Direito Constitucional
Estratégia Concursos**

Índice

1) Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º, XXXII a LXXVIII, CF/88)	3
2) Habeas Corpus	55
3) Habeas Data	61
4) Mandado de Segurança Individual	64
5) Mandado de Segurança Coletivo	69
6) Mandado de Injunção	72
7) Ação Popular	79
8) Ação Civil Pública	82
9) Questões Comentadas - Direitos e Deveres Individuais e Coletivos - Art. 5º - XXXI a LXXIX - CEBRAS	85
10) Questões Comentadas - Direitos e Deveres Individuais e Coletivos - Art. 5º - XXXI a LXXIX - FCC	109
11) Questões Comentadas - Direitos e Deveres Individuais e Coletivos - Art. 5º - XXXI a LXXIX - FGV	153
12) Questões Comentadas - Remédios Constitucionais - CEBRASPE	173
13) Questões Comentadas - Remédios Constitucionais - FCC	191
14) Questões Comentadas - Remédios Constitucionais - FGV	220
15) Lista de Questões - Direitos e Deveres Individuais e Coletivos - Art. 5º - XXXI a LXXIX - CEBRASPE	237
16) Lista de Questões - Direitos e Deveres Individuais e Coletivos - Art. 5º - XXXI a LXXIX - FCC	248
17) Lista de Questões - Direitos e Deveres Individuais e Coletivos - Art. 5º - XXXI a LXXIX - FGV	274
18) Lista de Questões - Remédios Constitucionais - CEBRASPE	285
19) Lista de Questões - Remédios Constitucionais - FCC	294
20) Lista de Questões - Remédios Constitucionais - FGV	309

DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

Ao inserir esse inciso no rol de direitos fundamentais, o constituinte destacou a **importância do direito do consumidor** para os cidadãos. Essa importância fica ainda mais evidente quando se verifica que no art. 170, V, CF/88 a defesa do consumidor foi elevada à condição de **princípio da ordem econômica**.

O inciso XXXII é uma típica norma de **eficácia limitada**, uma vez que é necessária a edição de uma lei que determine a forma pela qual o Estado fará a defesa do consumidor. Essa lei já existe: é o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/90). Segundo o STF, as **instituições financeiras** também são alcançadas pelo Código de Defesa do Consumidor.¹

Cabe destacar que, no RE 636.331, o STF considerou que as **normas e os tratados internacionais** limitadores da **responsabilidade das transportadoras aéreas de passageiros**, especialmente as Convenções de Varsóvia e de Montreal, **têm prevalência** em relação ao Código de Defesa do Consumidor.² Assim, em caso de extravio de bagagem ocorrido em transporte internacional, serão aplicadas as normas de convenções internacionais (e não o Código de Defesa do Consumidor).

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

Essa norma traduz o **direito à informação** que, combinado com o princípio da publicidade, obriga a todos os órgãos e entidades da Administração Pública, direta e indireta (incluindo empresas públicas e sociedades de economia mista), a dar conhecimento aos administrados da conduta interna de seus agentes. Com efeito, todos os cidadãos têm o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral. O princípio da publicidade evidencia-se, assim, na forma de uma **obrigação de transparência**.

Todavia, os órgãos públicos não precisam fornecer toda e qualquer informação de que disponham. As informações cujo **sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado** não devem ser fornecidas. Também são imunes ao acesso as **informações pessoais**, que estão protegidas pelo art. 5º, X, da CF/88 que dispõe que *“são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”*.

Segundo o STF, o Estado Democrático de Direito instaurado pela Constituição de 1988 estabeleceu, **como regra**, a **publicidade das informações** referentes às despesas públicas, prescrevendo o **sigilo como exceção**, apenas quando **imprescindível à segurança da sociedade e do Estado**. Quanto maior for o sigilo, mais

¹ ADI nº 2.591/DF, Rel. Min. Cezar Peluso. DJe: 18.12.2009

² RE 636.331/RJ (Tema 210). Rel. Min. Gilmar Mendes. DJe: 25.05.2017

completas devem ser as justificativas para que, em nome da proteção da sociedade e do Estado, tais movimentações se realizem. Os tratados internacionais e a própria Constituição Federal convergem no sentido de se reconhecer não apenas a ampla liberdade de acesso às informações públicas, corolário do direito à liberdade de expressão, mas também a possibilidade de restringir o acesso, desde de que (i) haja previsão legal; (ii) destine-se a proteger a intimidade e a segurança nacional; e (iii) seja necessária e proporcional³.

A regulamentação do art. 5º, inciso XXXIII, é feita pela Lei nº 12.527/2011, a conhecida **Lei de Acesso à Informação** (Lei Federal nº 12.527/11). É ela que define o procedimento para a solicitação de informações aos órgãos e entidades públicas, bem como os prazos e as formas pelas quais o acesso à informação será franqueado aos interessados.

Em 2008, antes mesmo da Lei de Acesso à Informação, o Município de São Paulo, buscando dar maior transparência pública, determinou a **divulgação na Internet da remuneração de seus servidores**. O caso foi levado ao STF, que entendeu que essas informações (remuneração bruta, cargos, funções, órgãos de lotação) são de **interesse coletivo ou geral**, expondo-se, portanto, à divulgação oficial. No entendimento da Corte, *“não cabe, no caso, falar de intimidade ou de vida privada, pois os dados objeto da divulgação em causa dizem respeito a agentes públicos enquanto agentes públicos mesmos; ou, na linguagem da própria Constituição, agentes estatais agindo ‘nessa qualidade’ (§ 6º do art. 37).”*⁴

Ainda nessa linha de garantir o acesso à informação, o STF determinou que fossem fornecidas a pesquisador **documentos impressos e arquivos fonográficos** das **sessões públicas e secretas** realizadas pelo STM (Superior Tribunal Militar) durante o período dos governos militares. Para a Corte, o direito à informação e a busca pelo conhecimento da verdade integram o patrimônio jurídico de todos os cidadãos, sendo um dever do Estado assegurar os meios para o exercício desses direitos.⁵

No caso de **lesão ao direito à informação**, o remédio constitucional a ser usado pelo particular é o **mandado de segurança**. Não é o habeas data! Isso porque se busca garantir o acesso a informações de interesse particular do requerente, ou de interesse coletivo ou geral, e não aquelas referentes à sua pessoa (que seria a hipótese de cabimento de *habeas data*).



(TRF 5ª Região – 2015) Deve ser resguardado o nome do servidor público na publicitação dos dados referentes a sua remuneração, porquanto tal divulgação viola a proteção constitucional à intimidade.

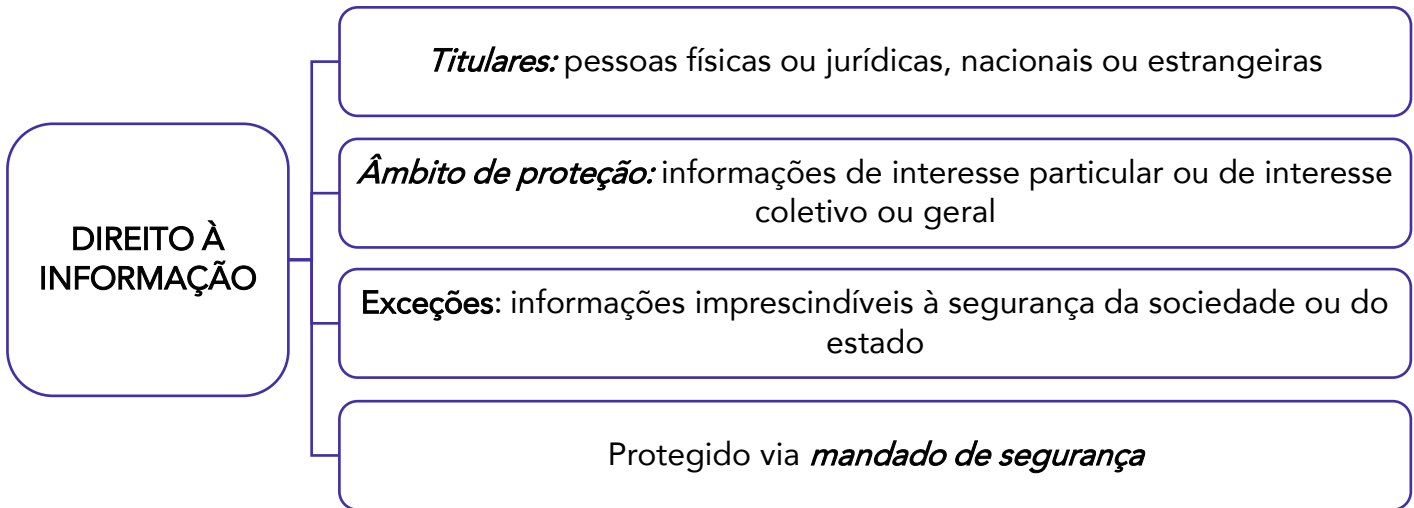
³ ADPF 129. Rel. Min. Edson Fachin. DJe 09.12.2019.

⁴ STF, MS, 3.902 – AgR, Rel. Min. Ayres Britto. DJE de 03.10. 2011

⁵ Rcl 11949/RJ, Rel. Min. Cármen Lúcia, 15.03.2017

Comentários:

A divulgação do nome e da remuneração dos servidores públicos é de interesse coletivo ou geral e, portanto, não há que se falar em violação da intimidade. Questão errada.



XXXIV – são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

- a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;
- b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

Esse dispositivo constitucional prevê, em sua alínea “a”, o **direito de petição** e, na alínea “b”, o **direito à obtenção de certidões**. Em ambos os casos, assegura-se o **não pagamento de taxas**, por serem ambas as hipóteses essenciais ao próprio exercício da cidadania.

Para facilitar a compreensão, traduzirei em palavras simples o que é petição e o que é certidão.

Petição é um **pedido**, uma reclamação ou um requerimento endereçado a uma autoridade pública. Trata-se de um instrumento de exercício da cidadania, que permite a qualquer pessoa se dirigir ao Poder Público para reivindicar algum direito ou informação. Por esse motivo, o impetrante (autor da petição) pode fazer um pedido em favor de **interesses próprios, coletivos, da sociedade como um todo, ou, até mesmo, de terceiros**. Não necessita de qualquer formalismo: apenas se exige que o pedido seja feito por documento escrito. Exemplo: um servidor público pode, por meio de petição, pedir remoção para outra localidade, para tratar de sua saúde.

Já a **certidão** é um **atestado** ou um ato que dá prova de um fato. Dentro da linguagem jurídica, é uma cópia autêntica feita por pessoa que tenha fé pública, de documento escrito registrado em um processo ou em um livro. Exemplo: certidão de nascimento. Segundo a Lei Federal nº 9.051/95, as certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações, requeridas aos órgãos da administração centralizada ou autárquica,

às empresas públicas, às sociedades de economia mista e às fundações públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, deverão ser expedidas no prazo improrrogável de **15 (quinze) dias**.

Sobre a obtenção de certidões, vale transcrever um trecho da ementa do julgamento da ADI 2.259 (Rel. Min. Dias Toffoli, DJe 25.03.2020). Nota-se que o **direito à gratuidade da certidão não é absoluto**: a gratuidade se condiciona à demonstração de que a certidão é solicitada para a defesa de direitos ou o esclarecimento de situações de interesse pessoal:

A Constituição da República garante aos cidadãos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a gratuidade na obtenção de certidões nas repartições públicas, desde que 'para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal' (art. 5º, XXXIV, CF/88). (...) Essa garantia fundamental não depende de concretização ou regulamentação legal, uma vez que se trata de garantia fundamental dotada de **eficácia plena e aplicabilidade imediata**. O direito à gratuidade das certidões, contido no art. 5º, XXXIV, b, da Carta Magna, também inclui as certidões emitidas pelo Poder Judiciário, inclusive aquelas de natureza forense. A Constituição Federal não fez qualquer ressalva com relação às certidões judiciais, ou àquelas oriundas do Poder Judiciário. Todavia, **a gratuidade não é irrestrita, nem se mostra absoluta, pois está condicionada à demonstração, pelo interessado, de que a certidão é solicitada para a defesa de direitos ou o esclarecimento de situações de interesse pessoal**. Essas finalidades são presumidas quando a certidão pleiteada for concernente ao próprio requerente, sendo desnecessária, nessa hipótese, expressa e fundamentada demonstração dos fins e das razões do pedido. Quando o pedido tiver como objeto interesse indireto ou de terceiros, mostra-se imprescindível a explicitação das finalidades do requerimento.



É muito comum que as bancas examinadoras tentem confundir o candidato quanto às **finalidades** do direito de petição e do direito de obter certidão.

- 1) O **direito de petição** tem como finalidades a **defesa de direitos** e a **defesa contra ilegalidade ou abuso de poder**.
- 2) O **direito à obtenção de certidões** tem como finalidades a **defesa de direitos** e o **esclarecimento de situações de interesse pessoal**. Quando o pedido tiver como objeto interesse indireto ou de terceiros, mostra-se imprescindível a explicitação das finalidades do requerimento.

Como se vê, ambos servem para a defesa de direitos. Entretanto, a petição também é usada contra ilegalidade ou abuso de poder, enquanto as certidões têm como segunda aplicação possível o esclarecimento de situações de interesse pessoal.

O direito de petição é um **remédio administrativo**, que pode ter como destinatário qualquer órgão ou autoridade do Poder Público, de qualquer um dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) ou até mesmo do Ministério Público. Todas as **pessoas físicas** (brasileiros ou estrangeiros) e **pessoas jurídicas** são legitimadas para peticionar administrativamente aos Poderes Públicos.

Por ser um remédio administrativo, isto é, de **natureza não-jurisdicional**, o direito de petição é exercido independentemente de advogado. Em outras palavras, não é obrigatória a representação por advogado para que alguém possa peticionar aos Poderes Públicos. Nesse sentido, é importante deixar claro que o STF faz nítida distinção entre o **direito de peticionar** e o **direito de postular em juízo**.⁶

O **direito de postular em juízo**, ao contrário do direito de petição, necessita, para ser exercido, de **representação por advogado**, salvo em situações excepcionais (como é o caso do *habeas corpus*). Portanto, para o STF, não é possível, **com base no direito de petição**, garantir a qualquer pessoa ajuizar ação, sem a presença de advogado. Com efeito, o ajuizamento de ação está no campo do “*direito de postular em juízo*”, o que exige advogado.

Quando se exerce o direito de petição ou, ainda, quando se solicita uma certidão, há uma garantia implícita a receber uma resposta (no caso de petição) ou a obter a certidão. Quando há omissão do Poder Público (falta de resposta a petição ou negativa ilegal da certidão), o remédio constitucional adequado, a ser utilizado na via judicial, é o **mandado de segurança**.

Sobre o **direito de certidão**, o STF já se pronunciou da seguinte forma:

[...] o direito à certidão traduz prerrogativa jurídica, de extração constitucional, destinada a viabilizar, em favor do indivíduo ou de uma determinada coletividade (como a dos segurados do sistema de previdência social), a defesa (individual ou coletiva) de direitos ou o esclarecimento de situações, de tal modo que a injusta recusa estatal em fornecer certidões, não obstante presentes os pressupostos legitimadores dessa pretensão, autorizará a utilização de instrumentos processuais adequados, como o mandado de segurança ou como a própria ação civil pública, esta, nos casos em que se configurar a existência de direitos ou interesses de caráter transindividual, como os direitos difusos, os direitos coletivos e os direitos individuais homogêneos⁷.

⁶ STF, Petição nº 762/BA AgR . Rel. Min. Sydney Sanches. Diário da Justiça 08.04.1994

⁷RE STF 472.489/RS, Rel. Min. Celso de Mello, 13.11.2007.



As bancas examinadoras adoram dizer que o remédio constitucional destinado a proteger o direito de certidão é o *habeas data*. Isso está errado!

O **remédio constitucional que protege o direito de certidão é o mandado de segurança**. O *habeas data* é utilizado, como estudaremos mais à frente, quando não se tem acesso a informações pessoais do impetrante que constam em um banco de dados mantido por um órgão público ou quando se deseja retificá-las.

Quando alguém solicita uma certidão, **já tem acesso às informações**; o que quer é apenas receber um documento formal do Poder Público que ateste a veracidade das informações. Portanto, é incabível o *habeas data*.



(TCE-PE – 2017) De acordo com a CF, somente estarão isentas do pagamento de taxa para obtenção de certidões em repartição pública para defesa de direitos as pessoas que comprovarem sua hipossuficiência.

Comentários:

O direito à obtenção de certidões em repartições públicas **independe** do pagamento de taxas. Trata-se de prerrogativa de todas as pessoas (e não apenas dos hipossuficientes!). Questão errada.

XXXV – a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

No Brasil, adota-se o sistema inglês de jurisdição, que é o **sistema de jurisdição una**. Nesse modelo, somente o Poder Judiciário pode dizer o Direito de forma definitiva, isto é, somente as decisões do Judiciário fazem **coisa julgada material**. Contrapondo-se a esse modelo, está o sistema francês de jurisdição (contencioso administrativo), no qual tanto a Administração quanto o Judiciário podem julgar com caráter definitivo.

O art. 5º, XXXV, ao dizer que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”, ilustra muito bem a adoção do sistema inglês pelo Brasil. Trata-se do **princípio da inafastabilidade de jurisdição**, segundo o qual somente o Poder Judiciário poderá decidir uma lide em definitivo. É claro que isso **não impede que o particular recorra administrativamente** ao ter um direito seu violado: ele poderá fazê-lo,

inclusive apresentando recursos administrativos, se for o caso. Entretanto, **todas as decisões administrativas estão sujeitas a controle judicial**, mesmo aquelas das quais não caiba recurso administrativo.

Cabe destacar que quaisquer litígios, estejam eles concluídos ou pendentes de solução na esfera administrativa, podem ser levados ao Poder Judiciário. No último caso (pendência de solução administrativa), a decisão administrativa restará prejudicada. O processo administrativo, conseqüentemente, será arquivado sem decisão de mérito.

Em razão do princípio da inafastabilidade de jurisdição, também denominado de princípio da universalidade de jurisdição, **não existe no Brasil, como regra geral, a “jurisdição condicionada” ou “instância administrativa de curso forçado”**. Isso quer dizer que o acesso ao Poder Judiciário independe de processo administrativo prévio referente à mesma questão. O direito de ação não está condicionado à existência de procedimento administrativo anterior; uma vez que seu direito foi violado, o particular pode recorrer diretamente ao Poder Judiciário.

Há, todavia, algumas **exceções**, nas quais **a jurisdição é condicionada**, ou seja, somente é possível acionar o Poder Judiciário depois de prévio requerimento administrativo:

a) *habeas data*: um requisito para que seja ajuizado o *habeas data* é a negativa ou omissão da Administração Pública em relação a pedido administrativo de acesso a informações pessoais ou de retificação de dados.

b) *controvérsias desportivas*: o art. 217, § 1º, da CF/88, determina que “*o Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.*”

c) *reclamação contra o descumprimento de Súmula Vinculante pela Administração Pública*: o art. 7º, § 1º, da Lei nº 11.417/2006, dispõe que “*contra omissão ou ato da administração pública, o uso da reclamação só será admitido após esgotamento das vias administrativas*”. A reclamação é ação utilizada para levar ao STF caso de descumprimento de enunciado de Súmula Vinculante (art. 103-A, §3º). Segundo o STF, a reclamação está situada no âmbito do **direito de petição** (e não no direito de ação); portanto, entende-se que sua natureza jurídica não é a de um recurso, de uma ação nem de um incidente processual.⁸

d) *requerimento judicial de benefício previdenciário*: antes de recorrer ao Poder Judiciário para que lhe conceda um benefício previdenciário, faz-se necessário o prévio requerimento administrativo ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). Sem o prévio requerimento administrativo, não haverá interesse de agir do segurado.

O art. 5º, XXXV, da CF/88, representa verdadeira **garantia de acesso ao Poder Judiciário**, sendo um fundamento importante do Estado Democrático de Direito. Todavia, por mais relevante que seja, não se trata de uma garantia absoluta: o **direito de acesso ao Poder Judiciário deve ser exercido**, pelos jurisdicionados, **por meio das normas processuais que regem a matéria**, não se constituindo negativa de

⁸ STF, ADI nº 2.212/CE. Rel. Min. Ellen Gracie. DJ. 14.11.2003

prestação jurisdicional e cerceamento de defesa a inadmissão de recursos quando não observados os procedimentos estatuídos nas normas instrumentais.⁹ Com efeito, o art. 5º, inciso XXXV **não obsta que o legislador estipule regras para o ingresso do pleito na esfera jurisdicional**, desde que obedecidos os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Quando este fixa formas, prazos e condições razoáveis, não ofende a Inafastabilidade da Jurisdição.

Destaque-se que o princípio da inafastabilidade de jurisdição **não assegura a gratuidade universal no acesso aos tribunais**, mas sim a garantia de que o Judiciário se prestará à defesa de todo e qualquer direito, ainda que contra os poderes públicos, independentemente das capacidades econômicas das partes.

É claro que se o valor da taxa judiciária for muito elevado, isso poderá representar verdadeiro obstáculo ao direito de ação. Nesse sentido, entende o STF que **viola a garantia constitucional de acesso à jurisdição a taxa judiciária calculada sem limite sobre o valor da causa** (Súmula STF nº 667). Com efeito, há que existir uma equivalência entre o valor da taxa judiciária e o custo da prestação jurisdicional; uma taxa judiciária calculada sobre o valor da causa pode resultar em valores muito elevados, na hipótese de o valor da causa ser alto. Por isso, **é razoável que a taxa judiciária tenha um limite**; assim, causas de valor muito elevado não resultarão em taxas judiciárias desproporcionais ao custo da prestação jurisdicional.

A garantia de acesso ao Poder Judiciário é, como dissemos, um instrumento importante para a efetivação do Estado Democrático de Direito. Dessa forma, o direito de ação não pode ser obstaculizado de maneira desarrazoada. Seguindo essa linha de raciocínio, o STF considerou que **“é inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário”**.¹⁰ (Súmula Vinculante nº 28). Segundo a Corte, a necessidade do depósito prévio limitaria o próprio acesso à primeira instância, podendo, em muitos casos, inviabilizar o direito de ação.

Outro ponto importante, relacionado à garantia de acesso ao Poder Judiciário, é sobre o **duplo grau de jurisdição**. Elucidando o conceito, explica-se que o duplo grau de jurisdição é um reexame da matéria decidida em juízo, ou seja, trata-se de uma nova apreciação jurisdicional (reexame) por um órgão diverso e de hierarquia superior àquele que decidiu em primeira instância.

Segundo o STF, o duplo grau de jurisdição **não consubstancia princípio nem garantia constitucional**, uma vez que são várias as previsões, na própria Lei Fundamental, do julgamento em instância única ordinária.¹¹ Em outras palavras, a Constituição Federal de 1988 **não estabelece obrigatoriedade de duplo grau de jurisdição**.

⁹ STF, Ag.Rg. nº 152.676/PR. Rel. Min. Maurício Corrêa. DJ 03.11.1995.

¹⁰ **Súmula Vinculante nº 28:** É inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.

¹¹ RHC 79785 RJ; AgRg em Agl 209.954-1/SP, 04.12.1998.

É de se ressaltar, todavia, que o duplo grau de jurisdição é princípio previsto na Convenção Americana de Direitos Humanos, que é um tratado de direitos humanos com hierarquia supralegal regularmente internalizado no ordenamento jurídico brasileiro.¹²

Assim, parece-nos que a interpretação mais adequada é a de que, **embora o duplo grau de jurisdição exista no ordenamento jurídico brasileiro** (em razão da incorporação ao direito doméstico da Convenção Americana de Direitos Humanos), **não se trata de um princípio absoluto**, eis que a Constituição estabelece várias exceções a ele.¹³ Nesse sentido, não cabe recurso da decisão do Senado que julga o Presidente da República por crime de responsabilidade; ou, ainda, é irrecorrível a decisão do STF que julga o Presidente e os parlamentares nas infrações penais comuns.

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

O direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada são institutos que surgiram como **instrumentos de segurança jurídica**, impedindo que as leis retroagissem para prejudicar situações jurídicas consolidadas. Eles representam, portanto, a garantia da **irretroatividade das leis**, que, todavia, não é absoluta.

O Estado não é impedido de criar **leis retroativas**; estas **serão permitidas, mas apenas se beneficiarem** os indivíduos, impondo-lhes situação mais favorável do que a que existia sob a vigência da lei anterior. Segundo o STF, *“o princípio insculpido no inciso XXXVI do art. 5º da Constituição não impede a edição, pelo Estado, de norma retroativa (lei ou decreto), em benefício do particular”*.¹⁴



A Súmula STF nº 654 dispõe o seguinte:

*“A **garantia da irretroatividade da lei**, prevista no art. 5º, XXXVI, da Constituição da República, **não é invocável pela entidade estatal que a tenha editado.**”*

Vamos às explicações... Suponha que a União tenha editado uma **lei retroativa** concedendo um tratamento mais favorável aos servidores públicos do que o estabelecido pela lei anterior. Por ser benigna, a lei retroativa pode, sim, ser aplicada mesmo face ao direito adquirido.

¹² O art. 8º, nº 2, alínea h, da Convenção Americana de Direitos Humanos dispõe que toda pessoa tem “o direito de recorrer da sentença para juiz ou tribunal superior”.

¹³ STF, 2ª Turma, AI 601832 AgR/SP, Rel. Min. Joaquim Barbosa, DJe 02.04.2009.

¹⁴ STF, 3ª Turma, REExt, nº 184.099/DF, Rel. Min. Octávio Gallotti, RTJ 165/327.

Agora vem a pergunta: poderá a União (que editou a lei retroativa) se arrepender do benefício que concedeu aos seus servidores e alegar em juízo que a lei não é aplicável em razão do princípio da irretroatividade das leis?

Não poderá, pois a garantia da irretroatividade da lei **não é invocável pela entidade estatal que a tenha editado**.

Vamos, agora, entender os conceitos de direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada.

a) Direito adquirido é aquele que **já se incorporou ao patrimônio do particular**, uma vez que já foram cumpridos todos os requisitos aquisitivos exigidos pela lei então vigente. É o que ocorre se você cumprir todos os requisitos para se aposentar sob a vigência de uma lei X. Depois de cumpridas as condições de aposentadoria, mesmo que seja criada lei Y com requisitos mais gravosos, você terá direito adquirido a se aposentar.

O direito adquirido **difere da “expectativa de direito”**, que não é alcançada pela proteção do art. 5º, inciso XXXVI. Suponha que a lei atual, ao dispor sobre os requisitos para aposentadoria, lhe garanta o direito de se aposentar daqui a 5 anos. Hoje você ainda não cumpre os requisitos necessários para se aposentar; no entanto, daqui a 5 anos os terá todos reunidos. Caso amanhã seja editada uma nova lei, que imponha requisitos mais difíceis para a aposentadoria, fazendo com que você só possa se aposentar daqui a 10 anos, ela não estará ferindo seu direito. Veja: você **ainda não tinha direito adquirido à aposentadoria** (ainda não havia cumprido os requisitos necessários para tanto), **mas mera expectativa de direito**.

b) Ato jurídico perfeito é aquele que reúne todos os elementos constitutivos exigidos pela lei¹⁵; é o ato já consumado pela lei vigente ao tempo em que se efetuou.¹⁶ Tome-se como exemplo um contrato celebrado hoje, na vigência de uma lei X.

c) Coisa julgada compreende a decisão judicial da qual não cabe mais recurso.

É importante destacar que, no art. 5º, inciso XXXV, o vocábulo “lei” está empregado em seus **sentidos formal** (fruto do Poder Legislativo) e **material** (qualquer norma jurídica). Portanto, inclui emendas constitucionais, leis ordinárias, leis complementares, resoluções, decretos legislativos e várias outras modalidades normativas. Nesse sentido, tem-se o entendimento do STF de que a vedação constante do inciso XXXVI se refere ao direito/lei, **compreendendo qualquer ato da ordem normativa constante do art. 59 da Constituição**.¹⁷

¹⁵ MORAES, Alexandre de. *Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional*, 9ª edição. São Paulo Editora Atlas: 2010, pp. 241.

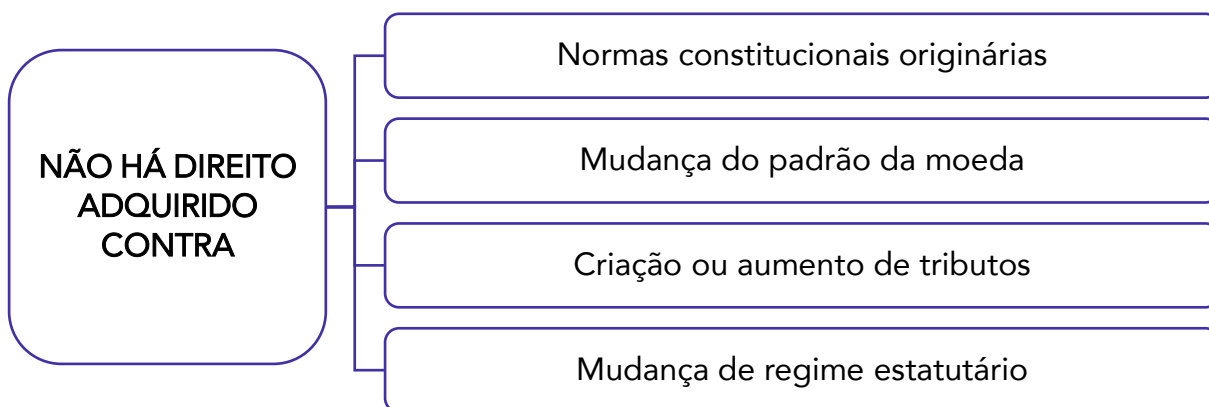
¹⁶ Cf. art. 6º, §1º, da LINDB.

¹⁷ STF, ADI 3.105-8/DF, 18.08.2004.

Também é importante ressaltar que, segundo o STF, o princípio do direito adquirido **se aplica a todo e qualquer ato normativo infraconstitucional**, sem qualquer distinção entre lei de direito público ou de direito privado, ou entre lei de ordem pública e lei dispositiva.¹⁸

Há, todavia, certas situações nas quais **não cabe invocar direito adquirido**. Assim, não existe direito adquirido frente a:

- a) Normas constitucionais originárias. As normas que “nasceram” com a CF/88 podem revogar qualquer direito anterior, até mesmo o direito adquirido.
- b) Mudança do padrão da moeda.
- c) Criação ou aumento de tributos.
- d) Mudança de regime estatutário.



(PC-RJ – 2022) Eunice, servidora pública estadual, preencheu os requisitos para a fruição de determinado benefício assegurado pelo regime jurídico único dos servidores. Ocorre que, no dia anterior àquele em que iria requerê-lo, a lei foi alterada, e o benefício, suprimido. Apesar disso, um amigo lhe informou, corretamente, que o seu direito ao benefício não seria afetado pela nova lei, o que decorria da garantia constitucional do ato jurídico perfeito.

Comentários:

¹⁸RE 204967 RS, DJ 14-03-1997.

A situação descrita na questão coincide com a noção de direito adquirido pela servidora pública estadual, e não de ato jurídico perfeito. Ela já incorporou ao seu patrimônio jurídico o direito de se aposentar, ainda que tenha havido mudança na lei. Questão errada.

XXXVII - não haverá juízo ou tribunal de exceção;

...

LIII - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;

Contrariando um pouco a ordem em que estão dispostos na Constituição, analisaremos esses dois incisos em conjunto. Isso porque ambos traduzem o **princípio do “juízo natural”** ou do **“juiz natural”**. Esse postulado garante ao indivíduo que suas ações no Poder Judiciário serão apreciadas por um **juiz imparcial**, o que é uma garantia indispensável à administração da Justiça em um Estado democrático de direito.

O princípio do juiz natural **impede a criação de juízos de exceção** ou *“ad hoc”*, criados de maneira arbitrária, após o acontecimento de um fato. Na história da humanidade, podemos apontar como exemplos de tribunais de exceção o Tribunal de Nuremberg e o Tribunal de Tóquio, instituídos após a Segunda Guerra Mundial; esses tribunais foram criados pelos “vencedores” (da guerra) para julgar os “vencidos” e, por isso, são tão duramente criticados.

O princípio do juiz natural deve ser **interpretado de forma ampla**. Ele não deve ser encarado apenas como uma **vedação à criação de Tribunais** ou juízos de exceção; além disso, decorre desse princípio a obrigação de **respeito absoluto às regras objetivas de determinação de competência**, para que não seja afetada a independência e a imparcialidade do órgão julgador.¹⁹ Todos os juízes e órgãos julgadores, em consequência, têm sua competência prevista constitucionalmente, de modo a assegurar a segurança jurídica.

É importante que você saiba que o STF entende que esse princípio **não se limita aos órgãos e juízes do Poder Judiciário**. Segundo o Pretório Excelso, ele alcança, também, os demais julgadores previstos pela Constituição, como o Senado Federal, por exemplo. Além disso, por sua natureza, o princípio do juiz natural **alcança a todos**: brasileiros e estrangeiros, pessoas físicas e pessoas jurídicas. Em um Estado democrático de direito, todos têm, afinal, o direito a um julgamento imparcial, neutro.

É bom frisar que o STF, também tomando por base o inciso LII, endossou a existência do **promotor natural**²⁰.

XXXVIII - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

a) a plenitude de defesa;

¹⁹ MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional**, 9ª edição. São Paulo Editora Atlas: 2010, pp. 245 – 246.

²⁰ HC 67.759. Rel. Min. Celso de Mello. DJ 01.07.1993.

- b) o sigilo das votações;
- c) a soberania dos veredictos;
- d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;

Esse inciso deve ser memorizado. Geralmente é cobrado em sua literalidade! Decore cada uma dessas “alíneas”!

O tribunal do júri é um **tribunal popular**, composto por um juiz togado, que o preside, e vinte e cinco jurados, escolhidos dentre cidadãos do Município (Lei Federal nº 11.689/08) e entre todas as classes sociais. Segundo a doutrina, é visto como uma prerrogativa do cidadão, que deverá ser julgado pelos seus semelhantes.²¹

O tribunal do júri possui competência para **julgamento de crimes dolosos contra a vida**. Crime doloso é aquele em que o agente (quem pratica o crime) prevê o resultado lesivo de sua conduta e, mesmo assim, pratica a ação, produzindo o resultado. Exemplo: o marido descobre que a mulher o está traindo e, intencionalmente, atira nela e no amante, causando a morte dos dois. Trata-se de homicídio doloso, que é, sem dúvida, um crime doloso contra a vida; o julgamento será, portanto, da competência do tribunal do júri.

Sobre a competência do tribunal do júri, destacamos, a seguir algumas jurisprudências que podem ser cobradas em prova:



1) A competência constitucional do Tribunal do Júri (art. 5º, XXXVIII) não pode ser afastada por lei estadual, nem usurpada por vara criminal especializada, sendo vedada, ainda, a alteração da forma de sua composição, que deve ser definida em lei nacional.²²

No caso, o STF apreciou lei estadual que criava vara especializada para processar e julgar crimes praticados por organizações criminosas. Essa vara especializada julgaria, inclusive, os crimes dolosos contra a vida. Dessa forma, por invadir a competência do tribunal do júri, foi considerada inconstitucional.

2) A competência para o processo e julgamento de latrocínio é do juiz singular, e não do Tribunal do Júri (Súmula STF nº 603).

²¹ MORAES, Alexandre de. *Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional*, 9ª edição. São Paulo Editora Atlas: 2010, pp. 249-254.

²² STF, ADI nº 4414/AL, Rel. Min. Luiz Fux, Decisão 31.05.2012

O latrocínio é um crime complexo, no qual estão presentes duas condutas: o roubo e o homicídio. Em outras palavras, o latrocínio é um roubo qualificado pela morte da vítima. É considerado pela doutrina como um “crime contra o patrimônio” (e não como “crime contra a vida”), ficando, por isso, afastada a competência do tribunal do júri.

A competência do tribunal do júri para julgar os crimes dolosos contra a vida **não é absoluta**. Isso porque **não alcança os detentores de foro especial por prerrogativa de função previsto na Constituição Federal**. É o caso, por exemplo, do Presidente da República e dos membros do Congresso Nacional, que serão julgados pelo STF quando praticarem crimes comuns, ainda que dolosos contra a vida, desde que os crimes tenham sido cometidos durante o exercício do cargo e em razão deste²³. Em outras palavras, o foro por prerrogativa de função prevalece sobre a competência do tribunal do júri, desde que esse foro especial decorra diretamente da Constituição Federal.

A pergunta que se faz diante dessa última afirmação é a seguinte: e quando o foro especial não decorrer de previsão da Constituição Federal, mas sim da Constituição Estadual?

Para responder a esse questionamento, o STF editou a Súmula Vinculante nº 45, que assim dispõe: “A competência constitucional do Tribunal do Júri **prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido *exclusivamente* pela Constituição estadual**”.

Já decidiu o STF, com base nesse entendimento, que **vereadores** que possuam foro por prerrogativa de função derivado de Constituição Estadual serão julgados pelo tribunal do júri se cometerem crimes dolosos contra a vida²⁴. Isso se explica pelo fato de que a **competência do tribunal do júri prevalecerá sobre o foro por prerrogativa de função** estabelecido exclusivamente pela Constituição Estadual.

A Constituição Federal estabelece, ainda, três importantes princípios para o tribunal do júri: **i)** a plenitude de defesa; **ii)** a soberania dos veredictos; e **iii)** o sigilo das votações.

A **plenitude de defesa** é uma **variante do princípio da ampla defesa e do contraditório** (art. 5º, LV), que permite ao acusado apresentar defesa contra aquilo que lhe é imputado. Sua concretização pressupõe que os argumentos do réu tenham a mesma importância, no julgamento, que os do autor. Em consequência, não devem existir prioridades na relação processual e deve o réu ter a possibilidade de usar todos os instrumentos processuais na sua defesa. Também decorre da plenitude de defesa o fato de que os jurados são das diferentes classes sociais.

Segundo o STF, “*implica prejuízo à defesa a manutenção do réu algemado na sessão de julgamento do Tribunal do Júri, resultando o fato na insubsistência do veredicto condenatório*”.²⁵

No que se refere à **soberania dos veredictos**, também assegurada ao tribunal do júri pela Carta Magna, destaca-se que esta tem a finalidade de evitar que a decisão dos jurados seja modificada ou suprimida por decisão judicial. Entretanto, **não se trata de um princípio absoluto**, sendo possível a sua relativização. A

²³ STF, AP 937 QO/RJ. Rel. Min. Roberto Barroso, Decisão 03.05.2018.

²⁴ STF, HC nº 80.477/PI, Rel. Min. Néri da Silveira. Decisão 31.10.2000

²⁵ STF, HC nº 91.952, Rel. Min. Marco Aurélio. Decisão 19.12.2008.

soberania dos veredictos não confere ao tribunal do júri o exercício de um poder incontestável e ilimitado.

26

Quanto ao **sigilo das votações**, é importante pontuar que o ato de votar deve se dar **longe do alcance público**. Sigilo das votações é diferente de voto secreto, portanto. Segundo Guilherme de Souza Nucci²⁷, "votação não quer dizer 'voto', portanto não se pode sustentar que o constituinte desejou assegurar o 'voto secreto', abolindo a sala secreta. Em outras palavras, não é cabível dizer que a Constituição teria garantido o voto secreto dado em público. Deveria ter mencionado, se assim fosse, que, no júri, é assegurado o 'sigilo do voto'. Não o fazendo, é preciso delinear o significado de votação, que é o 'ato de votar'. Trata-se, pois, do método e não do objeto".

É possível, sim, que existam **recursos das decisões do tribunal do júri**; nesse sentido, é possível haver a revisão criminal ou mesmo o retorno dos autos ao júri, para novo julgamento.²⁸ Segundo o STF, a soberania dos veredictos do tribunal do júri não exclui a recorribilidade de suas decisões, **quando manifestamente contrárias à prova dos autos**.²⁹ Assim, nesse caso, será cabível apelação contra decisões do tribunal do júri.

Por fim, cabe destacar que o STF entende que a competência do Tribunal do Júri, fixada no art. 5º, XXXVIII, "d", da CF/88, quanto ao julgamento de crimes dolosos contra a vida **é passível de ampliação pelo legislador ordinário**.³⁰ Isso significa que pode a lei determinar o julgamento de outros crimes pelo tribunal do júri.



(MPE-RS – 2014) Lei ordinária que amplie a competência do Tribunal do Júri não ofende o art. 5º, XXXVIII, letra "d", nem a cláusula pétrea do § 4º do art. 60, ambos da Constituição Federal.

Comentários:

Segundo o STF, é possível que lei ordinária amplie a competência do tribunal do júri, ou seja, não há qualquer ofensa à CF/88. Questão correta.

XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

O art. 5º, inciso XXXIX, da CF/88, estabelece um importante princípio constitucional do direito penal: o **princípio da legalidade**. Segundo o Prof. Cezar Roberto Bitencourt, "pelo princípio da legalidade, a elaboração de normas incriminadoras é função exclusiva da lei, isto é, nenhum fato pode ser considerado

²⁶ STF, HC nº 70.193-1/RS, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 06.11.2006.

²⁷ Júri: princípios constitucionais, São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999, p. 170.

²⁸ STF, HC 70.742-4/ RJ, Rel. Min. Carlos Velloso. DJ 30.06.2000.

²⁹ STF, HC 70.742-4/ RJ, Rel. Min. Carlos Velloso. DJ 30.06.2000.

³⁰ HC 101542 SP, DJe-096, 28-05-2010.

crime e nenhuma penalidade criminal pode ser aplicada sem que antes da ocorrência deste fato exista uma lei definindo-o como crime e cominando-lhe a sanção correspondente”.

O princípio da legalidade se desdobra em dois outros princípios: o **princípio da reserva legal** e o **princípio da anterioridade da lei penal**.

O **princípio da reserva legal** determina que somente **lei em sentido estrito** (lei formal, editada pelo Poder Legislativo) **poderá definir crime e cominar penas**. Nem mesmo medida provisória poderá definir um crime e cominar penas, eis que essa espécie normativa não pode tratar de direito penal (art.62, § 1º, I, “b”).

A exigência de que lei formal defina o que é crime e comine suas penas traz a garantia de se considerarem crime condutas aceitas pela sociedade como tais e de que essas condutas sejam punidas da maneira considerada justa por ela. Com isso, quem define o que é crime e as respectivas penas é o povo, por meio de seus representantes no Poder Legislativo.

Já pensou se, por exemplo, o Presidente da República pudesse definir o que é crime por medida provisória? Ou até mesmo dobrar a pena de determinado ilícito por tal ato normativo? Teríamos uma ditadura, não? É por isso que o inciso XXXIX do art. 5º da CF/88 é tão importante!



As normas penais em branco são aquelas que tipificam a conduta criminosa, mas que **dependem de complementação** em outra norma. Um exemplo de norma penal em branco é o crime de contrabando, que consiste em *“importar ou exportar mercadoria proibida”* (art. 334-A, Código Penal).

A definição do crime de contrabando depende de uma complementação, uma vez que o Código Penal não define quais são as mercadorias proibidas. É a legislação extrapenal que o fará. Assim, o crime de contrabando é uma norma penal em branco.

Para o estudo do Direito Constitucional, interessa-nos saber que a doutrina majoritária considera que as **normas penais em branco não violam o princípio da reserva legal**.

O **princípio da anterioridade da lei penal**, por sua vez, exige que a lei esteja em vigor no momento da prática da infração para que o crime exista. Em outras palavras, **exige-se lei anterior** para que uma conduta possa ser considerada como crime.

Esse princípio **confere segurança jurídica às relações sociais**, ao determinar que um fato só será considerado crime se for cometido após a entrada em vigor da lei incriminadora. Quer um exemplo? Se amanhã for editada uma lei que considere crime beijar o namorado (ou namorada) no cinema, nenhum de nós será

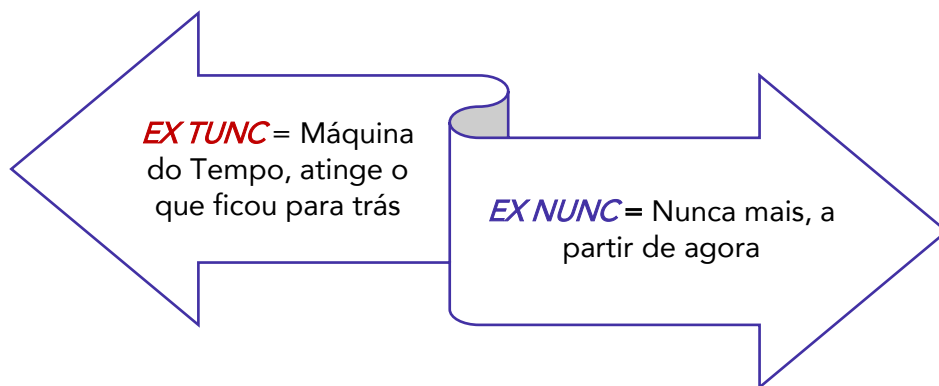
preso. Só poderá ser considerado culpado quem o fizer após a entrada em vigor da lei. Aproveitemos, então, a liberdade de namorar, antes que tal lei seja editada! Mas não agora, é hora de estudar Direito Constitucional...

Do princípio da anterioridade da lei penal, deriva a irretroatividade da lei penal, que está previsto no art. 5º, XL, que estudaremos a seguir.

XL - a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;

Retroagir significa “voltar para trás”, “atingir o passado”. Portanto, diz-se que **retroatividade** é a capacidade de atingir atos pretéritos; por sua vez, **irretroatividade** é a impossibilidade de atingi-los.

É comum, também, em textos jurídicos, encontrarmos as expressões “*ex tunc*” e “*ex nunc*”. “*Ex tunc*” é aquilo que tem retroatividade; “*ex nunc*” é o que é irretroativo. Lembre-se de que quando você diz que “NUNCA” mais fará alguma coisa, esse desejo só valerá daquele instante para frente, não é mesmo? Sinal de que fez algo no passado de que se arrepende, mas que não pode mudar. Já o T de TUNC pode fazê-lo lembrar de uma máquina do TEMPO, atingindo tudo o que ficou para TRÁS...



Depois dessa “viagem”, voltemos ao inciso XL. Ele traz o **princípio da irretroatividade da lei penal**, que, conforme já comentamos, deriva do princípio da anterioridade da lei penal. Uma conduta somente será caracterizada como crime se, no momento da sua ocorrência, **já existia lei em vigor que a definia como tal**.

Portanto, **em regra**, a lei penal não atinge o passado. Imagine que hoje você beba uma garrafa de vodka no bar, conduta lícita e não tipificada como crime. No entanto, daqui a uma semana, é editada uma nova lei que estabelece que “*beber vodka*” será considerado crime. Pergunta-se: você poderá ser penalizado por essa conduta? É claro que não, uma vez que a **lei penal**, em regra, **não atinge fatos pretéritos**.

Todavia, é importante termos em mente que a lei penal poderá, em certos casos, retroagir. É o que se chama de **retroatividade da lei penal benigna**: a lei penal poderá retroagir, desde que para beneficiar o réu. Dizendo de outra forma, a “*novatio legis in mellius*” retroagirá para beneficiar o réu.

Há um tipo especial de “*novatio legis in mellius*”, que é a conhecida “**abolitio criminis**”, assim considerada a lei que deixa de considerar como crime conduta que, antes, era tipificada como tal. Um exemplo seria a edição de uma lei que descriminalizasse o aborto. A “**abolitio criminis**”, **por ser benéfica ao réu, irá retroagir**,

alcançando fatos pretéritos e evitando a punição de pessoas que tenham cometido a conduta antes considerada criminosa.

A lei penal favorável ao réu, portanto, sempre retroagirá para beneficiá-lo, mesmo que tenha ocorrido trânsito em julgado de sua condenação. Por outro lado, a **lei penal mais gravosa** ao indivíduo (que aumenta a penalidade, ou passa a considerar determinado fato como crime) **só alcançará fatos praticados após sua vigência**. É a **irretroatividade da lei penal mais grave**: a “*novatio legis in pejus*” não retroage.

No que diz respeito à retroatividade da lei penal mais benigna, entende o Supremo que **não é possível a combinação de leis no tempo**, pois caso se agisse dessa forma, estaria sendo criada uma terceira lei (“*lex tertia*”). De acordo com o Pretório Excelso, extrair alguns dispositivos, de forma isolada, de um diploma legal, e outro dispositivo de outro diploma legal implica alterar por completo o seu espírito normativo, criando um conteúdo diverso do previamente estabelecido pelo legislador³¹.

XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais.

XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

XLIV - constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

Em todos esses dispositivos, é possível perceber que o legislador constituinte não buscou outorgar direitos individuais, mas sim estabelecer normas que determinam a criminalização de certas condutas.³² É o que a doutrina denomina “**mandados de criminalização**”, que se caracterizam por serem **normas direcionadas ao legislador**, o qual se vê limitado em sua liberdade de atuação.

Segundo o Prof. Gilmar Mendes, os mandados de criminalização estabelecidos por esses dispositivos traduzem **outra dimensão dos direitos fundamentais**: a de que o Estado não deve apenas observar as investidas do Poder Público, mas também **garantir os direitos fundamentais contra agressão propiciada por terceiros**.³³

³¹HC 98766 MG, DJe-040, 04-03-2010.

³² MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 6ª edição. Editora Saraiva, 2011, pp. 534-538

³³ MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 6ª edição. Editora Saraiva, 2011, pp. 534-538.

O inciso **XLI** estabelece que “a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais”. Como é possível observar, trata-se de **norma de eficácia limitada**, dependente, portanto, de complementação legislativa. Evidencia um mandato de criminalização que busca efetivar a proteção dos direitos fundamentais.

Na ADO 26, o STF reconheceu que houve **omissão inconstitucional** por parte do Congresso Nacional ao **deixar de editar lei criminalizando** atos de homofobia e transfobia. Segundo a Corte, até que seja editada lei incriminadora, as condutas homofóbicas e transfóbicas **deverão ser tipificadas como crime de racismo**. Cabe destacar que a repressão penal à prática da homotransfobia **não restringe o exercício da liberdade religiosa**, de modo que líderes religiosos (pastores, sacerdotes, clérigos muçulmanos, etc) poderão externar livremente as convicções de suas doutrinas, desde que isso não configure discurso de ódio.³⁴

O inciso **XLII**, por sua vez, estabelece que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”. É claro que há muito a ser falado sobre o racismo; no entanto, há dois pontos que são muito cobrados em prova:

a) O racismo é crime inafiançável e imprescritível.

Imprescritível é aquilo que não sofre prescrição. A prescrição é a extinção de um direito que se dá após um prazo, devido à inércia do titular do direito em protegê-lo. No caso, ao dizer que o racismo é imprescritível, o inciso XLII determina que este não deixará de ser punido mesmo com o decurso de longo tempo desde sua prática e com a inércia (omissão) do titular da ação penal durante todo esse período.

Inafiançável é o crime que não admite o pagamento de fiança (montante em dinheiro) para que o preso seja solto.

b) O racismo é punível com a pena de reclusão. As bancas examinadoras vão tentar te confundir e dizer que o racismo é punível com detenção. Não é! O racismo é punível com reclusão, que é uma pena mais gravosa do que a detenção.

Apenas para que você não fique viajando, qual a diferença entre a pena de reclusão e a pena de detenção? A diferença entre elas está no regime de cumprimento de pena: na reclusão, inicia-se o cumprimento da pena em regime fechado, semiaberto ou aberto; na detenção, o cumprimento da pena inicia-se em regime semiaberto ou aberto.

O STF já teve a oportunidade de apreciar o **alcance da expressão “racismo”**. No caso concreto, bastante famoso por sinal, Siegfried Ellwanger, escritor e dono de livraria, havia sido condenado por ter escrito, editado e comercializado livros de conteúdo antissemita, fazendo **apologia de ideias discriminatórias contra os judeus**. A questão que se impunha ao STF decidir era a seguinte: a discriminação contra os judeus seria ou não crime de racismo?

³⁴ ADO 26/DF. Rel. Min. Celso de Mello. Julgamento: 13.06.2019.

O STF decidiu que a discriminação contra os judeus **é, sim, considerada racismo** e, portanto, trata-se de **crime imprescritível**. Dessa forma, “*escrever, editar, divulgar e comercializar livros ‘fazendo apologia de ideias preconceituosas e discriminatórias’ contra a comunidade judaica (Lei 7.716/1989, art. 20, na redação dada pela Lei 8.081/1990) constitui crime de racismo sujeito às cláusulas de inafiançabilidade e imprescritibilidade (CF, art. 5º, XLII).*”³⁵

Vale a pena mencionar o posicionamento do STF nesse mesmo julgamento, dispondo que “o **preceito fundamental de liberdade de expressão não consagra o direito à incitação ao racismo**, dado que um direito individual não pode constituir-se em salvaguarda de condutas ilícitas, como sucede com os delitos contra a honra. (...) A ausência de prescrição nos crimes de racismo justifica-se como alerta grave para as gerações de hoje e de amanhã, para que se impeça a reinstauração de velhos e ultrapassados conceitos que a consciência jurídica e histórica não mais admitem.”

Importante também conhecer a diferença que há entre os delitos de **injúria racial** e **racismo**. O crime de injúria racial, cuja tipificação consta no art. 140, § 3º, do Código Penal, consiste em ofender a honra de alguém em função de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião ou origem. Já o crime de racismo, previsto na Lei Federal nº 7.716/89, atinge uma coletividade indeterminada de indivíduos, discriminando toda uma raça.

No entanto, ao apreciar o caso de uma senhora que ofendeu uma frentista de um posto de combustíveis com termos racistas, o STF decidiu que o crime de injúria racial é uma categoria do crime de racismo³⁶. Com isso, a **injúria racial** também é **imprescritível**.

O inciso XLIII, a seu turno, dispõe sobre alguns crimes que são **inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia**. Bastante atenção, pois a banca examinadora tentará te confundir dizendo que esses crimes são imprescritíveis. Não são!

Qual o macete para não confundir? Simples, **guarde a frase mnemônica** seguinte:

3T + hediondos não têm graça!

3 T? Sim, **Tortura, Tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e Terrorismo**. Esses crimes, assim como os **hediondos**, são insuscetíveis de graça ou anistia. Isso significa que não podem ser perdoados pelo Presidente da República, nem ter suas penas modificadas para outras mais benignas. Além disso, assim como o crime de racismo e a ação de grupos armados contra o Estado democrático, são **inafiançáveis**.

O inciso XLIV trata ainda de mais um crime: a **ação de grupos armados**, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático. Esse crime, assim como o racismo, será **inafiançável e imprescritível**.

³⁵ STF, Pleno, HC 82.424-2/RS, Rel. originário Min. Moreira Alves, rel. p/ acórdão Min. Maurício Corrêa, Diário da Justiça, Seção I, 19.03.2004, p. 17.

³⁶ HC 154.248. Rel. Min. Edson Fachin. Julgamento: 28.10.2021.

Para que você não erre esses detalhes na prova, fizemos o esquema abaixo! Só uma observação para facilitar: perceba que todos os crimes dos quais falamos são inafiançáveis; a diferença mesmo está em saber que o “3TH não tem graça”!

IMPRESCRITÍVEIS

- RACISMO
- AÇÃO DE GRUPOS ARMADOS, CIVIS OU MILITARES, CONTRA A ORDEM CONSTITUCIONAL E O ESTADO DEMOCRÁTICO

INAFIANÇÁVEIS

- RACISMO
- 3T
- HEDIONDOS
- AÇÃO DE GRUPOS ARMADOS, CIVIS OU MILITARES, CONTRA A ORDEM CONSTITUCIONAL E O ESTADO DEMOCRÁTICO

INSUSCETÍVEIS DE GRAÇA OU ANISTIA

- 3T
- HEDIONDOS



(IBMBIO – 2022) Constitui crime inafiançável, imprescritível e insuscetível de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes, de animais silvestres, de minerais preciosos, de madeiras nobres e de material genético, o terrorismo e o bioterrorismo, os crimes hediondos, a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático, a prática do racismo, do especismo e do ecocídio.

Comentários:

A questão elenca hipóteses que não se enquadram nas hipóteses de crime inafiançável, imprescritível e insuscetível de graça ou anistia (vide art. 5º, inciso XLIII). Questão errada.

(TJ-MG – 2015) A tortura e a ação de grupos armados contra ordem constitucional são crimes inafiançáveis e imprescritíveis.

Comentários:

A tortura é um crime inafiançável e **insuscetível de graça ou anistia**. A CF/88 não determina que a tortura seja imprescritível. Questão errada.

(Polícia Civil-CE – 2015) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção.

Comentários:

A prática do racismo está sujeita à **pena de reclusão**. Questão errada.

XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

Esse dispositivo consagra o princípio da **intranscendência das penas**, também denominado pela doutrina de princípio da **intransmissibilidade das penas** ou, ainda, **personalização da pena**.³⁷ A Constituição garante, por meio dessa norma, que a pena não passará da pessoa do condenado; em outras palavras, **ninguém sofrerá os efeitos penais** da condenação de outra pessoa.

Suponha que João, pai de Lúcia e Felipe, seja condenado a 5 anos de reclusão em virtude da prática de um crime. Após 2 meses na “cadeia”, João vem a falecer. Devido à intranscendência das penas, ficará extinta a punibilidade. Lúcia e Felipe não sofrerão quaisquer efeitos penais da condenação de João.

No que diz respeito à **obrigação de reparar o dano** e à **decretação do perdimento de bens**, a **lógica é um pouco diferente**, ainda que possamos afirmar que o princípio da intranscendência das penas se aplica a essas situações.

Suponha que João morre deixando uma dívida de R\$ 1.500.000,00 (obrigação de reparar dano). Ao mesmo tempo, deixa um patrimônio de R\$ 900.000,00 para seus sucessores (Lúcia e Felipe). A **obrigação de reparar o dano irá se estender a Lúcia e Felipe, mas apenas até o limite do patrimônio transferido**. Em outras palavras, o patrimônio pessoal de Lúcia e Felipe não será afetado; será utilizado para o pagamento da dívida o patrimônio transferido (R\$ 900.000,00). O restante da dívida “morre” junto com João.

Assim, a **obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento** de bens **podem ser**, nos termos da lei, **estendidas aos sucessores e contra eles executadas**, mas apenas até o limite do valor do patrimônio transferido.

XLVI - a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

- a) privação ou restrição da liberdade;
- b) perda de bens;
- c) multa;
- d) prestação social alternativa;
- e) suspensão ou interdição de direitos;

O inciso XLVI prevê o **princípio da individualização da pena**, que determina que a aplicação da pena deve ajustar-se à situação de cada imputado, levando em consideração o **grau de reprovabilidade**

³⁷ Outra nomenclatura utilizada pela doutrina é princípio da incontagiabilidade da pena.

(censurabilidade) de sua conduta e as **características pessoais do infrator**. Trata-se de princípio que busca fazer com que a pena cumpra sua dupla finalidade: prevenção e repressão.³⁸

A Constituição Federal prevê um **rol não-exaustivo** de penas que podem ser adotadas pelo legislador. São elas: **i)** a privação ou restrição de liberdade; **ii)** a perda de bens; **iii)** multa; **iv)** prestação social alternativa; e **v)** suspensão ou interdição de direitos. Como se trata de um rol meramente exemplificativo, **poderá a lei criar novos tipos de penalidade**, desde que estas não estejam entre aquelas vedadas pelo art. 5º, XLVII, da CF/88, que estudaremos na sequência.

Ressaltamos mais uma vez que, ao estabelecer que “*a lei regulará a individualização da pena*”, o constituinte determinou que a **lei penal deverá considerar as características pessoais** do infrator. Dentre essas, podemos citar os antecedentes criminais, o fato de ser réu primário, etc.

Nesse sentido, o **STF considerou inconstitucional**, por afronta ao princípio da individualização da pena, **a vedação absoluta à progressão de regime** trazida pela Lei 8.072/1990, que trata dos crimes hediondos.³⁹ A referida lei estabelecia que a pena pelos crimes nela previstos seria integralmente cumprida em regime fechado, sendo vedada, assim, a progressão de regime. Entendeu a Corte que, ao não permitir que se considerem as particularidades de cada pessoa, sua capacidade de reintegração social e esforços de ressocialização, o dispositivo torna inócua a garantia constitucional e, portanto, é inválido (inconstitucional).

Com base nesse entendimento, o STF editou a **Súmula Vinculante nº 26**:

Para efeito de progressão de regime no cumprimento de pena por crime hediondo, ou equiparado, o juízo da execução observará a inconstitucionalidade do art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, sem prejuízo de avaliar se o condenado preenche, ou não, os requisitos objetivos e subjetivos do benefício, podendo determinar, para tal fim, de modo fundamentado, a realização de exame criminológico.

Ainda com relação ao inciso XLVI, o STF editou a **Súmula Vinculante nº 56**, que impede a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso àquele em que ele deveria cumprir a pena:

A falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso, devendo-se observar, nessa hipótese, os parâmetros fixados no RE 641.320/RS.

XLVII - não haverá penas:

³⁸ MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional**, 9ª edição. São Paulo Editora Atlas: 2010, pp. 274-275.

³⁹ STF, HC nº 82.959/SP. Rel. Min. Marco Aurélio. Decisão 23.02.2006.

- a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;
- b) de caráter perpétuo;
- c) de trabalhos forçados;
- d) de banimento;
- e) cruéis;

O art. 5º, XLVII, estabeleceu um rol exaustivo de penas inaplicáveis no ordenamento jurídico brasileiro. Trata-se de verdadeira **garantia de humanidade atribuída aos sentenciados**, impedindo que lhes sejam aplicadas penas atentatórias à dignidade da pessoa humana.⁴⁰ Com efeito, as penas devem ter um caráter preventivo e repressivo; elas não podem ser vingativas.

A **pena de morte** é, sem dúvida a mais gravosa, sendo admitida tão-somente na **hipótese de guerra declarada**. Evidencia-se, assim, que **nem mesmo o direito à vida é absoluto**; com efeito, dependendo do caso concreto, todos os direitos fundamentais podem ser relativizados. Como exemplo de aplicação da pena de morte (que ocorrerá por fuzilamento), temos a prática do crime de deserção em presença de inimigo, previsto no art. 392 do Código Penal Militar.



As bancas examinadoras adoram dizer que a pena de morte não é admitida em nenhuma situação no ordenamento jurídico brasileiro. A questão, ao dizer isso, está errada. A pena de morte **pode, sim, ser aplicada**, desde que na hipótese de guerra declarada.

A **pena de banimento**, também inadmitida pela Constituição Federal, consistia em impor ao condenado a retirada do território brasileiro por toda sua vida, bem como a perda da cidadania brasileira. Consistia, assim, em verdadeira “expulsão de nacionais”.

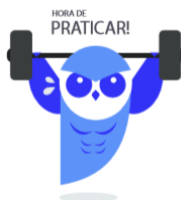
Cabe destacar que a pena de banimento **não se confunde com a expulsão de estrangeiro** do Brasil, plenamente admitida pelo nosso ordenamento jurídico.

No que concerne à **pena de caráter perpétuo**, vale destacar que o **máximo penal legalmente exequível**, no ordenamento positivo nacional, é de **40 (quarenta) anos**, a significar, portanto, que o tempo de

⁴⁰ CUNHA JÚNIOR, Dirley da. **Curso de Direito Constitucional**. 6ª edição. Ed. Juspodium, 2012.

cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a esse limite, imposto pela redação vigente do art. 75, "caput", do Código Penal.

Vale pontuar também que, segundo o STF, não são apenas as penas decorrentes do cometimento de crimes que estão impedidas de terem caráter perpétuo⁴¹. **Sanções administrativas**, tais como a impossibilidade de retorno ao serviço público do servidor federal que tenha cometido um crime contra a administração pública ou um ato de improbidade administrativa, previstas no art. 137, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.112/90 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis Federais), **também não podem ter caráter perpétuo**.



(TCE-RJ – 2022) Por força do princípio da dignidade da pessoa humana, a pena de morte não é admitida, em nenhuma hipótese, pela CF.

Comentários:

Conforme o inciso XLVII do art. 5º, é possível a pena de morte em caso de **guerra declarada**. Questão errada.

(CNMP – 2015) Em nenhuma circunstância haverá penas cruéis ou de morte, de caráter perpétuo, de trabalhos forçados e de banimento.

Comentários:

Em caso de guerra declarada, admite-se a pena de morte. Questão errada.

PENAS VEDADAS

DE MORTE, SALVO EM CASO DE GUERRA
DECLARADA

DE CARÁTER PERPÉTUO

DE TRABALHOS FORÇADOS

DE BANIMENTO

CRUÉIS

PENAS ADMITIDAS

PRIVAÇÃO OU RESTRIÇÃO DA
LIBERDADE

PERDA DE BENS

MULTA

PRESTAÇÃO SOCIAL ALTERNATIVA

SUSPENSÃO OU INTERDIÇÃO DE
DIREITOS

⁴¹ Adi 2.975. Rel. Min. Gilmar Mendes. DJe 04.02.2021.

L- às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;

XLVIII - a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;

XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

O inciso **XLVIII** determina que a **execução penal** seja realizada de maneira **individualizada**, levando-se em consideração a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado. É com base nesse comando constitucional que as **mulheres e os maiores de sessenta anos** devem ser recolhidos a **estabelecimentos próprios**.

O inciso **XLIX**, ao assegurar aos presos o **respeito à integridade física e moral**, busca garantir que os direitos fundamentais dos sentenciados sejam observados. É claro, quando está na prisão, o indivíduo não goza de todos os direitos fundamentais: há alguns direitos fundamentais, como, por exemplo, a liberdade de locomoção (art. 5º, XV) e a liberdade profissional (art. 5º, XI) que são incompatíveis com sua condição de preso.

O STF fez uso da expressão "**estado de coisas inconstitucional**" para se referir às falhas estruturais das penitenciárias brasileiras. Segundo a Corte, encontra-se presente um "quadro de violação massiva e persistente de direitos fundamentais"⁴².

Ainda segundo o STF, é dever do Estado manter em seus presídios os padrões mínimos de humanidade previstos no ordenamento jurídico. Dessa forma, é de sua responsabilidade ressarcir os danos, inclusive morais, comprovadamente causados aos detentos em decorrência da falta ou insuficiência das condições legais de encarceramento⁴³, conforme prevê o art. 37, § 6º, da CF/88.

O inciso **L**, por sua vez, estabelece uma **dupla garantia**: ao mesmo tempo em que **assegura às mães o direito à amamentação e ao contato com o filho**, permite que a **criança tenha acesso ao leite materno**, alimento natural tão importante para o seu desenvolvimento. Segundo a doutrina, retirar do recém-nascido o direito de receber o leite materno poderia ser considerado uma espécie de "contágio" da pena aplicada à mãe, violando o princípio da intranscendência das penas.⁴⁴

Vamos continuar o estudo do art. 5º, da Constituição Federal...

LI - nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

⁴² ADPF 347 MC. Rel. Min. Marco Aurélio. DJe 19.02.2016.

⁴³ RE 580.252 (Tema 365). Rel. Min. Alexandre de Moraes. DJe 02.02.2018.

⁴⁴ MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional**, 9ª edição. São Paulo Editora Atlas: 2010, pp. 285

LII - não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião;

A extradição é um instituto jurídico destinado a promover a **cooperação penal** entre Estados soberanos. Consiste no ato de **entregar uma pessoa para outro Estado** onde esta praticou crime, para que lá seja julgada ou punida. De forma mais técnica, a extradição é “o ato pelo qual um Estado entrega a outro Estado indivíduo acusado de haver cometido crime de certa gravidade ou que já se ache condenado por aquele, após haver-se certificado de que os direitos humanos do extraditando serão garantidos.”⁴⁵

Há casos bastante conhecidos, que podem exemplificar muito bem o que é a extradição. Se você é do nosso tempo, deve se lembrar do “Balão Mágico” (banda infantil muito conhecida nos anos 80). Um dos integrantes do “Balão Mágico” era o Mike, que era filho de Ronald Biggs, inglês que realizou um assalto a um trem e, depois, fugiu para o Brasil. A Inglaterra pediu ao Brasil a extradição, sem obter sucesso.

Um caso mais recente é o do italiano Cesare Battisti, acusado pela prática de vários crimes na Itália. Cesare Battisti, após viver um tempo na França, fugiu para o Brasil. A Itália também solicitou a extradição ao Brasil, algo que ocorreu apenas em 2019, após a prisão de Battisti na Bolívia.

Dados esses exemplos, voltemos ao tema...

Há **2 (dois) tipos de extradição**: **i)** a extradição ativa; e **ii)** a extradição passiva. A **extradição ativa** acontecerá quando o **Brasil requerer a um outro Estado estrangeiro** a entrega de um indivíduo para que aqui seja julgado ou punido; por sua vez, a **extradição passiva** ocorrerá quando um **Estado estrangeiro requerer ao Brasil** que lhe entregue um indivíduo.

Iremos focar o nosso estudo, a partir de agora, na extradição passiva: quando um Estado solicita que o Brasil lhe entregue um indivíduo.

De início, vale destacar que a Constituição Federal traz, no art. 5º, LI e LII, algumas limitações importantes à extradição.

O **brasileiro nato** (que é o brasileiro “de berço”, que recebeu sua nacionalidade ao nascer) **não poderá ser extraditado**; trata-se de hipótese de **vedação absoluta** à extradição. Baseia-se na lógica de que o Estado deve proteger (acolher) os seus nacionais.



⁴⁵ ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G.E do Nascimento & CASELLA, Paulo Borba. **Manual de Direito Internacional Público**, 17ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2009, pp. 499 – 502.

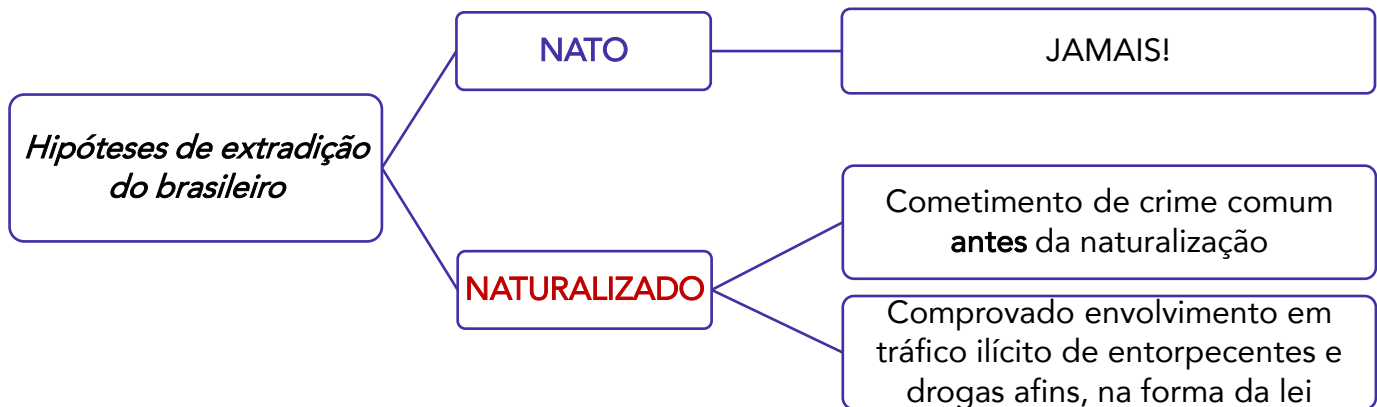
Caso o **brasileiro nato perca a sua nacionalidade** pela aquisição voluntária de outra nacionalidade, ele **estará sujeito à extradição**. Perceba que, nesse caso, ele não se enquadra mais na condição de brasileiro nato.

Por sua vez, o **brasileiro naturalizado** (que é aquele que nasceu estrangeiro e se tornou brasileiro), **poderá ser extraditado**. No entanto, isso somente será possível em duas situações:

a) no caso de **crime comum, praticado antes da naturalização**. Perceba que existe, aqui, uma limitação temporal. Se o crime comum tiver sido cometido após a naturalização, o indivíduo não poderá ser extraditado; a extradição somente será possível caso o crime seja anterior à aquisição da nacionalidade brasileira pelo indivíduo.

b) em caso de **comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins**. Nessa situação, não há qualquer limite temporal. O envolvimento com tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins dará ensejo à extradição quer ele tenha ocorrido antes ou após a naturalização.

Vale ressaltar que as regras de extradição do brasileiro naturalizado também se aplicam ao **português equiparado**.⁴⁶



Segundo o STF, nos termos da Súmula 421, não há impedimento para a extradição caso o extraditando seja casado com brasileira ou tenha filho brasileiro.

Os estrangeiros podem ser extraditados com maior liberdade pelo Estado brasileiro, desde que cumpridos os requisitos legais para a extradição. Cabe destacar, todavia, que **não se admite a extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião**. Essa é uma prática usual nos ordenamentos constitucionais de outros países e tem por objetivo proteger os indivíduos que forem vítimas de perseguição política.

A **definição de um crime como sendo um delito político** é tarefa difícil e que **compete ao Supremo Tribunal Federal**. É no caso concreto que a Corte Suprema irá dizer se o crime pelo qual se pede a extradição é ou não

⁴⁶ **Português equiparado** é o português que, por ter residência permanente no Brasil, terá um tratamento diferenciado, possuindo os mesmos direitos dos brasileiros naturalizados.

político.⁴⁷ Esse entendimento do STF é bastante importante porque permite resolver alguns problemas de difícil solução. É possível que o Brasil extradite asilado político? Pode um refugiado ser extraditado?

Vamos aos poucos...

O **asilo político**, que é um dos princípios do Brasil nas relações internacionais (art. 4º, X), consiste no **acolhimento de estrangeiro** por um Estado que não seja o seu, em virtude de **perseguição política** por seu próprio país ou por terceiro. Segundo o STF, **não há incompatibilidade** absoluta entre o instituto do asilo e o da extradição passiva. Isso porque **a Corte não está vinculada ao juízo formulado pelo Poder Executivo** na concessão do asilo político.⁴⁸ Em outras palavras, mesmo que o Poder Executivo conceda asilo político a um estrangeiro, o STF poderá, *a posteriori*, autorizar a extradição.

Quanto ao **refúgio**, trata-se de instituto **mais geral do que o asilo político**, que será reconhecido a indivíduo em razão de fundados temores de perseguição (por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas).

Apesar de a lei dispor que “o reconhecimento da condição de refugiado **obstará o seguimento** de qualquer pedido de extradição baseado nos fatos que fundamentaram a concessão de refúgio”⁴⁹, entende o STF que **a decisão administrativa que concede o refúgio não pode obstar**, de modo absoluto e genérico, **todo e qualquer pedido de extradição** apresentado à Corte Suprema.⁵⁰ No caso concreto, apreciava-se a extradição de Cesare Battisti, a quem o Ministro da Justiça havia concedido o status de refugiado. O STF, ao analisar o caso, concluiu pela ilegalidade do ato de concessão do refúgio.

Agora que já falamos sobre as limitações, vamos entender como funciona o processo de extradição.

A Lei da Migração (Lei nº 13.445/2017) prevê **três etapas** para a extradição passiva.

A primeira é uma **etapa administrativa**, de responsabilidade do Poder Executivo. Nessa fase, o Estado requerente solicita a extradição ao Presidente da República por via diplomática. Destaque-se que o pleito extradicional deverá ter como **fundamento** a existência de um **tratado bilateral** entre os dois Estados ou, caso este não exista, uma **promessa de reciprocidade** (compromisso de acatar futuros pleitos). Sem um tratado ou promessa de reciprocidade, a extradição não será efetivada.

Ao receber o pleito extradicional, há duas situações possíveis:

- a) O Presidente poderá **indeferir a extradição sem apreciação do STF**, o que se denomina recusa primária.
- b) O Presidente poderá **deferir a extradição, encaminhando a solicitação ao STF**, ao qual caberá analisar a legalidade e a procedência do pedido (art. 102, I, “g”, CF). Nesse caso, passaremos à etapa

⁴⁷ Ext 615, Rel. Min. Paulo Brossard. DJ. 05.12.1994.

⁴⁸ Ext 524, Rel.: Min. Celso de Mello, Julgamento: 31/10/1990, Órgão Julgador: Tribunal Pleno.

⁴⁹ Lei 9.474/97 – art. 33.

⁵⁰ Ext 1085, Rel. Min. Cezar Peluso, DJe 16.04.2010

judiciária. Segundo o STF, nem mesmo a concordância do extraditando em retornar ao seu país impede que a Corte analise o caso, uma vez tendo recebido comunicação por parte do Poder Executivo⁵¹.

Na **etapa judiciária**, o STF irá analisar a legalidade e a procedência do pedido de extradição. Um dos pressupostos da extradição é a existência de um **processo penal** ou, pelo menos, de uma **investigação criminal**. Cabe destacar, portanto, que a extradição será possível tanto após a condenação quanto durante o processo.

Há necessidade, ainda, que exista o que a doutrina chama “**dupla tipicidade**”: a conduta que a pessoa praticou deve ser crime tanto no Brasil quanto no Estado requerente. Quando o fato que motivar o pedido de extradição não for considerado crime no Brasil ou no Estado requerente, não será concedida a extradição.

Ao analisar a extradição, o STF verifica se os direitos humanos do extraditando serão respeitados. Nesse sentido:

- a) Não será concedida a extradição se o extraditando houver de responder, no Estado requerente, perante **juízo ou tribunal de exceção**. É o já conhecido princípio do “juiz natural”.
- b) Caso a **pena para o crime seja a de morte**, o Estado requerente deverá se comprometer a substituí-la por outra, restritiva de liberdade (**comutação da pena**), exceto, claro, naquele único caso em que a pena de morte é admitida no Brasil: guerra declarada.
- c) Caso a **pena para o crime seja de caráter perpétuo**, o Estado requerente deverá se comprometer à **comutação dessa pena em prisão de até 40 anos**, que é o limite tolerável pela lei brasileira.⁵²⁵³

Por fim, há **outra etapa administrativa**, em que o Presidente da República, na condição de Chefe de Estado, entrega ou não o extraditando ao país requerente. Novamente, há duas situações possíveis:

- a) O **STF nega** a extradição. Nesse caso, a decisão irá vincular o Presidente da República, que ficará impedido de entregar o extraditando.
- b) O **STF autoriza** a extradição. Essa decisão não vincula o Presidente da República, que é a autoridade que detém a competência para decidir sobre a efetivação da extradição.

Esse entendimento (o de que a autorização do STF não vincula o Presidente) ficou materializado no caso da extradição do italiano Cesare Battisti. Segundo a Corte, a **última palavra** sobre a entrega ou não do extraditando **cabe ao Presidente da República**, que tem liberdade para decidir sobre a efetivação da extradição, obedecidos os termos do tratado bilateral porventura existente entre o Brasil e o Estado requerente. A decisão de efetivar a extradição é, assim, um **ato político**, de **manifestação da soberania**.

⁵¹ Ext. 643, STF, Pleno, Rel. Min. Francisco Rezek, j. 19.12.1994.

⁵² Ext 855, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 26-8-2004, Plenário, DJ de 1º-7-2005.

⁵³ Com o Pacote Anticrime (Lei Federal nº 13.964/2019), o tempo máximo de cumprimento de pena é de 40 anos.



(TJ-DFT – 2022) John, de nacionalidade estrangeira e que veio a se naturalizar brasileiro, tinha sido condenado, anteriormente, em seu país de origem, em sentença judicial transitada em julgado, pela prática de crime comum. Após anos de negociação, o seu país de origem celebrou tratado de extradição com o Estado brasileiro e requereu a extradição de John. À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que John não pode ser extraditado, pois o Brasil não extradita os seus nacionais.

Comentários:

A questão se baseia no art. 5º, LI, da CF/88, em que nenhum brasileiro será extraditado, **salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização**, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei. Como o delito cometido por John foi antes de sua naturalização, ele pode ser extraditado. Questão errada.

(TJ-MG – 2015) O brasileiro naturalizado será extraditado por envolvimento comprovado em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, independente de ter sido praticado antes da naturalização.

Comentários:

No caso de envolvimento comprovado em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, **não há qualquer limitação temporal** à extradição de brasileiro naturalizado. Assim, não interessa se o envolvimento ocorreu antes ou após a naturalização. Questão correta.

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

O princípio do **devido processo legal** (*due process of law*) é uma das garantias constitucionais mais amplas e relevantes⁵⁴; trata-se de um **conjunto de práticas jurídicas** previstas na Constituição e na legislação infraconstitucional cuja finalidade é **garantir a concretização da justiça**.

O devido processual legal é garantia que concede **dupla proteção** ao indivíduo: ele incide tanto no âmbito formal (processual) quanto no âmbito material.

No **âmbito formal (processual)**, traduz-se na garantia de que as partes poderão se valer de todos os **meios jurídicos disponíveis** para a defesa de seus interesses. Assim, derivam do “devido processo legal” o direito

⁵⁴ MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 6ª edição. Editora Saraiva, 2011, pp. 592-594.

ao contraditório e à ampla defesa, o direito de acesso à justiça, o direito ao juiz natural, o direito a não ser preso senão por ordem judicial e o direito a não ser processado e julgado com base em provas ilícitas.⁵⁵

No **âmbito material (substantivo)**, por sua vez, o devido processo legal diz respeito à aplicação do **princípio da proporcionalidade** (também chamado de princípio da razoabilidade ou da proibição de excesso). O respeito aos direitos fundamentais não exige apenas que o processo seja regularmente instaurado; além disso, as decisões adotadas devem primar pela justiça, equilíbrio e pela proporcionalidade.⁵⁶

É possível afirmar, portanto, que o **princípio da proporcionalidade tem sua sede material no princípio do devido processo legal**, considerado em sua acepção substantiva, não simplesmente formal.⁵⁷ Em outras palavras, o princípio da proporcionalidade, que não está expressamente previsto na Constituição, tem como fundamento o devido processo legal substantivo (material).

O princípio da proporcionalidade está **implícito no texto constitucional**, dividindo-se em **3 (três) subprincípios**:

- a) Adequação:** a medida adotada pelo Poder Público deverá estar apta para alcançar os objetivos almejados.
- b) Necessidade:** a medida adotada pelo Poder Público deverá ser indispensável para alcançar o objetivo pretendido. Nenhuma outra medida menos gravosa seria eficaz para o atingimento dos objetivos.
- c) Proporcionalidade em sentido estrito:** a medida será considerada legítima se os benefícios dela resultantes superarem os prejuízos.

O STF tem utilizado o princípio da proporcionalidade como fundamento de várias de suas decisões, especialmente no que diz respeito ao **controle de constitucionalidade de leis**. Com efeito, **leis de caráter restritivo** deverão observar o princípio da proporcionalidade. Segundo a Corte:

... o princípio da proporcionalidade visa a inibir e a neutralizar o abuso do Poder Público no exercício das funções que lhe são inerentes, notadamente no desempenho de atividade de caráter legislativo e regulamentar. Dentro dessa perspectiva, o postulado em questão, enquanto categoria fundamental de limitação dos excessos emanados do Estado, atua como verdadeiro parâmetro de aferição da própria constitucionalidade material dos atos estatais.⁵⁸

⁵⁵ MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 6ª edição. Editora Saraiva, 2011, pp. 592-594.

⁵⁶ CUNHA JÚNIOR, Dirley da. **Curso de Direito Constitucional**. 6ª edição. Ed. Juspodium, 2012, pp. 740 – 742.

⁵⁷ ALEXANDRINO, Marcelo & PAULO, Vicente. **Direito Constitucional Descomplicado**, 5ª edição. Ed. Método, 2010. pp. 172-175.

⁵⁸ STF, MS 1.320-9/DF, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 14.04.1999.

O princípio da proporcionalidade tem uma **dupla face**: a **proibição de excesso** e a **proibição de proteção deficiente**. Assim, na tutela dos direitos fundamentais, não se busca apenas coibir os excessos do Estado (proibição de excesso), mas também impor ao Estado um dever de proteção (proibição de proteção deficiente).

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

As garantias do contraditório e da ampla defesa são **corolários do princípio do devido processo legal**, isto é, dele decorrem diretamente.

A **ampla defesa** compreende o direito que o indivíduo tem de trazer ao processo todos os elementos lícitos de que dispuser para provar a verdade, ou, até mesmo, de se calar ou se omitir caso isso lhe seja benéfico (direito à não-autoincriminação). Já o **contraditório** é o direito dado ao indivíduo de contradizer tudo que for levado ao processo pela parte contrária. Assegura, também, a igualdade das partes do processo, ao equiparar o direito da acusação com o da defesa.⁵⁹

A ampla defesa e o contraditório são princípios que se aplicam tanto aos **processos judiciais** quanto aos **processos administrativos**, sejam estes últimos referentes à aplicação de punições disciplinares ou à restrição de direitos em geral. O termo “litigantes” deve, portanto, ser compreendido na **acepção mais ampla possível**, não se referindo somente àqueles que estejam envolvidos em um processo do qual resulte ou possa resultar algum tipo de penalidade.

Todavia, entende o STF que a ampla defesa e o contraditório **não se aplicam na fase do inquérito policial ou civil**.⁶⁰ Por esse motivo, é nula a sentença condenatória proferida **exclusivamente** com base em fatos narrados no inquérito policial. O juiz pode usar as provas colhidas no inquérito para fundamentar sua decisão; entretanto, por não ter sido garantida a ampla defesa e o contraditório na fase do inquérito, as provas nele obtidas não poderão ser os únicos elementos para motivar a decisão judicial.

O inquérito é fase pré-processual, de **natureza administrativa**, consistindo em um conjunto de diligências realizadas para a apuração de uma infração penal e sua autoria, a fim de que o titular da ação penal (Ministério Público ou o ofendido) possa ingressar em juízo. Somente aí é que terá início a fase processual, com as garantias constitucionais da ampla defesa e do contraditório devendo ser respeitadas.

Cabe destacar que, apesar de a ampla defesa e o contraditório não serem garantias na fase do inquérito, o **indiciado possui, mesmo nessa fase, certos direitos fundamentais** que lhe devem ser garantidos. Dentre eles, podemos citar o direito a ser assistido por um advogado, o de não se autoincriminar e o de manter-se em silêncio.⁶¹

Vejam bem: na fase do inquérito, o indivíduo pode ser assistido por advogado; todavia, não é obrigatória a assistência advocatícia nessa fase. É com base nessa lógica que o STF entende que **não há ofensa ao**

⁵⁹ ALEXANDRINO, Marcelo & PAULO, Vicente. ***Direito Constitucional Descomplicado***, 5ª edição. Ed. Método, 2010. pp. 176.

⁶⁰ STF, RE 481.955 – AgR. Rel. Min Carmem Lúcia. DJe: 26.05.2011

⁶¹ STF, HC 82.354, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 24.09.2004.

contraditório e à ampla defesa quando do **interrogatório realizado pela autoridade policial sem a presença de advogado**.

Sobre os direitos do indiciado na fase do inquérito, o STF editou a **Súmula Vinculante nº 14**, muito cobrada em concursos públicos:

É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

Por meio dessa súmula, o STF garantiu a advogados o acesso a **provas já documentadas em autos de inquéritos policiais** que envolvam seus clientes, inclusive os que tramitam em sigilo. Observe, entretanto, que a súmula somente se aplica a provas já documentadas, não atingindo demais diligências do inquérito, às quais o advogado não tem direito a ter acesso prévio. Com isso, caso sinta necessidade, a autoridade policial está autorizada a separar partes do inquérito.

Também existe uma fase pré-processual que antecede os processos administrativos disciplinares: a **sindicância**. Segundo o STF, na sindicância preparatória para a abertura do processo administrativo disciplinar (PAD) **não é obrigatória a obediência aos princípios do contraditório e da ampla defesa**. Esses princípios somente são exigidos no curso do processo administrativo disciplinar (PAD).

Ressalta-se que a razão disso é que a sindicância que precede a abertura do PAD, assim como o inquérito policial, caracteriza-se pela coleta de informações, que serão apuradas em fases futuras dentro de um processo. Caso a sindicância, entretanto, não resulte em abertura do PAD, **mas se traduza em aplicação de penalidade** (advertência, por exemplo)⁶², há sim, **necessidade de obediência ao contraditório e à ampla defesa** como requisito de validade da pena aplicada.

O STF entende que, nos **processos administrativos disciplinares**, a ampla defesa e o contraditório podem ser validamente exercidos independentemente de advogado. Dessa forma, em um PAD instaurado para apurar infração disciplinar praticada por servidor, **não é obrigatória a presença de advogado**. Com base nesse entendimento, o STF editou a **Súmula Vinculante nº 5**:

A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.

Como forma de garantir a ampla defesa, é bastante comum que a legislação preveja a existência de **recursos administrativos**. No entanto, em muitos casos, a apresentação de recursos exigia o **depósito ou arrolamento prévio de dinheiros ou bens**. Em outras palavras, para entrar com recurso administrativo, o interessado precisava ofertar certas garantias, o que, em não raras vezes, **inviabilizava, indiretamente, o exercício do direito de recorrer**. Para resolver esse problema, o STF editou a Súmula Vinculante nº 21:

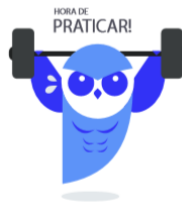
⁶² Segundo o art. 145, da Lei nº 8.112/90, da sindicância poderá resultar: i) arquivamento do processo; ii) **aplicação de penalidade de advertência** ou suspensão de até 30 (trinta) dias; iii) instauração de processo disciplinar.

É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

Dessa forma, será **inconstitucional** qualquer lei ou ato normativo que estabeleça a necessidade de **depósito ou arrolamento prévio de dinheiro ou bens** como requisito de admissibilidade de recurso administrativo.

Nessa mesma linha, o STF entende que **não se pode exigir depósito prévio** como condição para se ajuizar, junto ao Poder Judiciário, **ação para se discutir a exigibilidade de crédito tributário**.⁶³ Foi editada, então, a Súmula Vinculante nº 28:

É inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.



(PC-DF – 2015) O advogado tem direito, no interesse de seu cliente, a ter acesso aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado pela polícia, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

Comentários:

Essa questão está baseada na SV nº 14. Questão correta.

(PC-DF – 2015) Não é inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento de bens para admissibilidade de recurso administrativo.

Comentários:

Essa questão está baseada na SV nº 21, que considera **inconstitucional** a exigência de depósito ou arrolamento de bens para admissibilidade de recurso administrativo. Questão errada.

LVI - são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;

O devido processo legal tem como uma de suas consequências a inadmissibilidade das provas ilícitas, que não poderão ser usadas nos **processos administrativos e judiciais**. Segundo o STF:

⁶³ Na ADIN 1.074-3, o STF considerou **inconstitucional** o art. 19, da Lei 8.870/94 que estabelecia que “as ações judiciais, inclusive cautelares, que tenham por objeto a discussão de débito para com o INSS serão, obrigatoriamente, **precedidas do depósito preparatório do valor do mesmo**, monetariamente corrigido até a data de efetivação, acrescido dos juros, multa de mora e demais encargos”.

É indubitável que a prova ilícita, entre nós, não se reveste da necessária idoneidade jurídica como meio de formação do convencimento do julgador, razão pela qual deve ser desprezada, ainda que em prejuízo da apuração da verdade, em prol do ideal maior de um processo justo, condizente com o respeito devido a direitos e garantias fundamentais da pessoa humana, valor que se sobreleva, em muito, ao que é representado pelo interesse que tem a sociedade em uma eficaz repressão aos delitos.⁶⁴

As provas ilícitas, assim consideradas aquelas obtidas com violação ao direito material, deverão ser, portanto, **expurgadas do processo**; serão elas imprestáveis à formação do convencimento do magistrado.⁶⁵

Há que se destacar, todavia, que a presença de provas ilícitas **não é suficiente para invalidar todo o processo**, se nele existirem outras provas, lícitas e autônomas (obtidas sem a necessidade dos elementos informativos revelados pela prova ilícita).⁶⁶ Uma vez que seja reconhecida a ilicitude de prova constante dos autos, esta deverá ser imediatamente desentranhada (retirada) do processo.⁶⁷ As outras provas, lícitas e independentes da obtida ilicitamente, são mantidas, tendo continuidade o processo.

O STF entende que, sem autorização judicial ou fora das hipóteses legais, é ilícita a prova obtida mediante abertura de carta, telegrama ou meio análogo⁶⁸.



Vejamos, a seguir, importantes entendimentos do STF sobre a licitude/ilicitude de provas:

- 1) É **ilícita** a prova obtida por meio de **interceptação telefônica sem autorização judicial**.
- 2) São **ilícitas** as provas obtidas por meio de **interceptação telefônica determinada a partir apenas de denúncia anônima**, sem investigação preliminar.
- 3) São **ilícitas** as provas obtidas mediante gravação de conversa informal do indiciado com policiais, por constituir-se tal prática em **“interrogatório sub-reptício”**, realizado sem as

⁶⁴ STF, Ação Penal, 307-3-DF. Rel. Min. Ilmar Galvão, DJU 13.10.1995

⁶⁵ MORAES, Alexandre de. *Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional*, 9ª edição. São Paulo Editora Atlas: 2010, pp. 324-332

⁶⁶ STF, HC 76.231/RJ, Rel. Min. Nelson Jobim, DJ: 29.09.1995.

⁶⁷ STF, Embargos de Declaração em Inquérito. Rel. Min. Néri da Silveira, 07.06.1996

⁶⁸ RE 1.116.949 (Tema 1041). Rel. Min. Marco Aurélio. DJe 07.11.2020.

formalidades legais do interrogatório no inquérito policial e sem que o indiciado seja advertido do seu direito ao silêncio.⁶⁹

4) São **ilícitas** as provas obtidas mediante **confissão durante prisão ilegal**. Ora, se a prisão foi ilegal, todas as provas obtidas a partir dela também o serão.

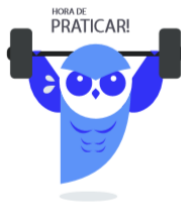
5) É **lícita** a prova obtida mediante **gravação telefônica feita por um dos interlocutores** sem a autorização judicial, caso haja **investida criminosa** daquele que desconhece que a gravação está sendo feita. Nessa situação, tem-se a legítima defesa.

6) É **lícita** a prova obtida por **gravação de conversa telefônica** feita por um dos interlocutores, sem conhecimento do outro, quando **ausente causa legal de sigilo ou de reserva da conversação**.⁷⁰

7) É **lícita** a prova consistente em **gravação ambiental** realizada por **um dos interlocutores sem o conhecimento do outro**.⁷¹

Muito conhecida na doutrina é a **Teoria dos Frutos da Árvore Envenenada** (“*Fruits of the Poisonous Tree*”), que se baseia na ideia de que uma árvore envenenada irá produzir frutos contaminados! Seguindo essa lógica, uma **prova ilícita contamina todas as outras que dela derivam**. É o que a doutrina denomina ilicitude por derivação; pode-se dizer também que, nesse caso, haverá comunicabilidade da ilicitude das provas ilícitas a todas aquelas que dela derivarem.

É importante destacar, porém, que a tão só existência de prova reconhecidamente ilícita no processo não basta para que a condenação seja considerada nula, ou seja, **a prova ilícita não contamina todo o processo**. Nesse sentido, segundo o STJ, “*não se aplica a Teoria da Árvore dos Frutos Envenenados quando a prova considerada como ilícita é independente dos demais elementos de convicção coligidos nos autos, bastantes para fundamentar a condenação*.”⁷²



(SEFAZ-MT – 2014) As provas provenientes de quebra irregular de sigilo bancário ou fiscal são nulas para fins de responsabilização administrativa e cível, mas não criminal.

Comentários:

⁶⁹ STF, HC 80.949. Rel. Min. Sepúlveda Pertence. DJ 30.10.2001

⁷⁰ STF, RE 630.944 – AgR. Rel. Min. Ayres Brito. DJ 25.10.2011

⁷¹ STF, RE 583.937-QO-RG. Rel. Min. Cezar Peluso. DJ 19.11.2009.

⁷² APR 20050810047450 DF, Rel. Vaz de Mello, j. 07.02.2008.

As provas ilícitas **não podem ser usadas**, também, nos processos penais (criminais). Elas serão nulas. Questão errada.

LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

Trata-se do princípio da **presunção de inocência**, que tem por objetivo proteger a liberdade do indivíduo frente ao poder de império do Estado. Somente a partir do **trânsito em julgado** (decisão da qual não caiba mais nenhum recurso) de sentença penal condenatória é que alguém poderá ser considerado culpado. É, afinal, o trânsito em julgado da sentença que faz coisa julgada material.

Da presunção de inocência, deriva a obrigatoriedade de que o **ônus da prova** da prática de um crime seja **sempre do acusador**. Assim, não se pode exigir que o acusado produza provas em seu favor; caberá à acusação provar, inequivocamente, a culpabilidade do acusado.

A jurisprudência do STF considera que as **prisões cautelares** (prisão preventiva, prisão em flagrante e prisão temporária) **são compatíveis com o princípio da presunção de inocência**. Assim, é **plenamente possível**, no ordenamento jurídico brasileiro, que **alguém seja preso antes de sentença penal condenatória transitada em julgado**.

Em novembro de 2019, o STF adotou importantíssima **decisão relacionada ao princípio da presunção de inocência**, mudando sua jurisprudência sobre o tema. Nos últimos anos, o STF vinha admitindo que, após uma decisão condenatória em segunda instância, já seria possível a execução provisória da pena. Em outras palavras, após decisão de segunda instância (acórdão penal condenatório), já poderia ser determinada prisão do condenado, ainda que cabíveis recurso especial (para o STJ) e recurso extraordinário (para o STF).

Foi com base nesse entendimento, inclusive, que foi determinada a prisão do ex-Presidente Lula, após decisão condenatória do TRF 4ª Região, antes do trânsito em julgado⁷³.

Mas qual o novo entendimento do STF?

Agora, o STF entende que a **decisão condenatória em segunda instância** já não mais permitirá a execução provisória da pena. Se um indivíduo foi condenado em primeira instância e, em seguida, teve a condenação confirmada por um Tribunal (órgão de natureza colegiada), ainda assim ele não poderá ser preso, pois são possíveis o recurso especial (para o STJ) e o recurso extraordinário (para o STF). Em outras palavras, **ainda não houve o trânsito em julgado da condenação criminal** e, portanto, o indivíduo deve ser presumido inocente.

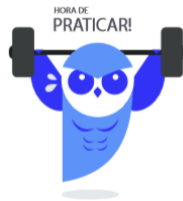
Dessa forma, o STF adotou o seguinte entendimento:

⁷³ HC 152.752. Rel. Min. Edson Fachin. DJe 27.06.2018.

A **execução provisória** da sentença penal condenatória revela-se frontalmente **incompatível** com o direito fundamental do réu de ser presumido inocente até que sobrevenha o trânsito em julgado de sua condenação criminal (**ADCs 43, 44 e 54**)

A presunção de inocência também já serviu de fundamento para outra importante jurisprudência, agora relacionada a concursos públicos.

Segundo o STF, “**viola** o princípio constitucional da **presunção de inocência**, previsto no art. 5º, LVII, da CF, a exclusão de candidato de concurso público que responde a inquérito ou ação penal sem trânsito em julgado da sentença condenatória”.⁷⁴ Ora, se ainda não houve o trânsito em julgado da sentença penal, o indivíduo não pode ser considerado culpado. Ao excluí-lo do concurso, a Administração Pública agiu como se ele assim devesse ser considerado, o que viola a presunção de inocência.



(Polícia Civil-CE - 2015) Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, salvo o preso em flagrante delito.

Comentários:

Pegadinha! Mesmo aquele que for preso em flagrante delito somente poderá ser considerado culpado após o trânsito em julgado de sentença penal condenatória. Questão errada.

LVIII - o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei;

Tem-se, aqui, norma constitucional de **eficácia contida**: na falta de lei dispendo sobre os casos de identificação criminal excepcional, esta jamais seria exigível.

O que é identificação civil? É a regra: carteira de identidade, de motorista, de trabalho... E a criminal? É a impressão digital (processo datiloscópico) e a fotográfica. Aposto que você se lembrou daquelas cenas de filmes, em que o preso é fotografado de frente e de perfil pela polícia, né?

Assim, **lei pode prever**, excepcionalmente, **hipóteses de identificação criminal mesmo quando o indivíduo já foi identificado civilmente**. A Lei Federal nº 12.037/2009 dispõe sobre os casos de identificação criminal do civilmente identificado.

⁷⁴ STF, RE 559.135-AgR. Rel. Min. Ricardo Lewandowski, 20.05.2008.

LIX - será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal;

Como você sabe, em regra, é o **Ministério Público que provoca o Poder Judiciário nas ações penais públicas**, de cujo exercício é titular, com o fim de obter do Estado o julgamento de uma pretensão punitiva.

Entretanto, em alguns casos, o particular poderá exercer essa prerrogativa, de maneira excepcional. Trata-se dos casos de **ação penal privada subsidiária da pública**, quando esta não é intentada no prazo legal. Nesse tipo de ação, a **titularidade da persecução criminal** era, inicialmente, do Ministério Público. Entretanto, diante da omissão deste, ela **passou para o particular**.

Destaca-se, todavia, que não é possível ação penal privada subsidiária da pública quando o Ministério Público solicitou ao juiz o arquivamento do inquérito policial por falta de provas. Isso porque, nesse caso, não se caracteriza inércia do Ministério Público.

LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;

A compreensão desse inciso é bastante simples. A regra é a publicidade dos atos processuais. A exceção é a restrição a essa publicidade, que só poderá ser feita **por lei** e em 2 (duas hipóteses): **defesa da intimidade** ou **interesse social**.

O inciso LX do art. 5º se assemelha ao art. 93, inciso IX, da CF/88, cujo teor vale transcrever:

Art. 93, IX - todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação

LXI - ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;

LXVI - ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;

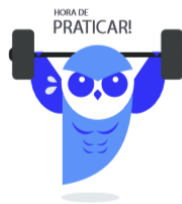
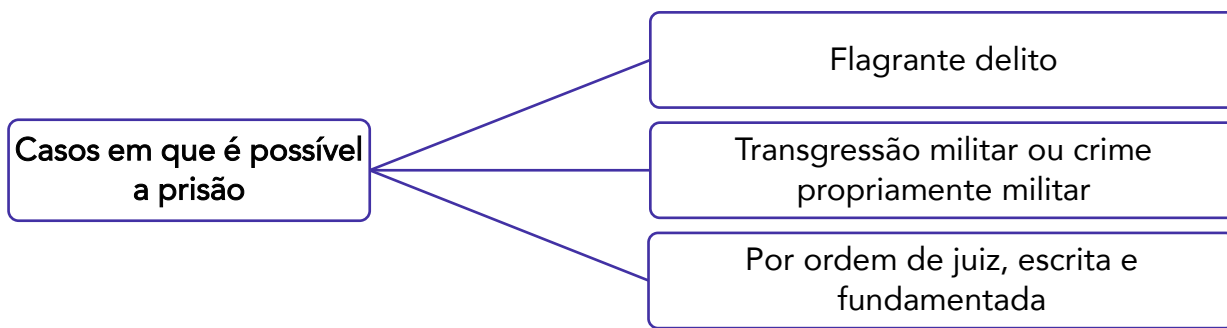
O **direito à liberdade** é uma regra prevista na Constituição, que somente em situações excepcionais e taxativas poderá ser violada. O inciso LXI do art. 5º da Constituição traz as **hipóteses em que é possível a prisão**:

a) em **flagrante delito**. Nesse caso, não haverá necessidade de ordem judicial. Nos termos do Código de Processo Penal, qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.

b) em caso de **transgressão militar ou crime propriamente militar**, definidos em lei. Nesse caso, também é dispensada ordem judicial.

c) por **ordem de juiz**, escrita e fundamentada. A decisão judicial é necessária para a decretação de prisão cautelar ou para a denegação de liberdade provisória.

A prisão, por tudo o que já comentamos, tem natureza excepcional. Nesse sentido, o inciso LXVI dispõe que **se a lei admitir a liberdade provisória**, com ou sem fiança, ninguém será levado à prisão ou nela mantido. Isso porque o direito à liberdade é um dos direitos humanos mais básicos e importantes.



(CNMP – 2015) Ninguém será levado à prisão ou nela mantido quando a lei admitir a liberdade provisória, desde que mediante pagamento de fiança.

Comentários:

O art. 5º, LXVI estabelece que “ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, **com ou sem fiança**”. Questão errada.

LXII - a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;

LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

LXIV - o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;

LXV - a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária;

Esses dispositivos enunciam os **direitos do preso**, que lhe devem ser garantidos imediatamente quando de sua prisão.

Nos termos do inciso **LXII**, a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão **comunicados imediatamente** ao **juiz competente** e à **família do preso ou à pessoa por ele indicada**. O objetivo é assegurar-lhe a assistência familiar e permitir que o juiz analise a legalidade da prisão, relaxando-a se tiver sido ilegal. Destaque-se que não ocorrerá descumprimento do art. 5º, LXII, se o preso, **voluntariamente**, não indica pessoa a ser comunicada de sua prisão.⁷⁵

O inciso **LXIII**, por sua vez, consagra o **direito ao silêncio** (direito à não-autoincriminação), que se baseia na lógica de que ninguém pode ser obrigado a produzir provas contra si mesmo (*"nemo tenetur se detegere"*). O preso deverá ser informado sobre seu direito de permanecer em silêncio, assim como do fato de que **o exercício desse direito não irá trazer-lhe nenhum prejuízo**. Em outras palavras, o silêncio do réu no interrogatório não pode ser interpretado como se fosse uma confissão da prática do crime.

O direito ao silêncio está presente quando o indiciado ou acusado presta depoimento ao **Poder Judiciário**, ao **Poder Executivo** ou ao **Poder Legislativo** (no âmbito de CPI, por exemplo). Segundo o STF, o preso deve ser informado de seu direito ao silêncio, sob pena de **nulidade absoluta** de seu interrogatório.

Importa destacar ainda que, para o Supremo Tribunal Federal, o direito de permanecer em silêncio insere-se no alcance concreto da cláusula constitucional do **devido processo legal**. Nesse direito ao silêncio, está incluída, implicitamente, a **prerrogativa processual de o acusado negar, ainda que falsamente, perante a autoridade policial ou judiciária, a prática da infração penal**.⁷⁶ Essa garantia conferida ao acusado, entretanto, não lhe permite mentir indiscriminadamente. Não pode ele, com base nesse direito, criar situações que comprometam terceiros ou gerem obstáculos à apuração dos fatos, impedindo que a Justiça apure a verdade.

O inciso **LXIV**, por sua vez, garante ao preso o direito de **conhecer a identidade dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial**. O objetivo é evitar arbitrariedades da autoridade policial e de seus agentes que, uma vez tendo sido identificadas pelo preso, poderão ser responsabilizadas, *a posteriori*, no caso de ilegalidades ou abuso de poder.

Já o inciso **LXV** determina que a **prisão ilegal será imediatamente relaxada** pela autoridade judiciária. O relaxamento da prisão é, portanto, um ato por meio do qual o juiz torna sem efeito a restrição de liberdade. Trata-se, como se pode verificar, de uma proteção aos indivíduos contra **prisões ilegais ou arbitrárias**.

⁷⁵ STF, HC 69.630. Rel. Min. Paulo Brossard. DJ: 04.12.1992.

⁷⁶ STF, Primeira Turma, HC 68929 SP, Rel. Min. Celso de Mello, j. 22.10.1991, DJ 28-08-1992.

Um entendimento importante do STF, relacionado ao respeito dos direitos do preso, é a Súmula Vinculante nº 11, que trata do **uso de algemas**.

“Só é lícito o uso de algemas em caso de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.”

Com a edição da Súmula Vinculante nº 11, a utilização de algemas somente pode ocorrer em **casos excepcionais** (resistência, fundado receio de fuga ou perigo à integridade física), **justificados por escrito**. A desobediência a essa regra implicará em **responsabilidade do agente ou da autoridade**, bem como na **nulidade da prisão**.

Por fim, vale destacar a obrigatoriedade da realização das **audiências de custódia**. Segundo o STF, deve-se viabilizar o comparecimento do preso perante a autoridade judiciária no prazo máximo de 24 horas, contado do momento da prisão⁷⁷. O STF, inclusive, concede *habeas corpus* em razão da falta de realização de audiências de custódia⁷⁸.



(PRF – 2019) São constitucionalmente assegurados ao preso o direito à identificação dos agentes estatais responsáveis por sua prisão e direito de permanecer em silêncio.

Comentários:

O preso deverá ser informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado (art. 5º, LXIII, CF/88). Além disso, o preso também tem o direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial (art. 5º, LXIV, CF/88). Questão correta.

(Polícia Civil-SE – 2018) Em caso de perigo à integridade física do preso, admite-se o uso de algemas, desde que essa medida, de caráter excepcional, seja justificada por escrito.

Comentários:

O uso de algemas é admitido nas seguintes situações: **resistência, fundado receio de fuga** ou **perigo à integridade física própria ou alheia**. Trata-se de medida de caráter excepcional, que precisa ser justificada por escrito, conforme previsto na SV nº 11. Questão correta.

⁷⁷ ADPF 347. Rel. Min. Marco Aurélio. DJe 19.02.2016.

⁷⁸ HCs 202.579 e 202.700. Rel. Min. Nunes Marques, Red. Ac. Min. Gilmar Mendes. Julgamento: 26.10.2021.

(Polícia Civil-SE – 2018) Conforme texto constitucional vigente, a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontra terão de ser comunicados em até vinte e quatro horas ao juiz competente e à família do preso ou a pessoa por ele indicada.

Comentários:

Segundo o art. 5º, LXII, CF/88, “a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada”. Questão errada.

(Polícia Civil-CE – 2015) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados, imediatamente, ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

Comentários:

É a literalidade do art. 5º, LXII, CF/88. Questão correta.

(Polícia Civil-CE – 2015) A prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade policial.

Comentários:

Pegadinha! É a autoridade judicial (e não a autoridade policial!) que relaxará a prisão ilegal. Questão errada.

(Polícia Federal – 2014) Um agente da Polícia Federal foi escalado para atuar em operação para cumprimento de mandado judicial de prisão e de busca e apreensão, durante o dia, de documentos no escritório profissional do investigado. Mesmo que o investigado ofereça resistência à ordem de prisão, não será possível o uso de algemas para conduzi-lo, uma vez que a CF garante que nenhum cidadão será submetido a tratamento desumano ou degradante.

Comentários:

A Súmula Vinculante nº 11 autoriza a utilização de algemas em caso de **resistência** à prisão. Logo, na situação descrita, será possível o uso de algemas. Questão errada.

LXVII - não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;

A partir deste artigo, de “memorização” obrigatória para sua prova, pode-se concluir que:

- a) Em regra, não há prisão civil por dívidas.
- b) Aquele que não paga **pensão alimentícia** só pode ser preso se deixar de pagar porque quer (inadimplemento **voluntário**) e sem justificativa plausível (inadimplemento **inescusável**).
- c) Se levarmos em conta apenas o texto da Constituição, iremos concluir que o depositário infiel também pode ser preso. No entanto, o entendimento atual do STF é o de que a **única prisão civil por dívida** admitida no ordenamento jurídico brasileiro é a resultante do **inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia**.

Vamos explicar o porquê disso, começando com o conceito de “depositário infiel”.

O conceito não é cobrado em prova, mas fica bem mais fácil entender o espírito da norma quando este é explicado. O depositário é a pessoa a quem uma autoridade entrega um bem em depósito. Essa pessoa assume a **obrigação de conservar aquele bem com diligência e de restituí-lo** assim que a autoridade o exigir. **Quando assim não procede**, é chamada **depositário infiel**. A infidelidade, portanto, é um delito. É o caso de uma pessoa que teve mercadoria apreendida pela Receita Federal, mas que recebe do Auditor-Fiscal autorização para guardá-la, por falta de espaço no depósito da unidade aduaneira, por exemplo. Caso o bem não seja entregue assim que requerido, o depositário torna-se infiel.

Pela literalidade da Constituição, o depositário infiel pode ser preso. No entanto, trata-se de **autorização** (e não imposição) constitucional. Há necessidade de uma norma infraconstitucional que ordene a prisão. Com efeito, **a Constituição apenas autoriza a prisão**; quem deve determinar a prisão do depositário infiel é uma lei (norma infraconstitucional). Essa lei que determina a prisão do depositário infiel até existe, mas como explicarei a seguir, está com a eficácia suspensa.

O Brasil é signatário da **Convenção Americana de Direitos Humanos** (Pacto de San Jose da Costa Rica), que **somente permite a prisão civil por não pagamento de obrigação alimentícia**. Segundo o STF, esse tratado, por ser de direitos humanos, tem **“status” suprallegal**, ou seja, está abaixo da Constituição e acima de todas as leis na hierarquia das normas. Assim, ele não se sobrepõe à Constituição, ou seja, permanece válida a autorização constitucional para que o depositário infiel seja preso.

No entanto, a Convenção Americana de Direitos Humanos, por ter *status* suprallegal, **suspendeu toda a eficácia** da legislação infraconstitucional que regia a prisão do depositário infiel. Segundo o STF, o Pacto de San José da Costa Rica produziu um **“efeito paralisante”** sobre toda a legislação infraconstitucional que determinava a prisão do depositário infiel.⁷⁹

Dessa forma, **não houve revogação do texto constitucional**. A Constituição continua autorizando a prisão do depositário infiel; no entanto, a **legislação infraconstitucional está impedida de ordenar essa modalidade de prisão**, em razão da Convenção Americana de Direitos Humanos, cuja hierarquia é de norma suprallegal.

Para sanar qualquer dúvida sobre o tema, o STF editou a Súmula Vinculante nº 25:



Súmula Vinculante nº 25: É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade de depósito.

⁷⁹ RE 466.343-1/SP, Rel. Min. Cezar Peluso, DJ 03.12.2008

Para finalizar, quero que vocês se lembrem, ainda, de que os **tratados sobre direitos humanos** também **podem ter “status” de emenda constitucional**, desde que aprovados obedecendo ao rito próprio dessa espécie normativa. Assim, necessitam ser aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros. Essa previsão está no art. 5º, § 3º da CF/88, incluído à Constituição pela EC 45/04.

Continuemos no estudo do art. 5º, da Constituição Federal!

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

Por meio desse dispositivo, a CF/88 garante a **liberdade de locomoção**, no território nacional, nos tempos de paz e **nos termos da lei**. Observe que se trata de norma constitucional de **eficácia contida**, que poderá sofrer restrições referentes ao ingresso, saída e circulação interna de pessoas e patrimônio. É o caso, por exemplo, das restrições impostas por normas referentes ao ingresso de estrangeiros no país.

Outro tópico bastante interessante sobre esse dispositivo é que a liberdade de locomoção só é assegurada **a qualquer pessoa** (brasileira ou não) em tempos de paz. Isso significa que, **em tempos de guerra**, a liberdade de **entrada, saída e permanência no país poderá sofrer duras restrições**, principalmente no que se refere a estrangeiros.

Por fim, cabem algumas considerações sobre o direito de locomoção. Locomover significa andar, correr, passear, parar, ir, vir, ficar, estacionar, transitar... Em sentido amplo, é o mesmo que circular. Nesse sentido, **não pode o Poder Público cercear o livre trânsito de pessoas**, salvo em situações excepcionais. No estado de sítio, por exemplo, pode ser determinado que as pessoas sejam obrigadas a permanecerem em um local específico, nos termos do art. 139, inciso I, da CF/88.

O remédio constitucional adequado para proteger a liberdade de locomoção é o “*habeas corpus*”. Os remédios constitucionais compreendidos entre os incisos LXVIII e LXXIII do art. 5º serão abordados em um outro arquivo do livro digital do nosso curso.

LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

Essa previsão constitucional visa garantir a todos o acesso à Justiça. Em concursos, você deve ficar atento ao fato de que a assistência jurídica integral e gratuita **só é devida aos pobres**, aos que **comprovarem insuficiência de recursos**.

A **Defensoria Pública** da União, dos Estados e do Distrito Federal é o órgão público incumbido de desempenhar o papel previsto no inciso LXXIV.

LXXV - o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença;

Tem-se, nesse inciso, a previsão da **responsabilidade civil do Estado** quanto à **condenação por erro** judiciário ou à **manutenção de uma pessoa presa por mais tempo** que o fixado na sentença judicial.

Tudo bem, aluno (a)... Já vou dizer o que é responsabilidade civil. Trata-se de uma obrigação de indenizar que surge a partir de um dano. No caso, a responsabilidade do Estado é do tipo **objetiva**, pois independe de ter havido dolo ou culpa por parte dos agentes públicos, cuja ação foi imputada ao Estado.

Assim, quem sofreu condenação penal indevida (por erro judiciário) ou ficou preso além do tempo determinado pelo juiz (erro da Administração) tem direito a indenização. É o que prevê o inciso acima.

LXXVI - são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei:

a) o registro civil de nascimento;

b) a certidão de óbito;

Quais os possíveis “peguinhas” relativos a esse inciso?

Primeiramente, só os **reconhecidamente pobres, na forma da lei**, têm direito à gratuidade de que trata a norma constitucional. Entretanto, o STF **julgou constitucional lei que prevê gratuidade** do registro do nascimento, do assento de óbito, bem como da primeira certidão respectiva a **todos os cidadãos** (e não só para os pobres). Entendeu-se inexistir conflito da lei impugnada com a Constituição, a qual, em seu inciso LXXVI do art. 5º **apenas estabelece o mínimo** a ser observado pela lei, não impedindo que esta gratuidade seja estendida a outros cidadãos. Considerou-se, também, que os atos relativos ao nascimento e ao óbito são a base para o exercício da cidadania, sendo assegurada a gratuidade de todos os atos necessários ao seu exercício (CF, art. 5º, LXXVII).

O STF considerou também que os **estrangeiros hipossuficientes** são **imunes** ao pagamento de taxas para registro da regularização migratória⁸⁰.

Finalmente, a gratuidade só diz respeito ao **registro de nascimento** e à **certidão de óbito**. Nada de cair em “peguinhas” que estendam esse direito à certidão de casamento, por exemplo.

LXXVII - são gratuitas as ações de "habeas-corpus" e "habeas-data", e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

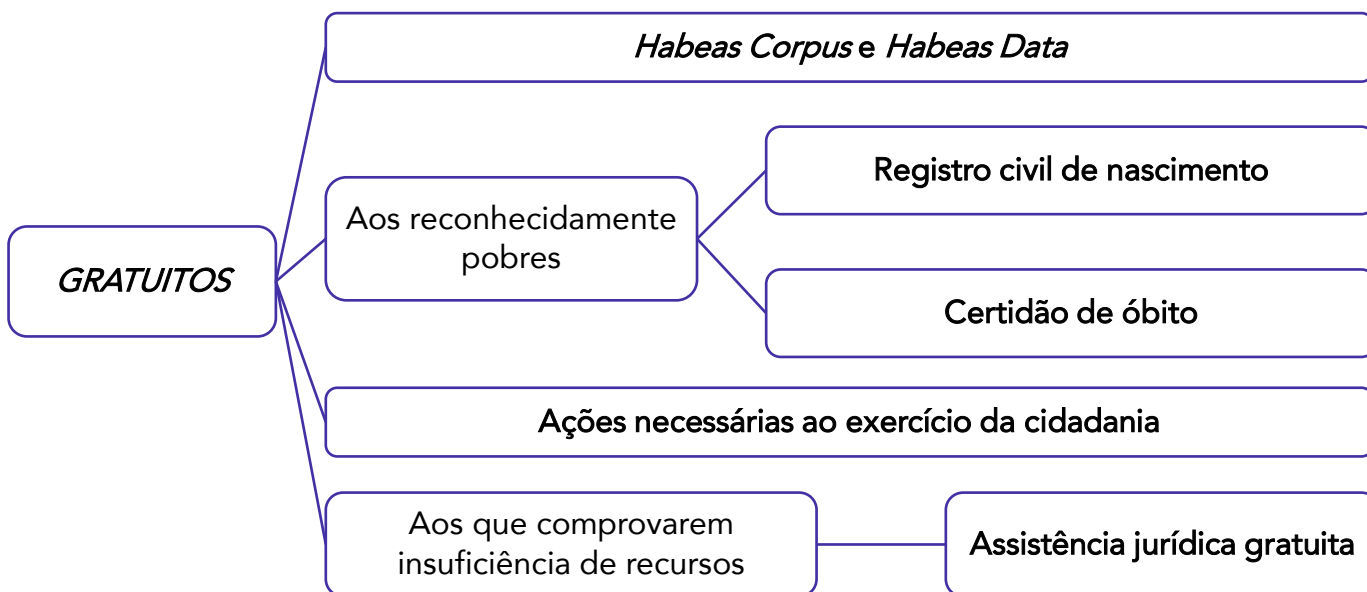
“*Habeas corpus*” e do “*habeas data*” são remédios constitucionais **gratuitos**. Lembre-se disso!! Iremos estudar essas duas ações constitucionais em momento oportuno, mas desde já se lembre que são gratuitos.

Lembre-se que também são **gratuitos** os atos necessários ao **exercício da cidadania**, na forma da lei. Só a lei formal, portanto, poderá determinar quais atos são esses. É um caso de reserva legal.

⁸⁰ RE 1018911/RR, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 10/11/2021 (Repercussão Geral – Tema 988)

A título de informação, a Lei Federal nº 9.265/96 prevê os atos necessários ao **exercício da cidadania** e que, por consequência, devem ser **gratuitos**. São eles:

- Os que capacitam o cidadão ao exercício da soberania popular, a que se reporta o art. 14 da Constituição (emissão de título de eleitor, por exemplo);
- Aqueles referentes ao alistamento militar;
- Os pedidos de informações ao poder público, em todos os seus âmbitos, objetivando a instrução de defesa ou a denúncia de irregularidades administrativas na órbita pública;
- As ações de impugnação de mandato eletivo por abuso do poder econômico, corrupção ou fraude;
- Quaisquer requerimentos ou petições que visem as garantias individuais e a defesa do interesse público.
- O registro civil de nascimento e o assento de óbito, bem como a primeira certidão respectiva.
- O requerimento e a emissão de documento de identificação específico, ou segunda via, para pessoa com transtorno do espectro autista.



LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

Esse dispositivo constitucional traduz o princípio da **celeridade processual**. Foi incorporado à Carta Magna com o objetivo de garantir aos cidadãos o direito de verem julgados seus processos em um **prazo razoável**, sendo aplicável tanto aos processos administrativos quanto aos judiciais.

LXXIX - é assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

O inciso LXXIX foi incluído no texto constitucional por força da Emenda Constitucional nº 115/2022. Nota-se a preocupação do legislador constituinte com a **proteção de dados pessoais**.

Acerca disso, vale notar que o Supremo Tribunal Federal já havia entendido que a manipulação de dados pessoais deve observar os limites delineados pelo âmbito de proteção das cláusulas constitucionais assecuratórias da liberdade individual (art. 5º, caput), da privacidade e do livre desenvolvimento da personalidade (art. 5º, X e XII), sob pena de lesão a esses direitos⁸¹. Segundo a Corte, a proteção de dados pessoais é decorrência do respeito à **privacidade** e foi positivada pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018).

A proteção de dados pessoais e a autodeterminação informacional são **direitos fundamentais autônomos**, dos quais decorrem tutela jurídica específica e dimensão normativa própria. Assim, segundo o STF, é necessária a instituição de controle efetivo e transparente da coleta, armazenamento, aproveitamento, transferência e compartilhamento desses dados, bem como o controle de políticas públicas que possam afetar substancialmente o direito fundamental à proteção de dados.



E o que dizer a respeito do compartilhamento de dados pessoais entre órgãos públicos?

Em recente decisão, o STF entendeu ser **legítimo**, desde que observados alguns parâmetros, o **compartilhamento de dados pessoais entre órgãos e entidades da Administração Pública federal**, sem qualquer prejuízo da irrestrita observância dos princípios gerais e mecanismos de proteção elencados na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018) e dos direitos constitucionais à privacidade e proteção de dados⁸².

Agora, com a Emenda nº 115, a **proteção de dados pessoais** não é algo apenas implicitamente extraído da Constituição, passando a ser um **direito fundamental expresso**. Em consequência, referido direito também pode ser considerado uma "**cláusula pétrea**".

Analisemos, agora, os parágrafos do art. 5º da Constituição Federal...

§ 1º - As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

Desse comando constitucional, depreende-se que as normas que definem direitos e garantias fundamentais (não só aquelas do art. 5º da CF, mas também as constantes de outros artigos da Constituição) devem ser

⁸¹ ADI 6387 MC-Ref. Rel. Min. Rosa Weber. Julgamento: 07.05.2020.

⁸² ADI 6649/DF e ADPF 695/DF. Rel. Min. Gilmar Mendes. Julgamento: 15.09.2022.

interpretadas de modo a terem a **maior eficácia possível**, mesmo quando ainda não regulamentadas pelo legislador ordinário. Isso porque, como você percebeu, **vários direitos e garantias** fundamentais estão previstos **em normas de eficácia limitada**, dependendo de regulamentação para a produção de todos os seus efeitos.

§ 2º - Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

Como se deduz do parágrafo acima, os **direitos e garantias fundamentais** previstos na Constituição têm enumeração aberta (**rol exemplificativo**). Podem, portanto, haver outros, decorrentes dos princípios constitucionais ou da assinatura de tratados internacionais pela República Federativa do Brasil. Consagrou-se, no Brasil, um **sistema aberto de direitos fundamentais**.

Desse modo, para que um direito seja considerado como fundamental, **não é necessário que ele seja constitucionalizado** (incorporado formalmente ao texto constitucional). Os direitos serão fundamentais **em razão da sua essência, do seu conteúdo normativo**. Surge, assim, a ideia de **“fundamentalidade material”** dos direitos fundamentais, que permite a abertura do sistema constitucional a outros direitos fundamentais não previstos no texto da Constituição.

Há que se ressaltar que a fundamentalidade material é uma noção que **depende da existência de cláusula de abertura material** inserida no texto da Constituição, o que no caso brasileiro foi feito pelo art. 5º, § 2º, CF/88. Em outras palavras, é a Constituição formal que abre a possibilidade para o fenômeno da “fundamentalidade material”.

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

Por meio desse parágrafo, a Constituição determina que alguns tratados e convenções internacionais têm **força de emenda constitucional**, atendidos os requisitos:

- a) Devem tratar de direitos humanos;
- b) Devem ter sido aprovados de acordo com o rito próprio das emendas constitucionais: três quintos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação.

E os tratados sobre direitos humanos que não são aprovados por esse rito especial?

Como dissemos anteriormente, caro (a) aluno (a), o Supremo Tribunal Federal (STF), em decisão recente (2008), firmou entendimento de que esses **tratados têm hierarquia supralegal**, situando-se abaixo da Constituição e acima da legislação interna.

Há apenas dois tratados de direitos humanos aprovados pelo Congresso Nacional na forma do § 3º. Trata-se dos seguintes compromissos internacionais: Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com

Deficiência (Decreto nº 6.949/09) e o Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso (Decreto nº 9.522/18).

§ 4º O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.

O Tribunal Penal Internacional constitui-se no primeiro tribunal de **natureza permanente** destinado a **apurar a responsabilidade de indivíduos** por crimes perpetrados contra os direitos humanos, concretizando grande avanço do processo de internacionalização dos direitos humanos e de humanização do direito internacional.



(PM-RJ – 2021) Determinado tratado de proteção aos Direitos Humanos foi assinado pelo Estado brasileiro e, a partir desse momento, iniciou-se um intenso movimento, capitaneado pelas entidades de proteção aos Direitos Humanos, para que fosse incorporado, à ordem interna, com eficácia jurídica equivalente às emendas constitucionais. Para que isto ocorra, é preciso que seja aprovado em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, pelo voto de três quintos dos respectivos membros.

Comentários:

Pela literalidade do art. 5º, § 3º, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em **cada Casa do Congresso Nacional**, em **dois turnos**, por **três quintos** dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. Questão correta.

(PRF – 2019) Conforme a maneira como são internalizados, os tratados internacionais sobre direitos humanos podem receber status normativo-hierárquico constitucional ou legal.

Comentários:

Os tratados internacionais de direitos humanos podem *status* **constitucional** ou **supralegal**. Assim, faltou o prefixo “SUPRA” para que o enunciado ficasse correto. Os tratados de direitos humanos terão *status* constitucional quando forem aprovados na forma do art. 5º, § 3º, CF/88. Por outro lado, terão *status* supralegal quando forem aprovados pelo mesmo rito de aprovação das leis. Questão errada.

(MPU – 2018) Os tratados internacionais sobre direitos humanos possuem *status* de emendas constitucionais, de maneira que a autoridade pública que a eles desobedecer estará sujeita a responsabilização.

Comentários:

Nem todos os tratados internacionais de direitos humanos possuem *status* de emenda constitucional, mas apenas aqueles que forem aprovados pelo rito qualificado do art. 5º, § 3º, CF/88. Questão errada.

(MPU – 2015) A CF traz uma enumeração taxativa dos direitos fundamentais.

Comentários:

O rol de direitos fundamentais previsto na CF/88 é meramente **exemplificativo**. Podem existir outros direitos fundamentais previstos em tratados internacionais ou decorrentes do regime e dos princípios adotados pela CF/88. Questão errada.

(MPE-GO – 2014) A fundamentalidade material é uma noção que permite a abertura a outros direitos fundamentais não previstos expressamente no texto constitucional, e essa mesma noção se dá por meios que prescindem da Constituição formal.

Comentários:

O erro está na parte final da assertiva. A abertura do sistema constitucional a outros direitos fundamentais **depende de expressa previsão na Constituição formal**. Questão errada.

Habeas Corpus

LXVIII - conceder-se-á "*habeas-corpus*" sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

O "*habeas corpus*" é uma **garantia fundamental**. Temos que ele é remédio constitucional que **protege o direito de locomoção**. Sua finalidade é, por meio de ordem judicial, **fazer cessar a ameaça ou coação à liberdade de locomoção** do indivíduo.

O "*habeas corpus*" tem **natureza penal, procedimento especial** (é de decisão mais rápida: rito sumário), é **isento de custas** (gratuito, nos termos do art. 5º, inciso LXXVII) e pode ser **repressivo** (liberatório) ou **preventivo** (salvo-conduto). Se repressivo, busca devolver ao indivíduo a liberdade de locomoção que já perdeu (sendo preso, por exemplo); quando preventivo, resguarda o indivíduo quando a perda dessa liberdade é apenas uma ameaça. Há, ainda, o "*habeas corpus*" **suspensivo**, utilizado quando a prisão já foi decretada, mas o mandado de prisão ainda está pendente de cumprimento.

Pode o "*habeas corpus*" ser impetrado por **qualquer pessoa física ou jurídica**, nacional ou estrangeira, ou, ainda, **pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública**. Todos esses são, portanto, **sujeitos ativos** do "*habeas corpus*". Trata-se de uma ação com **legitimidade universal**, que pode, inclusive, ser concedida de ofício pelo próprio juiz. Tamanho é seu caráter universal que o "*habeas corpus*" prescinde, até mesmo, da outorga de mandado judicial que autorize o impetrante a agir em favor de quem estaria sujeito, alegadamente, a constrangimento em sua liberdade de locomoção.

Não pode o "*habeas corpus*", contudo, **ser impetrado em favor de pessoa jurídica**. Somente as pessoas físicas (os seres humanos) podem ser **pacientes** de "*habeas corpus*". Já viu pessoa jurídica ("empresa") se locomovendo? Ou, ainda, é possível que pessoa jurídica seja condenada à prisão? Não, né? Por isso mesmo, o "*habeas corpus*" **só pode ser impetrado a favor de pessoa natural**, jamais de pessoa jurídica. Guarde bem isso!



Pessoa jurídica **pode impetrar** *habeas corpus*, mas sempre **a favor** de pessoa física.

Não há necessidade de advogado para impetração de "*habeas corpus*", bem como para interposição de recurso ordinário contra decisão proferida em "*habeas corpus*". A doutrina considera, por isso, que o "*habeas corpus*" é uma verdadeira ação penal popular.

No que se refere à **legitimidade passiva** no "*habeas corpus*", tem-se que este se dirige contra a **autoridade coatora**, seja ela de **caráter público ou um particular**. Por autoridade coatora entende-se aquela que determinou a prisão ou a restrição da locomoção do paciente, ou seja, da pessoa que sofreu a lesão ou

ameaça de lesão. Um exemplo típico de “*habeas corpus*” contra particular é aquele impetrado contra hospitais, que negam a liberação de seus pacientes, caso estes não paguem suas despesas.

Pela importância do direito que busca proteger (liberdade de locomoção), o *habeas corpus* é ação de procedimento especial (rito sumário), sendo decidida de maneira bem célere. Mesmo assim, **pode haver medida liminar** em “*habeas corpus*”, desde que presentes seus pressupostos (*fumus boni iuris* e *periculum in mora*).

“O que é liminar?”

A liminar é uma ordem judicial proferida pronta, sumária (rito breve) e precariamente (não é definitiva). Visa proteger **direito que esteja sendo discutido em outra ação**, e que, sem a liminar, **poderia sofrer danos de difíceis reparações, devido à demora** na prestação jurisdicional. A liminar, portanto, tem dois pressupostos:

- a) O “*fumus boni iuris*”, ou “fumaça do bom direito”, que significa que o pedido deve ter plausibilidade jurídica;
- b) O “*periculum in mora*” (risco da demora), que significa que deve haver possibilidade de dano irreparável ou de difícil reparação se houver demora na prestação jurisdicional.

Outra coisa importante: é cabível “*habeas corpus*” mesmo quando a **ofensa ao direito de locomoção é indireta**, ou seja, quando do ato impugnado possa resultar procedimento que, ao final, termine em detenção ou reclusão da pessoa. É o caso do uso desse instrumento para proteger o indivíduo contra quebra de sigilo bancário que possa levar à sua prisão em um processo criminal, por exemplo¹. Esse é o entendimento do STF. Entretanto, caso a quebra do sigilo fiscal se desse em um processo administrativo, não caberia “*habeas corpus*”. Isso porque esse tipo de processo jamais leva à restrição de liberdade. O remédio constitucional adequado, nesse caso, seria o mandado de segurança.

O *habeas corpus* também **poderá ser concedido** para impugnar **medidas cautelares diversas da prisão**, as quais estão relacionadas no art. 319, do Código de Processo Penal.² Isso se deve ao fato de que, caso essas medidas cautelares sejam descumpridas, poderão ser convertidas em prisão processual, havendo, portanto, risco à liberdade de locomoção do indivíduo.

Além disso, **cabe *habeas corpus*** para **questionar medidas de proteção à mulher** previstas na Lei Maria da Penha. Segundo o STJ, “*se o paciente não pode aproximar-se a menos de 500 metros da vítima ou de seus familiares, se não pode aproximar-se da residência da vítima, tampouco pode frequentar o local de trabalho dela, decerto que se encontra limitada a sua liberdade de ir e vir. Posto isso, afigura-se cabível a impetração do habeas corpus*”³.

¹“O *habeas corpus* é medida idônea para impugnar decisão judicial que autoriza a quebra de sigilos fiscal e bancário em procedimento criminal, haja vista a possibilidade destes resultarem em constrangimento à liberdade do investigado” (AI 573623 QO/RJ, rel. Min. Gilmar Mendes, 31.10.2006).

² HC 147426/AP e HC 147303/AP, Rel. Min. Gilmar Mendes. Julgamento: 18.12.2017.

³ HC 298.499/AL, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, 5ª Turma, DJ 09.12.2015.

Resta, ainda, destacar que o “*habeas corpus*” **pode ser concedido de ofício pelo juiz**⁴, ou seja, por sua iniciativa, sem provocação de terceiros. Isso ocorrerá quando, no curso do processo, a autoridade judiciária verificar que alguém sofre ou está na iminência de sofrer coação ilegal.

Além disso, entende o STF que o órgão competente para julgamento do *habeas corpus* está **desvinculado à causa de pedir** (fundamento do pedido) **e aos pedidos formulados**. Assim, havendo convicção sobre a existência de ato ilegal não mencionado pelo impetrante, cabe ao Judiciário afastá-lo, ainda que isso implique concessão de ordem em sentido diverso do pleiteado⁵.

O “*habeas corpus*” também **não serve como meio de dilação probatória**⁶, para reparar erro do Judiciário, devido à sua índole sumaríssima⁷. A coação ilegal deverá ser demonstrada de plano pelo impetrante: exige-se, no “*habeas corpus*”, prova pré-constituída. Como a fase de dilação probatória é demorada, relativamente longa, entende o STF que é incabível na via de “*habeas corpus*”, devido a seu rito sumaríssimo. O bem jurídico tutelado (a liberdade de locomoção) requer o afastamento da ilegalidade o mais rápido possível, o que não se daria caso houvesse uma fase probatória.



Apesar de não existir previsão expressa em nosso ordenamento jurídico, o STF admite que seja impetrado o “***habeas corpus coletivo***”. Permite-se, desse modo, que os juízes e Tribunais **estendam** ordem de *habeas corpus* para **todos aqueles que estão na mesma situação**. Foi esse o entendimento do STF ao analisar *habeas corpus* coletivo impetrado pela Defensoria Pública em favor de mulheres grávidas e mães de crianças que estão cumprindo prisão preventiva.⁸

Uma pergunta importante que se deve fazer é a seguinte: quando é **incabível o “*habeas corpus*”**?

a) Não cabe *habeas corpus* para **impugnar decisões do STF** (Plenário, Turmas ou ato individual de Ministro).

O STF já passou por algumas “idas e vindas” em relação ao cabimento de *habeas corpus* em face de ato individual de Ministro. No julgamento do HC 130.620, por exemplo, entendeu-se pela viabilidade de impetração do remédio constitucional contra ato individual de magistrado. Todavia, em decisão mais recente tomada no âmbito do inquérito das *fake news* (Inquérito 4.781), o Plenário do STF não conheceu de *habeas*

⁴STF, HC 69.172-2/RJ, DJ, 1, de 28.08.1992.

⁵STF, HC 69.421/SP, DJ, 1, de 28.08.1992.

⁶ Por dilação probatória entende-se o prazo concedido às partes para a produção de provas no processo.

⁷STF, HC 68.397-5/DF, DJ 1, 26.06.1992.

⁸ HC 143.641/SP. Rel. Min. Ricardo Lewandowski. Julgamento: 20.02.2018.

corpus perante ato individual de um ministro da Corte⁹. Logo, atualmente prevalece o entendimento de que **não cabe *habeas corpus* em face de atos individuais praticados pelos Ministros do STF**.

A impossibilidade de impetração do “*habeas corpus*” contra decisões colegiadas do STF decorre do princípio da “superioridade de grau”, em virtude do qual somente a autoridade imediatamente superior à autoridade coatora é que teria competência para conhecer e decidir sobre essa ação. Nesse sentido, nenhum juiz pode conceder “*habeas corpus*” contra ato do próprio juízo; o *habeas corpus* é sempre impetrado junto à autoridade superior daquela que tomou decisão que viola a liberdade de locomoção.

Acerca disso, frise-se a existência da Súmula 606, do STF:

Súmula 606: Não cabe *habeas corpus* originário para o Tribunal Pleno de decisão de Turma, ou do Plenário, proferida em *habeas corpus* ou no respectivo recurso.

- b)** Não cabe “*habeas corpus*” para impugnar determinação de **suspensão dos direitos políticos**.
- c)** Não cabe “*habeas corpus*” para impugnar **pena em processo administrativo disciplinar**: advertência, suspensão, demissão etc.
- d)** Não cabe “*habeas corpus*” para impugnar **pena de multa** ou relativa a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada. (Súmula STF nº 693)

Perceba que as penas de multa, de suspensão de direitos políticos, bem como disciplinares **não resultam em cerceamento da liberdade de locomoção**. Logicamente, não cabe “*habeas corpus*” para impugná-las.

- e)** Não cabe “*habeas corpus*” para impugnar **quebra de sigilo bancário, fiscal ou telefônico**, se dela não puder resultar condenação à pena privativa de liberdade.

Se a quebra de sigilo bancário, fiscal ou telefônico puder resultar em condenação à pena privativa de liberdade, entende-se que há violação indireta à liberdade de locomoção. Nesse caso, será cabível o “*habeas corpus*”.

- f)** Não cabe “*habeas corpus*” quando **já extinta a pena privativa de liberdade**. (Súmula STF nº 695)

Desconstituído o objeto do “*habeas corpus*”, por julgada extinta a pena em face do seu integral cumprimento, resta prejudicado o pedido¹⁰. Isso significa que a **extinção da pena torna incabível a utilização do “*habeas corpus*”**. A lógica é simples: o “*habeas corpus*” visa à tutela do direito à locomoção, não se justificando quando esse direito não mais se encontra limitado ou ameaçado.

- g)** Não cabe “*habeas corpus*” para **discutir o mérito** de punições disciplinares militares (art. 142, § 2º, CF).

⁹ HCs 170.263, 170.285, 170.328, 170.330 e 186.296. Rel. Min. Edson Fachin.

¹⁰ HC 34826 RS 2004/0051531-1, DJe 06/10/2008.

Segundo o STF, **é cabível** “*habeas corpus*” para **discutir a legalidade** de punições disciplinares militares (por exemplo, a competência do agente e concessão de ampla defesa e contraditório).

h) Não cabe “*habeas corpus*” contra a imposição de pena de **exclusão de militar** ou de **perda de patente ou de função pública**.

i) Não cabe “*habeas corpus*” para se pleitear o **direito a visitas íntimas**.¹¹

Destaca-se, ainda, que em caso de estado de defesa (art. 136, CF) ou estado de sítio (art. 139, CF), o âmbito do “*habeas corpus*” poderá ser restringido. Contudo, jamais poderá ser suprimido.

Em que pese a inexistência de uma lei específica tratando exclusivamente sobre o *habeas corpus*, vale pontuar que o Código de Processo Penal dispõe a respeito da processualística desse remédio constitucional (artigos 647 a 667).



(PGM-Fortaleza – 2017) Pessoa jurídica pode impetrar *habeas corpus*.

Comentários:

O “*habeas corpus*” pode, sim, ser impetrado por qualquer pessoa jurídica, nacional ou estrangeira. A pessoa jurídica, entretanto, não pode ser paciente dessa ação, uma vez que não possui direito de locomoção a ser protegido. Questão correta.

(TJ-SP – 2015) Não é possível a concessão de *habeas corpus* quando alguém se ache ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, devendo a violência ou coação estarem concretizadas.

Comentários:

A violência ou coação à liberdade de locomoção não precisam estar concretizadas para que se conceda *habeas corpus*. Isso porque existe a figura do *habeas corpus preventivo*, utilizado quando a perda da liberdade ainda é uma ameaça. Questão errada.

(FUB – 2015) A legitimidade para impetração de *habeas corpus* é universal, abrangendo a pessoa jurídica e também aqueles que não possuem capacidade civil plena.

Comentários:

Qualquer pessoa física ou jurídica, nacional ou estrangeira, poderá impetrar *habeas corpus*. Portanto, a legitimidade para impetração de *habeas corpus* é universal. Questão correta.

¹¹ HC 138286, Rel. Min. Marco Aurélio. Julgamento: 05.12.2017

(TCM-GO – 2015) Conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém estiver submetido as decisões ilegais que impliquem condenação em pena privativa de direitos, privativa de liberdade ou de multa.

Comentários:

Não cabe habeas corpus para impugnar pena privativa de direitos ou pena de multa. O bem jurídico tutelado pelo habeas corpus é a liberdade de locomoção. Portanto, ele é cabível para impugnar decisões ilegais que impliquem condenação em pena privativa de liberdade. Questão errada.

HABEAS CORPUS	
Caráter preventivo ou repressivo	Sim
Finalidade	Proteger a liberdade de locomoção
Legitimados ativos	Qualquer pessoa física ou jurídica, nacional ou estrangeira. Só pode ser impetrado a favor de pessoa natural, jamais de pessoa jurídica.
Legitimados passivos	Autoridade pública e pessoa privada
Natureza	Penal
Isenção de custas	Sim
Medida liminar	Possível, com pressupostos “fumus boni juris” e “periculum in mora”
Observações	Penas de multa, de suspensão de direitos políticos, bem como disciplinares não resultam em cerceamento da liberdade de locomoção. Por isso, não cabe “habeas corpus” para impugná-las

Habeas Data

LXXII - conceder-se-á "*habeas-data*":

- a)** para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
- b)** para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

O *habeas data* é remédio constitucional de **natureza civil** e **rito sumário**, possuindo duas finalidades principais:

- a) garantir acesso a informações relativas à pessoa do impetrante**, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
- b) retificação de dados**, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo. Essa é uma segunda finalidade do “*habeas data*”, que muita gente esquece em prova. O “*habeas data*” também pode ser usado para retificar dados do impetrante, constantes de banco de dados de caráter público.

O *habeas data* poderá ser ajuizado por qualquer pessoa, física ou jurídica, brasileira ou estrangeira. Trata-se de **ação personalíssima**, que **não poderá ser usada para garantir acesso a informações de terceiros**.



A jurisprudência do STF e do STJ reconhece que há uma **situação excepcional** em que se admite a impetração de *habeas data* para obter informações de terceiros. Segundo o STF, “é parte legítima para impetrar *habeas data* o **cônjuge sobrevivente na defesa de interesse do falecido**”¹. No mesmo sentido, entende o STJ que o cônjuge supérstite (sobrevivente) tem legitimidade para impetrar *habeas data* em defesa do interesse do falecido.

No polo passivo do “*habeas data*”, podem estar **pessoas de direito público ou privado**. Quanto às últimas, a condição é que sejam detentoras de banco de dados de caráter público. Isso se deve ao fato de que as informações pessoais do impetrante às quais se busca ter acesso constam de registro ou banco de dados de

¹ RE 589.257/DF. Rel. Min. Marco Aurélio. Julgamento: 05.08.2014.

caráter público. O “*habeas data*” não pode ser usado para que se tenha acesso a banco de dados de caráter privado.

O “*habeas data*”, para que seja impetrado, exige a **comprovação da negativa** da autoridade administrativa de garantir o acesso aos dados relativos ao impetrante. Trata-se de uma hipótese de “jurisdição condicionada”, prevista no ordenamento jurídico nacional.

Sobre isso, destaca-se a posição do STF de que o acesso ao “*habeas data*” pressupõe, dentre outras condições de admissibilidade, a **existência do interesse de agir**. Ausente o interesse de agir, torna-se inviável o exercício desse remédio constitucional. A **prova do anterior indeferimento** do pedido de informações de dados pessoais, ou da **omissão em atendê-lo**, constitui requisito indispensável à concretização do interesse de agir em sede de “*habeas data*”. Sem que se configure situação prévia de pretensão resistida, há carência da ação constitucional do “*habeas data*” (STF, HD 75; DF, DJU de 19.10.2006).

O “*habeas data*” é, assim como o “*habeas corpus*”, **ação gratuita** (art. 5º, inciso LXXVII). No entanto, é **imprescindível a assistência advocatícia** para que essa ação seja impetrada (ao contrário do “*habeas corpus*”, que dispensa advogado). A impetração de *habeas data* **não se sujeita** a decadência ou prescrição. Ademais, os processos de “*habeas data*” terão prioridade sobre todos os atos judiciais, exceto *habeas-corpus* e mandado de segurança. Guarde bem essa informação!

No RE 673.707/MG, de 17 de junho de 2015, o STF decidiu que “*o habeas data é a garantia constitucional adequada para a obtenção, pelo próprio contribuinte, dos dados concernentes ao pagamento de tributos constantes de sistemas informatizados de apoio à arrecadação dos órgãos administração fazendária dos entes estatais*”.

A Corte entendeu que os **contribuintes têm o direito de conhecer informações que lhe digam respeito** e que constem de **bancos de dados público ou de caráter público**, em razão do direito de preservar o *status* do seu nome, seu planejamento empresarial, sua estratégia de investimento e principalmente a recuperação de tributos pagos indevidamente, entre outras finalidades.²

O *habeas data* **não é instrumento adequado** para que se possa ter acesso aos **autos de processo administrativo**. O remédio constitucional que deverá ser usado com essa finalidade é o mandado de segurança.

A lei que trata a respeito do *habeas data* é a Lei Federal nº 9.507/97.



(DPE-RO – 2015) Dentre as garantias fundamentais, a Constituição da República Federativa do Brasil previu a existência do *habeas data*. Esse instrumento pode ser utilizado para retificar dados.

² RE 673.707/MG. Rel. Min. Luiz Fux. 17.06.2015.

Comentários:

O *habeas data* pode ser utilizado para a **retificação de dados**, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo. Questão correta.

(TCM-GO – 2015) Segundo o regime jurídico das ações constitucionais, é correto afirmar que permite que se utilize o *habeas data* para obtenção de vista de processos administrativos.

Comentários:

A obtenção de vista de processos administrativos pode ser garantida mediante mandado de segurança (e não *habeas data*). O *habeas data* será concedido para “assegurar o conhecimento de **informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados** de entidades governamentais ou de caráter público”. Questão errada.

HABEAS DATA	
Finalidade	Proteger direito relativo à informação e retificação sobre a pessoa do impetrante constante de registros ou bancos de dados
Legitimados ativos	Qualquer pessoa física ou jurídica, nacional ou estrangeira
Legitimados passivos	Entidades governamentais ou pessoas jurídicas de caráter público que tenham registros ou bancos de dados, ou, ainda, pessoas jurídicas de direito privado detentoras de banco de dados de caráter público
Natureza	Civil
Isento de custas	Sim
Medida liminar	Não
Observações	Destina-se a garantir o acesso a informações relativas à pessoa do impetrante, ou seja, do requerente, solicitante. Jamais para garantir acesso a informações de terceiros! Só pode ser impetrado diante da negativa da autoridade administrativa de garantir o acesso aos dados relativos ao impetrante. Sua impetração não se sujeita a decadência ou prescrição.

Mandado de Segurança Individual

LXIX – conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por “habeas corpus” ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

O mandado de segurança é **ação judicial, de rito sumário especial**, própria para proteger **direito líquido e certo** de pessoa física ou jurídica, **não protegido por “habeas corpus” ou “habeas data”**, que tenha sido violado por ato de autoridade ou de agente de pessoa privada no exercício de atribuição do Poder Público.

Quando se fala que o mandado de segurança protege direito líquido e certo “não amparado por *“habeas corpus”* ou habeas data”, determina-se que este tem **caráter residual**. Assim, essa ação judicial só é cabível na falta de outro remédio constitucional para proteger o direito violado. Como exemplo, o mandado de segurança é o remédio constitucional apto a proteger o direito de reunião caso haja lesão ou ameaça de lesão a esse direito por alguma ilegalidade ou arbitrariedade por parte do Poder Público.

Outra característica importante é que o mandado de segurança tem **natureza civil**, e é **cabível contra o chamado “ato de autoridade”**, ou seja, contra ações ou omissões do **Poder Público** e de **particulares no exercício de função pública** (como o diretor de uma universidade, por exemplo). Destaque-se que, mesmo sendo ação de natureza civil, o mandado de segurança poderá ser usado em processos penais.

Assim, a **violação de direito líquido e certo** não protegido por “*habeas corpus*” ou “*habeas data*” dará ensejo à utilização do mandado de segurança. **Direito líquido e certo**, segundo a doutrina, é aquele evidente de imediato, que não precisa de comprovação futura para ser reconhecido. A existência desse direito é impossível de ser negada. Por esse motivo, **não há dilação probatória** (prazo para produção de provas) no mandado de segurança. As provas, geralmente documentais, são levadas ao processo no momento da impetração da ação, ou seja, quando se requer a tutela jurisdicional. São provas pré-constituídas.

De acordo com a jurisprudência do STF, o conceito de direito líquido e certo está mesmo **relacionado à prova pré-constituída**, a fatos comprovados documentalmente na exordial (petição inicial do processo). Não importa se a questão jurídica é difícil, complexa ou controvertida. Nesse sentido, dispõe a Súmula 625 do STF que **“controvérsia sobre matéria de direito não impede concessão de mandado de segurança”**. O que se exige é que o fato esteja claro, pois o direito será certo se o fato a ele correspondente também o for.

É importante frisar que o mandado de segurança é cabível **contra atos discricionários ou contra atos vinculados**. Reza a Constituição que os indivíduos utilizam o mandado de segurança para se defenderem tanto da **ilegalidade** quanto do **abuso de poder**. Por ilegalidade, entende-se a situação em que a autoridade coatora não age em conformidade com a lei. Trata-se de vício próprio dos atos vinculados. Por abuso de poder, por outro lado, entende-se a situação em que a autoridade age fora dos limites de sua competência. Trata-se de vício próprio dos atos discricionários. Assim, a Constituição, de acordo com a doutrina, ao se referir à ilegalidade como hipótese de cabimento de mandado de segurança, reporta-se aos atos vinculados, e ao se referir ao abuso de poder, reporta-se aos discricionários.

No que diz respeito à **legitimidade ativa**, podem impetrar mandado de segurança:

- a) **Todas as pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras**, domiciliadas ou não no Brasil;
- b) **As universalidades** (que não chegam a ser pessoas jurídicas) reconhecidas por lei como detentoras de capacidade processual para a defesa de seus direitos, como a massa falida e o espólio, por exemplo;
- c) **Alguns órgãos públicos** (órgãos de envergadura constitucional), na defesa de suas prerrogativas institucionais e atribuições (Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, por exemplo);
- d) **O Ministério Público.**

Há um prazo para a impetração do mandado de segurança: **120 (cento e vinte) dias** a partir da data em que o interessado tiver conhecimento oficial do ato a ser impugnado (publicação desse ato na imprensa oficial, por exemplo). Segundo o STF, esse **prazo é decadencial** (perde-se o direito ao mandado de segurança depois desse tempo), **não passível de suspensão ou interrupção**. Também segundo a Corte Suprema, é constitucional lei que fixe o prazo de decadência para a impetração de mandado de segurança (Súmula 632 do STF).

E se eu perder o prazo? Bem, nesse caso, você até poderá proteger seu direito, mas com outra ação, de rito ordinário, normal. Jamais por mandado de segurança!

Uma vez concedida a segurança (deferido, “aceito” o pedido), a sentença estará sujeita obrigatoriamente ao **duplo grau de jurisdição (reexame necessário)**. Significa dizer que, uma vez tendo sido concedida a segurança pelo juiz de primeira instância, ela necessariamente deverá ser reexaminada pela instância superior. Destaque-se, todavia, que a **sentença de primeiro grau** (primeira instância) **pode ser executada provisoriamente**, não havendo necessidade de se aguardar o reexame necessário.

Pode haver **liminar em mandado de segurança**?

Presentes os requisitos (*fumus boni iuris* e *periculum in mora*), **é possível liminar em mandado de segurança**. O art. 7º, § 2º, da Lei do Mandado de Segurança (Lei nº 12.016/09) previa as seguintes exceções (ou seja, para as matérias abaixo elencadas a lei vedava a concessão de medida liminar):

- a) A compensação de créditos tributários;
- b) A entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior;
- c) A reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza.

Ocorre que o art. 7º, § 2º, da Lei nº 12.016/09 foi julgado **inconstitucional** pelo Supremo Tribunal Federal¹. A Corte entendeu ser incompatível com a Constituição Federal ato normativo que vede ou condicione a concessão de medida liminar nas ações mandamentais (como é o caso do mandado de segurança). Logo,

¹ ADI 4296/DF. Rel. Min. Marco Aurélio, rel. p/ acórdão Min. Alexandre de Moraes. Julgado em 09.06.2021.

mesmo que o mandado de segurança trate de compensação de créditos tributários ou de entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, por exemplo, é sim **possível a concessão de medida liminar**.

“É possível que o impetrante desista do mandado de segurança?”

De acordo com o STF, a resposta é sim. O impetrante do mandado de segurança **pode desistir dessa ação constitucional a qualquer tempo, ainda que proferida decisão de mérito a ele favorável**, e sem anuência da parte contrária. Entende a Corte que o mandado de segurança, enquanto ação constitucional, com base em alegado direito líquido e certo frente a ato ilegal ou abusivo de autoridade, não se revestiria de lide, em sentido material. Eventual má-fé do impetrante que desistisse seria coibida com instrumental próprio².

Vejamos, agora, as situações em que é **incabível o mandado de segurança**.

a) Não cabe mandado de segurança contra **decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo**;

b) Não cabe mandado de segurança contra **ato administrativo do qual caiba recurso com efeito suspensivo**.

Nessas duas hipóteses, havendo possibilidade de recurso suspensivo (ou seja, recurso que garante que nenhuma situação jurídica poderá ser modificada até a decisão) descabe o uso de mandado de segurança, uma vez que o direito já está protegido pela própria suspensão.

Cabe destacar, porém, que a Súmula nº 429/STF dispõe que “a existência de recurso administrativo com efeito suspensivo não impede o uso do mandado de segurança contra **omissão de autoridade**”. Dessa forma, mesmo existindo recurso administrativo com efeito suspensivo, **se houver omissão ilegal ou abusiva da administração**, será cabível mandado de segurança.

c) Não cabe mandado de segurança contra **decisão judicial transitada em julgado**;

Contra esse tipo de decisão não cabe mais recurso, por isso é descabido o uso de mandado de segurança.

d) Não cabe mandado de segurança contra **lei em tese, exceto se produtora de efeitos concretos**;

O que é lei em tese? É aquela de efeitos gerais e abstratos, ou seja, que apresenta **generalidade e abstração**.

A generalidade está presente quando a lei possui destinatários indeterminados e indetermináveis (uma lei que proteja o meio ambiente, por exemplo). Já a abstração ocorre quando a lei disciplina abstratamente (e não concretamente) as situações que estão sujeitas ao seu comando normativo.

Somente **leis de efeitos concretos** (semelhantes a atos administrativos, como uma lei que modifica o nome de uma rua, por exemplo) **podem ser atacadas por mandado de segurança**. Isso porque as demais leis em tese não resultariam numa situação de fato, com violação ao direito líquido e certo do impetrante.

² RE 669367, Rel. Min. Luiz Fux, p. 13.05.2013.

e) Não cabe mandado de segurança contra **ato de natureza jurisdicional**, salvo situação de absoluta excepcionalidade, quando a decisão for equivocada, seja por manifesta ilegalidade, seja por abuso de poder³;

Caso haja essa excepcionalidade, deve o impetrante demonstrar, além da violação de direito líquido e certo, a inexistência de recurso com efeito suspensivo e que o provimento do recurso cabível não seria suficiente à reparação do dano. Isso porque não pode o **mandado de segurança, de acordo com o STF, ser utilizado como sucedâneo recursal**, sob pena de se desnaturar a sua essência constitucional.

O que é um sucedâneo recursal? É todo meio de impugnação⁴ de decisão judicial que não seja recurso nem ação, como é o caso, por exemplo, do pedido de reconsideração. No pedido de reconsideração, que não deriva de lei, mas apenas do bom senso, diante de uma decisão visivelmente equivocada do juiz, a parte pede para que este reconsidere a decisão.

Voltando à análise da jurisprudência do STF, vimos que o mandado de segurança não pode ser usado como sucedâneo recursal. Isso porque, havendo possibilidade de recurso ou correição, a ação não pode ser cabível, por ter caráter residual.

f) Não cabe mandado de segurança contra **decisões jurisdicionais do STF**, inclusive as proferidas por qualquer de seus Ministros, salvo situações excepcionais;

Esses decisões, entende a Corte, têm a possibilidade de ser **reformadas por via dos recursos admissíveis**, ou, em se tratando de julgamento de mérito com trânsito em julgado, por meio de **ação rescisória**⁵ (MS 30836 RJ, 06/10/2011). Novamente, a impossibilidade de emprego do mandado de segurança se dá pelo fato de que ele não têm caráter recursal.

g) Não cabe mandado de segurança para **assegurar direito líquido e certo à insubmissão a certa modalidade de tributação**, na hipótese de o ato coator apontado se confundir com a própria adoção de Medida Provisória editada pelo Chefe do Poder Executivo;

Trata-se de situação **análoga à impetração contra lei em tese** (Súmula 266/STF), situação em que é incabível o mandado de segurança. Em matéria tributária, segundo o Supremo, a cobrança das obrigações fiscais ganha concreção com o lançamento ou com os atos de constituição desempenhados pelo próprio contribuinte, quando a legislação de regência assim determinar⁶. A mera edição de medida provisória pelo Chefe do Executivo não resulta numa situação de fato em que haja violação ao direito líquido e certo do impetrante da ação.

³AgRg no MS 14561 DF 2009/0155213-1, 29/06/2010.

⁴ Impugnação é quando, no Direito, não se concorda com algum ato.

⁵ Ação rescisória é aquela que visa a desconstituir, com base em vícios que as tornem anuláveis, efeitos de sentenças transitadas em julgado, contra as quais não caiba mais recursos. Em outras palavras, aquelas sentenças que seriam “a última palavra” do Judiciário.

⁶STF, MS-ED 25265 / DF - DISTRITO FEDERAL, Julg. 28/03/2007, DJ 08/06/2007.

Por fim, vale destacar que, no processo de mandado de segurança, **não há condenação ao pagamento dos honorários advocatícios** (ônus de sucumbência). Isso quer dizer que se o impetrante (o requerente) for derrotado, não será condenado a pagar as despesas com advogado da outra parte.

A lei que trata a respeito do mandado de segurança é a Lei Federal nº 12.016/09.

MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL	
Caráter preventivo ou repressivo	Sim
Finalidade	Proteger direito líquido e certo, não amparado por “habeas corpus” ou “habeas data”
Legitimados ativos	Todas as pessoas físicas ou jurídicas, as universalidades reconhecidas por lei como detentoras de capacidade processual, alguns órgãos públicos e o Ministério Público
Legitimados passivos	Poder público e particulares no exercício da função pública
Natureza	Civil
Isento de custas	Não
Medida liminar	Possível, com pressupostos “fumus boni juris” e “periculum in mora”



(DP-DF – 2022) Se o responsável por ilegalidade ou por abuso de poder for agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público, a proteção de direito líquido e certo ocorrerá por meio de mandado de segurança.

Comentários:

O mandado de segurança é remédio constitucional hábil a proteger direito líquido e certo ameaçado ou violado por ato ilegal de autoridade pública ou de **agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público** (art. 5º, LXIX, CF/88). Questão correta.

(DPE-MG – 2014) A controvérsia sobre matéria de direito impede a concessão de mandado de segurança, instituto de defesa de direito certo e incontestável.

Comentários:

Segundo a Súmula nº 625 / STF, “*controvérsia sobre matéria de direito não impede concessão de mandado de segurança*”. Questão errada.

(DPE-MG – 2014) É inconstitucional a estipulação de prazo decadencial para a impetração de mandado de segurança.

Comentários:

O STF considera **constitucional** lei que estipule prazo decadencial para a impetração de mandado de segurança. O prazo decadencial do mandado de segurança é de 120 dias. Questão errada.

Mandado de Segurança Coletivo

LXX - o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

- a) partido político com representação no Congresso Nacional;
- b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;

O mandado de segurança coletivo serve para proteger **direitos coletivos e individuais homogêneos** contra ato, omissão ou abuso de poder por parte de autoridade. **Só quem pode impetrá-lo** (legitimados ativos) são essas pessoas previstas nas alíneas “a” e “b”. Destaca-se que a **exigência de um ano de constituição e funcionamento** da alínea “b” se aplica **apenas às associações**, jamais às entidades sindicais e de classe.

Nesse sentido, entende o STF que **nem mesmo os entes da federação podem impetrar mandado de segurança coletivo**, em favor dos interesses de sua população. Para a Corte, *“ao Estado-membro não se outorgou legitimação extraordinária para a defesa, contra ato de autoridade federal no exercício de competência privativa da União, seja para a tutela de interesses difusos de sua população – que é restrito aos enumerados na lei da ação civil pública (Lei 7.347/1985) –, seja para a impetração de mandado de segurança coletivo, que é objeto da enumeração taxativa do art. 5º, LXX, da Constituição. Além de não se poder extrair mediante construção ou raciocínio analógicos, a alegada legitimação extraordinária não se explicaria no caso, porque, na estrutura do federalismo, o Estado-membro não é órgão de gestão, nem de representação dos interesses de sua população, na órbita da competência privativa da União”*.

Não cabe mandado de segurança coletivo para proteger direitos difusos. Isso porque essa ação tem **caráter residual**, e os direitos difusos já são **amparados por outros instrumentos processuais**, como, por exemplo, a ação civil pública. Além disso, seu caráter sumário exige prova documental, algo que os direitos difusos não apresentam de forma incontroversa. Com isso, encontram-se obstáculos para comprovar sua fluidez e certeza.

Lembra-se quando falamos de **substituição processual**? No mandado de segurança coletivo, aplica-se esse instituto. O interesse invocado pertence a uma categoria, mas quem é parte do processo é o impetrante (partido político, por exemplo), que **não precisa de autorização expressa** dos titulares do direito para agir.

É importante destacar que o STF entende que os direitos defendidos pelas entidades da alínea “b” não precisam se referir a TODOS os seus membros. Podem ser o direito de apenas parte deles (exemplo, quando o sindicato defende direito referente à aposentadoria, que beneficia apenas seus filiados inativos).

Outro importante entendimento da Corte Suprema é o de que **o partido político não está autorizado a valer-se do mandado de segurança coletivo para, substituindo todos os cidadãos na defesa de interesses individuais, impugnar majoração de tributo**. Isso porque, para o STF, uma exigência tributária configura interesse de grupo ou classe de pessoas, só podendo ser impugnada por eles próprios, de forma individual ou coletiva.

MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	
Caráter preventivo ou repressivo	Sim
Finalidade	Proteger direitos líquidos e certos coletivos ou individuais homogêneos, não amparados por HC ou HD (caráter residual)
Legitimados ativos	Partido político com representação no Congresso Nacional; Organização sindical e entidade de classe; Associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos 01 ano.
Legitimados passivos	Autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público
Natureza	Civil
Isento de custas	Não
Medida liminar	Possível, com pressupostos “fumus boni juris” e “periculum in mora”
Observações	Substituição processual



(FUNPRESP-EXE – 2022) Para ter legitimidade ativa para a impetração de mandado de segurança coletivo, o partido político deve ter representação no Congresso Nacional.

Comentários:

Conforme se extrai do art. 5º, LXX, alínea "a", o partido político deve ter representação no Congresso Nacional para poder impetrar mandado de segurança coletivo. Questão correta.

(FUB – 2015) O mandado de segurança coletivo impetrado por sindicato dispensa autorização prévia de sindicalizados.

Comentários:

Não há necessidade de autorização expressa dos sindicalizados para que o sindicato impetre mandado de segurança coletivo. Aplica-se, aqui, o instituto da substituição processual. Questão correta.

(FUB – 2015) Uma entidade de classe que estiver em funcionamento há apenas seis meses não possui, por essa razão, legitimidade para impetração de mandado de segurança coletivo em defesa de interesse de seus membros.

Comentários:

A exigência de um ano de funcionamento **aplica-se apenas às associações**, jamais às organizações sindicais e entidades de classe. Portanto, uma entidade de classe que tenha apenas 6 meses de funcionamento **poderá** impetrar mandado de segurança coletivo. Questão errada.

(IF-RS – 2015) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por quaisquer partidos políticos e pelas organizações sindicais, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, um ano.

Comentários:

Pegadinha! Não é qualquer partido político que pode impetrar mandado de segurança coletiva. Apenas poderão fazê-lo partidos políticos **com representação** no Congresso Nacional. Questão errada.

Mandado de Injunção

LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

O mandado de injunção foi disciplinado pela Lei Federal nº 13.300/2016. Trata-se de um remédio constitucional disponível para qualquer pessoa prejudicada pela **falta de norma regulamentadora** que **inviabilize o exercício dos direitos e liberdades constitucionais** e das **prerrogativas inerentes à nacionalidade, soberania e cidadania**. Isso visa garantir que a Constituição não se tornará “letra morta”, evitando a omissão do legislador infraconstitucional.

O mandado de injunção é aplicável diante da falta de regulamentação de normas constitucional de **eficácia limitada**. A título de recordação, normas de eficácia limitada são aquelas que dependem de regulamentação para produzirem todos os seus efeitos. Segundo o STF, “*o direito individual à atividade legislativa do Estado apenas se evidenciará naquelas estritas hipóteses em que o desempenho da função de legislar refletir, por efeito de exclusiva determinação constitucional, uma obrigação jurídica indeclinável imposta ao Poder Público*”.¹ Em outras palavras, o direito à legislação (que é um direito individual a ser resguardado por mandado de injunção) somente será cabível diante de normas de eficácia limitada de **caráter impositivo**.

Um exemplo interessante em que o STF reconheceu omissão normativa. A Lei Federal nº 10.835/2004 instituiu a **renda básica de cidadania**, que é um benefício monetário a ser pago para pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica (pobreza e extrema pobreza), na linha do art. 3º, III, art. 6º e art. 23, X, todos da Constituição Federal. Ocorre que o valor da renda básica da cidadania **não foi definido pelo Poder Executivo Federal**, sendo que o art. 2º da lei citada prevê tal obrigação ao Poder Executivo. Dessa forma, o STF concluiu que houve omissão do Presidente da República, restando cabível mandado de injunção².

O mandado de injunção é cabível não só para omissões de caráter absoluto ou total como também para as **omissões de caráter parcial**. Isso porque a omissão inconstitucional, ainda que parcial, ou seja, derivada da insuficiente concretização, pelo Poder Público, do conteúdo material da norma constitucional, deve ser repelida, pois a inércia do Estado é um processo informal de mudança da Constituição. Mesmo não alterando a letra da Constituição, o legislador infraconstitucional modifica-lhe o alcance, ao paralisar sua aplicação. Essa **paralisação**, não desejada nem prevista pelo constituinte, **é inconstitucional**.

Qualquer pessoa, física ou jurídica, que se veja impossibilitada de exercer direito constitucional por falta de norma regulamentadora é legitimada a impetrar mandado de injunção. Essa é, afinal, uma das diferenças entre o mandado de injunção e a ação direta de inconstitucionalidade por omissão.

O STF já reconhecia, mesmo diante do silêncio da Constituição, a possibilidade de impetração de **mandado de injunção coletivo**. Com a edição da Lei Federal nº 13.300/2016, passou a existir **previsão expressa** para esse instrumento. Cabe ressaltar que os direitos, as liberdades e as prerrogativas protegidos por mandado

¹ MI 3316 / DF, Rel. Min. Celso de Mello. Julg. 09.04.2014.

² MI 7300/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, redator do acórdão Min. Gilmar Mendes, julgamento virtual finalizado em 26.4.2021.

de injunção coletivo são os pertencentes, indistintamente, a uma **coletividade indeterminada de pessoas** ou **determinada por grupo, classe ou categoria**.

São **legitimados** a impetrar mandado de injunção coletivo:

- a) **Partido político** com representação no Congresso Nacional: para assegurar o exercício de direitos, liberdades e prerrogativas de seus integrantes ou relacionados com a finalidade partidária.
- b) **Organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano**: para assegurar o exercício de direitos, liberdades e prerrogativas em favor da totalidade ou de parte de seus membros ou associados, na forma de seus estatutos e desde que pertinentes a suas finalidades, dispensada, para tanto, autorização especial.
- d) **Ministério Público**: quando a tutela requerida for especialmente relevante para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático ou dos interesses sociais ou individuais indisponíveis.
- e) **Defensoria Pública**: quando a tutela requerida for especialmente relevante para a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados.



Uma novidade importante trazida pela Lei Federal nº 13.300/2016, que disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo, foi a previsão que o **Ministério Público** e a **Defensoria Pública** são legitimados a impetrar mandado de injunção coletivo.

Um tópico muito importante: o mandado de injunção **não é gratuito**, sendo **necessária a assistência de advogado** para sua impetração.

O mandado de injunção visa **solucionar um caso concreto**. São, portanto, três pressupostos para o seu cabimento:

- a) **Falta de norma que regule uma norma constitucional** programática propriamente dita ou que defina princípios institutivos ou organizativos de natureza impositiva;
- b) **Nexo de causalidade** entre a omissão do legislador e a impossibilidade de exercício de um direito ou liberdade constitucional ou prerrogativa inerente à nacionalidade, à soberania e à cidadania;
- c) O **decorso de prazo razoável** para elaboração da norma regulamentadora (retardamento abusivo na regulamentação legislativa).

E quando é que **descabe mandado de injunção**? Segundo a jurisprudência do STF, nas seguintes situações:

a) Não cabe mandado de injunção se **já houver norma regulamentadora do direito constitucional**, mesmo que esta seja defeituosa.

Ora, se já existe norma regulamentadora, não faz sentido falar-se em mandado de injunção, que tem como pressuposto a ausência de regulamentação de norma constitucional.

b) Não cabe mandado de injunção **se faltar norma regulamentadora de direito infraconstitucional**.

O mandado de injunção somente repara falta de regulamentação de direito **previsto na Constituição Federal**. A ausência de regulamentação de uma lei não dá ensejo à utilização do mandado de injunção.

c) Não cabe mandado de injunção diante da **falta de regulamentação de medida provisória ainda não convertida em lei** pelo Congresso Nacional.

O mandado de injunção tem como um de seus pressupostos a ausência de regulamentação de direito constitucional.

d) Não cabe mandado de injunção **se não houver obrigatoriedade de regulamentação** do direito constitucional, mas mera faculdade.

Nesse caso, o legislador tem liberdade para regulamentar ou não a norma constitucional.



Não cabe mandado de injunção:

- a) Se já houver norma regulamentadora
- b) Se faltar norma regulamentadora de direito infraconstitucional
- c) Se faltar regulamentação de medida provisória ainda não convertida em lei pelo Congresso Nacionalidade
- d) Se não houver obrigatoriedade de regulamentação

Segundo o STF, **não é cabível medida liminar** em mandado de injunção. Isso porque o Poder Judiciário jamais poderia resolver liminarmente o caso concreto, agindo como poder legislativo, a fim de evitar o prejuízo oriundo da demora da decisão (*"periculum in mora"*), um dos pressupostos da liminar. O mandado de injunção se destina ao reconhecimento, ou não, pelo Poder Judiciário, da demora da elaboração da norma regulamentadora do direito constitucional.

Um dos aspectos mais relevantes sobre o mandado de injunção é entender qual a **eficácia da decisão**. No que se refere ao tema, duas teses jurídicas relevantes foram construídas pela doutrina: a **não concretista** e a **concretista**.

A **corrente não concretista** entende que cabe ao Poder Judiciário apenas **reconhecer a inércia do Poder Público e dar ciência de sua decisão ao órgão competente** para que este edite a norma regulamentadora. Não pode o Judiciário suprir a lacuna, assegurar ao lesado o exercício de seu direito e tampouco obrigar o Poder Legislativo a legislar. Essa posição era a seguida pelo STF até poucos anos atrás. Hoje, essa Corte adota a corrente concretista, que estudaremos a seguir.

A **corrente concretista** determina que sempre que estiverem presentes os requisitos exigidos constitucionalmente para o mandado de injunção, o Judiciário deverá não só reconhecer a omissão legislativa, mas também **possibilitar a efetiva concretização do direito**. Essa posição se subdivide em duas: **i) concretista geral** e **ii) concretista individual**.

a) Na concretista geral, a decisão do Judiciário deveria ter efeito sobre todos os titulares do direito lesado (efeito “*erga omnes*”), até ser expedida a norma regulamentadora daquele.

b) Na concretista individual, a decisão produziria efeitos somente sobre o autor do mandado de injunção (eficácia “*inter partes*”, ou entre as partes do processo). A posição concretista individual também se subdivide: pode ser **direta** ou **intermediária**. Aquela determina que o Judiciário, ao julgar procedente o mandado de injunção, concretiza direta e imediatamente a eficácia da norma constitucional para o autor da ação. Já esta (a intermediária) determina que o Judiciário, após julgar o mandado de injunção procedente, não concretiza imediatamente a eficácia da norma constitucional para o autor da ação. Este Poder apenas dá ciência ao órgão omissor, dando-lhe um prazo para regulamentar aquela norma. Só em caso de permanência da omissão é que o Judiciário fixará as condições necessárias para o exercício do direito pelo autor do mandado de injunção.

O STF tem, atualmente, **adotado a posição concretista, cumprindo, muitas vezes, o papel do legislador omissor**, com o objetivo de dar exequibilidade às normas constitucionais. Exemplo disso é que, ao analisar mandados de injunção referentes à falta de norma regulamentadora do direito de greve dos servidores públicos civis (art. 37, VII, CF), a Corte não só declarou a omissão do legislador, mas também determinou a aplicação temporária ao servidor público, no que couber, da lei de greve aplicável ao setor privado (Lei Federal nº 7.783/1989), até que aquela norma seja editada (MI 712/PA).

O STF já chegou até mesmo a **editar Súmula Vinculante** para combater omissão legislativa. Foi o que ocorreu em relação à concessão de **aposentadoria especial para servidores públicos**. A CF/88 exigia lei complementar para a definição de regras para a concessão de aposentadoria aos servidores cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física. Como essa **lei complementar ainda não foi editada**, “pipocaram” mandados de injunção no STF. Para resolver o problema, o STF editou a Súmula Vinculante nº 33, determinando o seguinte:

Súmula Vinculante nº 33 - *Aplicam-se ao servidor público, no que couber, as regras do regime geral da previdência social sobre aposentadoria especial de que trata o artigo 40, § 4º, inciso III da Constituição Federal, até a edição de lei complementar específica.*

A Lei Federal nº 13.300/2016 adotou, explicitamente, a **teoria concretista individual**, ao dispor que, em mandado de injunção, “a decisão terá **eficácia subjetiva limitada às partes** e produzirá efeitos até o advento

da norma regulamentadora” (art. 9º, caput). É possível, entretanto, que seja **conferida eficácia ultra partes ou erga omnes à decisão**, quando isso for inerente ou indispensável ao exercício do direito, liberdade ou da prerrogativa objeto da impetração (art. 9º, § 1º).

Observe que a lei regulamentadora do mandado de injunção reafirmou a jurisprudência do STF, dando maior segurança jurídica ao processo e julgamento desse remédio constitucional. Agora, fica claro que o **órgão julgador não irá se limitar a declarar a mora legislativa**.

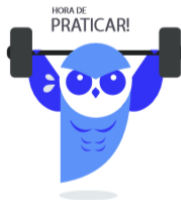
Ao contrário, uma vez reconhecida a mora legislativa, o **mandado de injunção será deferido** para:

- a) **determinar prazo razoável** para que o impetrado promova a edição da norma regulamentadora;
- b) estabelecer as **condições em que se dará o exercício dos direitos, das liberdades ou das prerrogativas** reclamados ou, se for o caso, as **condições em que poderá o interessado promover ação própria visando a exercê-los**, caso não seja suprida a mora legislativa no prazo determinado.

Por fim, resta uma pergunta: a quem cabe julgar o mandado de injunção? **Depende de qual autoridade se omitiu quanto à proposição da lei**. Assim, a competência é determinada em razão dessa pessoa (“*ratione personae*”).

A **competência para julgar** mandado de injunção **dependerá de quem for a autoridade inerte**. Será o STF caso a elaboração da norma regulamentadora seja atribuição do Presidente da República, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Mesas de qualquer das Casas Legislativas, do TCU, de qualquer dos Tribunais Superiores ou do próprio STF. Por outro lado, será o STJ se a elaboração da norma regulamentadora for atribuição de órgão, entidade ou autoridade federal, da administração direta ou indireta, excetuados os casos de competência do STF e dos órgãos da Justiça Militar, Eleitoral, do Trabalho ou Federal.

MANDADO DE INJUNÇÃO	
Finalidade	Suprir a falta de norma regulamentadora, que torne inviável o exercício de direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
Legitimados ativos	Qualquer pessoa física ou jurídica, nacional ou estrangeira.
Legitimados passivos	Autoridade que se omitiu quanto à proposição da lei
Natureza	Civil
Isento de custas	Não
Medida liminar	Não
Observações	Pressupostos para cabimento: a) falta de regulamentação de norma constitucional programática propriamente dita ou que defina princípios institutivos ou organizativos de natureza impositiva; b) nexo de causalidade entre a omissão do legislador e a impossibilidade de exercício de um direito ou liberdade constitucional ou prerrogativa inerente à nacionalidade, à soberania e à cidadania e c) o decurso de prazo razoável para elaboração da norma regulamentadora.



(DPE-RS – 2022) A legitimação constitucional conferida à Defensoria Pública para a propositura do mandado de injunção coletivo está ligada à sua finalidade essencial na tutela de interesse difusos, coletivos e individuais homogêneos que tenham repercussão em interesses tutelados, especialmente relevantes para a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5.º da Constituição Federal.

Comentários:

A Lei 13.300/2016 incluiu a Defensoria Pública como legitimada ativa para propositura do mandado de injunção coletivo. Questão correta.

(PGM-Fortaleza – 2017) Pessoa jurídica pode impetrar mandado de injunção.

Comentários:

A pessoa jurídica é legitimada a impetrar mandado de injunção (art. 3º, Lei 13.300/2016). Questão correta.

(TCM-GO – 2015) O direito a ser resguardado por mandado de injunção somente se evidencia nos casos em que a função de legislar refletir uma obrigação jurídica indeclinável imposta ao poder público.

Comentários:

O mandado de injunção é cabível diante de omissão do Estado naqueles casos em que a função de legislar for uma obrigação jurídica indeclinável. É o que ocorre no caso das normas de eficácia limitada de caráter impositivo. Questão correta.

(DPE-PE – 2015) A jurisprudência do STF acerca do mandado de injunção evoluiu para admitir que, além de declarar omissa o Poder Legislativo, o próprio tribunal edite a norma geral de que depende o exercício do direito invocado pelo impetrante.

Comentários:

Em várias de suas decisões, o STF vem adotando, para o mandado de injunção, a posição **concretista geral**. Assim, o Tribunal não se limita apenas a declarar a omissão legislativa, **mas busca concretizar o direito** para todos os seus titulares. Há certa polêmica em dizer que o STF “*edita norma geral*”. Porém, analisando-se o caso da aposentadoria especial de servidores públicos, é possível perceber que mandados de injunção impetrados no STF resultaram na edição de verdadeira “norma” pela Corte: a Súmula Vinculante nº 33. Por isso, a questão foi considerada correta.

(MPE-RJ – 2014) O mandado de injunção é uma ação constitucional, tida como garantia fundamental, oponível diante de omissões de Poder Público respectivo em regulamentar matérias que viabilizem o exercício de direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas concernentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

Comentários:

O mandado de injunção é remédio constitucional que pode ser utilizado sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania. Questão correta.

Ação Popular

LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

O inciso LXXIII do art. 5º da Constituição traz mais um remédio constitucional: a **ação popular**. Trata-se uma ação de **natureza coletiva**, que visa **anular ato lesivo** ao **patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural**. É, portanto, uma forma de controle, pelos cidadãos, dos atos do Poder Público, por meio do Judiciário.

“Quem pode impetrar essa ação?”

Boa pergunta! Este é o “peguinha” mais famoso nos concursos, envolvendo a ação popular: **só pode impetrar a ação o cidadão**, pessoa física **no gozo de seus direitos civis e políticos**. Uma pessoa jurídica não tem legitimidade para propor ação popular, por exemplo. E a ação pode ser usada de maneira preventiva (quando impetrada antes da prática do ato lesivo ao patrimônio público) ou repressiva (quando o dano já foi causado).

E quais os **sujeitos passivos** da ação popular, ou seja, quem pode sofrer a ação?

- a) Todas as **pessoas jurídicas em nome das quais o ato ou contrato** lesivo foi (ou seria) praticado;
- b) Todas as **autoridades, os administradores e os servidores e empregados públicos que participaram** do ato ou contrato lesivo, ou que se omitiram, permitindo a lesão;
- c) Todos **os beneficiários diretos do ato ou contrato** lesivo.

É importante destacarmos, também, o **papel do Ministério Público** (MP) na ação popular. O MP pode atuar das seguintes formas:

- a) Como **parte pública autônoma**, velando pela regularidade do processo e pela correta aplicação da lei, podendo opinar pela procedência ou improcedência da ação. Nesse caso, exerce o papel de fiscal da lei, ou “*custos legis*”.
- b) Como **órgão ativador da produção de prova e auxiliar do autor popular**. Todavia, a função de auxiliar do autor da ação popular não implica em uma atividade secundária do *Parquet*. Ele não é um mero ajudante do autor da ação; ao contrário, possui uma atividade autônoma.

Uma observação. Você percebeu que “*Parquet*” e Ministério Público são sinônimos? *Parquet* é uma expressão francesa que designa o MP, em atenção ao pequeno estrado (*parquet*) onde ficam os agentes do MP quando de suas manifestações processuais.

- c) Como **substituto do autor**. Aqui, tem-se a palavra substituto empregada em sentido vulgar, como alguém que age no caso da omissão de outrem. Ocorre quando o **autor da ação popular** (cidadão) ainda é parte no processo, mas **é uma parte omissa**. O **Ministério Público, então, age em seu lugar**, cumprindo ônus processuais imputados ao autor, que não os realizou.

d) Como **sucessor do autor**. Ocorre, em regra, quando **o autor da ação desiste desta**, quando, então, o Ministério Público tem a faculdade de prosseguir com a ação popular, quando houver interesse público. Nesse caso, é vedado ao Ministério Público desistir da ação popular. Seu poder de escolha refere-se ao impulso inicial (suceder ou não o autor). Depois disso, não pode mais voltar atrás.

“Nossa! E se o cidadão nunca impetrar a ação popular? O Ministério Público pode impetrá-la originariamente?”

NÃO! O Ministério Público não possui legitimidade para intentar a ação popular. Só o cidadão possui tal prerrogativa.



O Superior Tribunal de Justiça já admitiu a possibilidade de o Ministério Público ingressar com ação popular, a exemplo do REsp 806.304/RS¹ [Rel. Min. Luiz Fux, j. 02/12/2008]. Entretanto, não é possível generalizar esse entendimento, prevalecendo que apenas o cidadão tem legitimidade para ingressar com a ação popular. Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal já assentou entendimento de que a ação popular tem com sujeito ativo sempre o cidadão - pessoa física no gozo de seus direitos políticos - isto é, o eleitor².

Apesar disso, a banca FGV já fez uso do termo "ação popular multitudinária" ou "ação popular multilegitimária" para legitimar a propositura dessas ações por parte do Ministério Público.

A melhor interpretação que se pode fazer a respeito das ações populares multitudinárias ou multilegitimárias, em que o Ministério Público pode ser autor, seria equipará-las às ações civis públicas. Conforme veremos mais à frente em nosso curso, o Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública.

Outro tópico importante. **Não se exige**, para o cabimento da ação popular, **a comprovação de efetivo dano material, pecuniário**. O STF entende que a lesividade decorre da ilegalidade: basta esta para que se configure o dano.

Também é bastante cobrado em prova o entendimento do STF de que **não cabe ação popular contra ato de conteúdo jurisdicional**, praticado por membro do Poder Judiciário no desempenho de sua função típica

¹ "Hodiernamente, após a constatação da importância e dos inconvenientes da legitimação isolada do cidadão, não há mais lugar para o veto da legitimatio ad causam do MP para a Ação Popular, a Ação Civil Pública ou o Mandado de Segurança coletivo.

Em consequência, legitima-se o Parquet a toda e qualquer demanda que vise à defesa dos interesses difusos e coletivos, sob o ângulo material ou imaterial".

² ACO, Rel. Min. Gilmar Mendes, dec. monocrática, j. 24.08.2005.

(decisões judiciais). Isso porque a ação popular só incide sobre a atuação administrativa do Poder Público³. Assim, imagine que uma decisão judicial seja lesiva ao patrimônio público. Cabe ação popular contra esse ato? Não!!! Essa decisão deverá ser atacada por meio de outro tipo de ação.

Não há foro por prerrogativa de função em ação popular. Dessa forma, uma ação popular contra o Presidente da República ou contra um parlamentar (deputado ou senador) será julgada na primeira instância (e não perante o STF!).

Quando uma **sentença julgar improcedente ação popular**, ela estará sujeita, obrigatoriamente, ao **duplo grau de jurisdição** (reexame necessário). Em outras palavras, uma decisão judicial que nega provimento a ação popular deverá ser reexaminada pela instância superior.

A improcedência de ação popular não gera para o autor, **salvo comprovada má fé**, a obrigação de pagar custas judiciais e o ônus da sucumbência (pagamento dos honorários advocatícios da outra parte).



(DP-DF – 2022) Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

Comentários:

A ação popular tem exclusiva titularidade do cidadão no gozo de seus direitos políticos. Questão errada.

(DPE-PA – 2015) A ação popular poderá ser intentada por cidadão e por partido político com representação no Congresso Nacional.

Comentários:

Os partidos políticos não têm legitimidade para ajuizar ação popular. Questão errada.

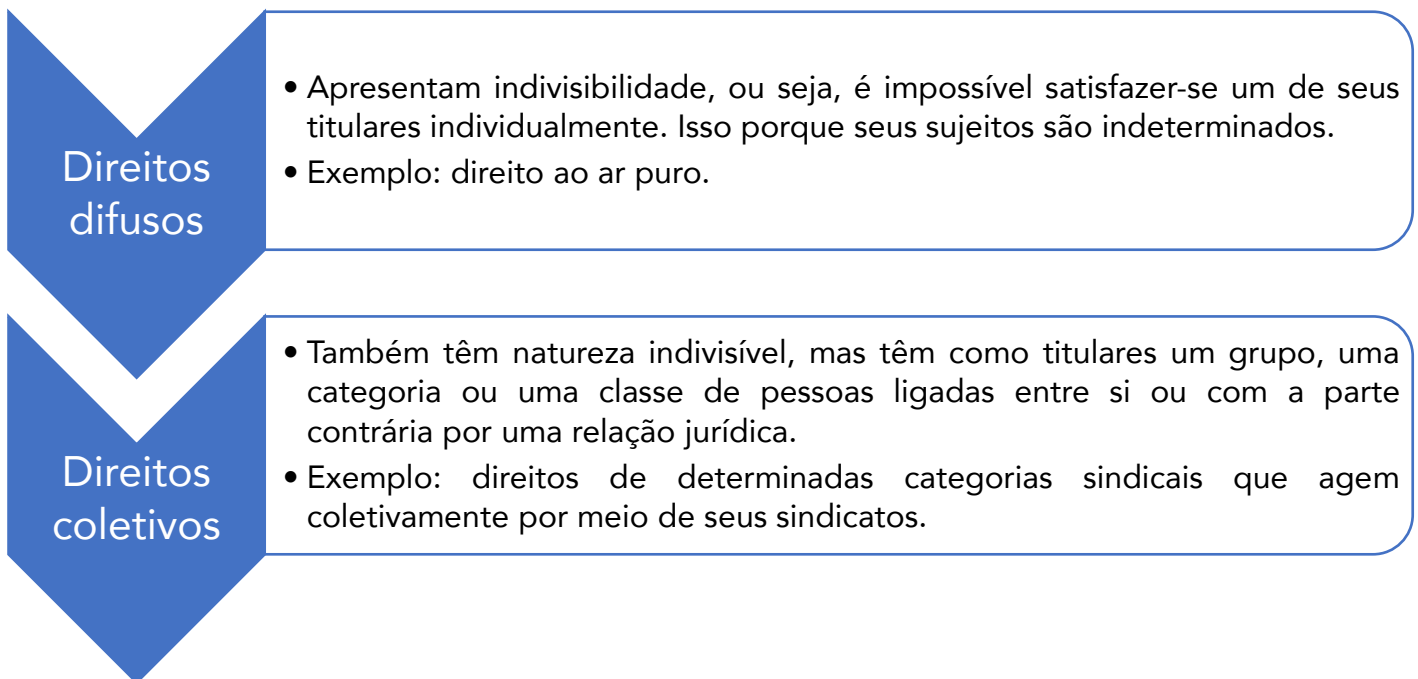
³ STF, Petição nº 2.018-9/SP, Rel. Ministro Celso de Mello, de 29/06/2000.

Ação Civil Pública

A ação civil pública não é propriamente um remédio constitucional, já que não está expressamente prevista no art. 5º da CF/88. Entretanto, ela acaba tendo algumas particularidades quando a analisamos paralelamente ao estudo da ação popular. Nesse sentido, vamos abordar a ação civil pública para que possamos entender as semelhanças e diferenças dela em relação aos remédios constitucionais, notadamente a ação popular.

A ação civil pública é um **instrumento de defesa coletiva dos direitos fundamentais**, previsto pela Constituição Federal de 1988, em seu art. 129, inciso III, e regulamentado pela Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985 (Lei da Ação Civil Pública ou LACP). Visa à proteção do **patrimônio público e social**, do **meio ambiente** e de outros **interesses difusos e coletivos** (art. 129, III, CF), bem como os **direitos individuais homogêneos** (Código de Defesa do Consumidor, art. 81, parágrafo único, III).

Por **direitos individuais homogêneos**, compreendem-se aqueles **pertencentes a um mesmo grupo, classe ou categoria** determinável de pessoas, de origem comum e natureza divisível, ou seja, que podem ser divididos quantitativamente entre os integrantes do grupo. É o que acontece, por exemplo, no caso de vários consumidores que adquirem o mesmo produto, produzido em série, com defeito. Recordemos a diferença entre direitos difusos e coletivos:



Segundo Hely Lopes Meirelles¹, a ação civil pública é o instrumento processual adequado para reprimir ou impedir danos ao **meio ambiente**, ao **consumidor**, a bens e direitos de **valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico** e por **infrações da ordem econômica**, protegendo, assim, os interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, desde que **socialmente relevantes**. Não se presta, em regra, a amparar

¹ **Mandado de Segurança e Ações Constitucionais**. 35. Ed. São Paulo: Malheiros, 2014, p. 210.

direitos individuais disponíveis, nem se destina à reparação de prejuízos causados a particulares pela conduta, comissiva ou omissiva, do réu.

O objeto da ação civil pública poderá ser a **condenação em dinheiro** ou o cumprimento de uma **obrigação de fazer** ou de **não fazer** (art. 3º, LACP).

Segundo o art. 5º da LACP, têm **legitimidade para propor a ação principal** e a ação cautelar:

- a) o Ministério Público;
- b) a Defensoria Pública;
- c) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- d) a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista;
- e) a associação que, concomitantemente: **i)** esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil; **ii)** inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

O Ministério Público, **se não intervier no processo como parte**, atuará obrigatoriamente como **fiscal da lei**. Note que a ação civil pública, ao contrário da ação penal pública (art. 129, I, CF), não é de competência privativa do Ministério Público. Cuidado com as “pegadinhas” nesse sentido!

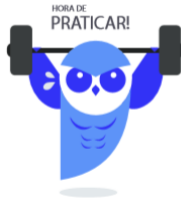
No que se refere às **omissões do Poder Público**, a ação civil pública possibilita a **atuação judicial no sentido de implementação das políticas públicas** necessárias à efetivação dos direitos fundamentais, principalmente dos direitos sociais, como saúde, educação, previdência, dentre outros.



Vejamos alguns entendimentos do STF sobre a utilização da ação civil pública. Eles servirão até mesmo como forma de ilustrar a utilização dessa importante ação coletiva.

- 1)** O Ministério Público tem legitimidade para promover ação civil pública cujo fundamento seja a ilegalidade de reajuste de mensalidades escolares. (Súmula STF nº 643)
- 2)** O Ministério Público é parte legítima para propor ação civil pública voltada a infirmar preço de passagem em transporte coletivo.
- 3)** O Ministério Público tem legitimidade ativa para propor ação civil pública com o objetivo de evitar lesão ao patrimônio público decorrente de contratação de serviço hospitalar privado sem procedimento licitatório.

4) O Ministério Público *não tem* legitimidade para ajuizar ação civil pública com o objetivo de impugnar a cobrança de tributos.



(MPE-PA – 2014) Possui respaldo na disciplina constitucional da matéria o ajuizamento de ação civil pública, pelo Ministério Público, para questionamento quanto à exigibilidade de tributo, sob o fundamento de inconstitucionalidade em sua instituição e cobrança.

Comentários:

Em ação civil pública, *não podem* ser veiculadas pretensões que envolvam tributos e contribuições. Questão errada.

(MPE-PA – 2014) Possui respaldo na disciplina constitucional da matéria o ajuizamento de ação civil pública, pelo Ministério Público, para questionamento dos valores de mensalidades escolares, sob o fundamento de sua abusividade e ilegalidade.

Comentários:

O Ministério Público tem legitimidade para promover ação civil pública cujo fundamento seja a *ilegalidade de reajuste de mensalidades escolares*. Questão correta.

QUESTÕES COMENTADAS

Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – Art. 5º, XXXII a LXXIX

1. CEBRASPE (CESPE) - TAMB (ICMBio)/ICMBio/2022

Com pertinência à Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), ao Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e ao que dispõe a Constituição Federal de 1988, julgue o item que se segue.

Constitui crime inafiançável, imprescritível e insuscetível de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes, de animais silvestres, de minerais preciosos, de madeiras nobres e de material genético, o terrorismo e o bioterrorismo, os crimes hediondos, a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático, a prática do racismo, do especismo e do ecocídio.

Comentário:

A questão elenca hipóteses que NÃO se enquadram nas categorias de **crime inafiançável, imprescritível e insuscetível de graça ou anistia**. Veja o que estabelece o art. 5º, XLII, XLIII e XLIV da Constituição Federal:

Art. 5º, XLII - a prática do **racismo** constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

Art. 5º, XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o **tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos**, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

Art. 5º, XLIV - constitui crime inafiançável e imprescritível a **ação de grupos armados, civis ou militares**, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

Dessa forma, podemos perceber que:

(a) São crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia: tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, terrorismo e os definidos como crimes hediondos (artigo 5º, inciso XLIII da constituição)

(b) São crimes inafiançáveis e imprescritíveis: a prática de racismo e a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático; (artigo 5º, inciso XLIV da constituição).

(c) São crimes inafiançáveis e insuscetíveis de anistia, graça e indulto: os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo; (artigo 2º. da lei 8072/90). Questão errada.

2. CEBRASPE (CESPE) - TCE RJ/TCE RJ/Técnico/2022

A respeito da Constituição Federal de 1988 (CF) e das suas disposições relativas aos direitos e às garantias fundamentais, julgue o item a seguir.

Por força do princípio da dignidade da pessoa humana, a pena de morte não é admitida, em nenhuma hipótese, pela CF.

Comentário:

O direito à vida, como todos direitos fundamentais caracterizados na Constituição, não se reveste de caráter absoluto. Dentre outros, está a possibilidade da pena capital.

Veja a seguir trecho da CF:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...)

XLVII - não haverá penas:

a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;

b) de caráter perpétuo;

c) de trabalhos forçados;

d) de banimento;

e) cruéis;

Questão errada.

3. CEBRASPE (CESPE) - Adm (FUB)/FUB/2022

No que se refere à Constituição Federal (CF), julgue o item a seguir.

Direitos fundamentais como a proteção à maternidade e à infância são direitos sociais tratados como matérias irrevogáveis na CF, conhecidas como cláusulas pétreas, não podendo ser alvo de diminuição ou revogação por emenda constitucional.

Comentário:

As cláusulas pétreas são limitações de aspecto material a possibilidade de reforma constitucional, ou seja, dispositivos que vedam a alteração, por meio de emenda, tendentes a abolir as normas constitucionais relativas às matérias por elas definidas, conforme estabelece o art. 60, § 4º, da CF/88, o que inclui os direitos fundamentais. Dentre eles o direito social à proteção à maternidade e à infância.

Veja trechos a seguir da CF/88

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 60, § 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I – a forma federativa de Estado;

II – o voto direto, secreto, universal e periódico;

III – a separação dos Poderes;

IV – os direitos e garantias individuais.

Questão certa.

4. (CESPE/ MPC-PA – 2019) Sobre as possibilidades de interferência estatal no direito fundamental à liberdade de associação, assinale a opção correta.

- a) Cabe ao Poder Executivo determinar a dissolução compulsória de associação que tenha por objetivo a promoção de fins ilícitos.
- b) A produção dos efeitos da decisão judicial que determina a dissolução compulsória de associação depende do seu trânsito em julgado.
- c) A legitimidade da associação para a representação de seus filiados restringe-se ao âmbito judicial.
- d) A atuação judicial de associação na condição de substituta processual depende de autorização dos associados por meio de procuração.
- e) A exclusão de um associado de uma entidade religiosa por questões ideológicas está sujeita a revisão pelo Estado.

Comentários:

Letra A: errada. A dissolução compulsória de associação somente pode ser determinada por **ordem judicial transitada em julgado** (art. 5º, XIX, CF).

Letra B: correta. Nos termos do art. 5º, XIX, da Carta Magna, *“as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado”*.

Letra C: errada. As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados **judicial ou extrajudicialmente** (art. 5º, XXI, CF).

Letra D: errada. Na substituição processual, não há necessidade de autorização dos associados.

Letra E: errada. Não se exige a revisão da exclusão de um associado pelo Estado. A Carta Magna veda a interferência estatal no funcionamento das associações (art. 5º, XVIII, CF).

O gabarito é a letra B.

5. (CESPE/ TJ-DFT – 2019) A CF assegura aos cidadãos, independentemente do pagamento de taxas, da comprovação de estado de pobreza ou de insuficiência de recurso,

- a) a certidão de casamento.
- b) a obtenção de certidões em repartições públicas.
- c) a assistência jurídica integral.
- d) a certidão de óbito.
- e) a criação e a dissolução de associações.

Comentários:

A Carta Magna assegura a todos, independentemente do pagamento de taxas (art. 5º, XXXIV, CF):

- a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;
- b) a **obtenção de certidões** em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

O gabarito é a letra B.

6. (CESPE / TJ-PR – 2019) As normas definidoras dos direitos e das garantias fundamentais

- a) são programáticas.
- b) têm aplicação imediata.
- c) estabelecem hierarquia entre os direitos previstos.
- d) vedam a ampliação de seu conteúdo por tratados internacionais.
- e) são listadas em rol taxativo na Constituição Federal de 1988 (CF).

Comentários:

A Carta Magna prevê, em seu art. 5º, § 1º, que “as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm **aplicação imediata**”. O gabarito é a letra B.

7. (CESPE / PGE-PE – 2019) A ausência de assistência técnica de advogado durante o processo administrativo disciplinar torna o processo nulo.

Comentários:

De acordo com a súmula vinculante nº 5, “a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição”. Questão errada.

8. (CESPE / PGE-PE – 2019) É garantido ao defensor de investigado o pleno acesso aos documentos já anexados ao procedimento investigatório, mesmo que o inquérito policial esteja classificado como sigiloso.

Comentários:

A súmula vinculante nº 14 prevê que “é direito do defensor, no interesse do representado, ter **acesso amplo aos elementos de prova** que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa”. Esse acesso é garantido mesmo nos inquéritos policiais classificados como sigilosos. Questão correta.

9. (CESPE / PRF – 2019) São constitucionalmente assegurados ao preso o direito à identificação dos agentes estatais responsáveis pela sua prisão e o direito de permanecer em silêncio.

Comentários:

De fato, esses direitos são assegurados pela Constituição. O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão (art. 5º, LXIV, CF), bem como a permanecer calado (art. 5º, LXIII, CF). Questão correta.

10. (CESPE / Instituto Rio Branco – 2018) A CF veda a extradição de estrangeiro em razão de crime político ou de opinião.

Comentários:

De fato, o inciso LII do art. 5º da Carta Magna prevê que “*não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião*”. Questão correta.

11. (CESPE / MP-PI – 2018) Tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados em cada casa do Congresso Nacional, nos termos da CF, serão equivalentes às emendas constitucionais.

Comentários:

Os tratados e convenções internacionais que obedecerem ao rito previsto no art. 5º, § 3º, da Constituição, terão status de emendas constitucionais. Questão correta.

12. (CESPE / Polícia Federal – 2018) Dada a previsão constitucional de que nenhuma pena passará da pessoa do condenado a outrem, o ordenamento jurídico veda que obrigações de reparação de danos sejam estendidas aos sucessores do condenado.

Comentários:

De acordo com a CF/88, nenhuma pena passará da pessoa do condenado, **podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido** (art. 5º, XLV, CF). Questão errada.

13. (CESPE / PC-SE – 2018) Em caso de perigo à integridade física do preso, admite-se o uso de algemas, desde que essa medida, de caráter excepcional, seja justificada por escrito.

Comentários:

Em caso de perigo à integridade física do preso, o uso de algemas é admitido, devendo a medida ser justificada por escrito. Segundo a súmula vinculante nº 11, “só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado”. Questão correta.

14. (CESPE / PC-SE – 2018) Conforme texto constitucional vigente, a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontra terão de ser comunicados em até vinte e quatro horas ao juiz competente e à família do preso ou a pessoa por ele indicada.

Comentários:

O art. 5º, LXII, da Carta Magna, prevê que “a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados **imediatamente** ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada”. Questão errada.

15. (CESPE / CGM de João Pessoa-PB – 2018) A obrigação financeira da pessoa falecida de reparar determinado dano pode ser estendida aos seus sucessores, sendo limitada ao valor do patrimônio transferido pela sucessão decorrente do óbito.

Comentários:

De fato, os sucessores poderão responder pelo dano causado pelo falecido, até o limite do patrimônio para eles transferido. Segundo o art. 5º, XLV, da Constituição, “nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido”. Questão correta.

16. (CESPE / CGM de João Pessoa-PB – 2018) A lei não pode prejudicar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a expectativa de direito.

Comentários:

A Carta Magna prevê, no inciso XXXVI do art. 5º, que “a lei *não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada*”. Essa proteção não alcança a expectativa de direito, caracterizada quando a lei nova alcança o indivíduo que está na iminência de atender os requisitos para aquisição do direito. Questão errada.

17. (CESPE / MPU – 2018) Os tratados internacionais sobre direitos humanos possuem status de emendas constitucionais, de maneira que a autoridade pública que a eles desobedecer estará sujeita a responsabilização.

Comentários:

Somente têm status de emenda constitucional os tratados internacionais sobre direitos humanos que **forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros** (art. 5º, §3º, CF). Questão errada.

18. (CESPE / SEFAZ-RS – 2018) Iniciada a audiência de instrução, o juiz determinou que o réu da ação penal fosse algemado. Nesse caso, de acordo com o Supremo Tribunal Federal, o juiz agiu lícitamente se comprovado que

- a) O crime é punível com pena de reclusão.
- b) o réu tem transtorno psicológico.
- c) a segurança do próprio réu estava em risco.
- d) o crime tenha sido cometido com violência.
- e) a vítima estava na sala de audiência.

Comentários:

Para que seja lícita a ordem judicial de manter o réu algemado durante audiência de instrução, é necessário que se comprove que a segurança do réu ou de outras pessoas se encontra em risco. Essa é a interpretação que se pode fazer a partir da leitura da Súmula Vinculante nº 11, segundo a qual “**só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado**”. O gabarito é a letra C.

19. (CESPE / SEFAZ-RS – 2018) Tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos, depois de aprovados internamente em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, são considerados equivalentes a

- a) leis federais.
- b) súmulas vinculantes.
- c) medidas provisórias.
- d) leis complementares.
- e) emendas constitucionais.

Comentários:

Esses tratados serão equivalentes às **emendas Constitucionais**, por força do art. 5º, § 3º, da Constituição Federal, segundo o qual “os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes **às emendas constitucionais**”. O gabarito é a letra E.

20. (CESPE / PC-MA – 2018) De acordo com o rol de direitos e deveres individuais e coletivos elencados no art. 5º da Constituição Federal de 1988 (CF),

- a) em nenhuma circunstância haverá penas cruéis ou de morte, de caráter perpétuo, de trabalhos forçados ou de banimento.
- b) a definição do estabelecimento prisional onde será cumprida a pena independe do delito, da idade e do sexo do apenado.
- c) será protegida a livre manifestação do pensamento, inclusa a anônima.
- d) será ampla a liberdade de associação, independentemente de autorização dos poderes públicos.
- e) homens e mulheres são absolutamente iguais em direitos e obrigações.

Comentários:

Letra A: errada. De fato, as penas cruéis, de caráter perpétuo, de morte, de trabalhos forçados ou de banimento são vedadas pela Constituição (art. 5º, XLVII, CF). Todavia, excepcionalmente, admite-se a pena de morte, no caso de guerra declarada.

Letra B: errada. A Carta Magna prevê, em seu art. 5º, XLVIII, que a pena será cumprida em **estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado**.

Letra C: errada. É livre a manifestação do pensamento, **sendo vedado o anonimato** (art. 5º, IV, CF).

Letra D: correta.). A liberdade de associação para fins lícitos é garantida no art. 5º, XVII, da Constituição. A Carta Magna dispõe, ainda, que a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização (art. 5º, XVIII, CF).

Letra E: errada. Homens e mulheres são iguais **nos termos da Constituição** (art. 5º, I, CF).

O gabarito é a letra D.

21. (CESPE / STM – 2018) A lei não poderá restringir a divulgação de nenhum ato processual penal, sob pena de ferir o princípio da publicidade.

Comentários:

A Carta Magna **admite que a lei restrinja a publicidade** dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem (art. 5º, LX, CF). Questão errada.

22. (CESPE / EBSERH – 2018) É dever dos servidores públicos atender ao público com presteza, disponibilizando todas as informações por ele requeridas.

Comentários:

Nem todas as informações requeridas pelo público deverão ser disponibilizadas pela administração. O art. 5º, inciso XXXIII, da Carta Maior de 1988, dispõe que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, **ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado**. Questão errada.

23. (CESPE / PGE-PE –2018) Considere as duas afirmações a seguir.

I - Em um processo judicial, o Estado deve assegurar a observância do contraditório e da ampla defesa.

II - Nas relações entre a imprensa e os particulares, a imprensa deve observar o direito à honra, sob pena de consequências como direito de resposta e indenização por dano material ou moral.

As afirmações I e II contemplam situações que exemplificam a

- a) eficácia horizontal dos direitos fundamentais.
- b) eficácia externa dos direitos fundamentais.
- c) eficácia diagonal dos direitos individuais.
- d) eficácia vertical e a eficácia horizontal dos direitos individuais, respectivamente.
- e) eficácia externa e a eficácia vertical dos direitos individuais, respectivamente.

Comentários:

A **primeira assertiva** trata da **eficácia vertical** dos direitos fundamentais, desenvolvida para **proteger os particulares** contra o arbítrio do **Estado**, limitando os poderes estatais nas relações entre o Estado e o particular.

A **segunda assertiva** se refere à **eficácia horizontal**, a qual trata da aplicação dos direitos fundamentais **entre os particulares**.

Vale ressaltar que há, ainda, a **eficácia diagonal**, que trata da aplicação dos direitos fundamentais **entre particulares** quando se vislumbram **desigualdades fáticas**, ou seja, diante de **relações jurídicas assimétricas**. É o caso das relações de trabalho, as quais são marcadas pela desigualdade de forças. O TST, inclusive, tem utilizado a eficácia diagonal dos direitos fundamentais para combater atos discriminatórios nas relações trabalhistas.

O gabarito é a letra D.

24. (CESPE / STM – 2018) A despeito do princípio constitucional da vedação às provas ilícitas, o juiz poderá considerar uma prova ilícita em qualquer situação, desde que se convença de sua importância para a condenação do réu.

Comentários:

O juiz deverá considerar que uma prova é ilícita se ela violar o direito material, **independentemente** de sua importância para a condenação do réu. Vale a pena destacar que as provas ilícitas deverão ser expurgadas do processo (art. 5º, LVI, CF). Questão errada.

25. (CESPE / STM – 2018) A garantia, aos acusados em geral, de contraditar atos e documentos com os meios e recursos previstos atende aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Comentários:

De fato, os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa estão presentes na garantia, aos acusados em geral, de contraditar atos e documentos com os meios e recursos previstos (art. 5º, LV, CF). Questão correta.

26. (CESPE / STM – 2018) Ninguém será processado nem sentenciado, senão pela autoridade competente, em respeito ao princípio constitucional do juiz natural.

Comentários:

O art. 5º, LIII, CF/88, dispõe que “**ninguém será processado nem sentenciado, senão pela autoridade competente**”. Esse é o princípio do **juiz natural**, que visa garantir a apreciação dos casos por um juiz imparcial. Trata-se de garantia indispensável à administração da Justiça em um Estado democrático de direito. Questão correta.

27. (CESPE / TJ-PR – 2017) É inconstitucional a prisão do depositário infiel, salvo daquele a quem a legislação impuser a responsabilidade de reter tributos.

Comentários:

A Súmula Vinculante nº 25 prevê que é ilícita a prisão do depositário infiel, **qualquer que seja** a modalidade de depósito. Isso porque o Pacto de San José revogou toda a legislação infraconstitucional que admitia esse tipo de prisão. Questão errada.

28. (CESPE / PGE-SE – 2017) Determinada demanda judicial, em que são partes um estrangeiro residente no Brasil e um estado da Federação, prolonga-se por vinte e cinco anos.

Nesse caso, à luz da legislação e da doutrina constitucional, o direito à razoável duração do processo

- a) é norma programática e não gera efeitos individuais imediatos no caso concreto.
- b) é aplicável em favor do estrangeiro na esfera judicial, mas não o seria no âmbito administrativo.
- c) pode amparar ambas as partes e ter efeitos imediatos sobre a situação individual cogitada.
- d) não ampara o estado da Federação, por se tratar de direito individual oponível contra o Estado.
- e) não ampara o estrangeiro, por ausência de previsão no texto constitucional.

Comentários:

A questão cobra o conhecimento do inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição, que reproduziremos a seguir:

LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

Letra A: errada. O direito à razoável duração do processo, previsto no art. 5º, LXXVIII, da Constituição, é norma constitucional de eficácia plena. Portanto, gera, sim, efeitos individuais no caso concreto.

Letra B: errada. Trata-se de direito aplicável tanto na esfera judicial quanto na administrativa.

Letra C: correta. De fato, o direito à razoável duração do processo ampara tanto o Estado quanto o indivíduo.

Letras D e E: erradas. O direito à razoável duração do processo ampara tanto o Estado quanto o estrangeiro.

O gabarito é a letra C.

29. (CESPE / TRF 1ª Região – 2017) Entidade estatal que editar determinada lei poderá invocar a garantia da irretroatividade para assegurar que a referida norma não prejudique ato jurídico perfeito, direito adquirido e coisa julgada.

Comentários:

A Súmula STF nº 654 dispõe que “a garantia da irretroatividade da lei, prevista no art. 5º, XXXVI, da Constituição da República, **não é invocável** pela entidade estatal que a tenha editado”. Questão errada.

30. (CESPE / TRF 1ª Região – 2017) A Constituição Federal, ao prever, de forma exaustiva, os direitos e garantias fundamentais dos indivíduos, faz que sejam desconsiderados outros direitos humanos, mesmo que estejam previstos em tratados internacionais dos quais o Brasil seja parte.

Comentários:

A CF/88 traz um **rol não-exaustivo** de direitos fundamentais. Isso fica claro pela leitura do art. 5º, § 2º, CF/88, segundo o qual “os direitos e garantias expressos nesta Constituição **não excluem** outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte”. Questão errada.

31. (CESPE / TRF 1ª Região – 2017) Brasileiro naturalizado que tiver praticado crime comum antes da sua naturalização poderá ser extraditando.

Comentários:

O brasileiro nato não pode ser extraditado. Por outro lado, o brasileiro naturalizado **pode ser extraditado** em duas hipóteses: i) crime comum praticado antes da naturalização e; ii) comprovado envolvimento com tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins. Questão correta.

32. (CESPE / PM-AL – 2017) A Constituição Federal de 1988 estabelece a prisão como medida excepcional, que, em regra, depende de flagrante delito ou de ordem escrita e fundamentada.

Comentários:

Segundo o art. 5º, LXI, “ninguém será preso senão em **flagrante delito** ou por **ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente**, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei”. Questão correta.

33. (CESPE / TCE-PE – 2017) Para a interposição de recurso administrativo no caso de indeferimento de pedido protocolado em determinado órgão público, poderá ser exigido depósito prévio de dinheiro ou bem se a causa tratar de questões patrimoniais.

Comentários:

A Súmula Vinculante nº 21 prevê que “**é inconstitucional** a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo”. Questão errada.

34. (CESPE / TCE-PE – 2017) De acordo com a CF, somente estarão isentas do pagamento de taxa para obtenção de certidões em repartição pública para defesa de direitos as pessoas que comprovarem sua hipossuficiência.

Comentários:

Todas as pessoas, independentemente de serem hipossuficientes, estão isentas do pagamento de taxa para obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal (art. 5º, XXXIV, “b”, CF). Questão errada.

35. (CESPE / Escrivão PC-GO – 2016) A respeito dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a opção correta.

a) De acordo com a lei, a prática da tortura é considerada crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, por ele respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-lo, se omitirem.

b) A prisão em flagrante deve ser imediatamente relaxada pela autoridade judiciária, devido ao fato de ser vedado levar pessoas à prisão ou mantê-las na prisão nas situações em que a lei admitir a liberdade provisória.

c) Nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal, permite-se que ordem judicial afaste a inviolabilidade do sigilo da correspondência.

d) Constituem crimes inafiançáveis e imprescritíveis o terrorismo e os definidos como crimes hediondos; a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático.

e) É permitida a extradição de brasileiro naturalizado, em caso de crime comum praticado após a naturalização ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

Comentários:

Letra A: correta. Segundo o art. 5º, XLIII, CF/88, “a lei considerará crimes **inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura**, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem”.

Letra B: errada. A **prisão ilegal** será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária (art. 5º, LXV, CF).

Letra C: errada. O art. 5º, XII, CF/88, prevê, expressamente, que apenas o **sigilo das comunicações telefônicas** pode ser afastado por decisão judicial. Não há previsão expressa nesse sentido para o afastamento do sigilo da correspondência.

Letra D: errada. O terrorismo e os crimes hediondos são **inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia**. Por outro lado, a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático, é crime **inafiançável e imprescritível**.

Letra E: errada. É possível a extradição de **brasileiro naturalizado** em duas hipóteses: i) crime comum praticado **antes da naturalização** e; ii) comprovado envolvimento com tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins (art. 5º, LI, CF)

O gabarito é a letra A.

36. (CESPE / TCE-PR - 2016) Tratados e convenções internacionais recepcionados pela República Federativa do Brasil, em geral, têm status equivalente ao das emendas constitucionais.

Comentários:

Apenas os **tratados internacionais de direitos humanos** aprovados em dois turnos, em cada Casa do Congresso Nacional, por 3/5 dos membros, é que terão *status* equivalente ao das emendas constitucionais. Os tratados internacionais comuns, ao serem internalizados em nosso ordenamento jurídico interno, terão a mesma hierarquia das leis. Questão errada.

37. (CESPE / TCE-PR – 2016) A legislação brasileira veda a extradição se, para o crime cometido pelo extraditando, a legislação do país requerente previr pena perpétua, ainda que tal país se comprometa a comutá-la em prisão de, no máximo, trinta anos.

Comentários:

A extradição será admitida se o Estado requerente se comprometer a **comutar a pena** de caráter perpétuo em prisão de até quarenta anos. Isso porque esse é o tempo máximo de prisão admitido em nosso ordenamento jurídico. Questão errada.

38. (CESPE / TCE-PA – 2016) Situação hipotética: Em 2010, João foi naturalizado brasileiro e, em 2012, se envolveu em tráfico ilícito internacional de entorpecentes. Devido a essa infração penal, determinado país requereu a sua extradição.

Assertiva: Nessa situação, o pedido deverá ser negado, uma vez que a CF veda a extradição de brasileiro.

Comentários:

O brasileiro naturalizado pode ser extraditado em duas situações diferentes: i) crime comum praticado antes da naturalização e; ii) comprovado envolvimento com tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins. Na situação apresentada, **João poderá ser extraditado**, uma vez que ele está envolvido com tráfico ilícito internacional de entorpecentes. Questão errada.

39. (CESPE / TCE-PA – 2016) O direito de petição configura instrumento de controle administrativo: por meio dele, assegura-se a qualquer pessoa a defesa de direitos, individuais ou coletivos, bem como o direito de peticionar contra ilegalidade ou abuso de poder, perante autoridade administrativa competente de qualquer dos poderes constituídos.

Comentários:

O direito de petição é um **remédio administrativo**, utilizado em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder. O direito de petição pode ser exercido perante autoridade administrativa de qualquer dos poderes do Estado. Questão correta.

40. (CESPE / Agente PC-PE – 2016) À luz das disposições da CF, assinale a opção correta acerca dos direitos e garantias individuais.

- a) O Estado pode impor prestação alternativa fixada em lei ao indivíduo que, alegando conflito com suas convicções políticas, se recusar a cumprir obrigação legal a todos imposta, desde que a prestação seja compatível com suas crenças. Em caso de recusa em cumpri-la, o indivíduo poderá ser privado de seus direitos.
- b) Diante de indícios veementes da prática de ilícitos no interior de determinada residência, o agente de polícia poderá realizar busca de provas no local sem o consentimento do morador e sem mandado judicial, desde que o faça durante o dia.
- c) O cidadão que, naturalizado brasileiro, cometer crime comum em viagem a seu país de origem retornar ao Brasil poderá ser extraditado, bastando que haja solicitação do país da nacionalidade anterior.
- d) Servidor público que cometer crime no exercício da função não poderá ser condenado, na esfera penal, a partir de prova obtida por meio ilícito; no entanto, essa mesma prova, complementada por outras provas lícitas, poderá ser utilizada para aplicar penalidade em eventual processo administrativo movido contra o servidor.
- e) O profissional que, trabalhando com divulgação de informações, veicular, em seu nome, notícia de fonte sigilosa não estará sujeito a responder por eventuais prejuízos que essa divulgação causar a outrem.

Comentários:

Letra A: correta. Segundo o art. 5º, VIII, CF/88, VIII, *“ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei”*.

Com base nesse dispositivo, pode-se afirmar que a **“dupla recusa” pode levar à privação de direitos**. A “dupla recusa” fica caracterizada quando, além de se negar a cumprir obrigação legal a todos imposta, o indivíduo se recusa a cumprir prestação alternativa.

Letra B: errada. A entrada na casa do morador, **sem o seu consentimento**, somente será possível nas seguintes hipóteses: i) flagrante delito; ii) desastre; iii) prestação de socorro e; iv) mediante ordem judicial, desde que durante o dia.

Letra C: errada. O **brasileiro naturalizado poderá ser extraditado** nas seguintes hipóteses: i) crime comum praticado antes da naturalização e; ii) comprovado envolvimento com tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

Letra D: errada. Segundo o art. 5º, LVI, CF/88, são **inadmissíveis** no processo as provas obtidas por meios ilícitos. A inadmissibilidade de provas ilícitas se aplica aos processos judiciais e aos processos administrativos.

Letra E: errada. O art. 5º, V, CF/88, estabelece que *“é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem”*. Desse modo, aquele que divulgar, em seu nome, notícia de fonte sigilosa estará sujeito a responder pelos eventuais prejuízos causados por essa divulgação. O sigilo da fonte é garantido pelo art. 5º, XIV, mas há responsabilidade pelos prejuízos que a divulgação causar.

O gabarito é a letra A.

41. (CESPE / Agente PC-PE – 2016 - Adaptada) Considerando as disposições da CF, é correto afirmar que a norma constitucional segundo a qual

- a) a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito nem a coisa julgada é de eficácia limitada e aplicabilidade direta.
- b) ninguém será privado de liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal é de eficácia plena e aplicabilidade imediata.
- c) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer é de eficácia plena e de aplicabilidade imediata.
- d) ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante é de eficácia contida e aplicabilidade não integral.

Comentários:

Letra A: errada. Segundo o art. 5º, XXXVI, CF/88, *“a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada”*. Trata-se de norma de **eficácia plena**. A expressão “a lei” **não indica** que a lei pode restringir ou regular a proteção ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada. Ao contrário, essa expressão apenas indica que o comando constitucional de proteção ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada **destina-se a toda e qualquer atuação do legislador**.

Letra B: correta. Segundo o art. 5º, LIV, CF/88, *“ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”*. Trata-se do princípio do devido processo legal, que é norma de **eficácia plena**, dotada de aplicabilidade direta, imediata e integral.

Letra C: errada. A liberdade profissional (art. 5º, XIII, CF/88) é norma de **eficácia contida**. A lei, ao estabelecer qualificações profissionais a serem atendidas para que alguém exerça determinada profissão, estará restringindo o exercício do direito.

Letra D: errada. A vedação à tortura (art. 5º, III, CF/88) é norma de **eficácia plena**, dotada de aplicabilidade direta, imediata e integral.

O gabarito é a letra B.

42. (CESPE / DPU – 2016) Para que direitos e garantias expressos em tratados internacionais ratificados pelo Brasil sejam formalmente reconhecidos no sistema jurídico brasileiro, é necessária a aprovação de cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

Comentários:

Qualquer que seja o rito de aprovação, o tratado de direitos humanos será **formalmente reconhecido** no sistema jurídico brasileiro. Esse rito influencia apenas na **posição hierárquica** do tratado. Caso o tratado internacional de direitos humanos seja aprovado na forma do art. 5º, § 3º, CF/88, ele terá **equivalência de emenda constitucional**. Caso seja aprovado pelo rito ordinário, terá status **supralegal**. Questão errada.

43. (CESPE / DPU – 2016) Dada a garantia constitucional de acesso à justiça, é vedada a exigência de prévio ingresso pelas vias extrajudiciais como requisito para o acesso ao Poder Judiciário, não sendo extensível, tal vedação, às ações relativas às competições desportivas.

Comentários:

No Brasil, vigora o **princípio da inafastabilidade de jurisdição**, segundo o qual a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito (art. 5º, XXXV).

Com base nesse princípio, pode-se dizer que, no ordenamento jurídico brasileiro, **não existe a jurisdição condicionada**. Em outras palavras, o acesso ao Poder Judiciário independe de processo administrativo prévio. É vedada, portanto, a exigência de prévio ingresso pelas vias extrajudiciais como requisito para o acesso ao Poder Judiciário. Essa é a regra geral.

Há, todavia, **exceções** a essa regra. São elas o *habeas data*, as controvérsias desportivas e a reclamação contra o descumprimento de Súmula Vinculante pela Administração Pública.

Por tudo o que comentamos, a questão está correta.

44. (CESPE/ PC-PE – 2016) Conforme o texto constitucional, o civilmente identificado somente será submetido à identificação criminal se a autoridade policial, a seu critério, julgar que ela é essencial à investigação policial.

Comentários:

Segundo o art. 5º, LVIII, CF/88, o civilmente identificado **não será submetido à identificação criminal**, salvo nas hipóteses previstas em **lei**. Questão errada.

45. (CESPE / TRT 8ª Região – 2016) Assinale a opção correta com relação aos direitos e deveres individuais e coletivos assegurados e garantidos pela CF.

a) É absolutamente proibida a aplicação de pena de morte ou de prisão perpétua em todo o território nacional e a qualquer tempo.

- b) Diferentemente do direito de propriedade, o direito de herança não é garantido pelas normas constitucionais.
- c) É dever do Estado promover a defesa dos direitos do consumidor na forma da lei.
- d) O *habeas data* é o instituto adequado para a garantia da liberdade de acusados de prática criminal se não configurado flagrante delito.
- e) É vedada a concessão de asilo político para nacionais de Estados com os quais o Brasil tenha relação diplomática.

Comentários:

Letra A: errada. A CF/88 admite a pena de morte em caso de guerra declarada.

Letra B: errada. Segundo o art. 5º, XXX, CF/88, é garantido o direito de herança.

Letra C: correta. Segundo o art. 5º, XXXII, CF/88, o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor.

Letra D: errada. O *habeas corpus* é que se destina a proteger a liberdade de locomoção.

Letra E: errada. Não há essa vedação no texto constitucional. A CF/88 apenas informa que o asilo político é um **princípio das relações internacionais** adotado pela República Federativa do Brasil.

O gabarito é a letra C.

46. (CESPE / TRT 8ª Região – 2016) No que se refere aos direitos e garantias fundamentais elencados na CF, os estrangeiros residentes e não residentes no Brasil equiparam-se aos brasileiros.

Comentários:

Não há essa equiparação. Alguns direitos limitam-se aos brasileiros. É o caso do art. 5º, LI, que veda a extradição do brasileiro nato. Questão errada.

47. (CESPE / PC-PE – 2016) Os direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata, razão por que nenhum dos direitos individuais elencados na CF necessita de lei para se tornar plenamente exequível.

Comentários:

É necessária a regulamentação de vários direitos fundamentais previstos em normas de eficácia limitada. Questão errada.

48. (CESPE / PC-PE – 2016) Tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos, para que sejam equivalentes a emendas constitucionais, deverão ser aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, por maioria absoluta de votos, em dois turnos de discussão e votação.

Comentários:

Os tratados internacionais de direitos humanos que forem aprovados, em dois turnos, em cada Casa do Congresso Nacional, **por três quintos dos membros**, serão equivalentes às emendas constitucionais (art. 5º, § 3º, CF). Questão errada.

49. (CESPE / TRE-PI – 2016) Gravação de conversa telefônica sem autorização judicial, registrada por um dos interlocutores, é considerada prova ilícita, ante o sigilo das comunicações telefônicas, constitucionalmente assegurado.

Comentários:

A **gravação telefônica** é feita por um dos **interlocutores do diálogo, sem o consentimento ou ciência do outro**. Nem sempre é ilícita. De acordo com o STF, é *“inconsistente e fere o senso comum falar-se em violação do direito à privacidade quando interlocutor grava diálogo com sequestradores, estelionatários ou qualquer tipo de chantagista”*. Nesse caso, percebe-se que a gravação clandestina foi feita em legítima defesa, sendo, portanto, legítima. Questão errada.

50. (CESPE / TJDF – 2016) O direito ao duplo grau de jurisdição é assegurado expressamente na CF, decorre da proteção judiciária efetiva e não admite ressalvas, salvo a preclusão decorrente da própria inação processual.

Comentários:

A CF/88 não prevê expressamente o princípio do duplo grau de jurisdição. Ademais, há várias ressalvas a esse princípio, como o julgamento do Presidente da República, dos Deputados e Senadores no STF, pela prática de crimes comuns. Nesses casos, não se aplica o duplo grau de jurisdição, pois não há uma instância superior ao STF. Questão errada.

51. (CESPE / TRE-RS – 2015) Os objetivos fundamentais traçados pela CF constam de rol taxativo que não admite ampliação por obra do intérprete constitucional.

Comentários:

Diferentemente do que ocorre em relação aos fundamentos do art. 1º da CF/88, o rol dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é **exemplificativo**, e não exaustivo. Questão errada.

52. (CESPE/ CGE-PI – 2015) Na Constituição Federal de 1988 (CF), não está prevista a exigência de depósito ou de arrolamento prévio de dinheiro ou de bens para que seja admitido recurso administrativo.

Comentários:

De fato, não há tal previsão na Constituição. O STF editou, inclusive, súmula vinculante que determina que **é inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens** para admissibilidade de recurso administrativo (súmula vinculante 21). Questão correta.

53. (CESPE / TRE-RS – 2015) Previsto expressamente na CF, o princípio do devido processo legal assegura o contraditório e a ampla defesa aos litigantes em processo judicial, mas não em processo administrativo.

Comentários:

A ampla defesa e o contraditório decorrem do princípio do devido processo legal, aplicando-se tanto aos processos judiciais quanto aos administrativos (art. 5º, LV, CF). Questão errada.

54. (CESPE/ TCE-RN – 2015) Comumente, confundem-se os princípios da legalidade e da reserva legal. O primeiro, contudo, é mais abrangente e representa o dever de submissão e respeito à lei. O segundo, por sua vez, consiste na imposição constitucional de que determinadas matérias sejam regulamentadas por lei formal.

Comentários:

Foram corretamente definidos os **princípios da legalidade e da reserva legal**. O princípio da reserva legal se baseia na imposição constitucional de que determinadas matérias sejam regulamentadas por lei formal. O princípio da legalidade, por outro lado, é mais abrangente: representa o dever geral de submissão à lei em sentido amplo, o que engloba a obediência qualquer ato normativo estatal. Questão correta.

55. (CESPE / DPE-RN – 2015) A determinação de foro justificada por prerrogativa de função, ainda que instituída exclusivamente por Constituição estadual, prevalece sobre a competência do tribunal de júri.

Comentários:

Segundo a Súmula Vinculante nº 45, “a competência constitucional do Tribunal do Júri **prevalece sobre o foro por prerrogativa de função** estabelecido exclusivamente pela Constituição estadual”. Questão errada.

56. (CESPE / DPE-RN – 2015) Por ferir o direito à privacidade, é ilegítima a publicação, em qualquer tipo de veículo, dos nomes de servidores da administração pública e do valor dos vencimentos e vantagens pecuniárias por eles recebidos.

Comentários:

Em respeito ao princípio da transparência, é possível a publicação dos nomes de servidores e de seus vencimentos e vantagens pecuniárias. Não há violação ao direito à privacidade. Questão errada.

57. (CESPE / DPE-RN – 2015) Segundo o STF, os tratados internacionais referentes aos direitos humanos têm status de norma constitucional, independentemente do seu eventual quórum de aprovação.

Comentários:

Os tratados internacionais de direitos humanos terão *status* de norma constitucional **apenas quando** forem aprovados em 2 turnos, em cada Casa do Congresso Nacional, por 3/5 dos membros. Quando forem aprovados pelo rito ordinário, terão *status* supralegal. Questão errada.

58. (CESPE/ IRBr Diplomata – 2015) A Constituição Federal determina que o brasileiro nato nunca será extraditado e que o brasileiro naturalizado somente será extraditado no caso de ter praticado crime comum antes da naturalização.

Comentários:

De fato, o brasileiro nato nunca será extraditado. Todavia, há duas hipóteses em que o brasileiro naturalizado poderá ser extraditado, e não uma: em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, **ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei** (art. 5º, LI, CF). Questão errada.

59. (CESPE / Procurador de Salvador – 2015) O fato de o direito à privacidade ser assegurado a todos faz que seja inconstitucional lei municipal que determine a publicação dos nomes dos servidores do município acompanhados dos valores de seus subsídios.

Comentários:

Em virtude do princípio da transparência, é possível que lei municipal determine a publicação dos nomes dos servidores do município acompanhados dos valores de seus subsídios. Questão errada.

60. (CESPE / Procurador de Salvador – 2015) De acordo com o princípio da dignidade da pessoa humana, o uso de algemas justifica-se apenas se houver resistência ou fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros.

Comentários:

A Súmula Vinculante nº 11 estabelece que “*só é lícito o uso de algemas em casos de **resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia**, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado*”. Questão correta.

61. (CESPE / Procurador de Salvador – 2015) A competência do júri para o julgamento de crimes dolosos contra a vida não é absoluta e pode ser excepcionada por regra da própria CF, como, por exemplo, o julgamento de prefeitos pelo TJ.

Comentários:

De fato, a competência do tribunal do júri para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida não é absoluta. Isso porque ela **não alcança** os detentores de **foro especial** por prerrogativa de função **previsto na Constituição Federal**. Questão correta.

62. (CESPE / MPU – 2015) O fornecimento de certidão para a defesa de direitos ou para o esclarecimento de situações pessoais pelos órgãos públicos encontra respaldo constitucional.

Comentários:

Segundo o art. 5º, XXXIV, “b”, CF/88, são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas, a **obtenção de certidões em repartições públicas**, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal. Questão correta.

63. (CESPE / Procurador de Salvador – 2015) Desde que prevista em lei, é constitucional, em processo administrativo, a exigência de depósito ou de arrolamento prévio de bens e de direitos como pressuposto de admissibilidade de recurso administrativo.

Comentários:

A Súmula Vinculante nº 21 estabelece que “é **inconstitucional** a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.” Questão errada.

64. (CESPE / STJ – 2015) O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão, somente havendo sigilo em caso de necessidade de proteção da segurança dos agentes públicos envolvidos no caso.

Comentários:

Segundo o art. 5º, LXIV, CF/88, “o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial”. Não há ressalvas a essa regra. Questão errada.

65. (CESPE / STJ – 2015) Ao advogado de uma pessoa sob investigação é permitido o acesso aos autos do inquérito policial, mesmo que estes sejam classificados como sigilosos, por ser este um direito garantido ao investigado.

Comentários:

A Súmula Vinculante nº 14 prevê que “é direito do defensor, no interesse do representado, ter **acesso amplo aos elementos de prova** que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa”. Questão correta.

66. (CESPE / STJ – 2015) São equivalentes às emendas constitucionais todos os tratados aprovados pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

Comentários:

Apenas os tratados de direitos humanos aprovados por esse quórum qualificado (dois turnos, em cada Casa Legislativa, por três quintos dos membros) é que serão equivalentes às emendas constitucionais. Questão errada.

67. (CESPE / MPU – 2015) É assegurado o acesso às informações de interesse particular retidas pelos órgãos públicos.

Comentários:

A Constituição estabelece que **todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular** (art. 5º, XXXIII, CF). Caso esse direito seja violado, o remédio constitucional cabível para assegurar o acesso à informação é o *habeas data*. Questão correta.

68. (CESPE / MPOG – 2015) O direito do cidadão de receber dos órgãos públicos informações de interesse coletivo inclui também aquelas imprescindíveis à segurança da sociedade.

Comentários:

As informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado não devem ser fornecidas pelos órgãos públicos (art. 5º, XXXIII, CF). Questão errada.

69. (CESPE / MPOG – 2015) O direito adquirido, entendido como aquele que já se incorporou ao patrimônio do seu titular, não poderá ser prejudicado por lei posterior.

Comentários:

O art. 5º, XXXVI, CF/88, estabelece que a lei não prejudicará o direito adquirido. Assim, uma lei posterior não pode afetar esse direito, que já se incorporou ao patrimônio do seu titular. Questão correta.

70. (CESPE/ MPU – 2015) A prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível.

Comentários:

Segundo o art. 5º, XLII, CF/88, *“a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”*. Questão correta.

71. (CESPE / FUB – 2015) Nos processos judiciais, são assegurados aos litigantes os direitos fundamentais do contraditório e da ampla defesa. Entretanto, diante do princípio da autotutela administrativa, essa garantia é inaplicável aos processos administrativos.

Comentários:

Segundo o art. 5º, LV, CF/88, *“aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”*. Questão errada.

72. (CESPE / TRF 5ª Região – 2015) O direito a ampla defesa não engloba o acesso aos documentos em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária.

Comentários:

*O direito a ampla defesa engloba o acesso a esses documentos. Nos termos da **súmula vinculante nº 14**, é direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa. Questão errada.*

73. (CESPE / MPU – 2015) O direito de petição só se aplica ao judiciário.

Comentários:

O direito de petição é um **remédio administrativo**, que pode ter como destinatário **qualquer órgão ou autoridade do Poder Público**, de qualquer um dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) ou até mesmo do Ministério Público. Questão errada.

74. (CESPE / MPU – 2015) A CF traz uma enumeração taxativa dos direitos fundamentais.

Comentários:

O rol de direitos fundamentais previsto na Constituição é **exemplificativo**. A Carta Magna prevê, em seu art. 5º, § 2º, que os direitos e garantias nela expressos não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte. Questão errada.

75. (CESPE / MPU – 2015) Os direitos fundamentais só podem ser garantidos quando regulamentados em lei.

Comentários:

A regra geral é de que os direitos fundamentais tenham aplicabilidade imediata (art. 5º, § 1º, CF). Questão errada.

76. (CESPE / MPOG – 2015) Em nenhuma hipótese, o brasileiro nato poderá ser extraditado.

Comentários:

De fato, em nenhuma hipótese o brasileiro nato pode ser extraditado. A Carta Magna só admite a extradição do brasileiro naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei (art. 5º, LI, CF). Questão correta.

77. (CESPE / TCU – 2015) Se for imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, será permitido o sigilo dos atos administrativos.

Comentários:

A Constituição permite, sim, que haja sigilo de alguns atos administrativos. O inciso XXXIII da Carta Magna prevê que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, **ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado**. Questão correta.

78. (CESPE / DPU – 2015) Não viola a cláusula do devido processo legal a exigência de arrolamento prévio de bens para fins de admissibilidade de recurso administrativo.

Comentários:

A questão cobra o conhecimento da Súmula Vinculante nº 21 do STF, segundo a qual “*é inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.*” Tal exigência viola, sim, o devido processo legal. Questão errada.

QUESTÕES COMENTADAS

Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – Art. 5º, XXXII a LXXVIII

1. FCC - TJ TRT4/TRT 4/Administrativa/"Sem Especialidade"/2022

Diante do que dispõe a Constituição Federal sobre os direitos e garantias fundamentais,

- a) é a todos assegurada, independentemente do pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.
- b) tendo em vista o princípio da inviolabilidade, não é admitido o ingresso na casa do indivíduo sem o consentimento do morador, em nenhuma hipótese.
- c) é permitida a criação de tribunal penal especial para o julgamento de crimes hediondos que provoquem grande repercussão social.
- d) o princípio do direito à duração razoável do processo aplica-se exclusivamente no âmbito judicial, não havendo qualquer disposição a esse respeito àqueles que tramitam no âmbito administrativo, por serem estes, naturalmente, mais céleres.
- e) conceder-se-á mandado de segurança sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

Comentários

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão. **É a literalidade** do art. 5º, XXXVI, 'b' da Constituição Federal.

CF/88:

Art. 5º

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

- b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

A **alternativa B** está incorreta. A Constituição **prevê expressamente** as hipóteses de violação domiciliar admitidas pelo ordenamento jurídico brasileiro:

CF/88:

Art. 5º

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

A **alternativa C** está incorreta. A Constituição Federal **veda a criação** deste tipo de tribunal especial, conhecido como tribunal de exceção. Observe:

CF/88:

Art. 5º

XXXVII - não haverá juízo ou tribunal de exceção;

A **alternativa D** está incorreta. O **princípio da duração razoável do processo** aplica-se em âmbito administrativo e judicial. Observe:

CF/88:

Art. 5º

LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

A **alternativa E** está incorreta. A assertiva descreve o cabimento de **mandado de injunção**. Cabe mandado de segurança para assegurar proteção a direito líquido e certo, não amparado por **habeas corpus ou habeas data**, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública.

CF/88:

Art. 5º

LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

2. FCC - DP SC/DPE SC/2021

Previsto no art. 5o, LXXIV, da Constituição Federal de 1988, o direito fundamental à assistência jurídica

- a) é passível de controle judicial, tanto no caso de omissão quanto de atuação insuficiente do Estado.
- b) não é passível de controle judicial, tendo em vista a autonomia administrativa da Defensoria Pública.

- c) não possui um modelo específico de instrumentalização estatal, permitindo a cada ente federativo uma forma própria de organização.
- d) possui um modelo específico de instrumentalização estatal, através da celebração de convênios com o poder público.
- e) não abrange a atuação extrajudicial.

Comentários

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão. A CF/88, a partir do disposto no inciso LXXIV, assegura aos necessitados, ou seja, **a todos aqueles que comprovarem insuficiência de recursos**, o direito fundamental à assistência jurídica integral.

CF/88

Art. 5º

LXXIV – o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

Nesse sentido, **tanto a omissão** em relação ao cumprimento da referida norma como também a sua execução de forma insuficiente são passíveis de controle judicial, uma vez que se trata de direito fundamental assegurado pela CF/88.

A **alternativa B** está incorreta. Conforme a explicação anterior, se trata de direito fundamental previsto pela CF/88 e que **exige por parte do poder público** ações positivas que viabilizem o seu cumprimento, não se tratando de autonomia administrativa da Defensoria Pública.

A **alternativa C** está incorreta. As regras constitucionais e infraconstitucionais que estabelecem tanto a atuação como **a instrumentalização das Defensorias Públicas** devem ser seguidas por todos os entes federados junto às suas respectivas unidades.

A **alternativa D** está incorreta. **Conforme a explicação anterior**, a atuação das Defensorias Públicas é regida pela CF/88 e pelas leis infraconstitucionais, não ocorrendo qualquer tipo de modalidade de convênio a ser celebrado.

A **alternativa E** está incorreta. A assistência jurídica é realizada **tanto em nível judicial** como também extrajudicial.

CF/88

Art. 134. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal.

3. FCC - Proc (PGE AM)/PGE AM/2022

Em junho de 2013, o Estado brasileiro firmou tratado internacional, que, submetido à apreciação do Congresso Nacional, foi aprovado, em novembro de 2015, por meio de Decreto Legislativo, votado em dois turnos, em cada Casa legislativa, conforme os seguintes resultados, registrados em favor da aprovação: 341 votos, em 1o turno, e 452 votos, em 2o turno, na Câmara dos Deputados; e 56 votos, em 1o turno, e 50 votos, em 2o turno, no Senado Federal. Em outubro de 2018, o tratado foi promulgado, por Decreto do Presidente da República. Diante do disposto na Constituição Federal, o tratado em questão foi aprovado e promulgado

a) irregularmente, uma vez que, tendo sido submetido ao processo de aprovação de emendas constitucionais, a promulgação caberia às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e não ao Presidente da República, mediante Decreto.

b) em conformidade com as normas pertinentes, possuindo, no entanto, status normativo supralegal, ainda que verse sobre direitos humanos, uma vez que não atingiu o quórum necessário para equivaler a emendas constitucionais no 1o turno de votação na Câmara dos Deputados.

c) em conformidade com as normas pertinentes, possuindo, no entanto, status normativo supralegal, ainda que verse sobre direitos humanos, uma vez que não atingiu o quórum necessário para equivaler a emendas constitucionais no 2o turno de votação no Senado Federal.

d) em conformidade com as normas pertinentes, sendo equivalente, no entanto, às leis ordinárias, independentemente da matéria e de ter sido submetido ao processo de aprovação de emendas constitucionais, pois tratados e convenções internacionais, uma vez incorporados ao ordenamento jurídico interno, gozam de status normativo legal.

e) em conformidade com as normas pertinentes, sendo equivalente às emendas constitucionais, acaso verse sobre direitos humanos, considerado o procedimento de aprovação perante o Congresso Nacional.

Comentários

A **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão. Caso verse sobre direitos humanos, o tratado em questão foi submetido ao rito de aprovação das Emendas à Constituição, visto que foi aprovado **por mais de 3/5 dos membros da Câmara e do Senado, com dois turnos em cada Casa**. Na hipótese, 3/5 dos membros da Câmara equivalem a 308 deputados e 3/5 dos membros do Senado a 49 senadores.

CF/88:

Art. 5º

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

Seguem demais comentários:

A **alternativa A** está incorreta. **Não se trata aqui propriamente de aprovação de uma Emenda Constitucional**, mas de um tratado de direitos humanos com força de Emenda. Segue os passos para aprovação e publicação de um tratado no Brasil:

I - Assinatura do Tratado pelo Presidente da República (art. 84, VIII, CF), em sua função de Chefe de Estado; o Presidente pode fazer reservas ao Tratado durante o processo de negociação ou após a ratificação pelo Poder Legislativo;

CF/88:

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

VIII - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional ;

II - O Presidente da República envia Mensagem ao Congresso Nacional encaminhando a minuta de Tratado e sua justificativa;

III - O Congresso Nacional, mediante Decreto Legislativo (art. 49, I, CF) aprova o Tratado Internacional, iniciando-se o processo na Câmara dos Deputados e terminando no Senado Federal, cuja promulgação é feita pelo Presidente do Senado. Caso o Congresso rejeite o Tratado, expede comunicação ao Presidente da República, mediante Mensagem. É esse Decreto Legislativo que pode ser aprovado pelo rito das Emendas à Constituição.

CF/88:

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional ;

IV - Após a promulgação do Decreto Legislativo, o Presidente da República está autorizado a editar o Decreto Presidencial, que ratificará e promulgará definitivamente o texto do Tratado, dando a ele executóriedade no plano nacional, e obrigando o Brasil no âmbito do seu direito positivo, com força de lei ordinária, para os tratados em geral. Ou seja, a ratificação é derivada de um ato complexo, fruto da conjugação de vontades do Executivo e Legislativo. Caso verse sobre direitos humanos, o tratado terá força supralegal (acima das leis e abaixo da Constituição). Se o tratado de direitos humanos for aprovado pelo rito das Emendas (art. 5º, §3º), será a elas equivalente.

A **alternativa B** está incorreta. **O tratado foi aprovado com todos os quóruns** e turnos exigidos para as Emendas Constitucionais, e por isso tem força de Emenda.

A **alternativa C** está incorreta. **O tratado foi aprovado com todos os quóruns** e turnos exigidos para as Emendas Constitucionais, e por isso tem força de Emenda.

A **alternativa D** está incorreta. **Na hipótese versada na questão**, o tratado tem força de Emenda à Constituição.

Tratado internacional que venha a ser celebrado pela República Federativa do Brasil em matéria de proteção da igualdade será incorporado ao direito nacional e deverá ser cumprido em território brasileiro

a) imediatamente após sua celebração, por dispor em matéria de direitos humanos, sob condição de ser ratificado pelo Congresso Nacional no prazo legal, sendo equivalente, nesse caso, à lei ordinária.

b) após sua aprovação pelo Congresso Nacional e posterior promulgação pelo Presidente do Senado, sendo equivalente à emenda constitucional desde que seja aprovado, em sessão conjunta das Casas do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos de seus membros.

c) após sua aprovação pelo Congresso Nacional e posterior promulgação pelo Presidente da República, sendo equivalente à emenda constitucional desde que seja aprovado em sessão conjunta das Casas do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos de seus membros.

d) após sua aprovação pelo Congresso Nacional e posterior promulgação pelo Presidente do Senado, sendo equivalente à emenda constitucional desde que seja aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

e) após sua aprovação pelo Congresso Nacional e posterior promulgação pelo Presidente da República, sendo equivalente à emenda constitucional desde que seja aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

Comentários

A **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão. Por disposição constitucional, o tratado é assinado pelo Presidente da República, por força da competência que lhe foi outorgada no art. 84, VIII. Em seguida, é submetido ao Congresso Nacional para aprovação, por força do Art. 49, I da CF/88, que determina que o instrumento seja ratificado. **O instrumento jurídico para sua aprovação é o decreto legislativo.**

CF/88:

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

VIII - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

Vale anotar que, consoante previsto no art. 5º, § 3º da CF, os tratados internacionais sobre direitos humanos que conseguirem ser aprovados por cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros terão status de emenda constitucional. **Se não alcançarem aprovação neste quórum**, os tratados sobre direitos humanos serão incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro em status supraconstitucional, conforme entendimento do STF.

CF/88:

Art. 5º

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em 2 (dois) turnos, por 3/5 (três quintos) dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

Vejamos as demais alternativas e seus erros destacados em vermelho:

- a) **imediatamente após sua celebração**, por dispor em matéria de direitos humanos, sob condição de ser ratificado pelo Congresso Nacional **no prazo legal, sendo equivalente, nesse caso, à lei ordinária**.
- b) após sua aprovação pelo Congresso Nacional e posterior promulgação pelo **Presidente do Senado**, sendo equivalente à emenda constitucional desde que seja aprovado, em sessão conjunta das Casas do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos de seus membros.
- c) após sua aprovação pelo Congresso Nacional e posterior promulgação pelo Presidente da República, sendo equivalente à emenda constitucional desde que seja aprovado em **sessão conjunta das Casas do Congresso Nacional**, em dois turnos, por três quintos dos votos de seus membros.
- d) após sua aprovação pelo Congresso Nacional e posterior promulgação pelo **Presidente do Senado**, sendo equivalente à emenda constitucional desde que seja aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

5. FCC - Ana (TJ SC)/TJ SC/Administrativo/2021

Atenção: Para responder à questão, considere a Constituição Federal de 1988.

Cristina requereu a um determinado órgão público informação de interesse coletivo. Cristina

- a) tem direito a receber essa informação, independentemente de ser ela considerada sigilosa por ser imprescindível à segurança do Estado, já que se trata de interesse da coletividade.
- b) não tem direito a receber essa informação. Teria direito apenas se referida informação fosse de seu interesse particular, salvo se seu sigilo fosse imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- c) não tem direito a receber essa informação. Teria direito apenas se referida informação fosse de seu interesse particular, independentemente de ser ela considerada sigilosa por ser imprescindível à segurança do Estado, já que seria de cunho privado.
- d) não tem direito a receber essa informação. Contudo, caso o órgão público, por mera liberalidade, entender que referida informação é relevante para a coletividade, independente de ser ela considerada sigilosa por ser imprescindível à segurança do Estado, poderá fornecê-la a qualquer tempo.
- e) tem direito a receber essa informação, salvo se seu sigilo for imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Comentários

A **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão. **Por força do art. 5º, XXXIII**, da Constituição Federal:

CF/88:

Art. 5º

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

A Lei 12.527/2011, ou Lei de Acesso à Informação, regulamenta a prestação de informações de interesse particular, coletivo ou geral prevista no referido inciso constitucional, conforme o seu art. 1º:

Lei 12.527/2011

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

Seguem demais comentários:

A **alternativa A** está incorreta. **Cristina tem direito a receber a informação** salvo se forem sigilosas por imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado.

A **alternativa B** está incorreta. **Cristina tem direito a receber do órgão público** informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral.

A **alternativa C** está incorreta. **Cristina tem direito a receber do órgão público** informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

A **alternativa D** está incorreta. **Cristina tem direito a receber do órgão público** informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

6. FCC - TJ TRT4/TRT 4/Administrativa/"Sem Especialidade"/2022

Diante do que dispõe a Constituição Federal sobre os direitos e garantias fundamentais, considere:

I. O direito à liberdade de profissão é protegido constitucionalmente, não podendo a lei estabelecer qualificações para o seu exercício.

II. A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, sendo permitida a interferência estatal em seu funcionamento apenas para assegurar o cumprimento do seu estatuto.

III. A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, somente poderá ser objeto de penhora para o pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.

IV. A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.

V. É assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e III.
- b) I, III e IV.
- c) II e V.
- d) IV e V.
- e) III, IV e V.

Comentários

A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão.

I. O direito à liberdade de profissão é protegido constitucionalmente, **não podendo a lei estabelecer qualificações para o seu exercício.**

ERRADO. O direito à liberdade de profissão pode ser limitado pela legislação infraconstitucional, que por sua vez pode instituir a necessidade de qualificações específicas para o exercício de determinadas profissões (Ex.: aprovação na OAB, para o exercício da advocacia).

CF/88:

Art.5º

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

II. A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas **dependem** de autorização, sendo **permitida** a interferência estatal em seu funcionamento apenas para assegurar o cumprimento do seu estatuto.

ERRADO. A criação de associações independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento. Observe o texto da CF:

CF/88:

Art.5º

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

III. A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, **somente poderá ser objeto de penhora para o pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.**

ERRADO. A pequena propriedade rural não poderá ser objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.

CF/88:

Art.5º

XXVI - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

IV. A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.

CERTO. É a literalidade da CF:

CF/88:

■

Art. 5º

XXIX - a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País;

V. É assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

CERTO. É o que prevê o inciso LXXIX, do art. 5º da CF/88, recentemente adicionado pela EC 115/2022.

CF/88:

Art. 5º

LXXIX - é assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 115, de 2022)

Sendo **corretos** apenas os itens IV e V, a alternativa correta é a letra D.

7. (FCC/ TRF 3ª Região -2019) Pablo, viúvo, estrangeiro, faleceu em sua terra natal, onde era domiciliado, deixando dois únicos filhos: Marina, brasileira naturalizada, e Gabriel, brasileiro nato. Em

conformidade com a Constituição Federal de 1988, a sucessão dos imóveis de Pablo situados no Brasil será regulada

- a) pela lei pessoal de Pablo em relação a Marina e pela lei brasileira em relação a Gabriel.
- b) sempre pela lei brasileira, uma vez que os imóveis se encontram no Brasil, ainda que a lei pessoal de Pablo seja mais favorável a Marina e Gabriel.
- c) sempre pela lei pessoal de Pablo, uma vez que ele nasceu em território estrangeiro, ainda que a lei brasileira seja mais favorável a Marina e Gabriel.
- d) pela lei brasileira, salvo se a lei pessoal de Pablo for mais favorável a Marina e Gabriel.
- e) sempre pela lei pessoal de Pablo, uma vez que teve como último domicílio sua terra natal, ainda que a lei brasileira seja mais favorável a Marina e Gabriel.

Comentários:

A sucessão dos bens de Pablo, estrangeiro, dar-se-á conforme o art. 5º, XXI, da Carta Magna, segundo o qual "a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do 'de cujus'".

Desse modo, será aplicada a lei brasileira, salvo se a lei pessoal de Pablo (o "de cujus") for mais favorável aos seus filhos brasileiros, Marina e Gabriel. **O gabarito é a letra D.**

8. (FCC / TJ-MA – 2019) Segundo a Constituição Federal, bem como o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre os direitos e garantias fundamentais,

- a) livre a manifestação do pensamento, ainda que exercida sob o anonimato.
- b) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, desde que haja prévia licença do Poder Público.
- c) é inconstitucional fixar cotas em universidades para alunos que sejam egressos de escolas públicas, por ofensa ao princípio da igualdade.
- d) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, em ambos os casos, o trânsito em julgado.
- e) é ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.

Comentários:

Letra A: errada. A Carta Magna **veda** o anonimato (art. 5º, IV, CF).

Letra B: errada. É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, **independentemente de censura ou licença** (art. 5º, IX, CF).

Letra C: errada. As cotas em universidades para alunos que sejam egressos de escolas públicas buscam assegurar a **igualdade material**. Por isso, sua fixação é constitucional.

Letra D: errada. A Constituição somente exige o trânsito em julgado para a **dissolução compulsória da associação**. Nos termos do inciso XIX do art. 5º da CF/88, "as associações só poderão ser compulsoriamente

*dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, **no primeiro caso, o trânsito em julgado***”.

Letra E: correta. Trata-se da literalidade da Súmula Vinculante nº 25, segundo a qual *“é ilícita a prisão do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade de depósito”*.

O gabarito é a letra E.

9. (FCC / TJ-MA – 2019) Considere as seguintes afirmações à luz do que dispõe a Constituição Federal acerca dos direitos e garantias fundamentais:

I. O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.

II. Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.

III. Conceder-se-á mandado de segurança sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

IV. Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação civil pública que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

V. A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

Está correto o que consta APENAS em

- a) I, II e III.
- b) I, II e V.
- c) I, III e IV.
- d) II, IV e V.
- e) III, IV e V.

Comentários:

A **primeira assertiva** está correta. Trata-se da literalidade do inciso LXIII do art. 5º da Carta Magna.

A **segunda assertiva** está correta. É o que determina o art. 5º, LXI, da CF/88.

A **terceira assertiva** está errada. O remédio constitucional adequado para esse fim é o **mandado de injunção** (art. 5º, LXXI, CF). A Carta Magna prevê que *“conceder-se-á **mandado de segurança** para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público”*.

A **quarta assertiva** está errada. O remédio constitucional que corresponde a essas características é a **ação popular** (art. 5º, LXXIII, CF).

A **quinta assertiva** está correta. É o que determina o inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição.

O gabarito é a letra B.

10. (FCC / TJ-MA – 2019) Um empresário renomado foi acusado de ter praticado crime de corrupção, ocasião em que passou a ser investigado por tal fato. Diante da repercussão do caso, o Congresso Nacional aprovou, já no curso da ação penal, uma alteração legislativa que dobrou a pena do crime do qual o empresário era acusado, considerando-o como hediondo e inafiançável. Ao final, foi ele condenado à pena máxima prevista na nova legislação. Nessa hipótese, o empresário

- a) não poderia ter recebido a pena aplicada, pois a Constituição Federal assegura que nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.
- b) poderia ter recebido a pena aplicada, pois a Constituição Federal considera crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia os definidos como crimes hediondos.
- c) não poderia ter recebido a pena aplicada, pois a Constituição Federal assegura que a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.
- d) poderia ter recebido a pena aplicada, pois a Constituição Federal estabelece que a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, a de privação ou restrição da liberdade.
- e) não poderia sequer ter sido condenado, em razão de a Constituição Federal assegurar que a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

Comentários:

A Carta Magna prevê, em seu art. 5º, XL, que “a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu”. É a irretroatividade da lei penal mais grave, que não pode ser aplicada ao réu. Portanto, no caso exposto, o empresário não poderia ter recebido a pena aplicada. O gabarito é a letra C.

11. (FCC / DETRAN-SP – 2019) De acordo com o que estabelece a Constituição Federal de 1988,

- a) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura, ressalvada a necessidade de licença prévia da autoridade competente nos casos de segurança da sociedade e do Estado.
- b) todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ainda que seu sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- c) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

d) ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, ainda que as invoque com a intenção de se eximir de obrigação legal a todos imposta e de se recusar a cumprir prestação alternativa fixada em lei.

e) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer e observados os imperativos de necessidade do Estado e da coletividade.

Comentários:

Letra A: errada. Não há tal ressalva na Constituição. A Carta Magna dispõe apenas, em seu art. 5º, IX, que “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”.

Letra B: errada. Segundo a Constituição, “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, **ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado**” (art. 5º, XXXIII, CF).

Letra C: correta. É a chamada “requisição administrativa”, prevista no art. 5º, XXV, da Constituição.

Letra D: errada. Nos termos do art. 5º, VIII, da Carta Magna, “ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, **salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei**”.

Letra E: errada. A Carta Magna determina somente que “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer” (art. 5º, XIII, CF).

O gabarito é a letra C.

12. (FCC / AFAP – 2019) Em relação aos direitos e garantias individuais expressos na Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que

a) o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial, salvo em caso de flagrante delito.

b) a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada até o primeiro dia útil subsequente à prisão.

c) o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.

d) conceder-se-á *habeas data* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

e) o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial, salvo nos casos de investigações relativas a organizações criminosas.

Comentários:

Letra A: errada. O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial (art. 5º, LXIV, CF). A Carta Magna não prevê qualquer exceção a essa regra.

Letra B: errada. A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada (art. 5º, LXII, CF). Não há previsão na Carta Magna de que essa comunicação deverá ser feita até o primeiro dia útil subsequente à prisão.

Letra C: correta. É o que dispõe o art. 5º, LXIII, da Carta Magna.

Letra D: errada. O remédio constitucional adequado para proteção do direito de locomoção é o *habeas corpus*. Reza o inciso LXVIII do art. 5º da Constituição que “*conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder*”.

Letra E: errada. o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial (art. 5º, LXIV, CF). Não há qualquer exceção a essa regra na Constituição.

O gabarito é a letra C.

13. (FCC / Prefeitura de Recife – 2019) Deoclécio e Demóstenes, estudantes universitários, vivendo atualmente um cenário político conturbado, ao estudarem a Constituição Federal Brasileira, dentre os direitos e garantias individuais, verificaram que

- a) ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, inclusive nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
- b) será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião somente após decisão definitiva da qual não cabe mais recurso, proferida pelo país no qual o acusado praticou o crime.
- c) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- d) a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados no prazo obrigatório de cento e vinte dias ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- e) são a todos assegurados, mediante o pagamento de taxas que serão fixadas obrigatoriamente por lei complementar, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

Comentários:

Letra A: errada. Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, **salvo** nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei (art. 5º, LXI, CF).

Letra B: errada. **Não** será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião (art. 5º, LII, CF).

Letra C: correta. É o que determina o art. 5º, LXX, da Constituição.

Letra D: errada. A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados **imediatamente** ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada (art. 5º, LXII, CF).

Letra E: errada. São a todos assegurados, **independentemente do pagamento de taxas** (art. 5º, XXXIV, CF):

- a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;
- b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

O gabarito é a letra C.

14. (FCC / CLDF – 2018) Considerando o que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil acerca dos direitos e garantias fundamentais:

- a) nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, apenas na hipótese de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
- b) o preso será informado de seus direitos e obrigações, entre as quais a de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.
- c) conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, ou para proteger direito líquido e certo quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- d) ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, inclusive nos casos de crime propriamente militar.
- e) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.

Comentários:

Letra A: errada. O brasileiro naturalizado poderá ser extraditado em **duas situações**: i) crime comum praticado antes da naturalização e; ii) comprovado envolvimento com tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

Letra B: errada. A CF/88 não diz que o preso será informado de suas obrigações. Ao contrário, apenas determina que o **preso seja informado de seus direitos**, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.

Letra C: errada. O **mandado de segurança** é o remédio constitucional utilizado para proteger direito líquido e certo não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público. O habeas corpus apenas protege a liberdade de locomoção.

Letra D: errada. Nos crimes militares definidos em lei, a prisão **independe de ordem judicial**.

Letra E: correta. O princípio do não contágio determina que **nenhuma pena passará da pessoa do condenado**. Todavia, a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens podem ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.

O gabarito é a letra E.

15. (FCC / TRT 2ª Região – 2018) Com base na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, NÃO há, no Brasil, hipótese de

- a) pena de morte, nem de prisão perpétua.
- b) retroatividade da lei penal, nem de pena de banimento.
- c) crimes inafiançáveis, nem de penas cruéis.
- d) tortura legalmente permitida, nem de pena de trabalhos forçados.
- e) crimes imprescritíveis, nem de pena de perda de bens sem indenização.

Comentários:

Letra A: errada. No Brasil, é possível que seja aplicada pena de morte em caso de guerra declarada.

Letra B: errada. A lei penal pode retroagir, desde que seja para beneficiar o réu.

Letra C: errada. A CF/88 prevê que vários crimes são inafiançáveis: tráfico de drogas, tortura, terrorismo, crimes hediondos, racismo e ação de grupos armados (civis ou militares) contra a ordem constitucional e o Estado democrático.

Letra D: correta. No ordenamento jurídico brasileiro, não se admite, em nenhuma hipótese, a tortura e a pena de trabalhos forçados.

Letra E: errada. O racismo e a ação de grupos armados (civis ou militares) contra a ordem constitucional e o Estado democrático são crimes imprescritíveis. A pena de perda de bens é admitida no ordenamento jurídico brasileiro.

O gabarito é a letra D.

16. (FCC / TRT 2ª Região – 2018) Considere que tratado internacional que veda a prisão civil do depositário infiel seja aprovado em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros. À luz das disposições da Constituição Federal, trata-se de tratado

- a) incompatível com o direito brasileiro, uma vez que não poderia vedar a prisão civil do depositário infiel, já que prevista na Constituição Federal.
- b) incompatível com o direito brasileiro, apenas porque teria sido aprovado através de procedimento não previsto no texto constitucional, embora no mérito não haja óbice à vedação de prisão civil do depositário infiel.

- c) compatível com o direito brasileiro no que toca ao procedimento adotado para a sua aprovação, mas incompatível ao vedar a prisão civil do depositário infiel, já que prevista na Constituição Federal.
- d) incompatível com o direito brasileiro no que toca ao procedimento de aprovação, mas compatível ao vedar a prisão civil do depositário infiel, por se tratar de norma de direito fundamental mais protetiva do que aquela acolhida no texto da Constituição Federal.
- e) compatível com a Constituição Federal no que toca ao procedimento adotado para a sua aprovação, ademais de não haver óbice material à vedação da prisão civil do depositário infiel, sendo referido tratado equivalente à emenda constitucional.

Comentários:

Na situação apresentada, um tratado de direitos humanos foi aprovado pelo Congresso Nacional, seguindo o mesmo rito das emendas constitucionais (dois turnos, em cada Casa Legislativa, por 3/5 dos membros). Logo, esse tratado de direitos humanos será internalizado no ordenamento jurídico brasileiro com status equivalente a uma emenda constitucional.

Esse tratado de direitos humanos proíbe a prisão do depositário infiel, o que apenas ratifica o entendimento que o STF já tem acerca do tema, o que está materializado na Súmula Vinculante nº 25:

SV nº 25: É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade de depósito.

Desse modo, pode-se dizer que não há qualquer impedimento a que um tratado de direitos humanos proíba a prisão do depositário infiel.

O gabarito é a letra E.

17. (FCC / DPE-AM – 2018) A Constituição Federal, quanto aos direitos e deveres individuais e coletivos, estabelece que

- a) é garantida a soberania dos veredictos do júri.
- b) é inviolável a liberdade de crença, sendo vedado o anonimato.
- c) é inviolável o sigilo das comunicações telefônicas, sendo exceção legal se por ordem judicial para fins de investigação civil ou criminal.
- d) a casa é asilo inviolável do indivíduo, sendo permitido nela penetrar sem o consenso do morador por determinação judicial durante o dia nos casos de flagrante delito ou a qualquer hora para prestar socorro e no caso de desastre.
- e) garantido o direito de propriedade, a qual atenderá sua função social, se necessário.

Comentários:

Letra A: correta. É o que prevê o inciso XXXVIII do art. 5º da CF/88.

Letra B: errada. A vedação ao anonimato está associada à liberdade de manifestação do pensamento, não à de consciência e de crença (art. 5º, IV, CF).

Letra C: errada. É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de **investigação criminal ou instrução processual penal** (art. 5º, XII, CF).

Letra D: errada. No caso de flagrante delito, não é necessário ordem judicial para adentrar a casa de um indivíduo sem o seu consentimento (art. 5º, XI, CF).

Letra E: errada. Não há tal exceção. A propriedade sempre deverá atender sua função social (art. 5º, XXIII, CF).

O gabarito é a letra A.

18. (FCC / TRT 15ª Região – 2018) A Constituição Federal VEDA, como regra geral, a prisão civil por dívida,

a) proibindo, expressamente, a prisão do depositário infiel, qualquer que seja a natureza do depósito, ainda que permita a prisão civil do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia.

b) ressaltando, expressamente, a prisão civil do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel, mas o Supremo Tribunal Federal firmou tese jurídica, em sede de julgamento de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida, no sentido de que todos os pactos internacionais em matéria de direitos humanos internalizados pelo País, inclusive os que proíbem a prisão civil por dívida, ingressam no direito brasileiro com hierarquia de norma constitucional e, por isso, a hipótese de prisão do depositário infiel é inaplicável segundo o direito vigente.

c) ressaltando, expressamente, a prisão do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel, mas, de outro lado, o Supremo Tribunal Federal editou súmula vinculante segundo a qual é ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.

d) ressaltando, expressamente, a prisão do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel, mas a jurisprudência vigente do Supremo Tribunal Federal entende que os pactos internacionais em matéria de direitos humanos internalizados pelo País, inclusive os que proíbem a prisão civil por dívida, ingressam no direito brasileiro com hierarquia de norma constitucional e, por isso, todas as hipóteses de prisão civil previstas na Constituição Federal são inaplicáveis segundo o direito vigente.

e) ressaltando, expressamente, a prisão do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel, mas, segundo jurisprudência vigente do Supremo Tribunal Federal, é vedada a prisão civil do depositário infiel apenas quando o depósito for fruto de ordem judicial.

Comentários:

Para resolver essa questão, era importante que o aluno conhecesse a literalidade da CF/88 e a jurisprudência do STF. Vejamos:

1) Segundo o art. 5º, LXVII, “**não haverá prisão civil por dívida, salvo** a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel”.

2) A Súmula Vinculante nº 25 determina que “**é ilícita a prisão civil de depositário infiel**, qualquer que seja a modalidade de depósito”.

3) Nem todos os tratados de direitos humanos têm status de normas constitucional, mas apenas aqueles que forem aprovados pelo rito qualificado das emendas constitucionais. Os tratados de direitos humanos aprovados pelo rito ordinário (mesmo rito de aprovação das leis) terão status supralegal.

O gabarito é a letra C.

19. (FCC / TST – 2017) Determinado indivíduo requer, perante Secretaria Municipal de Educação, que lhe seja informado o número de faltas ao trabalho, nos últimos 12 meses, dos servidores públicos ocupantes de cargos efetivos lotados na escola junto à qual funciona Associação de Pais e Mestres de que faz parte. Nessa situação, à luz da Constituição Federal, cabe ao órgão da Administração:

- a) exigir que o pedido seja justificado pelo requerente, antes de fornecer a resposta, a fim de averiguar se os motivos oferecem risco à segurança do Estado ou à intimidade e vida privada dos servidores.
- b) recusar-se a prestar a informação, sob a justificativa de se tratar de informação cujo sigilo é imprescindível à segurança do Estado e de seus agentes.
- c) recusar-se a prestar a informação, a que somente se assegura acesso se disser respeito ao próprio interessado, sob pena de ofensa ao direito à intimidade e à vida privada.
- d) atender ao pedido, que pode ser formulado independentemente de justificativa, por se tratar de informação de interesse geral, a que todos têm acesso assegurado.
- e) atender ao pedido, ficando o requerente, no entanto, sujeito ao ônus da sucumbência, se comprovada má-fé.

Comentários:

Segundo o art. 5, XXXIII, “*todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado*”.

Informações sobre o número de faltas ao trabalho dos servidores públicos são de **interesse geral** e, portanto, cabe à Administração assegurar o pleno acesso a elas, **independentemente** de qualquer justificativa do interessado.

O gabarito é a letra D.

20. (FCC / TRT-MS – 2017) Marinete ficou extremamente chateada ao chegar na sua empregadora, a empresa H, para mais um dia normal de trabalho e encontrar seu computador com uma nova tela de descanso. Esta tela possuía diversos macacos segurando placas com dizeres racistas. Inconformada com o fato, resolveu descobrir tudo a respeito do racismo do qual foi vítima. Assim, começando pela Constituição Federal, Marinete descobriu que a prática do racismo

- a) constitui crime inafiançável e imprescritível, previsto no capítulo inerente aos direitos e deveres individuais e coletivos.

- b) constitui crime inafiançável com prazo prescricional de dez anos, previsto no capítulo inerente aos direitos e deveres individuais e coletivos.
- c) constitui crime inafiançável com prazo prescricional de vinte anos, previsto no capítulo inerente aos direitos e deveres individuais e coletivos.
- d) não está prevista na Carga Magna.
- e) constitui crime imprescritível, mas afiançável mediante condições prevista no capítulo inerente aos direitos e deveres individuais e coletivos.

Comentários:

O racismo é crime **inafiançável e imprescritível**, sujeito à pena de reclusão (art. 5º, XLII, CF/88). O gabarito é a letra A.

21. (FCC / TRE-SP – 2017) À luz da Constituição da República, brasileiro naturalizado que, comprovadamente, esteja envolvido em tráfico ilícito de entorpecentes, na forma da lei,

- a) poderá ser extraditado, ainda que o envolvimento com o tráfico ilícito de entorpecentes seja posterior à naturalização.
- b) não poderá ser extraditado, pois é expressamente vedada a extradição de brasileiro.
- c) somente poderá ser extraditado se ficar caracterizado crime político ou de opinião, casos em que a Constituição veda expressamente a extradição apenas de estrangeiro.
- d) somente poderá ser extraditado se, antes, for cancelada a naturalização, por ato da autoridade administrativa competente, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.
- e) poderá ser extraditado, desde que haja condenação pelo cometimento de crime comum praticado anteriormente à naturalização.

Comentários:

A extradição de brasileiros é admitida apenas excepcionalmente no ordenamento jurídico brasileiro.

Para os brasileiros natos, a vedação é absoluta.

Já para os naturalizados, a extradição é admitida em duas hipóteses:

- crime comum, praticado antes da naturalização ou;
- **comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei** (art. 5º, LI, CF).

O gabarito é a letra A.

22. (FCC / TRT 11ª Região – 2017) Durval foi alvo de racismo em seu trabalho. Ao consultar a Constituição Federal, descobriu que a prática de racismo constitui crime

- a) inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

- b) inafiançável, apenas, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.
- c) inafiançável, apenas, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- d) imprescritível, apenas, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- e) inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.

Comentários:

A Carta Magna determina, em seu art. 5º, XLII, que *“a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”*. O gabarito é a letra A.

23. (FCC / TRT 11ª Região – 2017) O pai de Almir, Adalberto, faleceu deixando dívida referente à reparação de danos decorrente de condenação criminal que lhe foi imposta. Almir, preocupado com seu patrimônio, consultou a Constituição Federal para saber se seus bens respondem pela dívida deixada pelo seu pai e descobriu que

- a) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, não podendo a obrigação de reparar o dano ser estendida aos sucessores e contra eles executadas, salvo nos casos que envolvam credores menores de idade, situação na qual responderão o patrimônio particular e o transferido, ilimitadamente.
- b) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, não podendo a obrigação de reparar o dano ser estendida aos sucessores e contra eles executada, pois deixa de existir com a morte do condenado.
- c) a pena poderá passar da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano ser estendida aos sucessores e contra eles executada, ilimitadamente, respondendo o seu patrimônio particular e o patrimônio transferido.
- d) a pena poderá passar da pessoa do condenado, podendo, a obrigação de reparar o dano por ele causado, ser estendida não apenas aos sucessores, mas a todos os parentes, ilimitadamente.
- e) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano ser, nos termos da lei, estendida aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.

Comentários:

A questão cobra o conhecimento do *“princípio da personalização da pena”*, previsto no art. 5º, XLV, da Constituição. Segundo esse dispositivo, *“nenhuma pena passará da pessoa do condenado*, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, *até o limite do valor do patrimônio transferido”*. O gabarito é a letra E.

24. (FCC / TRT 20ª Região – 2016) Fausto, empregado da empresa X, exerce a função de operador de máquinas. Na semana passada, seu chefe hierárquico, chamou todos os empregados no pátio da fábrica e ofereceu bananas aos macacos que não estavam atingindo as metas, apontando como exemplo Fausto. Fausto, sentiu-se humilhado e chegando em sua residência, consultou a Constituição Federal sobre a prática de racismo e verificou que a Carta Magna

- a) prevê dentre os direitos sociais que a prática de racismo constitui crime inafiançável, mas prescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

- b) prevê dentre os direitos e deveres individuais e coletivos que a prática de racismo constitui crime inafiançável, mas prescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- c) prevê dentre os direitos e deveres individuais e coletivos que a prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- d) prevê dentre os direitos e deveres individuais e coletivos que a prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.
- e) não prevê em nenhum capítulo específico, o racismo, mencionando apenas dentre os direitos fundamentais a garantia da dignidade da pessoa humana.

Comentários:

Reza o inciso XLII do art. 5º da Constituição, que trata de **direitos e deveres individuais e coletivos**, que a prática do racismo constitui crime **inafiançável e imprescritível**, sujeito à pena de **reclusão, nos termos da lei**. O gabarito é a letra C.

25. (FCC / DPE-BA – 2016) No âmbito da Teoria dos Direitos Fundamentais,

- a) a dimensão subjetiva dos direitos fundamentais está atrelada, na sua origem, à função clássica de tais direitos, assegurando ao seu titular o direito de resistir à intervenção estatal em sua esfera de liberdade individual.
- b) em que pese a doutrina reconhecer a eficácia dos direitos fundamentais nas relações entre particulares (eficácia horizontal), a tese em questão nunca foi apreciada ou acolhida pelo Supremo Tribunal Federal.
- c) a cláusula de abertura material do catálogo de direitos fundamentais expressa no § 2º do art. 5º da Constituição Federal não autoriza que direitos consagrados fora do Título II do texto constitucional sejam incorporados ao referido rol.
- d) o princípio da proibição de retrocesso social foi consagrado expressamente no texto da Constituição Federal.
- e) os direitos fundamentais de primeira dimensão ou geração possuem função normativa de natureza apenas defensiva ou negativa.

Comentários:

Letra A: correta. Os direitos fundamentais têm uma dupla dimensão: **dimensão subjetiva e dimensão objetiva**. A **dimensão subjetiva** está associada à ideia que os direitos fundamentais são **exigíveis do Estado**. Por outro lado, a **dimensão objetiva** está atrelada à noção de que os direitos fundamentais são **princípios estruturantes do Estado**, cuja eficácia se irradia para todo o ordenamento jurídico.

Letra B: errada. O STF reconhece a eficácia horizontal dos direitos fundamentais, já tendo apreciado casos em que encampou essa tese.

Letra C: errada. A cláusula de abertura material dos direitos fundamentais (art. 5º, § 2º, CF/88) reconhece a possibilidade de que existam direitos fora do Título II e mesmo fora do texto constitucional.

Letra D: errada. A CF/88 não consagra, expressamente, o princípio da vedação ao retrocesso. Trata-se, na verdade, de uma construção doutrinária.

Letra E: errada. Não se pode dizer que os direitos de 1ª geração têm **apenas** natureza defensiva ou negativa. Eles podem ter também outras funções normativas. A ação popular, por exemplo, tem *status* ativo, consistindo em um direito de participação do indivíduo na vida política do Estado.

O gabarito é a letra A.

26. (FCC / TRF 3ª Região – 2016) Nos termos do art. 5º, LIII, da Constituição Federal, “ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente”.

O dispositivo constitucional citado consagra o princípio

- a) do juiz natural.
- b) do contraditório.
- c) da inafastabilidade da jurisdição.
- d) da ampla defesa.
- e) do devido processo legal.

Comentários:

O princípio do juiz natural se reflete no art. 5º, incisos XXXVII e LIII, CF/88:

Art. 5º (...)

XXXVII - não haverá juízo ou tribunal de exceção;

(...)

LIII - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente.

O gabarito é a letra A.

27. (FCC / TRT 23ª Região – 2016) “A” é um cidadão inglês naturalizado brasileiro que foi condenado por crime de tráfico de drogas na Inglaterra. “B” é um cidadão iraniano que pediu asilo ao Brasil por ter cometido crime de opinião em seu país, ao fazer oposição ao governo do Irã. Considerando que ambos residem no Brasil e também o que dispõe a Constituição Federal de 1988 a respeito da extradição,

- a) “A” e “B” poderão ser extraditados.
- b) “A” não poderá ser extraditado porque o Brasil não concede a extradição de cidadão naturalizado brasileiro por prática de crime de tráfico de drogas e “B” poderá ser extraditado, uma vez que foi condenado por crime de opinião, e não por crime político.
- c) “B” poderá ser extraditado porque o Brasil não concede asilo a estrangeiro que tenha cometido crime de opinião, mas “A” não poderá ser extraditado porque o Brasil não concede a extradição de cidadão naturalizado brasileiro por prática de crime de tráfico de drogas.
- d) “A” não poderá ser extraditado porque o Brasil não prevê a possibilidade de extradição para brasileiros naturalizados e “B” não poderá ser extraditado porque o Brasil não concede extradição por crime de opinião.

e) "B" não poderá ser extraditado porque o Brasil não concede extradição por crime de opinião, mas "A" poderá ser extraditado, ainda que o crime tenha sido praticado depois da naturalização.

Comentários:

O **brasileiro naturalizado** pode ser extraditado em **2 (duas) hipóteses**:

- crime comum praticado antes da naturalização;
- comprovado envolvimento com tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

Por outro lado, a CF/88 prevê que **nenhum estrangeiro será extraditado em virtude de crime político ou de opinião** (art. 5º, LII).

Assim, temos que "A" pode ser extraditado (pouco importando quando ocorreu o crime de tráfico de drogas) e "B" não poderá ser extraditado.

O gabarito é a letra E.

28. (FCC / TRT 9ª Região – 2015) Nos termos da Constituição Federal, há previsão legal para aplicação de pena:

- a) cruel.
- b) de banimento.
- c) de trabalhos forçados.
- d) de caráter perpétuo.
- e) de morte

Comentários:

A CF/88 **proíbe** as penas cruéis, de banimento, trabalhos forçados e de caráter perpétuo. A pena de morte é admitida em caso de guerra declarada. O gabarito é a letra E.

29. (FCC / TRE-AP – 2015) Fausto foi condenado por sentença transitada em julgado por crime cometido em 2010, encontrando-se em cumprimento da pena de 10 anos. Em 2015, entrou em vigor uma lei que não mais considera como crime a conduta que levou Fausto à prisão. Neste caso, Fausto:

- a) será beneficiado pela nova lei, pois a lei penal retroage.
- b) não será beneficiado pela nova lei, pois a Constituição Federal garante a irretroatividade da lei penal.
- c) será beneficiado pela nova lei apenas se esta favorecer ao menos 10 condenados.
- d) não será beneficiado pela nova lei, pois a Constituição garante a retroatividade apenas da lei civil.
- e) não será beneficiado pois a nova lei não pode prejudicar a coisa julgada.

Comentários:

Segundo o art. 5º, XL, CF/88, “a lei penal não retroagirá, **salvo para beneficiar o réu**”. Assim, a lei editada em 2015 irá retroagir para beneficiar Fausto, descriminalizando a conduta por ele praticada (*abolitio criminis*). O gabarito é a letra A.

30. (FCC / DPE-SP – 2015) Considere as seguintes assertivas a respeito dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos:

- I. São gratuitas as ações de habeas corpus e habeas data.
- II. São gratuitos o registro civil de nascimento, a certidão de óbito e a certidão de matrimônio com as devidas averbações.
- III. A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível.
- IV. A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.

Está correto o que se afirma em

- a) I, II e IV, apenas.
- b) I, II, III e IV.
- c) I, III e IV, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I e IV, apenas.

Comentários:

A **primeira assertiva** está correta. O *habeas corpus* e o *habeas data* são gratuitos.

A **segunda assertiva** está errada. A CF/88 prevê que são gratuitos o registro civil de nascimento e a certidão de óbito. A CF/88 **não estabelece a gratuidade da certidão de casamento**.

A **terceira assertiva** está correta. O racismo é crime **inafiançável e imprescritível**.

A **quarta assertiva** está correta. Nos termos do art. 5º, XL, a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu. Pode-se dizer, portanto, que **apenas a retroatividade benigna** é admitida.

O gabarito é a letra C.

31. (FCC / TJ-AP – 2014) A norma definidora de direito fundamental, segundo a qual a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada (Constituição Federal, art. 5º, inciso XXXIV), pode ser explicada do seguinte modo:

- a) a lei não pode retroagir em detrimento da segurança jurídica do cidadão.
- b) a lei ordinária não pode, mas a lei complementar pode prejudicar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.
- c) o princípio da legalidade não se aplica às pessoas jurídicas.
- d) o princípio da anterioridade da lei penal não se aplica às pessoas jurídicas.

e) o Estado Democrático de Direito só admite leis prospectivas.

Comentários:

O art. 5º, XXXIV, CF/88, ao estabelecer que a lei não pode prejudicar o direito adquirido, o ato jurídico e a coisa julgada tem como objetivo proteger as **situações juridicamente consolidadas**. É em nome da **segurança jurídica** que se impede que a lei retroaja para ferir o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. No Estado democrático de direito, **são admitidas leis retroativas**; porém elas não poderão afetar situações já consolidadas.

Por tudo o que comentamos, a resposta é a letra A.

32. (FCC / TRT 2ª Região-SP – 2014) Entre as atribuições conferidas pelo texto constitucional ao Presidente da República está o poder de “conceder indulto e comutar penas”. O indulto implica extinção de punibilidade, liberando o condenado por sentença criminal do cumprimento da pena ou do seu restante. Já a comutação de pena consiste em substituição da sanção judicial aplicada por outra, em geral, mais branda. O exercício dessa atribuição presidencial não é cabível, nos termos da Constituição Federal, para beneficiar os condenados pela prática das infrações criminais de:

- a) terrorismo, tortura, a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático, bem como tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- b) terrorismo, tortura, racismo e tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- c) terrorismo, racismo, os delitos qualificados como crimes hediondos e a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- d) tortura, racismo, os delitos qualificados como crimes hediondos e tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- e) terrorismo, tortura, os delitos qualificados como crimes hediondos e tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

Comentários:

São **insuscetíveis de graça ou anistia** o terrorismo, a tortura, os crimes hediondos e o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins. A resposta é a letra E.

33. (FCC / ISS-SP – 2012) A Lei federal no 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados por União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações, contempla as seguintes previsões:

“Art. 1º. (...)”

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei:

I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público;

II - as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.”

Art. 7º. O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:

(...)

VII - informação relativa:

a) à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos;

(...)

§ 1º O acesso à informação previsto no caput não compreende as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Art. 32. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar:

I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa; (...)"

Considere, a esse respeito, as seguintes afirmações, à luz da disciplina constitucional dos direitos e garantias fundamentais:

I – É indevida a subordinação dos órgãos e entidades referidos no parágrafo único, do art. 1º, ao regime da lei de acesso a informações, pois a Constituição determina que, para tanto, é necessária prévia autorização judicial.

II – O § 1º do art. 7º é compatível com a Constituição da República, ao permitir que haja restrição de acesso a informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

III – O art. 32, inciso I, é incompatível com a Constituição da República no que se refere à previsão de responsabilização de agentes públicos pelo retardamento no fornecimento de informações.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) II e III.

Comentários:

A **primeira assertiva** está errada. Não há necessidade de autorização judicial para que os órgãos públicos garantam o acesso à informação.

A **segunda assertiva** está correta. De fato, determina a Constituição que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, **ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado** (art. 5º, XXXIII, CF).

A **terceira assertiva** está errada. A Constituição prevê, sim, a possibilidade de **responsabilização** dos agentes públicos pelo retardamento no fornecimento de informações.

A letra B é o gabarito da questão.

34. (FCC / TRT 4ª Região – 2006) O Direito de Petição previsto na Constituição Federal é:

- a) Exercido tão somente no âmbito do Poder Judiciário.
- b) Assegurado aos brasileiros natos, maiores de vinte e um anos.
- c) Extensivo a todos, nacionais ou estrangeiros, mediante o pagamento de taxas.
- d) Destinado ao cidadão em face dos Poderes Públicos e exercido judicialmente apenas por advogado constituído.
- e) Garantido a todos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

Comentários:

Como vimos, reza a CF/88 que é assegurado a todos, independentemente do pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder. Logo, a alternativa correta é a E.

35. (FCC / DPE-SP – 2010) De acordo com a Constituição Federal, é assegurado, nos processos de competência do Tribunal do Júri,

- a) Processamento dos crimes patrimoniais dolosos.
- b) Sigilo das votações.
- c) A divulgação das votações, para garantia da plenitude de defesa.
- d) A soberania da sentença sobre as votações.
- e) Processamento dos crimes dolosos e culposos contra a vida.

Comentários:

O Tribunal do Júri tem competência para julgar crimes **dolosos contra a vida**. Eliminamos, só com essa observação, as letras “a” e “e”. Uma de suas características é o sigilo das votações. Isso torna a letra “b” correta e a “c” errada. Finalmente, a letra “d” é errada porque a soberania é dos veredictos. A alternativa correta, portanto, é a letra B.

36. (FCC / TJ-PI – 2009) É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, NÃO havendo:

- a) A competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.
- b) A plenitude de defesa.
- c) O sigilo das votações.
- d) A soberania dos veredictos.
- e) O juízo ou o tribunal de exceção.

Comentários:

Como vimos, são assegurados à instituição do júri: a plenitude de defesa, o sigilo das votações, a soberania dos veredictos e a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida. A alternativa a ser marcada é a letra E: pelo princípio do juiz natural, **não há** juízo ou tribunal de exceção.

37. (FCC / TJ-SE – 2009) É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, NÃO sendo assegurado:

- a) A soberania dos veredictos.
- b) A plenitude de defesa.
- c) O sigilo das votações.
- d) O sigilo do nome do juiz.
- e) A competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

Comentários:

A CF/88 assegura, à instituição do júri, a plenitude de defesa, o sigilo das votações, a soberania dos veredictos e a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida. Não há nenhuma referência ao sigilo em nome do juiz. A resposta da questão, portanto, é a letra D.

38. (FCC / TRE-PE – 2004) A Constituição Federal manteve a instituição do júri e assegurou uma organização mínima. Todavia, NÃO previu, expressamente,

- a) A soberania dos veredictos.
- b) A plenitude de defesa.
- c) A competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.
- d) O sigilo das votações.
- e) O número dos jurados integrantes do conselho de sentença.

Comentários:

O art. 5º, inciso XXXVIII, da CF/88, assegura, à instituição do júri, a plenitude de defesa, o sigilo das votações, a soberania dos veredictos e a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida. Não há nenhuma referência, na CF, ao número dos jurados integrantes do conselho de sentença. A resposta da questão, portanto, é a letra E.

39. (FCC / DPE-SP – 2010) No dia 27 de fevereiro de 2008, determinado cidadão foi multado em razão de conduzir veículo utilizando telefone móvel. No dia 03 de março de 2008, foi editada lei federal tipificando como crime a mesma conduta. Pretendeu-se, então, aditar o auto de infração lavrado para aplicar ao cidadão a pena prevista para o novo tipo penal. A conduta é, de acordo com a Constituição Federal,

- a) Constitucional, uma vez que observado o princípio da legalidade.
- b) Constitucional, uma vez que se presta a garantir a segurança da coletividade no trânsito.

- c) Constitucional se a autuação da infração de trânsito for posterior à edição da lei, independentemente da data da prática do ato.
- d) Inconstitucional, porque ofende o princípio da irretroatividade da lei penal.
- e) Inconstitucional, pois, embora observado o princípio da legalidade, restou violado o princípio da ampla defesa.

Comentários:

A conduta é inconstitucional, ofende a CF/88. A pretensão de modificar o auto de infração para aplicar ao cidadão lei posterior, que passou a caracterizar sua conduta como crime, ofende o princípio da irretroatividade da lei penal. A lei penal somente poderá alcançar fatos pretéritos para beneficiar o réu. Portanto, a alternativa correta é a letra D.

40. (FCC / PGE-SP – 2009) A Constituição Federal estabelece que a prática de racismo é crime:

- a) Imprescritível e inafiançável, não dispondo sobre pena.
- b) Imprescritível, sujeito à pena educativa de prestação de serviços à comunidade.
- c) Imprescritível e punível com reclusão, não dispondo sobre fiança.
- d) Inafiançável e punível com reclusão, não dispondo sobre prescrição.
- e) Imprescritível, inafiançável e punível com reclusão.

Comentários:

O crime de racismo é inafiançável, imprescritível e sujeito à pena de reclusão. A alternativa correta é a letra E.

41. (FCC / TJ-SE – 2009) Nos termos da lei, a prática do racismo constitui crime:

- a) Inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão.
- b) Afiançável e prescritível, sujeito à pena de detenção.
- c) Inafiançável e prescritível, sujeito à pena de reclusão.
- d) Afiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção.
- e) Afiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão.

Comentários:

O crime de racismo é inafiançável, imprescritível e sujeito à pena de reclusão. A alternativa correta é a letra A.

42. (FCC / TJ-PA – 2009) Nos termos da Constituição Federal, a prática do racismo constitui:

- a) Delito afiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção e multa.
- b) Contravenção inafiançável e prescritível, sujeita à pena de reclusão.
- c) Crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão.

- d) Contravenção afiançável e prescritível, sujeito à pena de prisão simples, detenção e/ou reclusão.
- e) Crime inafiançável e prescritível, sujeito à pena de prisão simples, detenção e/ou reclusão e multa.

Comentários:

A questão foi a “queridinha” da FCC no ano de 2009. Veja como é importante resolver os exercícios: a maioria das questões é apenas cópia de outras, anteriores. O racismo, como vimos, é um crime **inafiançável e imprescritível**, sujeito à pena de **reclusão**, nos termos da lei. A letra C está correta.

43. (FCC / TRT 20ª Região – 2011) Herculano presenciou Humberto torturar Plínio e não o impediu. De acordo com o disposto na Constituição Federal, Herculano:

- a) Não responderá pelo crime de tortura, porém poderá testemunhar em juízo contra Humberto.
- b) Não responderá pelo crime de tortura mas, em razão da sua omissão, terá que indenizar solidariamente o dano.
- c) Não responderá pelo crime de tortura e não indenizará Plínio.
- d) Responderá pelo crime de tortura, que é imprescritível e insuscetível de graça ou anistia.
- e) Responderá pelo crime de tortura, que é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

Comentários:

Herculano se deu mal! Ele responderá pelo crime porque, podendo evitá-lo, se omitiu. Trata-se de um crime **inafiançável e insuscetível de graça ou anistia**. A letra E é o gabarito da questão.

44. (FCC / TRE-RN – 2011) De acordo com a Constituição Federal é crime inafiançável e imprescritível:

- a) a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- b) o terrorismo, apenas.
- c) os definidos como crimes hediondos.
- d) a tortura, apenas.
- e) o terrorismo e a tortura.

Comentários:

Os crimes de tortura, terrorismo, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e hediondos **(3TH) são todos inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia**. Não são imprescritíveis. Já a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático é, sim, considerada inafiançável e imprescritível pela Carta Magna. A alternativa correta é a letra A.

45. (FCC / TRT 8ª Região – 2010) Segundo a Constituição Federal, constitui crime imprescritível a prática de:

- a) Tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- b) Tortura.

- c) Racismo.
- d) Latrocínio.
- e) Terrorismo.

Comentários:

O único dos crimes arrolados acima a ser considerado imprescritível pela CF/88 é o de **racismo**. Sobre os demais, destaca-se que o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, a tortura e o terrorismo são inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia. A alternativa correta é a letra C.

46. (FCC / DPE-SP – 2013) Considere os seguintes crimes:

I- Tortura.

II – Terrorismo.

III - Racismo.

IV - Ação de grupos armados (civis ou militares) contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

Nos termos da Constituição Federal brasileira, detêm as características de “inafiançável e imprescritível” os crimes descritos em:

- a) II e III, apenas
- b) I, III e IV, apenas.
- c) III e IV, apenas.
- d) I e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

Comentários:

São inafiançáveis e imprescritíveis o racismo e a ação de grupos armados (civis ou militares) contra a ordem constitucional e o Estado democrático. Os crimes 3 TH (tortura, tráfico de drogas, terrorismo e crimes hediondos) são inafiançáveis e insuscetíveis de graça e anistia. A letra C é o gabarito.

47. (FCC / TRE-AP – 2011) Pitágoras foi condenado a reparar os danos morais que causou à Libero por racismo. Porém, Pitágoras faleceu sem pagar a dívida, o que motivou Libero a pleitear de Tibério, filho do falecido, o pagamento. No tocante aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos previstos na Constituição Federal, tal cobrança em face de Tibério é:

- a) Possível, desde que Pitágoras tenha deixado bens, ressalvando que a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens serão, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.
- b) Impossível, porque a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens jamais serão estendidas aos sucessores e contra eles executadas, mesmo se o falecido deixou bens.
- c) Impossível, porque a Constituição Federal veda expressamente.

d) Possível, porque por força da Constituição Federal, mesmo não tendo praticado o racismo, é responsável solidário da obrigação de reparar o dano pelo simples fato de ser filho do condenado, sendo irrelevante se Pitágoras faleceu ou não e se deixou ou não bens.

e) Impossível, porque a sentença de mérito que condenou Pitágoras à reparar os danos morais não condenou seu sucessor, Tibério, como responsável subsidiário da obrigação, mesmo havendo bens deixados pelo falecido à título de herança.

Comentários:

A obrigação de reparar o dano poderá, nos termos da lei, ser estendida aos sucessores e contra eles executada, **até o limite do patrimônio transferido**. Assim, Tibério poderá ter que reparar o dano causado pelo pai, no limite do patrimônio recebido por herança. A alternativa correta, portanto, é a letra A.

48. (FCC / DPE-SP – 2010) Dentre as penas abaixo indicadas, assinale a que é expressamente VEDADA pela Constituição Federal Brasileira:

- a) Trabalhos forçados.
- b) Suspensão de direitos.
- c) Interdição de direitos.
- d) Perda de bens
- e) Prestação social alternativa.

Comentários:

O gabarito é a letra A, já que a Carta Magna realmente veda a pena de trabalhos forçados. As demais penas estão entre aquelas permitidas pela Constituição.

49. (FCC / TRT 9ª Região – 2010) Com relação aos direitos e deveres individuais e coletivos, declarada guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas, e, nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional, a Constituição Federal autoriza a aplicação da pena:

- a) De banimento.
- b) De caráter perpétuo.
- c) De trabalhos forçados.
- d) De morte.
- e) Cruéis.

Comentários:

A pena de morte é permitida pela Constituição, no caso de guerra declarada. A letra D é o gabarito.

50. (FCC / SJDH-BA – 2010) Em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil, é passível de imposição, dentre outras, a pena de:

- a) Morte, em caso de guerra por agressão estrangeira.
- b) Trabalhos forçados, com a anuência do presidiário.
- c) Banimento, se houver tratado internacional.
- d) Caráter perpétuo, nos casos de crime militares.
- e) Privação da liberdade, mesmo passando da pessoa do condenado.

Comentários:

A pena de morte é permitida pela Constituição, no caso de guerra declarada. Já as penas de trabalhos forçados, banimento e de caráter perpétuo são vedadas. A de privação de liberdade é permitida, porém jamais poderá passar da pessoa do condenado. O gabarito, portanto, é a letra A.

51. (FCC / TRT 3ª Região – 2009) Considere os mandamentos constitucionais:

I. Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor transferido.

II. A aplicação da pena deve ajustar-se à situação de cada imputado adotando-se, dentre outras, a prestação social alternativa, a suspensão ou interdição de direitos e a multa.

Essas hipóteses dizem respeito a garantias relativas à aplicação da pena, denominadas, respectivamente, como

- a) Seguranças processuais penais e vedação de tratamento desumano e degradante.
- b) Individualização da pena e personalização da pena.
- c) Proibição da prisão civil por dívida e proteção da incolumidade física e moral.
- d) Personalização da pena e individualização da pena.
- e) Tratamento desumano e degradante e individualização da pena.

Comentários:

O **princípio da personalização da pena** determina que nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor transferido.

O **princípio da individualização da pena**, por sua vez, determina que a aplicação da pena deve ajustar-se à situação de cada imputado; nesse sentido, a lei penal deverá considerar as características pessoais do infrator.

Sei que você ficou em dúvida entre as letras B e D! A letra D ganhou: é ela o gabarito! A questão exigia atenção!

52. (FCC / TCE-GO – 2009) A Constituição proíbe a instituição de pena de:

- a) morte, sem exceção.
- b) caráter perpétuo, salvo em caso de guerra declarada.
- c) trabalhos forçados.
- d) restrição de liberdade.
- e) restrição de direitos.

Comentários:

A pena de morte é permitida, sim, no caso de guerra declarada. A de caráter perpétuo, por sua vez, é proibida em todos os casos. Tanto a pena de restrição de liberdade quanto de restrição de direitos são permitidas. Portanto, o gabarito é a letra C, pois a CF/88 proíbe, em todos os casos, a pena de trabalhos forçados.

53. (FCC / TJ-PI – 2009) A Lei regulará a individualização da pena e NÃO adotará, dentre outras, a de:

- a) Trabalhos forçados.
- b) Privação ou restrição da liberdade.
- c) Perda de bens.
- d) Multa.
- e) Suspensão ou interdição de direitos.

Comentários:

Determina a CF/88 que a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as penas de privação ou restrição da liberdade, perda de bens, multa, prestação social alternativa e suspensão ou interdição de direitos. A **única pena, do rol acima, que a lei não adotará é a de trabalhos forçados**, visto tratar-se de pena proibida pela Constituição. O gabarito, portanto, é a letra A.

54. (FCC / TRE-SP – 2012) Suponha que, num processo judicial, após a constatação do desaparecimento injustificado de bem que estava sob a guarda de depositário judicial, o magistrado decretou a prisão civil do depositário. Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, a prisão civil foi decretada:

- a) regularmente, uma vez que a essa pena está sujeito apenas o depositário judicial, e não o contratual.
- b) regularmente, uma vez que a essa pena está sujeito o depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.
- c) irregularmente, uma vez que a pena somente pode ser aplicada ao depositário infiel que assuma contratualmente o ônus da guarda do bem.
- d) irregularmente, uma vez que é ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.
- e) irregularmente, uma vez que é inconstitucional a prisão civil por dívida, qualquer que seja seu fundamento.

Comentários:

Segundo a Súmula Vinculante nº 25, de 2009, é ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito. A letra D é o gabarito da questão.

55. (FCC / PM-Santos – 2005) Ramysa nasceu no estrangeiro mas é brasileira naturalizada. Seu país de origem solicitou sua extradição porque lá teria praticado um crime. Nesse caso, o Brasil dará a extradição se:

- a) O crime tiver sido praticado antes da naturalização e o crime for de natureza comum.
- b) Ela o pedir, em benefício de sua defesa, pois brasileiro não pode ser extraditado.
- c) O crime for político ou de tráfico de entorpecentes e drogas afins.
- d) Ela praticou crime político ou de opinião, antes ou depois da naturalização.
- e) O crime for de opinião ou de tortura, sendo irrelevante a data de sua prática.

Comentários:

O Brasil dará a extradição somente se Ramysa (coitada!) tiver praticado o crime antes de sua naturalização e ele for de natureza comum. A letra A é o gabarito.

56. (FCC / DPE-SP – 2010) De acordo com o disposto na Constituição Federal, o princípio da presunção de inocência do réu aplica-se:

- a) Somente até o início da ação penal, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- b) Até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.
- c) Somente após trânsito em julgado de sentença penal absolutória.
- d) Somente nos processos de competência do Tribunal do Júri.
- e) Até a prolação de sentença condenatória, apenas em relação a réus primários.

Comentários:

Reza a norma constitucional que *“ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”*. Portanto, a letra B é o gabarito da questão.

57. (FCC / TJ-SC – 2011) Em geral os atos processuais são públicos, mas de acordo com a Constituição Federal, a lei poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando o exigirem:

- a) a defesa da honra ou a vida privada;
- b) a defesa da intimidade ou o interesse social
- c) a defesa vida privada e o interesse público
- d) a proteção da imagem e o interesse público
- e) a proteção da intimidade e a vida privada

Comentários:

A questão cobra o conhecimento do inciso LX do art. 5º da CF/88, segundo o qual *“a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem”*. A regra é a publicidade dos atos processuais. A exceção é a restrição a essa publicidade, que só poderá ser feita **por lei** e em duas hipóteses: **defesa da intimidade ou interesse social**. A letra B é o gabarito da questão.

58. (FCC / TRF 1ª Região – 2011) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo, além de outra hipótese, no caso de:

- a) tráfico de drogas.
- b) tortura.
- c) racismo.
- d) terrorismo.
- e) transgressão militar, definida em lei.

Comentários:

Cobra-se a literalidade do texto da CF/88. Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei. A letra E é o gabarito.

59. (FCC / TRE-AP – 2011) Bernardino foi preso, porém os policiais que o prenderam estavam encapuzados sendo impossível identificá-los. Segundo a Constituição Federal, Bernardino:

- a) Não tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão, porque no caso prevalece a segurança dos policiais.
- b) Tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão.
- c) Tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão apenas no ato do seu interrogatório em juízo e desde que a tenha requisitado à autoridade judiciária, sob pena de preclusão, medida essa preventiva à segurança dos policiais e para evitar a prescrição penal.
- d) Não tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão porque a Constituição Federal confere aos policiais o direito de sigilo independentemente do motivo.
- e) Tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão, desde que no seu depoimento pessoal prestado à autoridade policial, a tenha requisitado, sob pena de preclusão, porque é irrelevante saber quem o prendeu com o fim de evitar a ocorrência da prescrição penal.

Comentários:

A Carta Magna determina que o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial. Não há vinculação desse direito a qualquer condição. Portanto, o gabarito é a letra B.

60. (FCC / DPE-SP – 2010) No Brasil não se admite, em regra, prisão civil, cabível, no entanto, para os casos de dívida oriunda de inadimplemento voluntário e inescusável de:

- a) tributos previdenciários.
- b) obrigação alimentícia.
- c) contrato de locação.
- d) multa ambiental.
- e) contrato de trabalho.

Comentários:

A CF/88 admite, como vimos, excepcionalmente, a prisão civil, no caso de inadimplemento voluntário e inescusável de pensão alimentícia. A letra B é o gabarito da questão.

61. (FCC / TRT 1ª Região – 2014) Dentre os direitos e garantias individuais e coletivos previstos na Constituição Federal, encontra-se:

- a) a garantia do mandado de segurança para a proteção do direito de ir e vir.
- b) a garantia de não admissão nos processos, das provas obtidas por meios ilícitos, salvo nos casos de guerra e atentado contra a ordem constitucional.
- c) o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, independente de quaisquer exigências legais quanto à qualificação profissional.
- d) a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.
- e) a garantia da concessão de extradição aos estrangeiros, em casos de crimes políticos.

Comentários:

Letra A: errada. A liberdade de locomoção (“direito de ir e vir”) é protegida por meio de ***habeas corpus***.

Letra B: errada. As provas ilícitas ***não são admitidas*** no processo, mesmo em caso de guerra e atentado contra a ordem constitucional.

Letra C: errada. É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, ***atendidas as qualificações que a lei estabelecer***.

Letra D: correta. Exatamente isso. É ***livre a associação para fins lícitos***, vedada a de caráter paramilitar.

Letra E: errada. Não será concedida extradição de estrangeiro por ***crime político ou de opinião***.

O gabarito é a letra D.

62. (FCC / DPE-RS – 2013) O direito fundamental à assistência jurídica integral e gratuita prestada pelo Estado, previsto no artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal brasileira, tem como destinatários:

- a) Todos os cidadãos brasileiros, pois se trata de direito universal.
- b) As pessoas que comprovarem insuficiência de recursos.
- c) As pessoas físicas e jurídicas, independentemente dos recursos que disponham.

- d) As pessoas necessitadas, desde que possuam atestado de pobreza.
- e) As pessoas necessitadas, desde que beneficiárias de programas governamentais de transferência de renda.

Comentários:

A questão cobra a literalidade do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição, segundo o qual “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita *aos que comprovarem insuficiência de recursos*”. A letra B é o gabarito.

63. (FCC / TRE-CE – 2012) Alberto, reconhecidamente pobre na forma da lei, necessita obter a sua certidão de nascimento e a certidão de óbito do seu pai, Ataulfo, que acabara de falecer. Segundo a Constituição Federal, o Cartório de Registro Civil competente deverá fornecer, em regra,

- a) onerosamente o registro civil de nascimento de Alberto e gratuitamente a certidão de óbito de Ataulfo, mediante o pagamento de vinte reais para cada certidão.
- b) gratuitamente o registro civil de nascimento de Alberto e onerosamente a certidão de óbito de Ataulfo.
- c) gratuitamente as certidões de registro civil de nascimento de Alberto e de óbito de Ataulfo.
- d) as certidões de nascimento e óbito mediante o pagamento de taxa simbólica de cinco reais para cada certidão.
- e) as certidões de nascimento e óbito mediante o pagamento de taxa simbólica de dois reais para cada certidão.

Comentários:

Versa a Constituição Federal (art. 5º, LXXVI) que são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei o registro civil de nascimento e a certidão de óbito. A letra C é o gabarito da questão.

64. (FCC / TRT 3ª Região – 2005) A Constituição Federal é expressa ao prever, apenas para os reconhecidamente pobres, a gratuidade:

- a) no exercício do direito de petição junto aos poderes públicos, para esclarecimentos de situações pessoais.
- b) das ações de habeas corpus e de habeas data.
- c) na obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos.
- d) do registro civil de nascimento e de casamento.
- e) na prestação de assistência jurídica integral pelo Estado.

Comentários:

Há isenção de taxas no exercício de petição e na obtenção de certidões nas repartições públicas, não gratuidade. As letras A e C estão erradas. Já o “*habeas corpus*” e o “*habeas data*” são gratuitos para **todos**, inclusive para os ricos. A alternativa B está errada. A CF/88 também garante a gratuidade do registro das certidões de nascimento e de óbito para os reconhecidamente pobres. Não inclui, entre essas possibilidades, a de casamento, o que torna a letra D errada. Portanto, a alternativa correta é a letra E, com base no inciso LXXIV do art. 5º da CF/88.

65. (FCC / TRT 2ª Região – 2004) Descobriu-se hoje que Lamartine estava preso em cumprimento de pena criminal, cujo prazo já se expirara havia dez dias. Na mesma investigação, apurou-se que Braga tinha sido vítima de erro judiciário, visto que foi condenado por crime que não cometeu. Nesses casos,

- a) Lamartine tem direito à indenização pela incúria administrativa do Estado, mas Braga não, porque sua condenação tem trânsito em julgado.
- b) ambos, tanto Lamartine como Braga, têm direito à indenização do Estado.
- c) Braga tem direito à indenização do Estado, em virtude da culpa dos órgãos judiciários no erro, mas Lamartine não, porque o excesso de prazo até quinze dias é irrelevante.
- d) nenhum dos dois tem direito à indenização do Estado, que se portou sempre nos estritos limites da legalidade.
- e) cada um deles tem direito à indenização, se provar que o Estado, por seus agentes, agiu com dolo ou culpa.

Comentários:

Determina a Constituição que o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, bem como aquele que ficar preso além do tempo fixado na sentença. Portanto, Lamartine e Braga têm direito à indenização, independentemente de dolo ou culpa, já que, nesses casos, a responsabilidade do Estado é objetiva. A letra B é o gabarito da questão.

66. (FCC / TRE-AC – 2010) Em conformidade com disposição constitucional, é certo que no Brasil são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei:

- a) O registro de títulos e documentos e a certidão imobiliária.
- b) A certidão de casamento e o registro civil de nascimento.
- c) O registro da matrícula de imóvel e a certidão de óbito.
- d) As certidões negativas forenses e a certidão de casamento.
- e) A certidão de óbito e o registro civil de nascimento.

Comentários:

São gratuitos, para os reconhecidamente pobres, na forma da lei, a certidão de óbito e o registro civil de nascimento. O indivíduo, portanto, nasce e morre de graça, se for pobre. No intervalo entre nascimento e morte, paga tributos (risos)... A alternativa correta, portanto, é a letra E.

67. (FCC / TRT 2ª Região – 2004) A Constituição Federal declara expressamente que as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais:

- a) têm aplicação imediata.
- b) têm eficácia contida.
- c) dependem de lei para entrar em vigor.
- d) podem ter ou não, conforme o caso, aplicação imediata.

e) são normas programáticas.

Comentários:

Que “moleza”, hein? Fácil, fácil! As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais, segundo a Constituição, têm aplicação **imediata**. A letra A é o gabarito da questão.

68. (FCC / PGE-SP – 2009) Os direitos e garantias expressos na Constituição Federal:

- a) constituem um rol taxativo.
- b) não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, entre os quais o Estado Democrático de Direito e o princípio da dignidade humana.
- c) não excluem outros decorrentes do Estado Democrático de Direito e do princípio da dignidade humana, mas a ampliação deve ser formalmente reconhecida por autoridade judicial no exercício do controle de constitucionalidade.
- d) não excluem outros decorrentes do Estado Democrático de Direito e do princípio da dignidade humana, mas a ampliação deve ser formalmente reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal ao julgar arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- e) somente podem ser ampliados por força de Tratado Internacional de Direitos Humanos aprovado em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

Comentários:

Os direitos e garantias expressos na Constituição Federal não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, entre os quais podemos citar o Estado Democrático de Direito e o princípio da dignidade humana. A letra B é o gabarito.

69. (FCC / PGE-MT–Procurador – 2011) Os textos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em março de 2007, tramitaram perante as Casas do Congresso Nacional nos anos de 2007 e 2008, com vistas à sua aprovação, por meio de Decreto Legislativo. O então projeto de Decreto Legislativo foi aprovado, inicialmente, na Câmara dos Deputados, pelo voto de 418 e 353 de seus membros, em primeiro e segundo turnos, respectivamente; na sequência, encaminhado ao Senado Federal, foi aprovado pelo voto de 59 e 56 de seus membros, em primeiro e segundo turnos, respectivamente. Promulgado e publicado o Decreto Legislativo no 186, de 2008, o Governo brasileiro depositou o instrumento de ratificação dos atos junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas em agosto de 2008, ocorrendo, ao final, a edição do Decreto no 6.949, de 2009, pelo Presidente da República, promulgando a referida Convenção e seu Protocolo Facultativo.

Diante disso, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo:

- a) estão aptos a produzir efeitos no ordenamento jurídico brasileiro, ao qual se integraram como norma equivalente às leis ordinárias.
- b) estão aptos a produzir efeitos no ordenamento jurídico brasileiro, em que serão considerados equivalentes às emendas à Constituição.

- c) estão aptos a produzir efeitos no plano jurídico externo, mas não no ordenamento interno brasileiro.
- d) estariam aptos a produzir efeitos no ordenamento jurídico brasileiro se houvessem sido aprovados como proposta de emenda à Constituição de iniciativa do Presidente da República, promulgada pelas Mesas das Casas do Congresso Nacional.
- e) não estão aptos a produzir efeitos no plano jurídico externo, tampouco no ordenamento interno brasileiro, uma vez que não foram observados os procedimentos necessários à sua ratificação e promulgação.

Comentários:

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência é um tratado sobre direitos humanos aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros. Portanto, tem “status” de emenda constitucional. A letra B, portanto, é o gabarito.

70. (FCC / TRE-PI – 2009) De acordo com a Constituição Federal Brasileira, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em:

- a) único turno, por dois terços dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- b) dois turnos, por dois terços dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- c) dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às Leis Complementares.
- d) dois turnos, por dois terços dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às Leis Complementares.
- e) dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

Comentários:

Cobra-se o conhecimento da literalidade do texto da CF/88, que dispõe que os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. A letra E é o gabarito da questão.

71. (FCC / ISS-SP – 2012) Proposta de Emenda à Constituição proposta por 28 Senadores tem por objeto estender aos empregados domésticos os mesmos direitos e garantias previstos na Constituição para empregados urbanos e rurais. A proposta é aprovada em dois turnos, pelo voto de 55 Senadores em cada um. Nessa hipótese, a proposta:

- a) não poderia ter sido apresentada por Senadores, por tratar-se de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, padecendo, assim, de vício de inconstitucionalidade.
- b) deverá ser submetida à discussão e apreciação da Câmara dos Deputados, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver o voto de 3/5 de seus membros em ambos os turnos.

- c) deverá ser arquivada, por não ter alcançado o “quórum” suficiente para votação, no Senado Federal, não podendo ser a matéria em questão objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- d) deverá ser encaminhada à sanção e promulgação do Presidente da República, para que passe a valer como emenda à Constituição.
- e) não poderia ter sido sequer objeto de deliberação pelos Senadores, por dispor sobre direitos e garantias fundamentais, considerados cláusulas pétreas da Constituição.

Comentários:

Letra A: errada. Segundo a Carta Magna (art. 60, III, CF), a Constituição pode ser emendada por iniciativa de um terço dos membros do Senado Federal.

Letra B: correta. De fato, reza a Constituição da República que a proposta de emenda à Constituição será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros (art. 60, § 2º, CF).

Letra C: errada. Considerando-se o total de 81 Senadores (3 para cada um dos 26 Estados e para o Distrito Federal), alcançou-se quórum de aprovação (55 Senadores em cada turno) superior a 3/5 dos membros do Senado Federal (art. 60, § 2º, CF).

Letra D: errada. Segundo a Lei Fundamental, a emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem (art. 60, § 2º, CF). Além disso, não há sanção do Presidente da República no procedimento de reforma à Constituição.

Letra E: errada. A Constituição veda a deliberação de proposta de emenda tendente a abolir os direitos e garantias individuais (art. 60, § 4º, IV, CF). Não há qualquer impedimento a proposta de emenda que tenda a ampliá-los, como no caso proposto no enunciado da questão.

A letra B é o gabarito da questão.

QUESTÕES COMENTADAS

Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – Art. 5º, XXXII a LXXIX

1. (FGV/SEFAZ-AM - 2022) A Lei nº XX, do Estado Alfa, foi editada com o objetivo de disseminar responsabilidade no manejo dos recursos administrativos pela população em geral, o que se devia à alarmante estatística de que 90% das irresignações eram infundadas. Para tanto, exigiu que, nos processos administrativos em que ocorresse a aplicação de multa aos administrados, a admissibilidade do recurso estava condicionada ao depósito prévio de 50% do valor da penalidade. Irresignada com o teor da Lei nº XX, a Associação dos Comerciantes do Estado Alfa consultou um(a) advogado(a) a respeito da sua compatibilidade com a ordem constitucional, sendo-lhe respondido, corretamente, que o referido diploma normativo é:

a) inconstitucional, pois os processos administrativos são direcionados aos atos internos da Administração Pública, não podendo resultar em penalidades aos administrados.

b) constitucional, caso o referido diploma normativo tenha assegurado a possibilidade de o depósito prévio ser substituído pelo arrolamento de bens.

c) constitucional, pois compete aos Estados legislar sobre o processo administrativo estadual e a medida se ajusta ao princípio da proporcionalidade.

d) inconstitucional, na medida em que o depósito prévio, nos recursos administrativos, afronta a gratuidade inerente ao direito de petição.

e) constitucional, pois compete ao Estado instituir taxas e outras exações tributárias pelos serviços que presta.

Comentários:

A alternativa D está correta e é o gabarito da questão.

Art. 5º, XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

O STF editou súmula vinculante sobre o tema:

Súmula Vinculante 21: É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

2. (FGV/ TJ-DFT - 2022) John, de nacionalidade estrangeira e que veio a se naturalizar brasileiro, tinha sido condenado, anteriormente, em seu país de origem, em sentença judicial transitada em julgado, pela prática de crime comum. Após anos de negociação, o seu país de origem celebrou tratado de extradição com o Estado brasileiro e requereu a extradição de John. À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que John:

- a) não pode ser extraditado, pois o Brasil não extradita os seus nacionais;
- b) não pode ser extraditado, salvo se, previamente, for declarada a perda da nacionalidade brasileira;
- c) pode ser extraditado em razão da natureza do crime e do momento em que o praticou, sendo-lhe aplicável o tratado de extradição celebrado posteriormente;
- d) poderia ser extraditado em razão da natureza do crime e do momento em que o praticou, mas não lhe é aplicável o tratado de extradição celebrado posteriormente;
- e) poderia ser extraditado, como qualquer nacional, nato ou naturalizado, em razão da natureza do crime, mas não lhe é aplicável o tratado de extradição celebrado posteriormente.

Comentários:

A **alternativa A** está incorreta. O brasileiro naturalizado poderá ser extraditado em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei. (art. 5º, LI, da CF/88)

A **alternativa B** está incorreta. Não há essa exigência na CF/88.

A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão. A questão se fundamenta no art. 5º, LI, da CF/88, pois nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

A jurisprudência do STF entende que pode ser extraditado caso o tratado de extradição tenha sido celebrado posteriormente ao crime cometido.

A **alternativa D** está incorreta. É aplicável o tratado de extradição celebrado posteriormente.

A **alternativa E** está incorreta. O brasileiro nato não pode ser extraditado.

3. (FGV/PC-RJ - 2022) Maria, no exercício do direito de petição, compareceu à Secretaria Municipal de Obras para solicitar que fossem adotadas as providências necessárias ao recapeamento asfáltico das ruas do seu bairro. Afinal, a falta de manutenção contribuiu para o aumento dos buracos e os acidentes se

multiplicaram. O servidor responsável pelo protocolo solicitou de Maria o comprovante de recolhimento da “taxa de expediente”, o que seria necessário para que o seu pleito fosse apreciado. À luz da sistemática constitucional, a taxa mencionada pelo servidor:

- a) não pode ser exigida;
- b) pode ser exigida, desde que prevista na lei orgânica;
- c) pode ser exigida, desde que prevista em lei ordinária;
- d) pode ser exigida, desde que fixada em patamares módicos;
- e) pode ser exigida e será reembolsada se o pleito for acolhido.

Comentários:

A **alternativa A** é a alternativa correta.

A questão trata do direito de petição, que é garantido constitucionalmente. Através desse instrumento o administrado solicita algo diretamente à Administração Pública (não judicial).

A alínea “a” XXXIV do art. 5º da CF/88 determina que todos possuem o direito de petição em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder e isso **independe do pagamento de taxas**.

Portanto, a cobrança da “taxa de expediente” não poderia ter sido solicitada pelo servidor, já que Maria apenas estava exercendo o seu direito de petição perante a Secretaria Municipal de Obras.

4. (FGV/PC-RJ - 2021) Eunice, servidora pública estadual, preencheu os requisitos para a fruição de determinado benefício assegurado pelo regime jurídico único dos servidores. Ocorre que, no dia anterior àquele em que iria requerê-lo, a lei foi alterada, e o benefício, suprimido. Apesar disso, um amigo lhe informou, corretamente, que o seu direito ao benefício não seria afetado pela nova lei, o que decorria da garantia constitucional do(a):

- a) coisa julgada;
- b) direito adquirido;
- c) ato jurídico perfeito;
- d) expectativa legítima;
- e) legalidade imanente.

Comentários:

A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão.

O direito adquirido está previsto no art. 5º, inciso XXXVI - “a lei não prejudicará o **direito adquirido**, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada”.

O direito adquirido é a garantia de o que foi conquistado não poderá ser retirado, mesmo com a alteração legislativa. O que vale é o direito adquirido no momento em que os requisitos foram alcançados.

Foi um termo utilizado pela Constituição Federal que tem como objetivo garantir que o cidadão que já preencheu todos os requisitos para o benefício antes da mudança da lei poderá utilizar as regras antigas se desejar. Garante ainda que você possa utilizar todas as vantagens legislativas anteriores às alterações na lei.

Portanto, uma vez que Eunice, servidora pública estadual, **preencheu os requisitos para a fruição de determinado benefício** assegurado pelo regime jurídico único dos servidores, ela possui então o **direito adquirido**.

5. (FGV/SEFAZ-ES - 2021) João, vereador do Município Beta, qualificando-se como tal e de modo isolado, sem prévia aprovação da Câmara Municipal, solicitou ao Prefeito Municipal que lhe fossem disponibilizados alguns documentos não sigilosos afetos à gestão pública, de modo que lhe fosse possível avaliar a juridicidade das despesas realizadas. À luz da sistemática constitucional, o requerimento formulado deve ser:

- a) indeferido, pois somente a Câmara Municipal fiscaliza a atuação do Poder Executivo, o que impede a atuação isolada de um vereador.
- b) deferido, pois o parlamentar, na qualidade de cidadão, tem o direito de acesso às informações de interesse público não submetidas a sigilo.
- c) deferido, pois a solicitação de informações apresentada pelo vereador pode ser a qualquer momento chancelada pela Câmara Municipal.
- d) indeferido, pois somente o Tribunal de Contas realiza a fiscalização da juridicidade das despesas realizadas.
- e) indeferido, pois informações dessa natureza constarão da prestação anual de contas de governo do Prefeito Municipal.

Comentários:

A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão.

A questão cobrou do candidato o conhecimento do art. 5º da CF/88, inciso XXXIII, bem como do julgado referente ao RE 865.401 (Rel. Min. Dias Toffoli, j. 14/08/2015, p. 09/10/2015):

Art. 5º, XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

RE 865.401: O parlamentar, na condição de cidadão, pode exercer plenamente seu direito fundamental de acesso a informações de interesse pessoal ou coletivo, nos termos do art. 5º, inciso XXXIII, da CF e das normas de regência desse direito.

Portanto, o Vereador, na condição de cidadão, tem o direito de acesso às informações de interesse público não submetidas a sigilo.

6. (FGV/PM-RJ - 2021) João, maior e capaz, mas que ainda não promoveu o seu cadastro eleitoral, formulou pedido de acesso a informação direcionado ao Ministério Público do Estado Alfa, requerendo que lhe fossem fornecidos dados concernentes ao valor despendido com a contratação de empresas terceirizadas.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que o pedido de João deve ser

- a) deferido, considerando o destinatário do pedido e a natureza das informações solicitadas.
- b) indeferido, pois o acesso à informação somente é assegurado em relação aos órgãos do Poder Executivo.
- c) indeferido, desde que João apresente os motivos determinantes da solicitação de acesso à informação.
- d) indeferido, já que as informações almejadas por João dizem respeito à governança administrativa, não à sua pessoa.
- e) indeferido, já que João não ostenta a condição de cidadão, o que impede a formulação de requerimento dessa natureza.

Comentários:

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão.

A questão cobra do candidato o direito à informação, constante no art. 5º da CF/88, vejamos:

Art. 5º, XXXIII - **todos têm direito** a **receber dos órgãos públicos informações** de seu interesse particular, **ou de interesse coletivo ou geral**, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

A Lei de Acesso à Informação, por sua vez, trata o tema da seguinte forma:

Lei Federal nº 12.527/11 - Lei de Acesso à Informação:

Art. 10: **Qualquer interessado** poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida.

§3º: São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

7. (FGV/ TJ-CE – 2019) Determinado tratado internacional de proteção aos direitos humanos foi aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, pela unanimidade dos seus membros.

À luz da sistemática constitucional, o tratado internacional assim aprovado ingressará na ordem jurídica interna com a natureza de:

- a) decreto;
- b) lei ordinária;
- c) lei complementar;
- d) medida provisória;
- e) emenda constitucional.

Comentários:

Nos termos do art. 5º, § 3º, da Constituição, “os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em **dois turnos**, por **três quintos** dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais”.

O tratado internacional descrito no enunciado foi aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, pela **unanimidade** dos seus membros. Perceba que cumpriu todos os requisitos e seu quórum de aprovação foi ainda maior que exigido pela Constituição para obter o “status” de emenda constitucional. Por isso, adquiriu **hierarquia constitucional**, situando-se no topo da Pirâmide de Kelsen.

O gabarito é a letra E.

8. (FGV / DPE-RJ – 2019) Maria procurou a Defensoria Pública e informou que foi surpreendida, às 12h, com o ingresso de agentes públicos armados em sua residência, contra a sua vontade, sob a alegação de que estavam procurando um criminoso. Considerando a sistemática constitucional, o Defensor Público informou corretamente que a conduta dos agentes públicos era:

- a) ilícita, pois os agentes públicos nunca podem ingressar na casa alheia sem o consentimento do morador;
- b) lícita, pois os agentes públicos sempre podem ingressar na casa alheia, sem o consentimento do morador, para procurar um criminoso;
- c) lícita, pois os agentes públicos podem ingressar na casa alheia, sem o consentimento do morador, sempre que entenderem necessário;
- d) ilícita, pois os agentes públicos não podem ingressar na casa alheia, sem o consentimento do morador, para procurar um criminoso, sem ordem judicial;
- e) lícita, pois os agentes públicos somente podem ingressar na casa alheia, sem o consentimento do morador, se estiver sendo praticado um crime no local.

Comentários:

A conduta dos agentes públicos foi ilícita, uma vez que o ingresso na “casa” de um indivíduo poderá ocorrer nas seguintes situações (art. 5º, XI, CF):

- a) Com o consentimento do morador.
- b) Sem o consentimento do morador, sob ordem judicial, apenas durante o dia. Perceba que, mesmo com ordem judicial, não é possível o ingresso na casa do indivíduo durante o período noturno.
- c) A qualquer hora, sem consentimento do indivíduo, em caso de flagrante delito ou desastre, ou, ainda, para prestar socorro.

Tais hipóteses não contemplam a violação do domicílio, sem consentimento do morador e sem ordem judicial, para procurar um criminoso. O gabarito é a letra D.

O gabarito é a letra D.

9. (FGV / TJ-SC – 2018) De acordo com o art. 5º, XXXII, da Constituição da República, “o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor”.

Considerando a aplicabilidade das normas constitucionais, a norma constitucional que se extrai do referido preceito tem:

- a) eficácia limitada de princípio consumerista;
- b) eficácia limitada de princípio institutivo;
- c) natureza programática;
- d) eficácia contida;
- e) eficácia plena.

Comentários:

O inciso XXXII do art. 5º da Carta Magna prevê que “o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor”. Trata-se de norma de eficácia limitada do tipo programática, que exige a edição de lei para produzir todos os seus efeitos. Essa lei já existe: é o Código de Defesa do Consumidor. O gabarito é a letra C.

10. (FGV / TJ-SC – 2018) Pedro, servidor público estadual, respondeu a processo administrativo disciplinar e recebeu, ao final, a sanção de suspensão de 10 (dez) dias, o que também lhe acarretou outros prejuízos estatutários, como a impossibilidade de ser promovido por merecimento nos dois anos seguintes. Apesar da gravidade das consequências, Pedro não foi defendido por advogado.

Considerando as garantias constitucionais asseguradas aos brasileiros em geral, a ausência de defesa por advogado:

- a) não afronta a ordem constitucional, desde que tenham sido assegurados o contraditório e a ampla defesa;

- b) não afronta a ordem constitucional, desde que Pedro tenha renunciado ao direito à defesa por advogado;
- c) afronta a garantia constitucional do devido processo legal;
- d) afronta a garantia constitucional da ampla defesa;
- e) afronta a garantia constitucional do contraditório.

Comentários:

O STF entende que, nos processos administrativos disciplinares, a ampla defesa e o contraditório podem ser validamente exercidos independentemente de advogado. Por isso, a Súmula Vinculante nº 5 dispõe que “a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.” O gabarito é a letra A.

11. (FGV / TJ-AL – 2018) Pedro ajuizou uma ação em face de João e se saiu vitorioso, sendo-lhe atribuído certo bem. Anos depois, quando já não mais era cabível qualquer recurso, ação ou impugnação contra a decisão do Poder Judiciário, foi editada uma lei cuja aplicação faria com que o bem fosse atribuído a João.

À luz da sistemática constitucional, o referido bem deve:

- a) permanecer com Pedro, por força da garantia do ato jurídico perfeito
- b) ser transferido a João, com base no princípio da eficácia imediata da lei.
- c) permanecer com Pedro, por força da garantia do direito adquirido.
- d) ser transferido a João, salvo se a lei estabelecer regra de transição.
- e) permanecer com Pedro, por força da garantia da coisa julgada.

Comentários:

Segundo o art. 5º, XXXVI, CF/88, “a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada”.

Na situação apresentada, **não cabe mais nenhum recurso** da decisão judicial que atribuiu o bem a Pedro. Formou-se, desse modo, **coisa julgada**, que não poderá ser prejudicada pela nova lei. Assim, o bem deverá permanecer com Pedro, por força da garantia da coisa julgada.

O gabarito é a letra E.

12. (FGV / COMPESA – 2016) Consoante o Art. 5º, inciso XLV, da Constituição da República Federativa do Brasil, “nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido”.

Com os olhos voltados à classificação das normas constitucionais, é correto afirmar que a interpretação desse comando normativo dá origem a uma norma constitucional:

- a) de eficácia plena e aplicabilidade integral.
- b) de eficácia indireta e aplicabilidade contida.
- c) de eficácia plena e aplicabilidade limitada.
- d) de eficácia limitada e aplicabilidade mediata.
- e) de eficácia contida e aplicabilidade direta.

Comentários:

O art. 5º, XLV, é uma norma constitucional de **eficácia contida**. Sua aplicabilidade é direta, imediata e possivelmente não integral.

Trata-se de **norma autoaplicável**, que independe de regulamentação para produzir todos os seus efeitos. **Desde a promulgação da CF/88**, nenhuma pena passará da pessoa do condenado, sendo a obrigação de reparação do dano e a decretação do perdimento de bens estendida aos sucessores e contra eles executadas.

É possível, todavia, que haja **restrição a esse comando constitucional**, uma vez que a **lei pode definir requisitos** para que a obrigação de reparação do dano e a decretação do perdimento de bens seja estendida aos sucessores e contra eles executadas

O gabarito é a letra E.

13. (FGV / TJ-PI – 2015) O art. 5º, LXI, da Constituição da República Federativa do Brasil, dispõe que “ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei”. À luz dos referenciais de aplicabilidade e eficácia, é correto afirmar que, a partir desse enunciado linguístico, se obtém uma norma constitucional:

- a) programática;
- b) de eficácia plena e aplicabilidade imediata;
- c) de eficácia contida e aplicabilidade imediata;
- d) preceptiva;
- e) de eficácia limitada e aplicabilidade imediata.

Comentários:

Essa é uma questão que gera bastante polêmica. Deixe-me explicar melhor o porquê...

No art. 5º, LXI, CF/88, tem-se uma regra constitucional importante: a de que a **prisão somente pode ser determinada por decisão judicial**. Tal regra constitucional **poderá ser flexibilizada**, entretanto, nas seguintes hipóteses: i) flagrante delito e; ii) crimes propriamente militares definidos em lei.

Analisando-se, por essa ótica, é possível concluir que, quando a lei definir um crime propriamente militar, ela estará abrindo a possibilidade para que, diante da prática daquele tipo penal, seja **restringida** a regra de que a prisão deverá ser determinada por decisão judicial. Logo, trata-se de **norma de eficácia contida**.

Mas também é possível uma outra interpretação... Poderíamos afirmar que a definição de crimes propriamente militares **depende** da edição de lei. Aí, teríamos uma **norma de eficácia limitada**.

A FGV adotou a primeira interpretação, considerando o gabarito como a letra C.

14. (FGV / DPE-RO–Analista – 2015) Pedro e Ernesto, renomados advogados, travaram um intenso debate a respeito das garantias constitucionais do direito adquirido e do ato jurídico perfeito. Por fim, convergiram a respeito da constitucionalidade de uma única tese, dentre as inúmeras que haviam sido debatidas, qual seja:

- a) no momento em que o servidor público toma posse no cargo, surge o direito adquirido ao regime jurídico então vigente, de modo que as alterações posteriores não podem alcançá-lo;
- b) a ordem de vocação hereditária deve observar as normas vigentes à época da abertura do inventário, não podendo ser invocada a lei anterior, vigente à época do óbito;
- c) a garantia do direito adquirido, enquanto projeção direta da dignidade humana, é oponível ao próprio Constituinte originário;
- d) o preenchimento dos requisitos para a aposentadoria faz surgir o direito adquirido, ainda que o requerimento seja formulado após a vigência da lei que os modificou;
- e) os efeitos futuros de contrato celebrado sob a égide da lei anterior devem ser regidos pela lei vigente à época em que se projetem na realidade.

Comentários:

Letra A: errada. Segundo a jurisprudência do STF, não há direito adquirido do servidor público ao regime jurídico.

Letra B: errada. A sucessão é regulada pela **lei vigente ao tempo da sua abertura**, que é o **momento do óbito**. Isso é o que prevê o art. 1787, do Código Civil.

Letra C: errada. Não há direito adquirido diante de normas constitucionais originárias, ou seja, diante de uma nova Constituição.

Letra D: correta. De fato, é o **preenchimento dos requisitos** que faz nascer o direito adquirido à aposentadoria.

Letra E: errada. A lei nova **não alcança** os efeitos futuros de contratos celebrados antes da sua vigência, sob pena de violação ao ato jurídico perfeito. O STF adotou esse entendimento no âmbito do RE nº 205.999, no qual considerou que as normas do Código de Defesa do Consumidor não seriam aplicadas aos contratos que tivessem sido celebrados antes da sua entrada em vigor.

O gabarito é a letra D.

15. (FGV / DPE-RO—Oficial de Diligência – 2015) Ao enunciar os direitos e deveres individuais e coletivos, a Constituição da República Federativa do Brasil assegurou uma série de direitos relacionados à apuração da responsabilidade penal das pessoas em geral. Nesse particular, é correto afirmar que a lei penal:

- a) somente poderá retroagir para beneficiar o réu;
- b) sempre poderá retroagir caso disponha dessa maneira;
- c) prejudicial ou benéfica ao réu, jamais poderá retroagir;
- d) somente poderá retroagir quando o interesse público justificar essa medida;
- e) somente poderá retroagir para aumentar a pena, não para criar um novo crime.

Comentários:

Segundo o art. 5º, XL, CF/88, “a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu”. O gabarito é a letra A.

16. (FGV / TCM-SP—Ciências Jurídicas – 2015) Reginaldo e Ednaldo, irmãos e estudantes de direito, travaram intenso debate a respeito da possibilidade, ou não, de retroatividade das leis. Considerando a sistemática constitucional a respeito dessa matéria, é correto afirmar que:

- a) enquanto não requerido o benefício previdenciário, ainda que preenchidos os requisitos previstos em lei, há mera expectativa de direito, não verdadeiro direito adquirido;
- b) na medida em que não ostenta natureza contratual, não há direito adquirido ao regime jurídico do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- c) a lei nova alcança os efeitos futuros de contratos celebrados anteriormente à sua vigência, não havendo que se falar em afronta ao ato jurídico perfeito;
- d) a garantia da coisa julgada a que se refere a Constituição da República alcança tanto aquela formada no processo judicial como no administrativo;
- e) o Tribunal de Contas, no exercício de suas competências, pode determinar a exclusão de vantagens ilegais, ainda que reconhecidas em sentença judicial transitada em julgado.

Comentários:

Letra A: errada. Haverá direito adquirido ao benefício previdenciário **quando forem preenchidos os requisitos previstos em lei**, ainda que não feita a sua requisição.

Letra B: correta. No Recurso Extraordinário nº 226.855, o STF decidiu o seguinte:

*"O FGTS, ao contrário do que sucede com as cadernetas de poupança, **não tem natureza contratual**, mas, sim, estatutária, por decorrer da lei e por ela ser disciplinado. Assim, é de aplicar-se a ele a firme jurisprudência desta Corte no sentido de que **não há direito adquirido a regime jurídico**".*

Letra C: errada. A lei nova **não alcança** os efeitos futuros de contratos celebrados antes da sua vigência, sob pena de violação ao ato jurídico perfeito. O STF adotou esse entendimento no âmbito do RE nº 205.999, no qual considerou que as normas do Código de Defesa do Consumidor não seriam aplicadas aos contratos que tivessem sido celebrados antes da sua entrada em vigor.

Letra D: errada. A garantia da "coisa julgada" a que se refere a CF/88 alcança apenas aquela formada no processo judicial.

Letra E: errada. No MS 30.312 AgR/RJ, Rel. Min. Dias Toffoli, o STF apreciou caso concreto em que o TCU havia considerado ilegal o pagamento de pensão oriunda de decisão judicial transitada em julgada. A Corte entendeu que o TCU não poderia determinar a exclusão do benefício "ilegal", sob pena de violação à coisa julgada.

O gabarito é a letra B.

17. (FGV / TCE-RJ – 2015) Considerando a sistemática de incorporação, na ordem jurídica interna, dos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos, bem como a posição que podem ocupar no escalonamento das normas, é correto afirmar, de acordo com o entendimento prevalecente no âmbito do Supremo Tribunal Federal, que:

- a) sempre terão natureza supralegal, mas infraconstitucional;
- b) podem ter natureza infralegal ou constitucional;
- c) sempre terão natureza legal e infraconstitucional;
- d) podem ter natureza supralegal ou constitucional;
- e) sempre terão natureza constitucional.

Comentários:

Os tratados internacionais de direitos humanos terão natureza supralegal ou constitucional. Quando forem aprovados pelo rito próprio das emendas constitucionais, serão a elas equivalentes. Quando forem aprovados pelo rito ordinário, terão natureza supralegal. A resposta é a letra D.

18. (FGV / DPE-RJ – 2014) A Constituição da República, em seu Art. 5º, XXXV prevê que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito", consagrando o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional. Nesse contexto, é correto afirmar que o Poder Judiciário

- a) só admite ações relativas à disciplina e às competições desportivas após se esgotarem as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.
- b) só admite ações relativas a direitos autorais após esgotarem-se as instâncias conciliatórias, reguladas em lei.
- c) não pode extinguir um processo, sem resolução de mérito pela convenção de arbitragem, por violação ao princípio da inafastabilidade da jurisdição.
- d) exige o prévio esgotamento da via militar, nos casos disciplinares, para admissibilidade da demanda perante a Justiça Comum.
- e) exige o prévio esgotamento da via eleitoral, nos casos excepcionais previstos em lei, para admissibilidade da demanda perante a Justiça Comum.

Comentários:

O ordenamento jurídico brasileiro exige o **esgotamento da via administrativa** como requisito para acesso ao Poder Judiciário em três situações: i) *habeas data*; ii) controvérsias desportivas e; iii) reclamação contra o descumprimento de Súmula Vinculante pela Administração Pública. A resposta, portanto, é a letra A.

19. (FGV / TJ-AM – 2013) No tocante aos direitos e garantias individuais, é correto afirmar que a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

- a) privação ou restrição de liberdade, perda de bens e banimento.
- b) multa, prestação social alternativa e interdição de direitos.
- c) multa, interdição de direitos e trabalhos forçados.
- d) suspensão de direitos, banimento e privação de liberdade.
- e) privação de liberdade, trabalhos forçados e prestação social alternativa.

Comentários:

O inciso XLVI do art. 5º da Carta Magna prevê que a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes: a) privação ou restrição da liberdade; b) perda de bens; c) multa; d) prestação social alternativa; e) suspensão ou interdição de direitos.

As letras A, C, D e E preveem penas proibidas pela Constituição em seu art. 5º, inciso XLVII. Essas penas são as seguintes: a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX; b) de caráter perpétuo; c) de trabalhos forçados; d) de banimento; e) cruéis.

A letra B é o gabarito.

20. (FGV / Fundação Pró Sangue – 2013) Maria, em tempos de paz, ingressa nos quadros do Exército brasileiro, onde galga os postos adequados à sua carreira. Em determinado momento, o Brasil declara

guerra ao Estado W, ocorrendo a obediência dos trâmites constitucionais necessários ao ato. Por força de infringência da legislação militar, Maria vem a ser condenada à morte, por traição à pátria. Nos termos da Constituição Federal de 1988, a pena de morte foi:

- a) banida do direito brasileiro.
- b) admitida na situação de guerra externa.
- c) autorizada em crimes hediondos.
- d) proibida salvo crime de terrorismo.
- e) permitida em caso de guerra interna.

Comentários:

O ordenamento jurídico brasileiro admite, excepcionalmente, a pena de morte nos casos de guerra declarada (art. 5º, XLVII, “a”, CF). O gabarito é a letra B.

21. (FGV / Fundação Pró Sangue – 2013) Pedro e Matheus são acusados da prática de crimes hediondos, tendo confessado os delitos. Após apuração imparcial verifica-se que a confissão foi obtida mediante a utilização de meios considerados abusivos, classificados como tortura pelos investigadores. Nos termos da Constituição de 1988, a tortura é considerada uma violação ao direito à:

- a) privacidade.
- b) integridade física.
- c) igualdade.
- d) liberdade.
- e) segurança.

Comentários:

A tortura é uma violação ao direito à integridade física. Portanto, o gabarito é a letra B.

22. (FGV / FIOCRUZ – 2010) Com relação aos direitos e garantias constitucionais, analise as afirmativas a seguir:

- I. A promoção da defesa do consumidor não está expressa no art. 5º da Constituição Federal/88; portanto, uma vez que sua eficácia dependa de lei infraconstitucional, não se pode afirmar que tenha adquirido *status* constitucional.
- II. A obtenção de certidões em repartições públicas, para esclarecimento de situações de interesse pessoa, independente de pagamento de taxa.

III. Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seus interesses particulares, porém os de interesse coletivo ou geral não poderão ser prestados a particulares, sob pena de responsabilidade, uma vez que devem sempre estar resguardados sob a proteção do Estado.

Assinale:

- a) se somente a afirmativa I estiver correta.
- b) se somente a afirmativa II estiver correta.
- c) se somente a afirmativa III estiver correta.
- d) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- e) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

Comentários:

A **primeira assertiva** está errada. O art. 5º, inciso XXXII, da Constituição, prevê que “*o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor*”.

A **segunda assertiva** está correta. É o que prevê o inciso XXXIV do art. 5º da Constituição, segundo o qual “são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder; b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

A **terceira assertiva** está errada. Segundo o inciso XXXIII do art. 5º da CF/88 “ todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”.

A letra B é o gabarito.

23. (FGV / TJ-AM – 2013) Sobre o sigilo de correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, assinale a afirmativa correta.

- a) A quebra de sigilo telefônico, em qualquer hipótese, somente pode ser deferida por ordem judicial, não se admitindo que seja feita pela Administração Pública ou por comissão parlamentar de inquérito.
- b) A jurisprudência pacífica das Cortes Superiores admite a utilização da gravação clandestina como prova da quitação de dívidas.
- c) A gravação ambiental realizada por circuito interno de TV pode ser utilizada, no processo penal, como prova da prática de crime.
- d) A correspondência do preso é inviolável, somente sendo possível à Administração penitenciária a quebra do sigilo mediante autorização judicial.

e) A abertura de carta, que apresente indícios de conter substância de circulação proibida como entorpecentes, constitui violação do sigilo de correspondência, admitindo-se, todavia, que o serviço postal recuse a entrega.

Comentários:

Letra A: errada. A quebra de sigilo telefônico pode ser determinada por **ordem judicial ou por Comissão Parlamentar de Inquérito**. A interceptação telefônica, por sua vez, pode ser determinada apenas pelo Poder Judiciário.

Letra B: errada. A gravação clandestina é considerada **prova ilícita** e, portanto, não pode ser utilizada em um processo.

Letra C: correta. A gravação ambiental realizada por circuito interno de TV não é considerada prova ilícita. Portanto, **pode ser utilizada** em processo penal.

Letra D: errada. A Administração penitenciária poderá, com fundamento em razões de segurança pública, disciplina prisional ou de preservação da ordem jurídica, realizar a interceptação da correspondência dos presos. Não há necessidade de ordem judicial para isso.

Letra E: errada. Não há violação do sigilo de correspondência na abertura de carta que apresente indícios de conter substância de circulação proibida.

24. (FGV / Senado Federal – 2012) Com base no art. 5º da Constituição da República, assinale a afirmativa INCORRETA.

- a) Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal.
- b) A lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando se tratar de crimes contra a família.
- c) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
- d) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- e) O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.

Comentários:

Letra A: correta. Trata-se da literalidade do inciso LIX do art. 5º da Constituição.

Letra B: errada. De acordo com o inciso LX do art. 5º da CF/88, a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais **quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem**.

Letra C: correta. O inciso LXI do art. 5º da Constituição traz as hipóteses em que é possível a prisão: i) em flagrante delito; ii) em caso de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei; iii) por ordem de juiz, escrita e fundamentada (ou seja, com base legal).

Letra D: correta. Tem-se a literalidade do inciso LXII do art. 5º da Constituição.

Letra E: correta. Trata-se da literalidade do art. 5º, inciso LXIII, da CF/88.

O gabarito é a letra B.

25. (FGV / SEFAZ-RJ – 2011) Abelhudo, cidadão brasileiro, contrai casamento com Abelhudinha, tendo o casal três filhos. Infelizmente, o casal resolve divorciar-se, e o varão assume o dever de prestar alimentos à sua ex-esposa e aos seus filhos. Apesar de contar com boa remuneração, abelhudo deixa de pagar várias prestações dos alimentos acordados judicialmente, vindo a sofrer processo de cobrança, tendo sua ex-mulher requerido sua prisão caso não solvesse a dívida. O varão, apesar de regularmente comunicado do processo, não pagou a dívida nem justificou o não pagamento, vindo sua prisão a ser declarada pelo magistrado presidente do processo. A respeito da prisão civil, é correto afirmar que:

- a) É admissível quando o devedor contrai dívidas com fornecedores.
- b) Está restrita à dívida quando ela tem natureza de alimentos.
- c) Foi extinta após a edição da constituição federal de 1988.
- d) É constitucionalmente prevista para homens inadimplentes de alimentos.
- e) Está preservada somente para militares em tempo de guerra

Comentários:

A questão cobra o conhecimento do inciso LXVII do art. 5º da CF/88, que prevê que “não haverá prisão civil por dívida, **salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia** e a do depositário infiel”. A prisão do depositário infiel, todavia, está suspensa, devido à ratificação, pelo Brasil, do Pacto de San Jose. Esse tratado internacional tem status supralegal, por tratar de direitos humanos, e suspendeu toda a legislação a ele contrária. Desse modo, ao permitir apenas a prisão civil por não pagamento de obrigação alimentícia, suspendeu toda legislação infraconstitucional que regia a prisão do depositário infiel. Não há, portanto, prisão civil nessa hipótese¹.

Letra A: errada. Não há tal previsão na Constituição.

Letra C: errada. A CF/88 prevê a possibilidade de prisão civil por dívida, em seu art. 5º, LXVII.

¹ Súmula vinculante n. 25, STF.

Letra D: errada. Há previsão de prisão civil por dívida também no caso de depositário infiel. Além disso, a previsão constitucional vale tanto para homens quanto para mulheres.

Letra E: errada. A prisão civil por dívidas está prevista nas hipóteses de inadimplemento voluntário e inescusável de pensão alimentícia e de depositário infiel.

O gabarito é a letra B. No Brasil, a única hipótese de prisão civil por dívida admitida é a do devedor de alimentos.

26. (FGV / PC-AP – 2010) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

Comentários:

É o que dispõe o art. 5º, LI, CF/88. Os brasileiros natos jamais serão extraditados. Os brasileiros naturalizados, por sua vez, serão extraditados no caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins. Questão correta.

27. (FGV / Senado Federal – 2008) A respeito do catálogo de direitos fundamentais da Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa correta.

a) A Constituição assegura o direito de permanecer calado apenas ao preso, quando interrogado por autoridade policial.

b) As provas obtidas por meios ilícitos são inadmissíveis apenas nos processos criminais, podendo ser utilizadas sem restrições nos processos judiciais cíveis e administrativos.

c) Por força do princípio da presunção da inocência, a prisão do réu decretada por juiz anteriormente à condenação transitada em julgado terá sempre natureza cautelar.

d) É possível a criação de tribunal de exceção para julgar crimes de terrorismo, na forma da lei.

e) O contraditório e a ampla defesa não são assegurados em procedimentos administrativos disciplinares se o servidor permanecer revel.

Comentários:

Letra A: errada. O direito de permanecer calado, não fornecendo provas contra si mesmo, estende-se a todos, não só ao preso. Além disso, o preso poderá usufruir desse direito em qualquer fase do processo, não só quando interrogado por autoridade policial. Nesse sentido, dispõe o art. 5º, LXIII, da CF/88, que o preso será informado de seus direitos, **entre os quais o de permanecer calado**, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.

Letra B: errada. As provas ilícitas também não são admitidas nos processos cíveis e administrativos (art. 5º, LVI, CF).

Letra C: correta. De fato, pelo princípio da presunção de inocência, todos são considerados inocentes até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória (art. 5º, LVII, CF). Todavia, é possível a prisão cautelar por ordem judicial em casos previstos no Código de Processo Penal. Não entraremos em mais detalhes sobre essas hipóteses, por fugir ao interesse do Direito Constitucional, combinado?

Letra D: errada. A Constituição **veda a criação de tribunais de exceção** (art. 5º, XXXVII, CF).

Letra E: errada. A Constituição garante (art. 5º, LV) que *“aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”*. O servidor revel, que não apresentou sua defesa no prazo legal, não perde o direito de fazê-lo em momento posterior.

O gabarito é a letra C.

28. (FGV / Senado Federal – 2012) O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.

Comentários:

É exatamente o que dispõe o art. 5º, LXIV. O preso tem o direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial. Questão correta.

29. (FGV / Senado Federal – 2008) Nenhum brasileiro será extraditado, exceto no caso de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e em crime de terrorismo, na forma da lei.

Comentários:

O art. 5º, LI, CF/88, prevê que *“nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei”*. Questão errada.

30. (FGV / SEFAZ-RJ – 2011) Lupus, aposentado pelo regime geral da previdência social, é comunicado, por amigos também aposentados, da possibilidade de reconhecimento, pelo órgão previdenciário, de valores atrasados. Seu requerimento administrativo veio a ser indeferido, o que gerou a propositura de ação perante o judiciário. Após dez anos, o seu processo continuava sem solução definitiva. À luz da principiologia constitucional, pode-se afirmar que restou violado o(s) princípio(s) do(a):

- a) Contraditório e publicidade.
- b) Ampla defesa e prova ilícita.
- c) Publicidade e isonomia.
- d) Duração razoável do processo.
- e) Juiz e promotor natural.

Comentários:

Dez anos sem que o processo tenha uma solução definitiva é, de fato, algo bem complicado. Foi prejudicado o ***direito à razoável duração do processo***, o qual está previsto no art. 5º, LXXVIII. Segundo esse dispositivo, *“a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”*. O gabarito é a letra D.

QUESTÕES COMENTADAS

Remédios Constitucionais

1. CEBRASPE (CESPE) - APC (FUNPRES-P-EXE)/FUNPRES-P-EXE/Jurídica/2022

Com base no texto da Constituição Federal de 1988, julgue o item seguinte.

Para ter legitimidade ativa para a impetração de mandado de segurança coletivo, o partido político deve ter representação no Congresso Nacional.

Comentário:

Conforme o art. 5º, LXX, "a", da Constituição Federal:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...)

LXX - o **mandado de segurança coletivo** pode ser impetrado por:

a) partido político com representação no Congresso Nacional;

Em relação à legitimação do partido político com representação no Congresso Nacional, lembre-se de que **basta que possua apenas um representante em quaisquer das Casas do Congresso Nacional**. Assim, o STF assentou o entendimento de que a representação deve ser comprovada no momento da propositura da ação, e mesmo que o partido perca essa representação, a ação não perderá seu objeto, e poderá seguir seu curso normalmente (ADI 2.618 AgR-AgR, rel. min. Gilmar Mendes, julg. 12/8/2004, Pleno). Questão correta.

2. CEBRASPE (CESPE) - ABAJ (DP DF)/DP DF/Direito e Legislação/2022

Acerca dos elementos processuais associados à ação de improbidade e aos remédios constitucionais, julgue o item a seguir.

Se o responsável por ilegalidade ou por abuso de poder for agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público, a proteção de direito líquido e certo ocorrerá por meio de mandado de segurança.

Comentário:

O **mandado de segurança** é remédio constitucional hábil a proteger **direito líquido e certo** ameaçado ou violado por ato ilegal de autoridade pública ou de agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público (art. 5º, LXIX, CF):

Veja trecho da CF:

Art. 5º(...) LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público; Questão correta.

3. CEBRASPE (CESPE) - ACE TCE RJ/TCE RJ/Organizacional/Tecnologia da Informação/2022

Túlio, líder de movimento pela liberação do uso da maconha, comunicou as autoridades acerca da realização de marcha, com cerca de duas mil pessoas, em determinado local público, a favor de projeto de lei que propunha a legalização do consumo recreativo desse entorpecente. Ao tomar conhecimento do evento, Luísa, presidente da Associação de Prevenção ao Uso de Drogas, convocou, sem avisar a autoridade competente, manifestação contra o mencionado projeto de lei para o mesmo dia e local da referida marcha.

Considerando essa situação hipotética, as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF) e o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), julgue o item que se segue.

O remédio constitucional adequado para a tutela do exercício do direito de reunião é o mandado de segurança.

Comentário:

O remédio constitucional adequado para a tutela do exercício do **direito de reunião** é o **mandado de segurança**.

De acordo com a Lei 1.207/1950, que dispõe sobre o direito de reunião, temos no MS o remédio constitucional cabível. Veja trecho da lei a seguir:

Art. 1º Sob nenhum pretexto poderá qualquer agente do Poder Executivo intervir em reunião pacífica e sem armas, convocada para casa particular ou recinto fechado de associação, salvo no caso do § 15 do artigo 141 da Constituição Federal, ou quando a convocação se fizer para prática de ato proibido por lei.

§ 1º No caso da convocação para prática de ato proibido, a autoridade policial poderá impedi-la, e, dentro de dois dias, exporá ao Juiz competente os motivos por que a reunião foi impedida ou suspensa. O Juiz ouvirá o promotor da reunião ao qual dará o prazo de dois dias para defesa. Dentro de dois dias o Juiz proferirá sentença da qual caberá apelação que será recebida somente no efeito devolutivo.

§ 2º Se a autoridade não fizer no prazo legal a exposição determinada no § 1º, poderá o promotor da reunião impetrar mandado de segurança.

Questão certa.

4. CEBRASPE (CESPE) - DP RS/DPE RS/2022

Em relação ao mandado de injunção, julgue o seguinte item.

A legitimação constitucional conferida à Defensoria Pública para a propositura do mandado de injunção coletivo está ligada a sua finalidade essencial na tutela de interesse difusos, coletivos e individuais

homogêneos que tenham repercussão em interesses tutelados, especialmente relevantes para a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5.º da Constituição Federal.

Comentário:

A Lei 13.300/2016 incluiu a Defensoria Pública como legitimada ativa para propositura do mandado de injunção coletivo, conforme trecho a seguir:

Art. 12. O **mandado de injunção coletivo** pode ser promovido:(...)

IV - pela Defensoria Pública, quando a tutela requerida for especialmente relevante para a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal.

Essa legitimidade ativa tem fundamento no art. 134 e no art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, conforme trechos a seguir:

Art. 134. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal . (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014)

Art. 5º (...) LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

Questão certa.

5. CEBRASPE (CESPE) - PJM (Pires do Rio)/Pref Pires do Rio/2022

Acerca dos remédios constitucionais garantidores de direitos individuais e fundamentais, julgue o item a seguir.

É cabível mandado de injunção contra norma regulamentadora que torne inviável o exercício dos direitos e das liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

Comentário:

O **mandado de injunção**, conforme o art. 5º, inciso LXXI, da CF/88, deverá ser utilizado na hipótese de que a **falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos** e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

Veja trecho da CF/88

Art. 5º (...)

LXXI – conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

Pedro Lenza nos ensina os dois requisitos necessários para a utilização do mandado de injunção:

- Norma constitucional de eficácia limitada, prescrevendo direitos, liberdades constitucionais e prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;
- Falta de norma regulamentadora, tornando inviável o exercício dos direitos, liberdades e prerrogativas acima mencionados (omissão do Poder Público). (Pedro Lenza, Direito Constitucional Esquematizado, 2013)

Questão errada.

6. CEBRASPE (CESPE) - AAAJ (DP DF)/DP DF/Direito e Legislação/2022

Acerca dos elementos processuais associados à ação de improbidade e aos remédios constitucionais, julgue o item a seguir.

Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

Comentário:

A ação popular tem exclusiva titularidade do cidadão no gozo de seus direitos políticos.

Veja trecho a seguir da CF:

Art. 5º (...) LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor **ação popular** que vise a **anular ato lesivo** ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à **moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural**, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

É importante frisar que a legitimidade para impetração da Ação Popular é exclusiva do cidadão brasileiro (no pleno gozo de seus direitos políticos), nato ou naturalizado, ou português equiparado (com igualdade de direitos), excluídos os estrangeiros, os apátridas e as pessoas jurídicas (Súmula 365/STF).

Quanto à condição de eleitor, o Supremo Tribunal Federal já assentou que "o sujeito ativo da ação popular será sempre o cidadão - pessoa física no gozo de seus direitos políticos -, isto é, o eleitor". (ACO 224, Relator Ministro Gilmar Mendes, decisão monocrática, julgamento em 24/8/2005), com fundamento no art. 1º, § 3º, da Lei da Ação Popular (Lei 4.717/1965):

Questão errada.

7. (CESPE / TCE-PB – 2018) Jorge, cidadão brasileiro com dezoito anos de idade, deseja tomar medida jurídica, sob o fundamento de que determinada prerrogativa inerente a sua cidadania não pode ser usufruída em razão de omissão legislativa na edição de norma regulamentadora de dispositivo constitucional.

Nessa situação hipotética, para buscar tutela jurisdicional, de acordo com o rol de direitos e garantias fundamentais, Jorge deverá valer-se de

- a) habeas data.
- b) mandado de injunção.

- c) mandado de segurança.
- d) ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
- e) ação popular.

Comentários:

O remédio constitucional adequado para Jorge é o mandado de injunção. Nos termos do art. 5º, LXXI, da Constituição, “conceder-se-á **mandado de injunção** sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à **cidadania**”. O gabarito é a letra B.

8. (CESPE / DPE-PE – 2018) A respeito dos mecanismos de proteção aos direitos humanos previstos na Constituição Federal de 1988 e dos remédios constitucionais, assinale a opção correta.

- a) A ação popular é remédio constitucional para assegurar o conhecimento de informações relativas ao impetrante, constantes de registros ou de bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- b) O mandado de segurança coletivo caracteriza-se por ter dois ou mais impetrantes, que sejam pessoas físicas ou jurídicas, no polo ativo.
- c) O *habeas data* visa anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa e ao patrimônio histórico e cultural.
- d) Mandado de injunção é o instrumento constitucional a ser utilizado na hipótese de a ausência de norma inviabilizar o exercício de direito ou de liberdade constitucional referente à cidadania ou à soberania.
- e) A finalidade do *habeas corpus* é proteger direito líquido e certo quando o responsável pela ilegalidade ou pelo abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público.

Comentários:

Letra A: errada. A **ação popular** tem o objetivo de anular ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico-cultural. Cumpre lembrar, ainda, que apenas o **cidadão** é legitimado ativo para impetrar a **ação popular**, ou seja, a pessoa física em pleno gozo dos direitos civis e políticos.

Letra B: errada. O **mandado de segurança coletivo** é o remédio constitucional que busca proteger direitos coletivos e individuais homogêneos contra ato, omissão ou abuso de poder por parte de autoridade. As pessoas físicas não podem impetrar esse remédio constitucional. De acordo com o art. 5º, LXX, o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado pelas seguintes **pessoas jurídicas**:

- a) partido político com representação no Congresso Nacional;
- b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados (...).

Letra C: errada. O ***habeas data*** possui duas finalidades: a) assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público e b) retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo. O remédio constitucional cabível para o fim exposto na alternativa é a ***ação popular***.

Letra D: correta. De fato, o ***mandado de injunção*** tem como objetivo combater a falta de norma regulamentadora que torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania. Ou seja, é o remédio constitucional destinado a combater as omissões constitucionais.

Letra E: errada. O ***habeas corpus*** visa proteger a liberdade de locomoção. O remédio constitucional cabível para o fim exposto na alternativa é o mandado de segurança.

O gabarito é a letra D.

9. (CESPE / SEFAZ-RS – 2018) Autoridade pública do tribunal de justiça de determinado estado vetou, durante um mês, a retirada de autos dos processos em trâmite naquele tribunal por advogados atuantes nas causas, alegando que tal medida seria necessária para melhorar a organização dos servidores do órgão, que estavam realocando os autos dos processos nas salas do tribunal. Considerando que a medida tomada por essa autoridade foi ilegal, a Ordem dos Advogados do Brasil local ajuizou ação constitucional a fim de proteger direito líquido e certo da classe de advogados, que foram prejudicados ao terem sido impedidos de exercer suas atividades profissionais.

Nessa situação hipotética, a OAB impetrou

- a) *habeas corpus*.
- b) *habeas data*.
- c) mandado de injunção.
- d) mandado de segurança coletivo.
- e) ação civil pública.

Comentários:

O remédio constitucional impetrado pela OAB buscou proteger o ***direito líquido e certo*** dos advogados de retirarem autos dos processos em trâmite no tribunal. Trata-se, portanto, de mandado de segurança coletivo (art. 5º, LXX, CF). O gabarito é a letra D.

10. (CESPE / TCM-BA – 2018) O cidadão que entender que seu direito líquido e certo foi violado por ato de agente do tribunal de contas que atuava no exercício de suas funções poderá se valer do remédio constitucional denominado

- a) mandado de injunção.
- b) ação popular.
- c) mandado de segurança.
- d) ação civil pública.

e) ação rescisória.

Comentários:

O remédio constitucional que busca proteger ***direito líquido e certo***, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder ***for autoridade pública*** ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público é o ***mandado de segurança***. O gabarito é a letra C.

11. (CESPE / SEFAZ-RS – 2018) A ação constitucional que tem o cidadão como legitimado ativo e que objetiva defender interesse difuso para anular ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural denomina-se

- a) mandado de segurança.
- b) *habeas data*.
- c) *habeas corpus*.
- d) ação civil pública.
- e) ação popular.

Comentários:

A ação adequada para esse fim é a ***ação popular***. Essa ação tem o objetivo de anular ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico-cultural (art. 5º, LXXIII, CF). Cumpre lembrar, ainda, que apenas o ***cidadão*** é legitimado ativo para impetrar a ação popular, ou seja, a pessoa física em pleno gozo dos direitos civis e políticos. O gabarito é a letra E.

12. (CESPE / DPU – 2017) Sob o aspecto da legitimidade ativa, por meio de *habeas data* é possível obter informações relativas a qualquer pessoa, desde que as informações sejam classificadas como públicas.

Comentários:

O *habeas data* é ação de ***caráter personalíssimo***, somente podendo ser impetrado para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante. Questão errada.

13. (CESPE / Procurador do Município de Fortaleza – 2017) Pessoa jurídica pode impetrar *habeas corpus*.

Comentários:

O *habeas corpus* pode, sim, ser impetrado por qualquer pessoa jurídica, nacional ou estrangeira. A pessoa jurídica, entretanto, não pode ser paciente dessa ação, uma vez que não possui direito de locomoção a ser protegido. Questão correta.

14. (CESPE / Procurador do Município de Fortaleza – 2017) Pessoa jurídica pode impetrar mandado de injunção.

Comentários:

De fato, pessoa jurídica é legitimada a impetrar mandado de injunção. Questão correta.

15. (CESPE / TRE-BA – 2017) O remédio constitucional que representa, no plano institucional, a mais expressiva reação jurídica do Estado às instituições que lesem, efetiva ou potencialmente, os direitos de conhecimento de informações relativas à pessoa interessada constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, bem como de retificação de dados e complementação de registros existentes, é o (a):

- a) ação popular.
- b) mandado de injunção.
- c) *habeas data*
- d) mandado de segurança
- e) *habeas corpus*.

Comentários:

O *habeas data* é o remédio constitucional adequado para:

- a)** assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
- b)** a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

O gabarito é a letra C.

16. (CESPE / TRE-TO – 2017) Jonas, servidor público federal, respondeu a processo administrativo disciplinar e, ao final, foi absolvido das acusações. No entanto, por um equívoco, no seu assentamento funcional passou a constar a informação de que ele havia sido condenado. Ao saber do erro, Jonas solicitou a retificação dos dados, mas o seu pedido foi indeferido.

Nessa situação hipotética, a ação cabível, de acordo com a CF, é

- a) a ação direta de inconstitucionalidade.
- b) a ação popular.
- c) o *habeas corpus*.
- d) o mandado de injunção.
- e) o *habeas data*.

Comentários:

O remédio constitucional adequado para uso por Jonas é o *habeas data*. Nos termos do art. 5º, LXXII, da Carta Magna, o *habeas data* poderá ser usado **para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo**. O gabarito é letra E.

17. (CESPE / TRE-PE - 2017) O *habeas corpus* é cabível

- a) para discutir excessivo valor exigido a título de alimentos em decisão que tenha decretado a prisão civil do devedor.
- b) em favor de pessoa jurídica, pois tem como objetivo fazer cessar todo e qualquer constrangimento ilegal.
- c) contra a aplicação de pena de multa em sentença penal condenatória, pois a pena pecuniária pode ser convertida em prisão.
- d) para afastar pena acessória de perda de cargo público imposta em sentença penal condenatória.
- e) em casos de flagrante ilegalidade da prisão civil por dívida de alimentos.

Comentários:

Letra A: errada. O *habeas corpus* não é o instrumento adequado para discutir o excessivo valor exigido a título de alimentos. Esse remédio constitucional visa à **proteção do direito de locomoção**. O valor dos alimentos deve ser discutido em outro tipo de ação judicial.

Letra B: errada. Pessoa jurídica não pode ser paciente de *habeas corpus*, uma vez que não é titular de direito de locomoção.

Letra C: errada. A Súmula 693 do STF determina que “não cabe *habeas corpus* **contra decisão condenatória a pena de multa**, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada”.

Letra D: errada. A perda de cargo público não afeta a liberdade de locomoção. Não pode, por isso, ser protegida por *habeas corpus*.

Letra E: correta. A prisão por dívida de alimentos é a única prisão civil admitida em nosso ordenamento jurídico. Cabe *habeas corpus* em caso de flagrante ilegalidade dessa prisão, uma vez que há direito de locomoção a ser protegido.

O gabarito é a letra E.

18. (CESPE / TCE-PA – 2016) Como o *habeas data* não pode ser utilizado por pessoa jurídica, deve ser reconhecida a ilegitimidade ativa na hipótese de pessoa jurídica ajuizar *habeas data* para obter informações de seu interesse constante de dados de determinada entidade governamental.

Comentários:

O *habeas data* pode ser impetrado por **pessoas físicas** e **pessoas jurídicas**. O art. 5º, LXXII, versa sobre as hipóteses de cabimento de *habeas data*:

Art. 5º (...)

LXXII - conceder-se-á *habeas data*:

- a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
- b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

Questão errada.

19. (CESPE / Escrivão PC-PE – 2016) Uma autoridade pública de determinado estado da Federação negou-se a emitir certidão com informações necessárias à defesa de direito de determinado cidadão. A informação requerida não era sigilosa e o referido cidadão havia demonstrado os fins e as razões de seu pedido.

Nessa situação hipotética, o remédio constitucional apropriado para impugnar a negativa estatal é o(a)

- a) ação popular.
- b) mandado de segurança.
- c) *habeas data*.
- d) *habeas corpus*.
- e) mandado de injunção.

Comentários:

Essa é uma típica pegadinha! O remédio constitucional destinado a proteger o direito à obtenção de certidões é o mandado de segurança. O gabarito é a letra B.

20. (CESPE / TRE-PI – 2016) A instauração de processo administrativo disciplinar contra servidor público para apuração de irregularidade funcional garante ao servidor o direito de impetrar *habeas corpus* para impedir o prosseguimento do processo administrativo.

Comentários:

Não cabe *habeas corpus* contra instauração de processo administrativo disciplinar, uma vez que o direito de locomoção não se encontra ameaçado. Questão errada.

21. (CESPE / TRE-PI – 2016) Não poderá ser conhecido *habeas corpus* impetrado em benefício alheio por indivíduo destituído de sanidade mental que não esteja representado ou assistido por outrem.

Comentários:

A legitimidade do *habeas corpus* é universal. Por isso, pode, sim, ser impetrado até mesmo por indivíduo destituído de sanidade mental, em benefício próprio ou alheio. Questão errada.

22. (CESPE / TJDF – 2016) O Ministério Público, havendo comprometimento de interesse social qualificado, possui legitimidade ativa para propor ação popular.

Comentários:

O Ministério Público **não tem legitimidade** para propor ação popular. A ação popular somente pode ser proposta pelo **cidadão**. Questão errada.

23. (CESPE / TJDF - 2016) É consolidado no STF o entendimento de que, presente a dúvida sobre o real interesse do paciente na impetração do *habeas corpus*, deve o juiz intimá-lo para que manifeste sua vontade em prosseguir ou não com a impetração.

Comentários:

A jurisprudência do STF considera que não será conhecido o *habeas corpus* **impetrado pelo Ministério Público** e **desautorizado pelo paciente**. Dessa forma, se houver dúvida quanto ao real interesse do paciente na impetração do *habeas corpus*, deverá o juiz intimá-lo para que ele manifeste sua vontade de prosseguir ou não com a impetração. Questão correta.

24. (CESPE / TJDF - 2016) O STF possui orientação pacífica segundo a qual a fixação de prazo decadencial para impetração de mandado de segurança ou de *habeas corpus* é compatível com a ordem constitucional.

Comentários:

Não há que se falar em prescrição ou decadência para o *habeas corpus*. No mandado de segurança, há prazo decadencial de cento e vinte dias. Questão errada.

25. (CESPE / TJDF - 2016) Para o cabimento da ação popular é exigível a demonstração do prejuízo material aos cofres públicos.

Comentários:

A propositura de ação popular **não exige** demonstração de prejuízo material aos cofres públicos. Havendo ilegalidade ficará caracterizado o dano ao patrimônio público, dando ensejo à propositura de ação popular. Questão errada

26. (CESPE / TJDF - 2016) O Ministério Público, havendo comprometimento de interesse social qualificado, possui legitimidade ativa para propor ação popular.

Comentários:

O Ministério Público não tem competência para propor ação popular. A legitimidade ativa em ação popular é concedida aos **cidadãos**. Questão errada

27. (CESPE / TJDF - 2015) O *habeas data* não é meio de solicitação e obtenção de informações de terceiros, uma vez que tem como objetivo assegurar o conhecimento de informações relativas ao próprio impetrante.

Comentários:

O *habeas data* é utilizado para assegurar o conhecimento de **informações relativas à pessoa do impetrante**, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público. Assim, o *habeas data* não é cabível para que se tenha acesso a informações de terceiros. Questão correta.

28. (CESPE / STJ – 2015) O *habeas data* não se presta à retificação das informações constantes de bancos de dados de entidades públicas.

Comentários:

O *habeas data* pode ser impetrado com duas finalidades diferentes (art. 5º, LXXII, CF):

- a) para **assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante**, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
- b) para a **retificação de dados**, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

Questão errada.

29. (CESPE / FUB – 2015) A legitimidade para impetração de *habeas corpus* é universal, abrangendo a pessoa jurídica e também aqueles que não possuem capacidade civil plena.

Comentários:

Qualquer pessoa do povo, nacional ou estrangeira, independentemente de capacidade civil, política, idade, sexo, profissão ou estado mental pode fazer uso do *habeas corpus*, em benefício próprio ou alheio. Trata-se de remédio constitucional universal, que pode ser impetrado por pessoas jurídicas e por aquelas que não possuem capacidade civil plena. Questão correta.

30. (CESPE / TCE-MG – 2018) Rafael, brasileiro, regular em seus direitos políticos, cursa mestrado em determinada universidade federal mineira. Juan, amigo de Rafael, é chileno e cursa mestrado sanduíche nessa mesma instituição de ensino de Minas Gerais. Ambos fazem parte da Associação Amigos da Universidade Pública, que é formada por estudantes universitários e que tem como finalidade a averiguação de irregularidades no uso de recursos públicos da universidade. Em uma dessas ações de controle, Rafael e Juan constataram que um secretário de pós-graduação da referida universidade havia desviado dois milhões de reais destinados ao apoio de eventos internacionais de pesquisa, para reformar o seu apartamento funcional. Por ser ato lesivo ao patrimônio público, a transação irregular feita pelo secretário de pós-graduação poderá ser impugnada por meio de ação popular.

Nessa situação, a legitimidade para propor ação popular será

- a) da Associação Amigos da Universidade Pública, de Rafael e de Juan, em litisconsórcio.
- b) de Rafael ou de Juan.

- c) de Rafael, apenas.
- d) de Rafael ou da Associação Amigos da Universidade Pública.
- e) da Associação Amigos da Universidade Pública, apenas.

Comentários:

A legitimidade para propor ação popular é do cidadão (art. 5º, LXXIII, CF). Por isso, somente Rafael, brasileiro em gozo dos seus direitos políticos, poderá propor essa ação. O gabarito é a letra C.

31. (CESPE / STJ – 2018) A isenção de custas processuais na ação popular para a defesa de interesse coletivo ou difuso inclui o ônus da sucumbência, salvo se comprovada má fé.

Comentários:

O autor popular fica isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência, salvo comprovada má fé (art. 5º, LXXIII, CF). Cabe destacar que a ação popular protege, sim, interesses coletivos ou difusos. Ela serve, afinal, para tutelar o patrimônio público, a moralidade administrativa, o meio ambiente e o patrimônio histórico-cultural. Questão correta.

32. (CESPE / STM – 2018) Constitui regra de garantia do direito humano fundamental ao meio ambiente a possibilidade de qualquer cidadão ser legitimado a propor ação popular visando à anulação de ato lesivo ao meio ambiente.

Comentários:

A ação popular é instrumento de controle popular dos atos da Administração Pública. Por meio da ação popular, é possível anular atos lesivos ao meio ambiente, bem como à moralidade administrativa e ao patrimônio histórico e cultural (art. 5º, LXXIII, CF). Questão correta.

33. (CESPE / TCE-PE – 2017) Se determinado dirigente de autarquia estadual editar ato administrativo lesivo ao patrimônio público, qualquer cidadão ou pessoa jurídica poderá propor ação popular para anular o referido ato, sem custas judiciais.

Comentários:

Pessoas jurídicas **não podem** propor ação popular. Apenas o cidadão pode propor essa ação, com o objetivo de anular ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico-cultural. Questão errada.

34. (CESPE / FUB – 2015) A ação popular — pertencente à categoria dos direitos políticos do cidadão — é um remédio constitucional que se manifesta como exercício da soberania popular e como instrumento da democracia direta.

Comentários:

A ação popular é uma forma de controle popular da Administração Pública. É um remédio constitucional proposta por cidadão, traduzindo-se em instrumento de participação direta do povo na vida política da sociedade. Questão correta.

35. (CESPE / FUB – 2015) Será extinto por ilegitimidade superveniente o mandado de segurança coletivo impetrado por partido político que, embora possua representante no Congresso Nacional no momento da impetração, venha a perder essa representação no curso da ação.

Comentários:

A legitimidade do mandado de segurança é analisada *no momento em que a ação é impetrada*. Desse modo, mesmo que posteriormente o partido venha a perder a representatividade no Congresso Nacional, *não há ilegitimidade superveniente*. Questão errada.

36. (CESPE / MPOG – 2015) A ação popular deve ser proposta somente por partido político com representação no Congresso Nacional.

Comentários:

A ação popular não pode ser proposta por partido político. Ela deve ser proposta por *cidadão*, assim considerado aquele que está no pleno gozo dos direitos políticos. Questão errada.

37. (CESPE / TRE-GO – 2015) Qualquer associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano é parte legítima para propor ação popular que vise à anulação de ato lesivo ao patrimônio público ou ao meio ambiente.

Comentários:

Somente o *cidadão* é parte legítima para propor ação popular. Questão errada.

38. (CESPE / TRE-GO – 2015) O cidadão brasileiro, nato ou naturalizado, com capacidade eleitoral ativa, tem legitimidade para propor ação popular.

Comentários:

De fato, qualquer cidadão tem legitimidade para propor ação popular, nos termos do art. 5º, LXXIII, da CF/88:

LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência (...).

Questão correta.

39. (CESPE / PGM-Manaus – 2018) A concessão do mandado de injunção está condicionada à ausência de norma regulamentadora para o exercício de um direito, ainda que esta omissão seja parcial.

Comentários:

O mandado de injunção é um remédio constitucional disponível para qualquer pessoa prejudicada pela falta de norma regulamentadora, que torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, soberania e cidadania (art. 5º, LXXI, CF). É cabível não só para omissões legislativas de caráter absoluto ou total como também para as omissões de caráter parcial. Questão correta.

- 40. (CESPE / PGM-Manaus – 2018) Entre os legitimados para a impetração do mandado de injunção, figura a pessoa natural.**

Comentários:

De fato, qualquer pessoa - física ou jurídica - que se veja impossibilitada de exercer direito constitucional por falta de norma regulamentadora é legitimada a impetrar mandado de injunção. Questão correta.

- 41. (CESPE / TRE-BA – 2017 - Adaptada) Conforme a Constituição Federal de 1988, é cabível o ajuizamento de mandado de injunção no caso de omissão legislativa inconstitucional que inviabilize o exercício do direito de sufrágio.**

Comentários:

O mandado de injunção será concedido sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania. Questão correta.

- 42. (CESPE / TCE-PA – 2016) Entre os direitos fundamentais incluem-se os remédios constitucionais, como, por exemplo, o mandado de injunção, criado pela Constituição Federal de 1988 e que tem por finalidade suprir a falta de norma regulamentadora que inviabilize o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.**

Comentários:

O mandado de injunção é o remédio constitucional que visa combater as “**omissões inconstitucionais**”. Segundo o art. 5º, LXXI, CF/88, LXXI “*conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania*”. Questão correta.

- 43. (CESPE / PC-PE – 2016) A sentença em mandado de injunção gera efeitos erga omnes, alcançando, de maneira indistinta, todos aqueles privados de exercer quaisquer direitos e liberdades constitucionais por falta de norma regulamentadora.**

Comentários:

Como regra geral, a sentença em mandado de injunção gera efeitos *inter partes*. Vale ressaltar que é possível, entretanto, que seja *conferida eficácia erga omnes à decisão*, quando isso for inerente ou indispensável ao exercício do direito, liberdade ou da prerrogativa objeto da impetração. Questão errada

- 44. (CESPE / PC-PE – 2016) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por sindicatos, entidades de classe e associações, mas não por partidos políticos, pois se destinam à defesa de interesses coletivos comuns a determinada coletividade de pessoas.**

Comentários:

O mandado de segurança coletivo pode, sim, ser impetrado por partido político, desde que este tenha representação no Congresso Nacional (art. 5º, LXX, “a”, CF). Questão errada.

- 45. (CESPE / Procurador de Salvador – 2015) É pacífica a orientação jurisprudencial segundo a qual não se admite mandado de segurança contra lei em tese; essa compreensão, todavia, não impede a impetração contra atos infralegais, tais como regulamentos e portarias, ainda que estes sejam dotados de abstração e generalidade.**

Comentários:

Segundo o STF, não cabe mandado de segurança contra lei em tese. Os atos infralegais dotados de abstração e generalidade podem ser considerados “lei em tese” e, portanto, não podem ser atacados por mandado de segurança. Questão errada.

- 46. (CESPE / TJDF – 2015) Decai o mandado de segurança impetrado no TJDF contra ato de autoridade coatora que deveria ser processada na justiça federal se o processo não for remetido ao juízo competente em até cento e vinte dias após a ocorrência do ato.**

Comentários:

Não cabe falar em decadência nesse caso, uma vez que o impetrante buscou os seus direitos no Judiciário dentro do prazo. A demanda já foi submetida ao Judiciário, o que afasta a decadência. Questão errada.

- 47. (CESPE / TJDF – 2015) A atuação das associações na defesa de seus associados em mandado de segurança coletivo independe de autorização.**

Comentários:

É o que prevê a Súmula 629 do STF, segundo a qual “a impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados **independe da autorização destes**”. Trata-se do instituto da substituição processual. Questão correta.

- 48. (CESPE / TJDF – 2015) As associações possuem legitimidade para deduzir interpelação judicial como medida preparatória de ação penal em defesa da honra de seus associados.**

Comentários:

Segundo o STF, as **associações não têm legitimidade** para promover interpelação judicial em defesa da honra de seus associados, por se tratar de um direito personalíssimo de quem foi atingido em sua honra¹. Questão errada.

49. (CESPE / TJDF – 2015) À luz do entendimento do STF, a desistência do mandado de segurança, total ou parcial, depende da aquiescência da autoridade impetrada.

Comentários:

O STF entende que a desistência do mandado de segurança **independe da aquiescência da autoridade impetrada**. Segundo a Corte, é *“lícito ao impetrante desistir da ação de mandado de segurança, independentemente de aquiescência da autoridade apontada como coatora ou da entidade estatal interessada ou, ainda, quando for o caso, dos litisconsortes passivos necessários”*. Questão errada.

50. (CESPE / Procurador de Salvador – 2015) A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados independe da autorização destes.

Comentários:

É isso mesmo! A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe **independe da autorização** dos associados. Questão correta.

51. (CESPE / AGU – 2015) De acordo com o atual entendimento do STF, a decisão proferida em mandado de injunção pode levar à concretização da norma constitucional despida de plena eficácia, no tocante ao exercício dos direitos e das liberdades constitucionais e das prerrogativas relacionadas à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

Comentários:

O STF vem adotando a **corrente concretista** acerca dos efeitos do mandado de injunção. Nesse sentido, a Corte não tem se limitado a declarar a mora legislativa; ao contrário, as decisões do STF buscam **concretizar a norma constitucional** pendente de regulamentação. Questão correta.

52. (CESPE / TCU – 2015) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político que tenha representação no Congresso Nacional.

Comentários:

O partido político com representação no Congresso Nacional é legitimado para impetrar mandado de segurança coletivo. Relembremos o que dispõe a Carta Magna:

Art. 5º, LXX – o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

¹ PET nº 1.249/DF-AgR, Pleno, Rel. Min. Celso de Mello, DJ de 09/04/99.

- a) partido político com representação no Congresso Nacional;
- b) organização sindical, entidade de classe ou **associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano**, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;

Questão correta.

53. (CESPE / FUB – 2015) Uma entidade de classe que estiver em funcionamento há apenas seis meses não possui, por essa razão, legitimidade para impetração de mandado de segurança coletivo em defesa de interesse de seus membros.

Comentários:

Relembremos o que dispõe a Carta Magna:

Art. 5º, LXX – o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

- a) partido político com representação no Congresso Nacional;
- b) organização sindical, entidade de classe ou **associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano**, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;

No rol de legitimados a impetrar mandado de segurança coletivo, apenas as associações devem ser legalmente constituídas e em funcionamento há pelo menos um ano. Não se exige o mesmo das entidades de classe, que não precisam cumprir essa exigência. Questão errada.

QUESTÕES COMENTADAS

Remédios Constitucionais

1. FCC - DP GO/DPE GO/2021

A ação popular

- a) exige, antes de seu ajuizamento, o esgotamento de todos os meios administrativos e jurídicos de prevenção ou repressão ao ato ilegal e lesivo ao patrimônio público.
- b) pode ser ajuizada por pessoa jurídica, legalmente constituída há pelo menos um ano, para impugnar ato lesivo ao patrimônio público na discussão unicamente de sua legalidade.
- c) pode ser ajuizada por cidadão para impugnar ato lesivo ao patrimônio público, seja no aspecto legal ou moral.
- d) é viável para invalidar lei em tese, mesmo se tratando de norma geral abstrata, desde que ilegal e afrontosa ao patrimônio público.
- e) pode ser ajuizada por cidadão, mesmo que menor de 18 anos, mas com no mínimo 16 anos, para impugnar ato ilegal ou imoral, se esgotados todos os meios impugnativos anteriores.

Comentários

A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão, pois conforme está de acordo com o trecho abaixo da Constituição Federal:

CF/88

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LXXIII - **qualquer cidadão é parte legítima** para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

A **alternativa A** está incorreta. **O objeto da ação popular é o combate ao ato ilegal ou imoral** e lesivo ao patrimônio público, sem contudo configurar-se a ultima ratio, ou seja, não se exige o esgotamento de todos os meios administrativos e jurídicos de prevenção ou repressão aos atos ilegais ou imorais e lesivos ao patrimônio público para seu ajuizamento. (Moraes, Alexandre de Direito constitucional / Alexandre de Moraes. - 13. ed. - São Paulo: Atlas, 2003, p. 146).

A **alternativa B** está incorreta, pois colide com a **Súmula 365** do Supremo Tribunal Federal - STF.

STF - Súmula 365

Pessoa jurídica não tem legitimidade para propor ação popular.

A **alternativa D** está incorreta. Veja entendimento jurisprudencial abaixo:

"Ação popular para declarar inconstitucionalidade de lei em tese – impossibilidade

1. **A ação popular é uma ação constitucional** posta à disposição de qualquer cidadão que visa a invalidar ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural (art. 5º, LXXIII, da CF, e Lei nº 4.717/65). 2. **A ação popular não é meio adequado para pleitear a declaração de inconstitucionalidade de lei em tese**, não podendo servir como sucedâneo de ações típicas do controle concentrado de constitucionalidade de normas, pois ampliaria, sem a devida autorização da Constituição Federal, o rol de legitimados inserto no seu art. 103. 2.1. Além disso, a lei em tese, como norma abstrata de conduta, não lesa direito individual, motivo pelo qual não é passível de impugnação por ação popular, faltando ao requerente interesse de agir. (Acórdão 1287214, 07126818820208070001, Relator: ALFEU MACHADO, Sexta Turma Cível, data de julgamento: 23/9/2020)."

A **alternativa E** está incorreta. Segundo a doutrina de Pedro Lenza, **somente poderá ser autor da ação popular o cidadão, assim considerado o brasileiro nato ou naturalizado**, desde que esteja no pleno gozo de seus direitos políticos, provada tal situação (e como requisito essencial da inicial) pelo título de eleitor, ou documento que a ele corresponda (art. 1.º, § 3.º, da Lei n. 4.717/65).

Assim, excluem-se do polo ativo os estrangeiros, os apátridas, as pessoas jurídicas (vide Súmula 365 do STF) e mesmo os brasileiros que estiverem com os seus direitos políticos suspensos ou perdidos (art. 15 da CF/88).

Entende-se que aquele entre 16 e 18 anos de idade, que tem título de eleitor, pode ajuizar a ação popular sem a necessidade de assistência, porém, sempre por advogado (capacidade postulatória). (Lenza, Pedro. Direito constitucional esquematizado® / Pedro Lenza. – 23. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2019. (Coleção esquematizado ®), p.2.004).

2. FCC - DP SC/DPE SC/2021

Acerca da ação popular:

- a) Surgiu com previsão ampla acerca da proteção da moralidade administrativa.
- b) Abrange, dentre seus possíveis objetos, a defesa do patrimônio público.
- c) A tutela ao meio ambiente surgiu, inicialmente, na Constituição de 1937.
- d) A proteção ao patrimônio histórico e cultural aparece, pela primeira vez, na Constituição de 1988.
- e) Foi inicialmente regulada na vigência da Constituição de 1934.

Comentários

A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão, conforme **o inciso LXXIII, art. 5º na CF/1988**:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

CF?88:

Art. 5º

LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

A **alternativa A** está incorreta. Surgiu por meio da **Lei 4.717/1965 (art. 1º)**, na vigência da Constituição de 1946 e foi inserida na **Constituição Federal de 1967** (art. 150, § 31) com o objetivo de anular atos lesivos ao patrimônio de entidades públicas:

Lei 4.717/1965:

Art. 1º Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista (Constituição, art. 141, § 38), de sociedades mútuas de seguro nas quais a União represente os segurados ausentes, de empresas públicas, de serviços sociais autônomos, de instituições ou fundações para cuja criação ou custeio o tesouro público haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, de empresas incorporadas ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, e de quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelos cofres públicos.

Constituição Federal de 1967

Art. 150 - A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 31 - Qualquer cidadão será parte legítima para propor ação popular que vise a anular atos lesivos ao patrimônio de entidades públicas.

A **alternativa C** está incorreta. Surgiu inicialmente na **Constituição de 1988**.

A **alternativa D** está incorreta. Aparece, pela primeira vez, na **Constituição de 1934 (art. 148)**:

Art. 148 - Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual.

A **alternativa E** está incorreta. Foi inicialmente regulada na vigência da **Constituição de 1946**.

Quanto ao mandado de segurança, a legislação vigente estabelece que

- a) conceder-se-á sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, praticado por autoridade pública.
- b) de natureza subsidiária em relação ao habeas corpus e ao habeas data, presta-se a tutelar direito líquido e certo quando o responsável pela ilegalidade for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuição do Poder Público.
- c) o mandado de segurança coletivo não pode ser impetrado por partido político que não tenha representação nas duas Casas do Congresso Nacional, concomitantemente.
- d) a impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados depende da autorização destes.
- e) presta-se à retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou de caráter público.

Comentários

A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão. A assertiva encontra respaldo no **art. 5º, LXIX**, da CF/88:

CF/88

Art. 5º

LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou **abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público**;

Seguem demais comentários:

A **alternativa A** está incorreta. Nesse caso caberá habeas corpus:

CF/88:

Art. 5º

LXVIII - conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

A **alternativa C** está incorreta. A CF/88 não refere às Casas, **mas apenas a necessidade** de representação no Congresso Nacional:

CF/88:

Art. 5º

LXX - o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

- a) partido político com representação no Congresso Nacional;
- b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;

A **alternativa D** está incorreta. O entendimento do Supremo Tribunal Federal, a respeito, está evidenciado no **enunciado 629 da súmula** de sua jurisprudência, posta nos seguintes termos:

"a impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados independe da autorização destes"

A **alternativa E** está incorreta. Seria caso de **habeas data**:

CF/88:

Art. 5º

LXXII - conceder-se-á habeas data:

- a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
- b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

4. FCC - ARE IV (SEF SC)/SEF SC/2021

Considere:

I. Pessoa jurídica que exerce atividades empresariais em determinado Estado pretende obter acesso às informações referentes ao pagamento de tributos constantes, a seu respeito, de sistema informatizado de apoio à arrecadação dos órgãos da Administração fazendária estadual.

II. Servidor público citado em representação promovida por cidadão, perante o Tribunal de Contas de determinado Estado, para apuração de irregularidades na execução de contrato celebrado por órgão no qual exerce função de confiança, pretende obter vista dos autos da representação mencionada.

Nos termos da Constituição Federal e da jurisprudência correlata do Supremo Tribunal Federal, acaso não obtenham administrativamente os resultados pretendidos, os interessados estarão legitimados para o ajuizamento de

- a) ação popular, isento de custas judiciais, salvo comprovada má-fé, na situação I, e habeas data, na situação II.
- b) mandado de segurança, na situação I, e habeas data, gratuitamente, na situação II.
- c) habeas data, gratuitamente, em ambas as situações.

d) habeas data, gratuitamente, na situação I, e mandado de segurança, na situação II.

e) mandado de segurança, em ambas as situações, estando isento de custas judiciais, salvo comprovada má-fé, na situação I.

Comentários

A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão.

I. Pessoa jurídica que exerce atividades empresariais em determinado Estado pretende obter acesso às informações referentes ao pagamento de tributos constantes, a seu respeito, de sistema informatizado de apoio à arrecadação dos órgãos da Administração fazendária estadual.

Será cabível a utilização do habeas data, que se relaciona diretamente ao direito de acesso a informações que estejam de posse governamentais ou de caráter público, para conhecimento ou ratificação, quando não se prefira **fazê-lo a partir de processo sigiloso e que sejam exclusivamente de interesse do impetrante**, possuindo como legitimidade ativa tanto pessoas físicas como também jurídicas.

CF/88

Art. 5º

LXXII – conceder-se-á habeas data:

a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

Segue jurisprudência do STF em situação similar:

(...) 2. A tese fixada na presente repercussão geral é a seguinte: “**O Habeas Data é garantia constitucional** adequada para a obtenção dos dados concernentes ao pagamento de tributos do próprio contribuinte constantes dos sistemas informatizados de apoio à arrecadação dos órgãos da administração fazendária dos entes estatais.” (...) (RE 673707)

Pedro Lenza destaca que o habeas se relaciona diretamente ao direito de acesso a informações que estejam de posse governamentais ou de caráter público e quais as hipóteses de seu cabimento e que sejam, exclusivamente, de interesse do impetrante, conforme vejamos:

A garantia constitucional do habeas data, regulamentada pela Lei n. 9.507, de 12.11.1997, destina-se a disciplinar o direito de acesso a informações, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, para o conhecimento ou retificação (tanto informações erradas como imprecisas, ou, apesar de corretas e verdadeiras, desatualizadas), todas referentes a dados pessoais, concernentes à pessoa do impetrante. (Pedro Lenza, Direito Constitucional Esquematizado, 2013)

II. **Servidor público citado em representação promovida por cidadão**, perante o Tribunal de Contas de determinado Estado, para apuração de irregularidades na execução de contrato celebrado por órgão no qual exerce função de confiança, pretende obter vista dos autos da representação mencionada.

Nesse caso **será cabível a utilização da ação constitucional do mandado de segurança**, uma vez que se identifica o direito líquido e certo quanto ao acesso aos autos da representação

(...) I. - Ao servidor sujeito a processo administrativo disciplinar é assegurado o direito de defesa, que há de ser amplo. Lei 8.112/90, art. 153. II. - O advogado regularmente constituído tem direito a ter vista do processo administrativo disciplinar, na repartição competente, ou retirá-lo pelo prazo legal. Lei 8.906/94, art. 7º, XV. III. - Mandado de Segurança deferido. (...) (MS 22921)

Segundo ainda o mandamento constitucional estabelecido no inciso LXXVII do art. 5º da CF/88 são gratuitas as ações de habeas corpus e habeas data, conforme estabelecido em lei, assim como os atos necessários ao exercício da cidadania. O que não ocorre em relação ao mandado de segurança.

CF/88

Art. 5º

LXXVII – são gratuitas as ações de habeas corpus e habeas data, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania;

5. FCC - JE TJGO/TJ GO/2021

De acordo com as normas aplicáveis à matéria e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, mandado de segurança coletivo visando a questionar a aplicação de decreto do Governador que, com base em autorização prevista em lei ordinária, tenha aumentado alíquota de determinado imposto estadual, pode ser impetrado por

a) associação legalmente constituída, desde que em funcionamento há pelo menos um ano, para assegurar direito líquido e certo de seus associados de não serem compelidos ao pagamento da alíquota majorada, sendo exigida para a propositura da demanda autorização expressa de seus membros.

b) partido político, ainda que sem representação no Poder Legislativo e mesmo que não esteja constituído há pelo menos um ano, para defesa de direito líquido e certo dos contribuintes do imposto de não serem compelidos ao pagamento da alíquota majorada, desde que a propositura da ação esteja relacionada às suas finalidades institucionais.

c) sindicato de categoria profissional ou econômica, desde que constituído e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa do direito líquido e certo de seus membros de não serem compelidos ao pagamento da alíquota majorada, independentemente de autorização expressa de seus integrantes.

d) parlamentar, com a finalidade de impedir a aplicação da lei que autorizou a edição do decreto, para a defesa de seu direito líquido e certo à regularidade do processo legislativo em face da ordem constitucional.

e) entidade de classe, em defesa do direito líquido e certo de seus associados de não serem compelidos ao pagamento da alíquota majorada, ainda que a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria.

Comentários

A **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão. A entidade de classe é um **legitimado** para propositura do **MS Coletivo**, ainda que se refira a interesses de apenas uma parte da categoria. **Veja como consta na Lei 12.016/2009:**

Art. 21. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, na defesa de seus interesses legítimos relativos a seus integrantes ou à finalidade partidária, ou por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, 1 (um) ano, em defesa de direitos líquidos e certos da totalidade, ou de parte, dos seus membros ou associados, na forma dos seus estatutos e desde que pertinentes às suas finalidades, dispensada, para tanto, autorização especial.

Neste sentido, a **Súmula 630 do STF:**

Súmula 630, STF A entidade de classe tem legitimação para o mandado de segurança ainda quando a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria.

A **alternativa A** está incorreta. Conforme consta no **art. 21 da Lei do Mandado de Segurança**, é dispensada a autorização especial por aqueles que se farão representadas.

Neste sentido, a **Súmula 639 do STF:**

Súmula 629-STF: A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados independe da autorização destes.

A **alternativa B** está incorreta. Somente partido político com representação no Congresso Nacional/Poder Legislativo e para defender interesses legítimos relativos a seus integrantes ou à finalidade partidária.

Veja novamente o **art. 21 da Lei 12.016/2009:**

Art. 21. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, na defesa de seus interesses legítimos relativos a seus integrantes ou à finalidade partidária, ou por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, 1 (um) ano, em defesa de direitos líquidos e certos da totalidade, ou de parte, dos seus membros ou associados, na forma dos seus estatutos e desde que pertinentes às suas finalidades, dispensada, para tanto, autorização especial.

A **alternativa C** está incorreta. A exigência de um ano só se aplica **às associações**. Veja o entendimento jurisprudencial pacificado:

Legitimidade do sindicato para a impetração de mandado de segurança coletivo independentemente da comprovação de um ano de constituição e funcionamento. [RE 198.919, rel. min. Ilmar Galvão, j. 15-6-1999, 1ª T, DJ de 24-9-1999.]

A **alternativa D** está incorreta. O parlamentar isoladamente não tem legitimidade para propor MS Coletivo, a legitimidade é do partido político.

6. FCC - Proc (UNICAMP)/UNICAMP/2022

Considere as seguintes situações, relacionadas a Universidade pública estadual, à luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

I. Servidor técnico-administrativo pretende obter vista de autos de processo administrativo, em que é mencionado, instaurado para apuração de infração disciplinar, supostamente cometida por membro do corpo discente, sujeita à pena de expulsão.

II. Universidade pretende obter acesso a informações constantes a seu respeito em sistemas informatizados de apoio à arrecadação dos órgãos da administração fazendária federal, relativamente ao pagamento de contribuições sociais.

Acaso os interessados não obtenham o que pretendem em sede administrativa, caberá valerem-se, judicialmente, em tese, de

- a) mandado de segurança, em ambas as situações.
- b) habeas data, em ambas as situações.
- c) mandado de segurança, na situação I, e habeas data, na situação II.
- d) habeas data, na situação I, e mandado de segurança, na situação II.
- e) recurso às vias ordinárias, em ambas as situações, diante da inexistência de ação mandamental que ampare as pretensões veiculadas.

Comentários

A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão.

I. Servidor técnico-administrativo pretende obter vista de autos de processo administrativo, em que é mencionado, instaurado para apuração de infração disciplinar, supostamente cometida por membro do corpo discente, sujeita à pena de expulsão.

O instrumento do **Habeas Data não é meio idôneo para obter informações relativas a processo administrativo**, uma vez que se destina a tratar apenas de informações exclusivamente do impetrante. Neste caso, cabe ao servidor valer-se de Mandado de Segurança para obter vista dos autos administrativos.

Neste sentido já decidiu o STF:

A ação de habeas data visa à proteção da privacidade do indivíduo contra abuso no registro e/ou revelação de dados pessoais falsos ou equivocados. O habeas data não se revela meio idôneo para se obter vista de processo administrativo. [HD 90 AgR, rel. min. Ellen Gracie, j. 18-2-2010, P, DJE de 19-3-2010.]

Veja trecho da CF/88:

Art. 5º

LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

II. **Universidade pretende obter acesso a informações constantes a seu respeito** em sistemas informatizados de apoio à arrecadação dos órgãos da administração fazendária federal, relativamente ao pagamento de contribuições sociais.

A **Universidade poderá utilizar o Habeas Data** para obter dados a seu respeito perante as administrações fazendárias. Isto porque se tratam de informações do próprio contribuinte. Neste sentido decidiu o STF:

O habeas data é a garantia constitucional adequada para a obtenção dos dados concernentes ao pagamento de **tributos do próprio contribuinte** constantes dos sistemas informatizados de apoio à arrecadação dos órgãos da administração fazendária dos entes estatais.

No caso concreto, o STF reconheceu que o contribuinte pode ajuizar habeas data para ter acesso às informações relacionadas consigo e que estejam presentes no sistema SINCOR da Receita Federal.

O SINCOR (Sistema de Conta Corrente de Pessoa Jurídica) é um banco de dados da Receita Federal no qual ela armazena as informações sobre os débitos e créditos dos contribuintes pessoas jurídicas.

A decisão foi tomada com base no SINCOR, mas seu raciocínio poderá ser aplicado para outros bancos de dados mantidos pelos órgãos fazendários. STF. Plenário. RE 673707/MG, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 17/6/2015 (repercussão geral) (Info 790).

Logo, no caso abordado no item I o interessado deverá valer-se de **Mandado de segurança**; e o interessado no caso do item II, é cabível **o Habeas Data**.

7. (FCC / TJ-MA – 2019) Considere as seguintes situações:

I. Cidadão propõe ação popular visando à anulação de ato lesivo ao patrimônio público.

II. Trabalhador ingressa com mandado de segurança individual para proteger direito líquido e certo de que é titular, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, indicando autoridade pública como responsável pela ilegalidade.

À luz das normas constitucionais aplicáveis às respectivas ações,

a) tanto o cidadão quanto o trabalhador poderiam ter ajuizado as respectivas ações.

b) o trabalhador não poderia ter ingressado com o mandado de segurança, pois a ação deveria ter sido proposta por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano.

c) o cidadão não poderia ter proposto a ação popular individualmente, pois seria necessária a subscrição de, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

d) o trabalhador não poderia ter ingressado com o mandado de segurança contra autoridade pública, haja vista que a referida ação somente poderia ter como coator agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

e) o cidadão não poderia ter ingressado com a ação popular, pois a legitimidade é exclusiva do Ministério Público.

Comentários:

A **primeira ação** poderia ser proposta pelo **cidadão**. Segundo o art. 5º, LXXIII, da Carta Magna, “**qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência**”.

A **segunda ação** poderia ser proposta pelo trabalhador. Nos termos do art. 5º, LXIX, da Constituição, “**conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público**”.

O gabarito é a letra A.

8. (FCC / SEMEF Manaus-AM – 2019) Nos termos do que determina a Constituição da República Federativa do Brasil, acerca dos direitos e garantias fundamentais,

a) qualquer cidadão é parte legítima para propor mandado de injunção que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

b) nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tortura, terrorismo ou tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

c) conceder-se-á *habeas data* para assegurar ao impetrante o conhecimento de informações relativas a qualquer pessoa, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

d) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do dano causado pelo infrator.

e) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

Comentários:

Letra A: errada. Qualquer cidadão é parte legítima para propor ***ação popular*** que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência (art. 5º, LXXIII, CF).

Letra B: errada. Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em ***tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins***, na forma da lei (art. 5º, LI, CF).

Letra C: errada. Conceder-se-á *habeas data* para assegurar ao impetrante o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público (art. 5º, LXXII, “a”, CF).

Letra D: errada. Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do ***patrimônio transferido*** (art. 5º, XLV, CF).

Letra E: correta. É o que determina o inciso LXX do art. 5º da Constituição.

O gabarito é a letra E.

9. (FCC / DPE-AM – 2018) Considere os seguintes itens:

- I. Ação individual de mandado de segurança.
- II. Ação coletiva de mandado de segurança.
- III. Ação de habeas corpus.
- IV. Ação de habeas data.

A Constituição Federal estabelece que são gratuitas as ações previstas nos itens

- a) I, II, III e IV.
- b) III e IV, apenas.
- c) II, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I, III e IV, apenas.

Comentários:

A Constituição Federal determina que são gratuitas as ações de habeas corpus e *habeas data*, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania (art. 5º, LXXVII, CF). O gabarito é a letra B.

10. (FCC / TRT 15ª Região – 2018) Um jornalista requereu à autoridade municipal competente informações a respeito do valor efetivamente gasto pela Prefeitura com despesas de publicidade institucional desde o início do mandato do Prefeito. Considerando que a lei municipal prevê o cabimento

de recurso administrativo, sem efeito suspensivo, contra eventual indeferimento desse pedido, caso essa hipótese se confirme o interessado

a) deverá interpor recurso administrativo, cujo cabimento decorre da aplicação do direito ao devido processo legal administrativo, como requisito para que seja admissível a propositura de ação judicial voltada a determinar à autoridade municipal que preste as informações solicitadas.

b) poderá ajuizar ação popular, ainda que não tenha interposto recurso administrativo contra o ato municipal, desde que o jornalista seja cidadão brasileiro e que assegure que será respeitado o sigilo de fonte, a fim de que seja expedida ordem judicial determinando à autoridade municipal que preste as informações solicitadas, ficando o autor isento de custas judiciais, salvo se comprovada má-fé, mas não do ônus da sucumbência.

c) não será legitimado a ajuizar qualquer ação judicial, uma vez que o ato administrativo municipal violou direito difuso, passível de proteção mediante o ajuizamento de ação civil pública pelo Ministério Público, sem prejuízo da legitimidade ativa de outras partes previstas em lei.

d) poderá impetrar mandado de segurança individual, ainda que não tenha interposto recurso administrativo contra o ato municipal, a fim de que seja expedida ordem judicial determinando à autoridade municipal que preste as informações solicitadas, não sendo assegurado pela Constituição Federal, especificamente aos impetrantes dessa ação, o direito à isenção de custas judiciais.

e) poderá ajuizar, gratuitamente, *habeas data* a fim de que seja expedida ordem judicial determinando à autoridade municipal que preste as informações solicitadas, ficando prejudicado o julgamento do recurso administrativo, caso tenha sido interposto, na hipótese de superveniência de decisão judicial transitada em julgado.

Comentários:

Segundo o art. 5º, LXIX, CF/88, “conceder-se-á mandado de segurança para **proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data**, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público”.

Na situação apresentada, se houver o indeferimento pela autoridade municipal de pedido de acesso à informação feito pelo jornalista, ele poderá impetrar **mandado de segurança**. O direito que está sendo violado, afinal, é o **direito de acesso à informação**.

O mandado de segurança poderá ser impetrado mesmo que seja cabível **recurso administrativo SEM efeito suspensivo**. Se fosse possível recurso administrativo COM efeito suspensivo, não seria admitido o mandado de segurança.

O gabarito é a letra D.

11. (FCC / TRT 20ª Região – 2016) Bruna, desconfia que seu filho Murilo, 24 anos de idade, começou a praticar crimes de furtos, bem como crimes cibernéticos. Preocupada com a situação, inclusive porque Murilo recebe diversas cartas de cobranças de dívidas lícitas, Bruna resolve investigar a situação financeira do filho, mas nenhuma entidade Governamental, bem como nenhuma entidade de caráter público lhe fornecem qualquer informação. Conversando com sua amiga Soraia, estudante de direito, a mesma sugeriu que Bruna impetrasse um habeas data. Neste caso, Soraia fez a sugestão

- a) incorreta porque não cabe *habeas data* para o conhecimento de informação relativa a terceiro, mas somente relativa ao impetrante.
- b) correta porque segundo a Carta Magna conceder-se-á *habeas data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, bem como de terceiros a ela relacionados constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- c) incorreta porque o *habeas data* cabe apenas para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.
- d) correta porque o *habeas data* cabe exatamente para a retificação de quaisquer dados referentes a qualquer pessoa, em razão da observância do princípio da publicidade.
- e) correta porque segundo a Carta Magna conceder-se-á *habeas data* exatamente para assegurar o conhecimento de informações relativas a terceiros constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

Comentários:

O *habeas data* é uma ação **personalíssima**, somente sendo cabível para o conhecimento de informações relativas ao impetrante. O gabarito é a letra A.

12. (FCC / PGE-MA – 2016) Considere os seguintes dispositivos da Lei nº 13.300, de 23 de junho de 2016:

“Art. 1º Esta Lei disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo, nos termos do inciso LXXI do art. 5º da Constituição Federal.

Art. 2º Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta total ou parcial de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

(...)

Art. 3º São legitimados para o mandado de injunção, como impetrantes, as pessoas naturais ou jurídicas que se afirmam titulares dos direitos, das liberdades ou das prerrogativas referidos no art. 2º e, como impetrado, o Poder, o órgão ou a autoridade com atribuição para editar a norma regulamentadora.

(...)

Art. 12. O mandado de injunção coletivo pode ser promovido:

(...)

II – por partido político com representação no Congresso Nacional, para assegurar o exercício de direitos, liberdades e prerrogativas de seus integrantes ou relacionados com a finalidade partidária;

III – por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos 1 (um) ano, para assegurar o exercício de direitos, liberdades e prerrogativas em favor da totalidade ou de parte de seus membros ou associados, na forma de seus estatutos e desde que pertinentes a suas finalidades, dispensada, para tanto, autorização especial;

(...)

Tomados os dispositivos acima transcritos, os aspectos do mandado de injunção neles disciplinados são:

- a) compatíveis com a Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

- b) incompatíveis com a Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no que se refere à regulamentação de um mandado de injunção coletivo.
- c) incompatíveis com a Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no que se refere à legitimação de pessoas jurídicas para a impetração de mandado de injunção.
- d) incompatíveis com a Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no que se refere à legitimação de associações, independentemente de autorização especial, para ajuizamento de ação de índole coletiva.
- e) incompatíveis com a Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no que se refere ao objeto do mandado de injunção.

Comentários:

A Lei nº 13.300/2016 regulamentou o mandado de injunção. Mesmo antes dessa lei, o STF já reconhecia que:

- a) O mandado de injunção poderia ser impetrado por **qualquer pessoa física ou jurídica** que tivesse o exercício de um direito constitucional obstaculizado pela falta de norma regulamentadora.
- b) Era possível a **impetração de mandado de injunção coletivo** pelos mesmos legitimados a impetrar mandado de segurança coletivo, quais sejam:

- partidos políticos com representação no Congresso Nacional;
- organização sindical e entidade de classe;
- associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos 1 (um) ano.

Cabe destacar que a Lei nº 13.300/2016 inovou a jurisprudência do STF ao admitir a possibilidade de impetração de mandado de injunção coletivo pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública.

Quanto aos dispositivos transcritos pelo enunciado da questão, nota-se que eles **são compatíveis com a CF/88 e com a jurisprudência do STF**. O gabarito, portanto, é a letra A.

13. (FCC / Procurador de Campinas – 2016) Em sede de denúncia formulada por cidadão, perante o Tribunal de Contas da União, os dirigentes de empresa fornecedora de insumos para a construção civil figurariam como beneficiários de supostas irregularidades cometidas na execução de obra pública. Tendo tomado conhecimento do envolvimento de seu nome por intermédio de informações veiculadas por meios de comunicação, os dirigentes em questão requerem vista dos autos no TCU, pedido que é negado pelo Relator da denúncia, sob o fundamento de que a apuração tramita em sigilo. Nessa hipótese, em tese, poderão os dirigentes interessados na vista dos autos valer-se, judicialmente, de:

- a) *habeas corpus*, de competência originária do Supremo Tribunal Federal.
- b) *habeas data*, de competência originária do Superior Tribunal de Justiça.
- c) mandado de segurança, de competência originária do Superior Tribunal de Justiça.
- d) *habeas data*, de competência originária do Supremo Tribunal Federal.

e) mandado de segurança, de competência originária do Supremo Tribunal Federal.

Comentários:

Segundo o STF, o *habeas data* **não é instrumento idôneo para que se tenha acesso aos autos de processo administrativo**. O *habeas data* é uma ação de caráter personalíssimo, utilizada para se ter acesso a informações relativas à pessoa do impetrante constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

Assim, o remédio constitucional cabível para que se tenha acesso aos autos de processo que tramita no TCU é o mandado de segurança. Cabe destacar que o mandado de segurança contra ato do TCU será **processado e julgado, originariamente, pelo STF** (art. 102, I, alínea “d”, CF/88).

O gabarito é a letra E.

14. (FCC / Procurador de Campinas – 2016) Em tema de Ação Popular, de acordo com a posição prevalecente nos Tribunais Superiores, é correto afirmar:

- a) O Superior Tribunal de Justiça tem admitido, excepcionalmente, a utilização de reconvenção em ação popular, nos casos de indenização por danos morais que tenha como fundamento o exercício abusivo do direito de ação.
- b) Na hipótese de adesão ao pedido autoral pelas pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação, havendo desistência do autor original da ação popular, tais pessoas jurídicas poderão promover sozinhas o prosseguimento da ação.
- c) No Supremo Tribunal Federal prevalece a tese de que a lesão material ao patrimônio público é condição essencial para a propositura de ação popular e para o julgamento de seu mérito.
- d) O Superior Tribunal de Justiça tem admitido que o Poder Público migre para o polo ativo da ação em relação a um ou a alguns dos pedidos cumulados e mantenha-se no polo passivo em relação aos demais. Tem admitido ainda, que o Poder Público migre para o polo ativo da ação mesmo após a apresentação da contestação.
- e) É possível a declaração incidental de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, via ação popular, considerados os efeitos inter partes da sentença que a decide.

Comentários:

Letra A: errada. Reconvenção é uma espécie de **“contra-ataque” do réu**. É uma demanda feita pelo réu contra o autor, dentro do mesmo processo no qual está sendo demandado. O STJ **não vem admitindo reconvenção** no âmbito de ação popular. Segundo o STJ, **“admitir o uso da reconvenção produziria efeito inibitório do manejo desse importante instrumento de cidadania, o que o constituinte procurou arredar, quando isentou o autor das custas processuais e do ônus da sucumbência”**.

Letra B: errada. As pessoas jurídicas de direito público ou privado **cujos atos forem impugnados** em ação popular poderão se abster de contestar o pedido ou mesmo atuar ao lado do autor, desde que isso seja útil ao interesse público. (art. 6º, § 3º, da Lei nº 4.717/65). É uma espécie de “confissão” do ato que foi impugnado pelo autor da ação popular.

Havendo desistência do autor de ação popular, **somente poderão dar prosseguimento o Ministério Público ou algum outro cidadão**. As pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado cujos atos foram impugnados por ação popular não podem, sozinhas, dar prosseguimento à ação.

Letra C: errada. Para a propositura de ação popular, não há necessidade de comprovação de efetivo lesão (dano) material, pecuniário. Basta que fique configurada **ilegalidade do ato impugnado** para que fique caracterizada a lesão.

Letra D: correta. O Poder Público está, inicialmente, no pólo passivo da ação popular. No entanto, admite-se, com fundamento no art. 6º, § 3º, da Lei nº 4.717/65, que o **Poder Público migre para o pólo ativo da ação popular**. É a **translatividade** do sujeito passivo da relação jurídico processual.

§3º - A pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação, poderá abster-se de contestar o pedido, ou poderá atuar ao lado do autor, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal ou dirigente.

No REsp 791.042/PR, o STJ reconheceu, ainda, a possibilidade de que o Poder Público migre para o pólo ativo da ação popular **em relação a um ou a alguns dos pedidos cumulados**, mantendo-se no pólo passivo quanto aos demais.

Letra E: errada. De fato, é possível a declaração incidental de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo no âmbito de ação popular. No entanto, a decisão que julga procedente ação popular terá efeitos *erga omnes*, nos termos do art. 18, da Lei nº 4.717/65:

Art. 18. A sentença terá eficácia de coisa julgada oponível "erga omnes", exceto no caso de haver sido a ação julgada improcedente por deficiência de prova; neste caso, qualquer cidadão poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

O gabarito é a letra D.

15. (FCC / DPE-RR – 2015) Em relação ao mandado de segurança, é INCORRETO afirmar:

- a) Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, qualquer delas poderá requerer o mandado de segurança.
- b) Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade.
- c) Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de decisão judicial transitada em julgado.
- d) Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.
- e) Considera-se autoridade coatora exclusivamente aquela que tenha praticado o ato impugnado.

Comentários:

Letra A: correta. De fato, quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, qualquer uma delas poderá impetrar mandado de segurança (art. 1º, § 3º, Lei nº 12.016/2009).

Letra B: correta. O mandado de segurança visa proteger direito líquido e certo não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*.

Letra C: correta. Não é cabível mandado de segurança contra decisão judicial transitada em julgado (art. 5º, III, Lei nº 12.016/2009).

Letra D: correta. Não será concedido mandado de segurança contra decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo (art. 5º, II, Lei nº 12.016/2009).

Letra E: errada. Autoridade coatora é aquela que **praticou o ato** impugnado ou **de quem emanou a ordem** para a sua prática (art. 6º, §3º, Lei nº 12.016/2009).

16. (FCC / TRE-PB – 2015) A medida judicial que pode ser proposta por qualquer cidadão para suprir omissão regulamentadora que torne inviável o exercício de liberdade constitucional é:

- a) o mandado de segurança.
- b) a ação popular.
- c) o *habeas data*.
- d) o mandado de injunção.
- e) o *habeas corpus*.

Comentários:

O mandado de injunção é o remédio constitucional utilizado para suprir as omissões constitucionais. É utilizado quando a falta de norma regulamentadora estiver inviabilizando o exercício de um direito constitucional. O gabarito é a letra D.

17. (FCC / TCE-PR – 2011) João necessita, com urgência, de uma certidão pública com informações sobre o montante de uma dívida tributária em face do fisco estadual para juntar em um processo judicial. Dirigiu-se à repartição pública competente para solicitá-la, mas foi informado, por funcionário local, de que a repartição estava em reforma e, por esse motivo, a certidão só poderia ser expedida em um prazo mínimo de dois meses. Em face da urgência de João, o remédio constitucional adequado para proteger seus direitos é:

- a) O “habeas data”
- b) A ação popular
- c) O mandado de segurança
- d) O mandado de injunção
- e) A ação civil pública

18. (FCC / TRT 18ª Região – 2014) O sindicato de determinada categoria de empregados, constituído em janeiro de 2013, pretende impetrar mandado de segurança em favor dos direitos de parte de seus associados. No estatuto da entidade, consta a previsão de que cabe ao sindicato atuar em juízo para a

defesa dos interesses de seus associados e, por esse motivo, o sindicato não pretende obter autorização específica deles para o ajuizamento da ação. Ademais, a defesa do direito que será sustentado está dentre os objetivos do sindicato e não prejudicará os interesses de qualquer associado. Nessa situação, o sindicato,

a) não poderá impetrar mandado de segurança, uma vez que será necessária a autorização específica e expressa dos associados, embora o mandado de segurança pudesse ser impetrado em defesa de apenas uma parte deles.

b) não poderá impetrar mandado de segurança, uma vez que não pode defender apenas uma parte dos associados, ainda que seja desnecessária a autorização específica deles para que a ação seja proposta.

c) não poderá impetrar mandado de segurança, uma vez que a entidade foi constituída há pouco mais de um ano, não preenchendo o requisito temporal para que possa ingressar em juízo em defesa de seus associados.

d) não poderá impetrar mandado de segurança, uma vez que apenas partido político com representação no Congresso Nacional e entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano têm legitimidade para propor mandado de segurança coletivo.

e) poderá impetrar mandado de segurança, ainda que para a defesa dos direitos de parte dos associados e mesmo sem deles obter autorização específica, não sendo a data de constituição do sindicato um óbice ao ajuizamento da ação.

Comentários:

Letra A: errada. No mandado de segurança coletivo ocorre a chamada **substituição processual**: o interesse invocado pertence aos associados, mas quem é parte do processo é o impetrante (o sindicato), que não precisa de autorização expressa dos titulares do direito para agir.

Letra B: errada. O STF entende que os direitos defendidos por meio do mandado de segurança coletivo não precisam se referir a todos os membros do sindicato. Podem referir-se apenas a parte deles.

Letra C: errada. O inciso LXX do art. 5º da Constituição Federal determina que o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

- a) partido político com representação no Congresso Nacional;
- b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

A exigência de um ano de constituição e funcionamento da alínea “b” aplica-se apenas às associações, jamais às entidades sindicais e de classe. As organizações sindicais e entidades de classe podem impetrar mandado de segurança coletivo mesmo que estejam funcionando há menos de 1 ano.

Letra D: errada. Os sindicatos também são legitimados a propor mandado de segurança coletivo.

Letra E: correta. O sindicato poderá impetrar mandado de segurança coletivo mesmo sem autorização dos associados. Destaque-se que é possível, no entendimento do STF, a defesa de direitos de apenas parte dos associados.

19. (FCC / DPE-RS – 2014) Com relação aos direitos individuais e aos mecanismos para sua proteção - garantias ou remédios constitucionais -, é correto afirmar:

- a) Quando negada por uma repartição pública uma certidão que se faz necessária para a defesa de direitos pessoais é cabível a impetração de mandado de segurança.
- b) No que se refere à legitimidade ativa, tem-se que pessoa jurídica não pode impetrar *habeas data*.
- c) O mandado de segurança poderá ser proposto concomitantemente com o *habeas data* versando sobre o mesmo fato e matéria.
- d) A ação popular, para ser proposta, pressupõe exclusivamente a prova da ilegalidade do ato e da condição de cidadão do autor.
- e) O *habeas data* exige, para seu ajuizamento, o prévio esgotamento de todos os meios administrativos e jurídicos de prevenção ou repressão aos atos ilegais contrários ao direito da pessoa de obter os dados inerentes a sua pessoa que constam de cadastros de bancos de dados.

Comentários:

Letra A: correta. A negativa de expedição de certidão é um fato que se amolda aos requisitos constitucionais para a impetração de mandado de segurança: trata-se de um ato comissivo ou omissivo de uma autoridade pública, cometido com ilegalidade ou com abuso de poder, com lesão ou ameaça de lesão e que nega um direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, que qualquer pessoa possui de requisitar certidões para a defesa de direitos pessoais. Vale ressaltar que o *habeas data* serve para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante que constam em um banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público. O caso faz alusão direta ao art. 5º, XXXIV, alínea "b", não se relacionando ao emprego de *habeas data*.

Letra B: errada. Não há qualquer vedação ou impedimento para que uma pessoa jurídica possa impetrar *habeas data*.

Letra C: errada. O art. 5º, LXIX, deixa claro que o mandado de segurança se volta a proteger direito líquido e certo não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*. Logo, se cabível *habeas data*, torna-se inviável a utilização do mandado de segurança.

Letra D: errada. O requisito constitucional para a propositura da ação popular é a existência de um ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe. A CF/88 não exige a prova da ilegalidade do ato. Por outro lado, é sim necessária a condição de cidadão para legitimar sua propositura.

Letra E: errada. Há que se ter o esgotamento da via administrativa para viabilizar o *habeas data*. Como a alternativa fala também em meios jurídicos de prevenção, a alternativa está errada.

O gabarito é a letra A.

20. (FCC / Técnico do Seguro Social – 2012) A garantia individual adequada para alguém que sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, é:

- a) O mandado de segurança.
- b) O *habeas data*.

- c) A ação civil pública.
- d) O *habeas corpus*.
- e) O mandado de injunção.

Comentários:

O remédio constitucional adequado para a proteção da liberdade de locomoção é o “*habeas corpus*”, com base no art. 5º, XVIII, da Constituição. A letra D é o gabarito da questão.

21. (FCC / TRE-SP – 2012) Na hipótese de um indivíduo estar impossibilitado de exercer um direito que lhe é assegurado pela Constituição, em função da ausência de norma regulamentadora, cuja elaboração é de competência do Congresso Nacional, poderá o interessado valer-se de:

- a) mandado de segurança, de competência originária do Supremo Tribunal Federal.
- b) *habeas data*, de competência originária do Supremo Tribunal Federal.
- c) *habeas data*, de competência originária do Superior Tribunal de Justiça.
- d) mandado de injunção, de competência originária do Supremo Tribunal Federal.
- e) mandado de injunção, de competência originária do Superior Tribunal de Justiça.

Comentários:

O remédio a ser usado pelo indivíduo, nesse caso, é o mandado de injunção (art. 5º, LXXI, CF). No que se refere à competência para julgá-lo, como o órgão inerte é o Congresso Nacional, esta será do STF. A letra D é o gabarito da questão.

22. (FCC / TCE-GO – 2009) Sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, será concedido:

- a) *habeas data*.
- b) *habeas corpus*.
- c) mandado de segurança.
- d) pedido liminar em ação popular.
- e) mandado de injunção

Comentários:

Determina a Carta Magna que conceder-se-á “*habeas-corpus*” sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder. Portanto, o gabarito é a letra B.

23. (FCC / TRF 5ª Região – 2008) É direito e garantia fundamental do cidadão que está sofrendo violência em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, se valer do:

- a) *habeas corpus*.

- b) mandado de segurança.
- c) mandado de injunção.
- d) habeas data.
- e) juízo ou tribunal de exceção.

Comentários:

Para proteção contra violência em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, o indivíduo poderá se valer do “*habeas corpus*”. O gabarito é a letra A.

24. (FCC / TCE-AM – 2007) Ameaça ou ato lesivo à liberdade de locomoção podem ser combatidos judicialmente por:

- a) mandado de segurança.
- b) mandado de injunção.
- c) habeas corpus.
- d) habeas data.
- e) ação popular.

Comentários:

A ameaça ou o ato lesivo à liberdade de locomoção podem, como vimos, ser combatidos judicialmente por *habeas corpus*. A letra C é o gabarito da questão.

25. (FCC / DPE-SP – 2010) Dentre os requisitos constitucionalmente estabelecidos para o cabimento do mandado de segurança inclui-se:

- a) Ameaça à liberdade de locomoção.
- b) Ausência de norma regulamentadora de direitos e liberdades constitucionais.
- c) Recusa de fornecimento de informações constantes de bancos de dados do governo relativas ao lesado.
- d) Ato lesivo, desde que, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
- e) Ofensa a direito líquido e certo do lesado, não amparado por habeas corpus ou habeas data.

Comentários:

É requisito para a impetração de mandado de segurança a ofensa a direito líquido e certo do lesado, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*. Trata-se, como vimos, de remédio constitucional residual. A alternativa correta, portanto, é a letra E.

26. (FCC / TRE-MG – 2005) No mandado de segurança preventivo:

- a) inexistência da aplicação do prazo decadencial de cento e vinte dias.
- b) o prazo para a impetração é de cento e vinte dias e de natureza prescricional.

- c) o impetrante terá cento e oitenta dias para a impetração e o prazo é decadencial.
- d) o prazo para a impetração é de cento e vinte dias, podendo ocorrer sua suspensão ou interrupção.
- e) também incide o prazo prescricional de cento e vinte dias.

Comentários:

No mandado de segurança **preventivo, não há prazo decadencial** de cento e vinte dias. A razão é lógica: se não há, ainda, um ato a ser impugnado, como se poderia cogitar de decadência? Seria impossível delimitar um termo inicial para a contagem do prazo decadencial. A letra A, portanto, é o gabarito da questão.

27. (FCC / TRT 2ª Região – 2004) Eu e mais três pessoas fomos aprovados nos quatro primeiros lugares em concurso público para provimento de cargo inicial de carreira no serviço público. Tomamos conhecimento pelo Diário Oficial de que o quinto classificado foi nomeado hoje. Fomos avisados pela Administração que seremos nomeados nos próximos dias. Nesse caso, se não nos conformarmos com a situação, poderemos impetrar um:

- a) mandado de segurança coletivo.
- b) mandado de injunção.
- c) habeas corpus.
- d) mandado de segurança.
- e) habeas data.

Comentários:

Entende o STF que há direito líquido e certo à nomeação quando um candidato aprovado numa classificação posterior é nomeado em detrimento daqueles que se encontram nas primeiras colocações. Portanto, uma vez que houve **violação desse direito líquido e certo**, o remédio constitucional adequado para a situação é o mandado de segurança. A letra D é o gabarito.

28. (FCC / TRE-AP – 2011) Segundo a Constituição Federal, o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação:

- a) no mínimo em dez Municípios localizados num único Estado.
- b) na Câmara de Vereadores do Município onde está localizada sua sede.
- c) na Assembleia Legislativa do Estado onde está localizada sua sede.
- d) no mínimo com três Assembleias Legislativas de três Estados.
- e) no Congresso Nacional.

Comentários:

O mandado de segurança coletivo, segundo a Constituição, pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional. A letra E é a alternativa correta.

29. (FCC / TRE-AP – 2011) Está legitimada a impetrar mandado de segurança coletivo em defesa dos interesses de seus associados, a associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos:

- a) dez meses.
- b) seis meses.
- c) um ano.
- d) quatro meses.
- e) nove meses.

Comentários:

A questão é pura “decoreba”! Determina a CF/88 que está legitimada a impetrar mandado de segurança coletivo em defesa dos interesses de seus associados, a associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano. O gabarito é a letra C.

30. (FCC / TRF 2ª Região – 2007) O mandado de segurança coletivo poderá ser impetrado por:

- a) organização sindical legalmente constituída e em funcionamento há no mínimo dez meses, em defesa dos interesses de seus membros.
- b) partido político com ou sem representação no Congresso Nacional.
- c) associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus associados.
- d) entidade de classe legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos seis meses, em defesa dos interesses de seus membros.
- e) um grupo de dez deputados federais e dez senadores, em nome do Congresso Nacional.

Comentários:

O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por (art. 5º, LXX, CF):

- a) partido político com representação no Congresso Nacional;
- b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

A letra C é o gabarito.

31. (FCC / TRT 20ª Região – 2002) Uma associação civil, regularmente constituída e em funcionamento há mais de um ano, caso tenha um direito líquido e certo seu violado, de modo ilegal e abusivo, por ato de autoridade pública, tem como remédio constitucional apropriado para sua defesa:

- a) ação civil pública.
- b) mandado de segurança.
- c) mandado de segurança coletivo.

- d) ação popular.
- e) mandado de injunção.

Comentários:

A associação constituída e em funcionamento há mais de um ano pode impetrar mandado de segurança coletivo apenas para **defesa dos interesses de seus associados**. No caso em análise, como se trata de defesa de direito líquido e certo **seu** violado, o remédio constitucional adequado é o mandado de segurança. A letra B é o gabarito.

32. (FCC / TJ-PI – 2009) Conceder-se-á mandado de injunção:

- a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.
- c) sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- d) sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

Comentários:

O mandado de injunção é o instrumento adequado para suprir a falta de norma regulamentadora que torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania. Portanto, a alternativa correta é a letra D.

33. (FCC / TRT 8ª Região – 2010) A empresa pública federal Y inscreveu os dados de Tício no órgão de proteção ao crédito governamental, sendo que ele, ao ter acesso às informações no banco de dados, notou que estavam incorretas. Para retificar as informações restritivas Tício terá que:

- a) impetrar mandado de injunção.
- b) impetrar habeas data.
- c) impetrar mandado de segurança repressivo.
- d) impetrar mandado de segurança preventivo.
- e) propor ação popular.

Comentários:

O “*habeas data*” é o instrumento adequado para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo. A alternativa correta, portanto, é a B.

34. (FCC / TJ-PA – 2009) Um cidadão pretende ter assegurado o conhecimento de informações relativas à sua pessoa, constantes de registros de determinada entidade governamental. Para isso, a Constituição Federal garante a ele a impetração de:

- a) ação popular.
- b) habeas corpus.
- c) mandado de segurança.
- d) mandado de injunção.
- e) habeas data.

Comentários:

Determina a Constituição que o habeas data é o instrumento adequado para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público. O gabarito, portanto, é a letra E.

35. (FCC / TRF 2ª Região – 2007) Conceder-se-á habeas data para:

- a) anular ato lesivo à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
- b) anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe.
- c) assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constante de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- d) proteção de bens e direitos de valor artístico, estético, turístico e paisagístico.
- e) reparar lesões à ordem econômica, urbanística e à economia popular, bem como a qualquer interesse difuso ou coletivo.

Comentários:

Nos casos expostos nas letras A, B e D, o remédio constitucional adequado para a anulação dos atos é a ação popular. Veja o que dispõe o art. 5º, LXXIII, da Constituição:

LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor **ação popular** que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

Já no que se refere ao "*habeas data*", reza a CF/88 (art. 5º, LXXIII) que este será concedido:

- a) Para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
- b) Para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

Portanto, a letra C é o gabarito.

36. (FCC / TRT 20ª Região – 2011) Com o fim de instalar fábrica de válvulas para venda no mercado consumidor da região, a empresa BBBOY licitamente iniciou o desmatamento de parte da floresta existente em sua propriedade munida de prévias autorizações dos órgãos competentes. Isidoro, cidadão

brasileiro, dono da empresa IAIEE que até então era a única fabricante de válvulas na região, ficou temeroso com a futura queda do faturamento da sua empresa quando sua concorrente terminasse as instalações da fábrica. Então, Isidoro propôs ação popular visando anular ato lesivo ao meio ambiente sob a falsa alegação de que as licenças de desmatamento expedidas pelos agentes administrativos teriam sido obtidas pela empresa BBBOY mediante o pagamento de propina. De acordo com a Constituição Federal, Isidoro:

- a) é parte legítima para propor ação popular e se, comprovada a sua má-fé, será condenado ao pagamento das custas judiciais e dos ônus da sucumbência.
- b) deveria ter ingressado com habeas data ao invés de ação popular, que será extinta e ele será condenado nas penas por litigância de má-fé.
- c) é parte ilegítima para propor ação popular e será condenado ao pagamento das custas processuais e do ônus da sucumbência independentemente de má-fé.
- d) é parte ilegítima para propor ação popular e só será condenado ao pagamento das custas processuais e do ônus da sucumbência se provada a sua má-fé.
- e) é parte ilegítima para propor ação popular porque é sócio de pessoa jurídica concorrente da empresa BBBOY, sendo manifesto o seu interesse na interrupção do processo de instalação da fábrica.

Comentários:

Como cidadão, Isidoro é parte legítima para propor ação popular. Se comprovada sua má-fé (já que é concorrente da empresa BBBOY), será condenado ao pagamento das custas judiciais e dos ônus da sucumbência. Questão bem elaborada! Gostei dela! E você? O gabarito é a letra A.

37. (FCC / TRT 23ª Região – 2011) Cassio tomou conhecimento que a praça pública próxima à sua residência será fechada por interesses escusos, posto que no terreno, cuja propriedade foi transferida ilegalmente para o particular, será erguido um complexo de edifícios de alto padrão, que beneficiará o Prefeito Municipal com um apartamento. Segundo a Constituição Federal, visando anular o ato lesivo que teve notícia, Cassio poderá propor:

- a) ação de arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- b) mandado de injunção.
- c) mandado de segurança.
- d) habeas data.
- e) ação popular.

Comentários:

Trata-se de ato lesivo ao patrimônio público e à moralidade administrativa, cuja anulação é possível por ação popular. A letra E é a alternativa correta da questão.

38. (FCC / TCE-SP – 2011) Um cidadão brasileiro, habitante da Região Metropolitana de São Paulo, pretende questionar a realização de gastos efetuados pela Prefeitura da capital paulista com a locomoção e hospedagem de funcionários participantes de evento sediado no Município em que reside, organizado para promover a discussão de políticas públicas de integração dos Municípios da referida região. Nessa hipótese, em tese, o interessado:

- a) nada poderia fazer, por não estar legitimado a questionar gastos efetuados por órgãos integrantes da gestão de Município diverso do de sua residência.
- b) deveria representar ao Ministério Público estadual, para que este promovesse a responsabilidade civil e criminal dos agentes públicos envolvidos, por meio de ação civil pública.
- c) estaria legitimado a ajuizar ação popular, ficando isento de custas judiciais e dos ônus da sucumbência, salvo comprovada má-fé.
- d) deveria representar ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, para que este apurasse a regularidade dos gastos efetuados pela Prefeitura da capital e, se o caso, aplicasse sanções aos agentes responsáveis.
- e) nada poderia fazer, por ser legítima a realização de despesas para os fins pretendidos pela administração do Município de São Paulo.

Comentários:

Trata-se de ato lesivo ao patrimônio público e à moralidade administrativa, cuja anulação é possível por ação popular. O enunciado fala, também, que o interessado é um **cidadão**, legitimado a impetrar esse tipo de ação. A letra C é a alternativa correta da questão.

39. (FCC / TCE-GO – 2009) Ato lesivo ao patrimônio público e ao meio ambiente, praticado por entidade integrante da Administração Pública, poderá ser anulado, judicialmente, por meio de:

- a) mandado de injunção impetrado por partido político.
- b) ação popular proposta por qualquer cidadão.
- c) habeas data impetrado por organização sindical, na defesa dos interesses de seus membros.
- d) mandado de segurança coletivo impetrado pelo Ministério Público.
- e) habeas corpus impetrado por qualquer indivíduo.

Comentários:

O instrumento adequado para anulação, judicialmente, de ato lesivo ao patrimônio público e ao meio ambiente, praticado por entidade integrante da Administração Pública, é a ação popular. A letra B é a alternativa correta.

40. (FCC / MPE-SE – 2009) O cidadão que pretenda questionar ato considerado lesivo à moralidade administrativa, praticado pelo Prefeito do Município em que reside, pleiteando sua anulação,

- a) poderá ajuizar habeas data, assegurada a gratuidade da ação, por se tratar de ato considerado necessário ao exercício da cidadania.

- b) tem legitimidade para propor ação popular, ficando isento de custas judiciais e ônus da sucumbência, salvo comprovada má-fé.
- c) deverá representar ao Ministério Público para o ajuizamento de ação civil pública, por falta-lhe legitimidade para agir diante da ausência de prejuízo pessoal.
- d) poderá valer-se de mandado de segurança coletivo, em defesa do interesse público subjacente à demanda, desde que munido de prova pré constituída da situação alegada em juízo.
- e) deverá valer-se da Defensoria Pública para a promoção de representação de inconstitucionalidade do ato perante o Tribunal de Justiça estadual.

Comentários:

O instrumento a ser usado pelo **cidadão** para questionar ato considerado lesivo à moralidade administrativa é a ação popular. Nesse caso, há isenção de custas judiciais e ônus de sucumbência, salvo comprovada má-fé. A letra B é o gabarito da questão.

QUESTÕES COMENTADAS

Remédios Constitucionais

1. (FGV/SEFAZ-AM - 2022) João, pessoa com deficiência, compareceu à Secretaria de Assistência Social do Município Alfa e solicitou o acesso ao seu cadastro. Ato contínuo, constatou que seus dados estavam incorretos, principalmente em relação à sua deficiência, o que o impedia de participar dos programas assistenciais existentes.

Ao solicitar a retificação dos seus dados, foi surpreendido com a negativa do Diretor, sob o argumento escrito de que não estavam sendo apreciados requerimentos de pessoas não filiadas ao mesmo partido político do Prefeito Municipal. A decisão foi mantida, pelo próprio Prefeito, após a interposição do recurso hierárquico cabível.

Por entender que a decisão era manifestamente ilegal, havendo prova pré-constituída de sua existência, João consultou um(a) advogado(a) a respeito da ação constitucional passível de ser ajuizada. O(A) advogado(a) respondeu, corretamente, que a referida ação é:

- a) o mandado de segurança ou o habeas data, conforme a livre escolha de João.
- b) o mandado de segurança.
- c) o direito de petição.
- d) o habeas data.
- e) a reclamação.

Comentários:

A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão.

O enunciado traz que João, pessoa com deficiência, compareceu à Secretaria de Assistência Social do Município Alfa e solicitou o acesso ao seu cadastro. Ato contínuo, constatou que seus dados estavam incorretos. Ao solicitar a retificação dos seus dados, foi surpreendido com a negativa do Diretor.

Questionamento: Qual seria a medida judicial cabível?

De acordo com o art 5º, LXXII - conceder-se-á "**habeas-data**":

- a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
- b) **para a retificação de dados**, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

2. (FGV/TJ-MS - 2022) Alfa, Associação de Defesa das Pessoas com Deficiência, em atuação na esfera territorial do Estado Beta e que há uma década defende os interesses das pessoas com deficiência, constatou que determinado direito social consagrado na Constituição da República de 1988 não fora objeto de regulamentação pela legislação infraconstitucional. Esse estado de coisas impedia a sua fruição pelos destinatários em potencial, incluindo os seus associados. Por tal razão, decidiu impetrar mandado

de injunção coletivo para que a omissão fosse suprida. De acordo com essa narrativa, é correto afirmar que Alfa:

- a) não tem legitimidade para impetrar o mandado de injunção coletivo, pois sua atuação não é nacional;
- b) não tem legitimidade para impetrar o mandado de injunção coletivo, já que o direito social a ser regulamentado abrange outros destinatários;
- c) tem legitimidade para impetrar o mandado de injunção coletivo, embora o direito social também pertença a outros destinatários e não tenha autorização especial;
- d) não tem legitimidade para impetrar o mandado de injunção coletivo, cabível apenas se o direito a ser regulamentado pertencer a uma coletividade indeterminada de pessoas;
- e) tem legitimidade para impetrar o mandado de injunção coletivo, apesar de o direito social alcançar outros destinatários, sendo ainda exigida uma autorização especial.

Comentários:

A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão.

A Questão cobrou do candidato o conhecimento sobre o remédio constitucional **mandado de injunção**.

O art. 5º, LXXI ensina que conceder-se-á mandado de injunção sempre que a **falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania**.

Por sua vez, o art. 12 da Lei nº 13.300/2016 tem a seguinte redação:

Art. 12. O mandado de injunção coletivo pode ser promovido:

III - por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos 1 (um) ano, para assegurar o exercício de direitos, liberdades e prerrogativas em favor da totalidade ou de parte de seus membros ou associados, na forma de seus estatutos e desde que pertinentes a suas finalidades, dispensada, para tanto, autorização especial.

Considerando a legislação supracitada, bem como o caso concreto apresentado pela questão, verifica-se que, Alfa, Associação de Defesa das Pessoas com Deficiência, com mais de 01 (um) ano em funcionamento, **tem legitimidade para impetrar o mandado de injunção coletivo**, embora o direito social também pertença a outros destinatários e não tenha autorização especial.

3. (FGV/MP-GO - 2022) Antônio e João travaram intenso debate a respeito da inconstitucionalidade por omissão, em razão da infração ao dever constitucional de legislar, e dos instrumentos passíveis de serem utilizados, pelos legitimados, para obterem um provimento jurisdicional que integre a eficácia da norma constitucional, não se limitando a comunicar a omissão ao Poder Legislativo. Ao final, concluíram que: (I) a ação direta de inconstitucionalidade por omissão não pode ser utilizada com esse objetivo; (II) o mandado de injunção pode ser utilizado com esse objetivo, qualquer que seja a natureza da omissão; e (III) a superveniência de norma regulamentadora, mais favorável, sempre produzirá efeitos ex nunc em relação aos beneficiados por decisão transitada em julgado proferida em sede de mandado de injunção. Nesse caso, é correto afirmar que

- a) nenhuma conclusão está certa.
- b) todas as conclusões estão certas.

- c) apenas as conclusões I e II estão certas.
- d) apenas as conclusões I e III estão certas.
- e) apenas as conclusões II e III estão certas.

Comentários:

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão.

A conclusão I está equivocada, uma vez que tanto o Mandado de Injunção quanto a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão são utilizados mediante inércia legislativa.

Veja o art. 12-H, §1º, da Lei nº 8.968/99:

Art. 12-H. Declarada a inconstitucionalidade por omissão, com observância do disposto no art. 22, será dada ciência ao poder competente para a adoção das providências necessárias.

A conclusão II, também está equivocada, pois o mandado de injunção pode ser utilizado com esse objetivo, porém precisamos analisar a natureza da omissão.

Art. 5º, LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

Por fim, a conclusão III, também está equivocada, visto que a superveniência de norma regulamentadora, mais favorável, produz efeitos *ex nunc*, exceto se a aplicação da norma editada lhes for mais favorável. Ou seja, não é sempre que a superveniência de norma regulamentadora mais favorável produzirá efeitos *ex nunc*.

Veja o art. 11 da Lei 13.300/16:

Art. 11. A norma regulamentadora superveniente produzirá efeitos *ex nunc* em relação aos beneficiados por decisão transitada em julgado, salvo se a aplicação da norma editada lhes for mais favorável.

Parágrafo único. Estará prejudicada a impetração se a norma regulamentadora for editada antes da decisão, caso em que o processo será extinto sem resolução de mérito.

4. (FGV/PM-RJ - 2021) Maria tomou conhecimento, por intermédio de um amigo, servidor público, que as informações existentes em determinada repartição estadual a seu respeito estavam totalmente dissociadas da realidade.

Com base na informação que recebera do amigo, Maria ajuizou a ação constitucional de habeas data, formulando o pedido de retificação dos dados.

Considerando as normas vigentes, é correto afirmar que a ação ajuizada por Maria

- a) é adequada ao objetivo almejado, devendo ser julgado procedente o pedido formulado.
- b) não deve ser conhecida, já que o requerimento de retificação não foi previamente formulado e indeferido, ou não conhecido, no plano administrativo.

- c) não deve ser conhecida, pois a incorreção das informações caracteriza afronta a direito líquido e certo de Maria, devendo ser tutelado via mandado de segurança.
- d) não deve ser reconhecida, pois a incorreção das informações caracteriza afronta à legalidade administrativa, devendo ser corrigida exclusivamente pelo direito de petição.
- e) apenas será conhecida se o Poder Público, uma vez notificado dos termos da demanda, deixar de apresentar, no prazo indicado, certidão comprovando a retificação dos dados.

Comentários:

A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão.

A Constituição Federal ensina que:

Art. 5º, LXXII - conceder-se-á "habeas-data":

- a)** para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
- b)** para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

Por sua vez, a jurisprudência do STJ entende que o *habeas data* só é cabível se antes disso o cidadão solicitar o acesso a dados pessoais a um órgão público e esse órgão se negar a disponibilizar os dados. Sem essa recusa prévia, o pedido de habeas data é negado.

5. (FGV / Prefeitura de Salvador – 2019) Anastácio, brasileiro nato, após completar dezoito anos de idade, alistou-se como eleitor junto ao órgão competente da Justiça Eleitoral.

À luz da sistemática constitucional afeta aos direitos e garantias fundamentais, a condição de eleitor de Anastácio era imprescindível para que ele pudesse ajuizar

- a) mandado de segurança.
- b) mandado de injunção.
- c) *habeas corpus*.
- d) ação popular.
- e) *habeas data*.

Comentários:

A condição de eleitor de Anastácio era fundamental para que ele pudesse ajuizar ação popular. Nos termos do art. 5º, LXXIII, da Constituição:

LXXIII - qualquer **cidadão** é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência (...).

O gabarito é a letra D.

6. (FGV / DPE-RJ – 2019) João requereu a matrícula do seu filho de dez anos em determinada escola pública, o que foi indeferido pelo respectivo diretor, por escrito, de modo arbitrário, ilegal e sem qualquer fundamentação.

Considerando a sistemática constitucional, o instrumento constitucional passível de ser utilizado para se obter a matrícula do filho de João, que teve o seu direito líquido e certo à educação violado, é:

- a) o “habeas data”;
- b) o “habeas corpus”;
- c) o mandado de injunção;
- d) o mandado de segurança;
- e) a reclamação constitucional.

Comentários:

O instrumento constitucional adequado para proteger o direito líquido e certo de obtenção da matrícula do filho de João em escola pública é o mandado de segurança. Segundo o inciso LXIX do art. 5º da Constituição, “conceder-se-á mandado de segurança para **proteger direito líquido e certo**, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, **quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública** ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público”. O gabarito é a letra D.

7. (FGV / DPE-RJ – 2019) Joana, Prefeita Municipal, praticou diversos ilícitos em detrimento do respectivo Município, os quais redundaram em dano ao patrimônio público.

Maria, cidadã brasileira, economicamente hipossuficiente, procurou a Defensoria Pública e informou que desejava ajuizar a ação constitucional cabível para obter, de Joana, o ressarcimento dos danos causados ao patrimônio público.

Essa ação é:

- a) a ação penal;
- b) a ação popular;
- c) o mandado de segurança;
- d) a ação coletiva;
- e) a ação difusa.

Comentários:

A ação adequada para esse fim é a ação popular, que pode ser proposta pelo **cidadão** para anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à **moralidade administrativa** (art. 5º, LXXIII, CF). O gabarito é a letra B.

8. (FGV / TJ-SC – 2018) Pedro, cidadão brasileiro, tomou conhecimento de que determinado administrador público estava praticando atos lesivos ao patrimônio público. Por considerar absurda essa situação, procurou um advogado e solicitou informações a respeito da medida que poderia adotar para postular a anulação desses atos.

À luz da narrativa acima e da sistemática constitucional, o advogado respondeu, corretamente, que Pedro:

- a) não poderia adotar nenhuma medida pessoalmente;
- b) poderia ajuizar uma reclamação constitucional;
- c) poderia impetrar mandado de segurança;
- d) poderia impetrar mandado de injunção;
- e) poderia ajuizar uma ação popular.

Comentários:

Pedro é cidadão brasileiro e, por isso, poderá ajuizar ação popular para anular os atos praticados pelo administrador público. Nos termos do art. 5º, LXXIII, da Constituição, qualquer **cidadão** é parte legítima para propor ação popular que **visse a anular ato lesivo ao patrimônio público** ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência. O gabarito é a letra E.

9. (FGV / Câmara Municipal de Salvador–Analista Legislativo – 2018) José, brasileiro, que completaria 18 anos amanhã e nunca tinha votado em uma eleição, era muito crítico em relação aos atos lesivos ao patrimônio público praticados por alguns agentes públicos. Por tal razão, procurou um advogado e perguntou o que poderia ser feito para anular esses atos.

À luz da sistemática constitucional, José poderia ajuizar:

- a) ação popular, o que pode ser feito por qualquer brasileiro nato ou naturalizado;
- b) ação de improbidade, desde que seja elegível para cargo eletivo;
- c) ação popular, o que pode ser feito por qualquer brasileiro nato, não pelo naturalizado;
- d) ação de improbidade, desde que seja considerado cidadão brasileiro;
- e) ação popular, o que exige o seu prévio alistamento como eleitor.

Comentários:

O remédio constitucional adequado para anular atos lesivos ao patrimônio público é a ação popular, que pode ser ajuizada por **qualquer cidadão**. Vejamos o que dispõe o inciso LXXIII do art. 5º da Constituição:

Art. 5º, LXXIII, CF - **qualquer cidadão** é parte legítima para propor **ação popular** que vise a anular ato lesivo ao **patrimônio público** ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

Segundo a Lei 4.717, de 1965, que regula a ação popular, para que haja legitimidade a propor a ação, é necessário o prévio alistamento do autor como eleitor:

Art. 1º, § 3º, Lei 4.717/65 - A prova da cidadania, para ingresso em juízo, será feita com o **título eleitoral, ou com documento que a ele corresponda.**

O gabarito é a letra E.

10. (FGV / AL-RO – 2018) João almejava ter conhecimento das informações de ordem tributária, relativas aos tributos municipais que pagou na condição de contribuinte, as quais se encontravam em poder do Município Alfa. Para tanto, formulou requerimento endereçado ao Secretário Municipal de Fazenda, que o denegou, por escrito, sob o argumento de se tratar de informação sigilosa.

Irresignado com o indeferimento, João procurou seu advogado, o qual informou que o instrumento constitucional, previsto no rol dos direitos e garantias fundamentais, adequado à solução do seu problema, é

- a) o mandado de segurança.
- b) o mandado de injunção.
- c) o direito de petição.
- d) o *habeas data*.
- e) a reclamação.

Comentários:

João deverá impetrar “habeas data”, remédio constitucional adequado para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público (art. 5º, LXXII, “a”, CF). O gabarito é a letra D.

11. FGV / MPE-AL – 2018) Maria estava impossibilitada de exercer um direito constitucional inerente à sua cidadania, em razão da ausência de norma regulamentadora.

O instrumento constitucional a ser utilizado por Maria, devidamente representada por profissional habilitado, visando à proteção dos seus interesses, é o

- a) mandado de segurança.
- b) mandado de injunção.
- c) direito de petição.
- d) habeas corpus.
- e) habeas data.

Comentários:

O remédio constitucional adequado para Maria é o **mandado de injunção**. Nos termos do art. 5º, LXXI, da Constituição, conceder-se-á mandado de injunção sempre que a **falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos** e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à **cidadania**. O gabarito é a letra B.

12. (FGV / SEFIN-RO–Contador – 2018) Eraldo, após preencher os requisitos exigidos para a fruição de determinado direito social perante o Poder Público, compareceu à repartição competente e formulou o respectivo requerimento.

Apesar de ter apresentado todos os documentos exigidos, o que foi reconhecido pela autoridade competente, o seu pedido foi indeferido de maneira arbitrária, sem qualquer fundamentação.

À luz da sistemática constitucional e da desnecessidade de ser produzida qualquer outra prova que não a documental, é correto afirmar que o instrumento mais adequado à tutela do direito de Eraldo, perante o Poder Judiciário, é o

- a) habeas data.
- b) mandado de injunção.
- c) direito de petição.
- d) mandado de segurança.
- e) mandado de fruição.

Comentários:

O remédio constitucional adequado à tutela do direito de Eraldo é o **mandado de segurança**, uma vez que se trata de direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data* (uma vez que se trata de direito social), indeferido arbitrariamente por autoridade pública. Relembremos o que dispõe o inciso LXIX do art. 5º da Constituição:

Art. 5º, LXIX, CF - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público (...).

O gabarito é a letra D.

13. (FGV / COMPESA – 2016) Ednaldo soube por um amigo que determinada empresa pública estadual mantinha em seu poder diversas informações, relativas à sua pessoa, que seriam incorretas. Ato contínuo procurou um advogado e solicitou esclarecimentos de como deveria proceder para retificar os dados incorretos.

À luz da sistemática constitucional brasileira, assinale a afirmativa correta.

- a) Ednaldo deve impetrar um mandado de segurança, quer tenha solicitado a retificação dos dados à autoridade administrativa, quer não.
- b) Ednaldo deve impetrar um mandado de segurança, desde que tenha solicitado a retificação dos dados à autoridade administrativa e tal tenha sido negado.
- c) Ednaldo deve impetrar um mandado de injunção, de modo que o tribunal competente fixe os balizamentos a serem observados na correção dos dados.
- d) Ednaldo deve impetrar um *habeas data*, que pressupõe a apresentação de prova do indeferimento administrativo do pedido de retificação.
- e) Ednaldo deve impetrar um *habeas data*, que independe da formulação de prévio requerimento de retificação na esfera administrativa.

Comentários:

Segundo o art. 5º, LXXII, será **concedido habeas data** em 2 (duas) hipóteses: **i)** para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados

de entidades governamentais ou de caráter público e; ii) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

A impetração de *habeas data* depende da **prévia negativa da Administração**, ou seja, pressupõe a apresentação de prova do indeferimento administrativo do pedido de retificação.

O gabarito é a letra D.

14. (FGV / IBGE – 2016) De acordo com o texto da Constituição da República de 1988 e com a doutrina de Direito Administrativo, o mandado de segurança é:

- a) ação de fundamento constitucional pela qual se torna possível proteger o direito líquido e certo do interessado contra ato do Poder Público ou de agente de pessoa privada no exercício de função delegada;
- b) remédio constitucional cabível quando houver falta de norma regulamentadora que torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;
- c) meio processual previsto na Constituição para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
- d) instrumento constitucional à disposição de qualquer cidadão que visa a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural;
- e) demanda de ordem constitucional à disposição de qualquer cidadão para a restituição da verdade sobre fato juridicamente relevante com a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

Comentários:

Letra A: correta. O **mandado de segurança** é remédio constitucional que tem como objetivo proteger direito líquido e certo não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*.

Letra B: errada. O remédio constitucional utilizado para combater as omissões inconstitucionais é o **mandado de injunção**.

Letra C: errada. O remédio constitucional que busca assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante é o **habeas data**.

Letra D: errada. A **ação popular** pode ser proposta por qualquer cidadão, buscando anular ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico-cultural.

Letra E: errada. A retificação de dados relativos à pessoa do impetrante pode ser feita por **habeas data**.

O gabarito é a letra A.

15. (FGV / DPE-RO–Oficial de Diligência – 2015) Dentre as garantias fundamentais, a Constituição da República Federativa do Brasil previu a existência do habeas data. Esse instrumento pode ser utilizado para:

- a) proteger direito líquido e certo;
- b) retificar dados;

- c) proteger a liberdade de locomoção;
- d) permitir o exercício de direitos ainda não regulamentados;
- e) assegurar o direito à liberdade de expressão.

Comentários:

Segundo o art. 5º, LXXII, CF/88, o *habeas data* será concedido:

- a) para **assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante**, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
- b) para a **retificação de dados**, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

Portanto, o gabarito é a letra B.

16. (FGV / DPE-RJ – 2014) Sobre a disciplina do remédio constitucional do mandado de segurança, o ordenamento jurídico, em especial o Art. 5º LXIX da Constituição da República e a Lei 12.016/09, prevê que se concede o mandamus contra ato:

- a) de autoridade pública, para proteger pessoa física ou jurídica detentora de direito líquido e certo, independentemente de estar também amparado por habeas corpus ou habeas data, quando houver risco ou violação de seu direito por ilegalidade ou abuso de poder por parte.
- b) de representantes ou órgãos de partidos políticos e dos administradores de entidades autárquicas, bem como dos dirigentes de pessoas jurídicas ou das pessoas naturais no exercício de atribuições do poder público, somente no que disser respeito a essas atribuições.
- c) de gestão comercial praticada pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias e permissionárias de serviço público, na forma da lei.
- d) do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução, em razão dos princípios constitucionais do amplo acesso à justiça e da inafastabilidade do controle jurisdicional.
- e) consistente em decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo, como corolário dos princípios constitucionais do acesso à justiça e do duplo grau obrigatório de jurisdição.

Comentários:

Letra A: errada. O mandado de segurança é ação de natureza residual. Ele é utilizado para proteger direito líquido e certo **não amparado** por *habeas corpus* ou *habeas data*.

Letra B: correta. De acordo com o art. 5º, LXIX, da CF/88, sabe-se que é cabível o mandado de segurança para proteger direito líquido e certo quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público. Já o art. 1º, § 1º da Lei nº 12.016/09 (Lei do Mandado de Segurança), acrescenta algumas informações, dispondo o seguinte:

Art. 1º, § 1º Equiparam-se às autoridades, para os efeitos desta Lei, os **representantes ou órgãos de partidos políticos e os administradores de entidades autárquicas**, bem como

os dirigentes de pessoas jurídicas ou as pessoas naturais no exercício de atribuições do poder público, **somente no que disser respeito a essas atribuições.**

Letra C: errada. Não poderão ser questionados por meio de mandado de segurança os **atos de gestão comercial** dos administradores de empresas públicas, sociedade de economia mista e de concessionárias e permissionárias de serviço públicos.

Letra D: errada. Não cabe mandado de segurança contra ato administrativo do qual caiba recurso com efeito suspensivo.

Letra E: errada. Não cabe mandado de segurança contra decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.

17. (FGV / DPE-RJ – 2014) O remédio constitucional previsto na Constituição da República para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, chama-se:

- a) mandado de segurança.
- b) mandado de injunção.
- c) habeas corpus.
- d) *habeas data*.
- e) ação popular.

Comentários:

Esse remédio é o habeas data. De acordo com o art. 5º, LXXII, da Carta Magna, conceder-se-á "*habeas-data*":

a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público; b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo. O gabarito é a letra D.

18. (FGV / FUNARTE – 2014) O cidadão João da Silva verificou que seu vizinho, proprietário de imóvel tombado como patrimônio histórico e cultural, pela União, iniciou ilegalmente a realização de obras que descaracterizavam o bem, com licença emitida pelo Município. Valendo-se do instrumento constitucional adequado, João pode propor medida judicial que vise anular tal ato, lesivo ao patrimônio histórico e cultural, por meio de:

- a) mandado de segurança;
- b) mandado de injunção;
- c) ação direta de inconstitucionalidade;
- d) ação popular;
- e) ação civil pública.

Comentários:

O instrumento adequado para a anulação de ato lesivo ao patrimônio histórico e cultural é a ação popular, prevista no art. 5º, LXXIII, da Constituição:

LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

Note que o enunciado deixa claro que João é cidadão, estando apto a impetrar a ação popular. O gabarito é a letra D.

19. (FGV / OAB – 2013) Em relação aos remédios constitucionais, assinale a afirmativa correta.

- a) O habeas data pode ser impetrado ainda que não haja negativa administrativa em relação ao acesso a informações pessoais.
- b) A ação popular pode ser impetrada por pessoa jurídica.
- c) O particular pode figurar no polo passivo da ação de habeas corpus.
- d) O mandado de segurança somente pode ser impetrado quando as questões jurídicas forem incontroversas.

Comentários:

Letra A: errada. É requisito para a impetração de habeas data que tenha havido a negativa administrativa em relação ao acesso às informações pessoais.

Letra B: errada. Somente o cidadão pode impetrar ação popular.

Letra C: correta. Qualquer pessoa (física ou jurídica) pode impetrar o *habeas corpus*, mas somente pessoas físicas podem ser favorecidas por esse remédio constitucional. Ou seja, no polo passivo da ação deve figurar, necessariamente, um particular (pessoa física).

Letra D: errada. Segundo a Súmula 625 do STF, “*controvérsia sobre matéria de direito não impede concessão de mandado de segurança*”.

O gabarito é a letra C.

20. (FGV / TJ-AM – 2013) A Constituição da República Federativa do Brasil assegura, em seu artigo 5º, o exercício e a proteção de diversos direitos pelo Estado e, inclusive, garante a gratuidade para o exercício de diversos dos direitos ali previstos. Desta forma, assinale a alternativa que não representa expressa disposição constitucional de ausência de recolhimento de custas, taxas ou emolumentos.

- a) Ação Popular.
- b) Habeas Corpus.
- c) Habeas Data.
- d) Direito de Petição.
- e) Mandado de Segurança.

Comentários:

Letra A: errada. A CF/88, em seu art. 5º, inciso LXXII, prevê a isenção de custas da ação popular, exceto comprovada a má-fé.

Letras B e C: erradas. O habeas corpus e o habeas data são gratuitos, por determinação do art. 5º, inciso LXXVII, da Constituição.

Letra D: errada. A Constituição (art. 5º, XXXIV) assegura a todos, independentemente do pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

A letra E é o gabarito da questão.

21. (FGV / TJ-AM – 2013) Sobre o mandado de segurança, assinale a afirmativa correta.

- a) Não pode ser impetrado preventivamente, uma vez que não se admite impetração contra lei em tese, devendo haver a efetiva violação do direito.
- b) Não pode ter por objeto o pagamento de remunerações atrasadas a servidor público.
- c) Deve ter por fundamento direito elencado na Constituição, não se admitindo violação reflexa a direito constitucional.
- d) Por ser garantia constitucional, dispensa formalidades na sua impetração.
- e) Admite a produção de prova testemunhal, mas não pericial.

Comentários:

Letra A: errada. O mandado de segurança **pode ser preventivo**, quando visa proteger ameaça de lesão a um direito líquido e certo.

Letra B: correta. O pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias assegurados em sentença concessiva de mandado de segurança a servidor público da administração direta ou autárquica federal, estadual e municipal **somente será efetuado relativamente às prestações que se vencerem a contar da data do ajuizamento da inicial** (art. 14, § 4º, da Lei nº 12.016/2009). Assim, o mandado de segurança não pode ter por objeto o pagamento de remunerações atrasadas a servidor público.

Letra C: errada. O direito a ser protegido por mandado de segurança não precisa, necessariamente, estar no texto constitucional.

Letra D: errada. O *habeas corpus* é que dispensa formalidades para sua impetração.

Letra E: errada. Não há dilação probatória no mandado de segurança. No mandado de segurança, as provas são pré-constituídas.

22. (FGV / SEGE-MA – 2013) A respeito do mandado de segurança coletivo, assinale a afirmativa correta.

- a) O mandado de segurança coletivo, por ser instrumento jurídico de defesa de direitos transindividuais, pode ser utilizado para questionar a validade de lei em tese.
- b) As associações, quando impetram mandado de segurança coletivo em favor de seus filiados, dependem, para legitimar sua atuação em juízo, de autorização expressa de seus associados.
- c) A petição inicial do mandado de segurança deve ser instruída com a relação nominal dos associados da impetrante, mas não é necessária a autorização dos associados para a impetração.
- d) O partido político com representação no Congresso Nacional tem legitimidade para a propositura de mandado de segurança coletivo.

e) A entidade de classe não tem legitimação para o mandado de segurança quando a pretensão veiculada interessa apenas a uma parte da respectiva categoria.

Comentários:

Letra A: errada. Em regra, não cabe mandado de segurança contra lei em tese. Isso só é possível quando a referida lei produzir efeitos concretos.

Letra B: errada. Não há necessidade de autorização expressa dos associados, uma vez que as associações atuarão como substitutos processuais.

Letra C: errada. No mandado de segurança coletivo, o impetrante atua como substituto processual. Por esse motivo, o STF entende desnecessária a autorização expressa ou mesmo a apresentação da relação nominal dos associados.

Letra D: correta. De acordo com o inciso LXX do art. 5º da Constituição, o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por: a) partido político com representação no Congresso Nacional; b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

Letra E: errada. O STF entende que os direitos defendidos pelas entidades de classe não precisam se referir a todos os seus membros. Podem ser o direito de apenas parte deles.

O gabarito é a letra D.

23. (FGV / TJ-AM – 2013) O mandado de segurança, instituído no ordenamento brasileiro pela Constituição de 1934 e hoje previsto no artigo 5º, LXIX, da Constituição da República, é importante garantia dos direitos fundamentais. Sobre essa figura, assinale a afirmativa correta.

a) Não será concedido mandado de segurança para proteger direito líquido e certo amparado por *habeas corpus*, *habeas data* ou ação para a qual se preveja a possibilidade de concessão de medida liminar.

b) Cabe mandado de segurança contra atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas e sociedades de economia mista quando tais atos violarem direito subjetivo.

c) É sempre cabível a impetração de mandado de segurança ainda que haja recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução, uma vez que não se exige o esgotamento das instâncias administrativas.

d) Se o exercício do direito alegadamente violado depender do esclarecimento de fatos ou situações não comprovados nos autos já no momento da impetração, não se concederá a segurança.

e) É inconstitucional a fixação, por lei ordinária, de prazo decadencial para a impetração de mandado de segurança, uma vez que a Lei Maior não condiciona esta garantia ao seu exercício em determinado prazo.

Comentários:

Letra A: errada. O mandado de segurança não será concedido caso seja possível utilizar o *habeas corpus* ou *habeas data*. Entretanto, será cabível mandado de segurança para proteger direito líquido e certo que possa ser protegido por outro tipo de ação em que caiba concessão de medida liminar.

Letra B: errada. Não cabe mandado de segurança contra **atos de gestão comercial** praticados pelos administradores de empresas públicas e sociedades de economia mista (art. 1º, § 2º, da Lei nº 12.016/2009).

Letra C: errada. Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de ato do qual caiba **recurso administrativo com efeito suspensivo**.

Letra D: correta. Exatamente isso! Não há dilação probatória no mandado de segurança: as provas são **pré-constituídas**. Isso está diretamente ligado ao conceito de “direito líquido e certo”. Se o exercício do direito depender do esclarecimento de fatos ou situações não comprovados nos autos já no momento da impetração, **não será concedido** o mandado de segurança.

Letra E: errada. A fixação de prazo decadencial **pode ser feita** por lei ordinária.

24. (FGV / TJ-AM – 2013) Sobre a disciplina do habeas corpus, assinale a afirmativa correta.

- a) Admite-se o manejo do habeas corpus para defesa das liberdades constitucionais em geral, como a liberdade de religião, não se restringindo o instrumento à defesa da liberdade de locomoção.
- b) o paciente do habeas corpus deve ser brasileiro no gozo dos direitos políticos.
- c) O registro como advogado é exigido para a impetração do *habeas corpus*, admitindo-se, todavia, o seu manejo por estudantes de direito inscritos como estagiários na Ordem dos Advogados do Brasil.
- d) Não é possível a impetração de *habeas corpus* como substitutivo de recurso com efeito suspensivo em matéria penal.
- e) É cabível habeas corpus em relação a punições disciplinares militares.

Comentários:

Letra A: errada. O *habeas corpus* é o remédio constitucional destinado a proteger a liberdade de locomoção.

Letra B: errada. Qualquer pessoa física, nacional ou estrangeira, poderá ser paciente de *habeas corpus*.

Letra C: errada. Qualquer pessoa pode impetrar *habeas corpus*, não havendo necessidade de representação por advogado.

Letra D: correta. Questão bem difícil! De fato, o habeas corpus **não pode ser utilizado** como substitutivo de um recurso com efeito suspensivo em matéria penal.

Letra E: errada. Não é cabível habeas corpus em relações a punições disciplinas militares.

25. (FGV / SUDENE – 2013) Everaldo pretende obter o acesso de dados pessoais que estão sob a guarda do Ministério da Justiça. Não possuindo haveres apresenta o seu requerimento perante a representação do referido órgão que é localizada no Estado onde é domiciliado. Após os trâmites burocráticos recebe, por carta subscrita pelo próprio Ministro da Justiça, resposta ao seu requerimento, tendo a Administração indeferido o acesso aos dados postulados. Observada tal narrativa, cabe a Everaldo impetrar

- a) Mandado de Segurança de competência do Supremo Tribunal Federal.
- b) Habeas Data de competência do Superior Tribunal de Justiça.
- c) Mandado de Injunção de competência do Supremo Tribunal Federal.
- d) Ação Popular de competência do Superior Tribunal de Justiça.
- e) Habeas Corpus de competência do Supremo Tribunal Federal.

Comentários:

Segundo o art. 5º, LXXII, “a”, conceder-se-á habeas data para assegurar o **conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante**, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público. Cabe destacar que, para que seja impetrado o *habeas data*, deverá haver o **prévio esgotamento da via administrativa**.

Assim, na situação apresentada, Everaldo deverá impetrar *habeas data* perante o STJ. A competência será do STJ porque o habeas data está sendo impetrado contra ato de Ministro de Estado (art. 105, I, “b”). A resposta é a letra B.

26. (FGV / TJ-AM – 2013) Fulano de Tal, cidadão brasileiro, integrante de uma Associação de Moradores de Bairro, tomou conhecimento de que o Prefeito de sua cidade fraudou documentos e, dessa forma, permitiu a construção de edifícios comerciais em um parque estadual. Diante do exposto, assinale a afirmativa correta.

- a) Fulano de Tal deve impetrar mandado de segurança individual para anulação do ato lesivo.
- b) A Associação de Moradores deve impetrar mandado de segurança coletivo para anulação do ato lesivo.
- c) Fulano de Tal deve ajuizar ação popular para anulação do ato lesivo.
- d) Como as obras ainda não foram iniciadas, não existe lesão ao patrimônio público, a ser amparada por ação individual ou coletiva.
- e) A Associação de Moradores deve ajuizar ação popular coletiva para anulação do ato lesivo.

Comentários:

A construção de edifícios comerciais em parque estadual de forma fraudulenta é ato lesivo tanto ao patrimônio público quanto ao meio ambiente. Esse ato é passível de anulação por meio de ação popular, conforme previsão do art. 5º, LXXIII, da Constituição:

LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

Observe que o enunciado deixa claro que Fulano de Tal é cidadão, estando apto a impetrar a ação popular. O gabarito é a letra C.

LISTA DE QUESTÕES

Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – Art. 5º, XXXII a LXXIX

1. CEBRASPE (CESPE) - TAMB (ICMBio)/ICMBio/2022

Com pertinência à Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), ao Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e ao que dispõe a Constituição Federal de 1988, julgue o item que se segue.

Constitui crime inafiançável, imprescritível e insuscetível de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes, de animais silvestres, de minerais preciosos, de madeiras nobres e de material genético, o terrorismo e o bioterrorismo, os crimes hediondos, a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático, a prática do racismo, do especismo e do ecocídio.

2. CEBRASPE (CESPE) - TCE RJ/TCE RJ/Técnico/2022

A respeito da Constituição Federal de 1988 (CF) e das suas disposições relativas aos direitos e às garantias fundamentais, julgue o item a seguir.

Por força do princípio da dignidade da pessoa humana, a pena de morte não é admitida, em nenhuma hipótese, pela CF.

3. CEBRASPE (CESPE) - Adm (FUB)/FUB/2022

No que se refere à Constituição Federal (CF), julgue o item a seguir.

Direitos fundamentais como a proteção à maternidade e à infância são direitos sociais tratados como matérias irrevogáveis na CF, conhecidas como cláusulas pétreas, não podendo ser alvo de diminuição ou revogação por emenda constitucional.

4. (CESPE/ MPC-PA – 2019) Sobre as possibilidades de interferência estatal no direito fundamental à liberdade de associação, assinale a opção correta.

- a) Cabe ao Poder Executivo determinar a dissolução compulsória de associação que tenha por objetivo a promoção de fins ilícitos.
- b) A produção dos efeitos da decisão judicial que determina a dissolução compulsória de associação depende do seu trânsito em julgado.
- c) A legitimidade da associação para a representação de seus filiados restringe-se ao âmbito judicial.
- d) A atuação judicial de associação na condição de substituta processual depende de autorização dos associados por meio de procuração.

- e) A exclusão de um associado de uma entidade religiosa por questões ideológicas está sujeita a revisão pelo Estado.
- 5. (CESPE/ TJ-DFT – 2019) A CF assegura aos cidadãos, independentemente do pagamento de taxas, da comprovação de estado de pobreza ou de insuficiência de recurso,**
- a) a certidão de casamento.
 - b) a obtenção de certidões em repartições públicas.
 - c) a assistência jurídica integral.
 - d) a certidão de óbito.
 - e) a criação e a dissolução de associações.
- 6. (CESPE / TJ-PR – 2019) As normas definidoras dos direitos e das garantias fundamentais**
- a) são programáticas.
 - b) têm aplicação imediata.
 - c) estabelecem hierarquia entre os direitos previstos.
 - d) vedam a ampliação de seu conteúdo por tratados internacionais.
 - e) são listadas em rol taxativo na Constituição Federal de 1988 (CF).
- 7. (CESPE / PGE-PE – 2019) A ausência de assistência técnica de advogado durante o processo administrativo disciplinar torna o processo nulo.**
- 8. (CESPE / PGE-PE – 2019) É garantido ao defensor de investigado o pleno acesso aos documentos já anexados ao procedimento investigatório, mesmo que o inquérito policial esteja classificado como sigiloso.**
- 9. (CESPE / PRF – 2019) São constitucionalmente assegurados ao preso o direito à identificação dos agentes estatais responsáveis pela sua prisão e o direito de permanecer em silêncio.**
- 10. (CESPE / Instituto Rio Branco – 2018) A CF veda a extradição de estrangeiro em razão de crime político ou de opinião.**
- 11. (CESPE / MP-PI – 2018) Tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados em cada casa do Congresso Nacional, nos termos da CF, serão equivalentes às emendas constitucionais.**
- 12. (CESPE / Polícia Federal – 2018) Dada a previsão constitucional de que nenhuma pena passará da pessoa do condenado a outrem, o ordenamento jurídico veda que obrigações de reparação de danos sejam estendidas aos sucessores do condenado.**
- 13. (CESPE / PC-SE – 2018) Em caso de perigo à integridade física do preso, admite-se o uso de algemas, desde que essa medida, de caráter excepcional, seja justificada por escrito.**

- 14. (CESPE / PC-SE – 2018) Conforme texto constitucional vigente, a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontra terão de ser comunicados em até vinte e quatro horas ao juiz competente e à família do preso ou a pessoa por ele indicada.**
- 15. (CESPE / CGM de João Pessoa-PB – 2018) A obrigação financeira da pessoa falecida de reparar determinado dano pode ser estendida aos seus sucessores, sendo limitada ao valor do patrimônio transferido pela sucessão decorrente do óbito.**
- 16. (CESPE / CGM de João Pessoa-PB – 2018) A lei não pode prejudicar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a expectativa de direito.**
- 17. (CESPE / MPU – 2018) Os tratados internacionais sobre direitos humanos possuem status de emendas constitucionais, de maneira que a autoridade pública que a eles desobedecer estará sujeita a responsabilização.**
- 18. (CESPE / SEFAZ-RS – 2018) Iniciada a audiência de instrução, o juiz determinou que o réu da ação penal fosse algemado. Nesse caso, de acordo com o Supremo Tribunal Federal, o juiz agiu licitamente se comprovado que**
- a) O crime é punível com pena de reclusão.
 - b) o réu tem transtorno psicológico.
 - c) a segurança do próprio réu estava em risco.
 - d) o crime tenha sido cometido com violência.
 - e) a vítima estava na sala de audiência.
- 19. (CESPE / SEFAZ-RS – 2018) Tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos, depois de aprovados internamente em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, são considerados equivalentes a**
- a) leis federais.
 - b) súmulas vinculantes.
 - c) medidas provisórias.
 - d) leis complementares.
 - e) emendas constitucionais.
- 20. (CESPE / PC-MA – 2018) De acordo com o rol de direitos e deveres individuais e coletivos elencados no art. 5º da Constituição Federal de 1988 (CF),**
- a) em nenhuma circunstância haverá penas cruéis ou de morte, de caráter perpétuo, de trabalhos forçados ou de banimento.
 - b) a definição do estabelecimento prisional onde será cumprida a pena independe do delito, da idade e do sexo do apenado.

- c) será protegida a livre manifestação do pensamento, inclusa a anônima.
- d) será ampla a liberdade de associação, independentemente de autorização dos poderes públicos.
- e) homens e mulheres são absolutamente iguais em direitos e obrigações.

21. (CESPE / STM – 2018) A lei não poderá restringir a divulgação de nenhum ato processual penal, sob pena de ferir o princípio da publicidade.

22. (CESPE / EBSERH – 2018) É dever dos servidores públicos atender ao público com presteza, disponibilizando todas as informações por ele requeridas.

23. (CESPE / PGE-PE – 2018) Considere as duas afirmações a seguir.

I - Em um processo judicial, o Estado deve assegurar a observância do contraditório e da ampla defesa.

II - Nas relações entre a imprensa e os particulares, a imprensa deve observar o direito à honra, sob pena de consequências como direito de resposta e indenização por dano material ou moral.

As afirmações I e II contemplam situações que exemplificam a

- a) eficácia horizontal dos direitos fundamentais.
- b) eficácia externa dos direitos fundamentais.
- c) eficácia diagonal dos direitos individuais.
- d) eficácia vertical e a eficácia horizontal dos direitos individuais, respectivamente.
- e) eficácia externa e a eficácia vertical dos direitos individuais, respectivamente.

24. (CESPE / STM – 2018) A despeito do princípio constitucional da vedação às provas ilícitas, o juiz poderá considerar uma prova ilícita em qualquer situação, desde que se convença de sua importância para a condenação do réu.

25. (CESPE / STM – 2018) A garantia, aos acusados em geral, de contraditar atos e documentos com os meios e recursos previstos atende aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

26. (CESPE / STM – 2018) Ninguém será processado nem sentenciado, senão pela autoridade competente, em respeito ao princípio constitucional do juiz natural.

27. (CESPE / TJ-PR – 2017) É inconstitucional a prisão do depositário infiel, salvo daquele a quem a legislação impuser a responsabilidade de reter tributos.

28. (CESPE / PGE-SE – 2017) Determinada demanda judicial, em que são partes um estrangeiro residente no Brasil e um estado da Federação, prolonga-se por vinte e cinco anos.

Nesse caso, à luz da legislação e da doutrina constitucional, o direito à razoável duração do processo

- a) é norma programática e não gera efeitos individuais imediatos no caso concreto.
- b) é aplicável em favor do estrangeiro na esfera judicial, mas não o seria no âmbito administrativo.
- c) pode amparar ambas as partes e ter efeitos imediatos sobre a situação individual cogitada.

d) não ampara o estado da Federação, por se tratar de direito individual oponível contra o Estado.

e) não ampara o estrangeiro, por ausência de previsão no texto constitucional.

29. (CESPE / TRF 1ª Região – 2017) Entidade estatal que editar determinada lei poderá invocar a garantia da irretroatividade para assegurar que a referida norma não prejudique ato jurídico perfeito, direito adquirido e coisa julgada.

30. (CESPE / TRF 1ª Região – 2017) A Constituição Federal, ao prever, de forma exaustiva, os direitos e garantias fundamentais dos indivíduos, faz que sejam desconsiderados outros direitos humanos, mesmo que estejam previstos em tratados internacionais dos quais o Brasil seja parte.

31. (CESPE / TRF 1ª Região – 2017) Brasileiro naturalizado que tiver praticado crime comum antes da sua naturalização poderá ser extraditando.

32. (CESPE / PM-AL – 2017) A Constituição Federal de 1988 estabelece a prisão como medida excepcional, que, em regra, depende de flagrante delito ou de ordem escrita e fundamentada.

33. (CESPE / TCE-PE – 2017) Para a interposição de recurso administrativo no caso de indeferimento de pedido protocolado em determinado órgão público, poderá ser exigido depósito prévio de dinheiro ou bem se a causa tratar de questões patrimoniais.

34. (CESPE / TCE-PE – 2017) De acordo com a CF, somente estarão isentas do pagamento de taxa para obtenção de certidões em repartição pública para defesa de direitos as pessoas que comprovarem sua hipossuficiência.

35. (CESPE / Escrivão PC-GO – 2016) A respeito dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a opção correta.

a) De acordo com a lei, a prática da tortura é considerada crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, por ele respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-lo, se omitirem.

b) A prisão em flagrante deve ser imediatamente relaxada pela autoridade judiciária, devido ao fato de ser vedado levar pessoas à prisão ou mantê-las na prisão nas situações em que a lei admitir a liberdade provisória.

c) Nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal, permite-se que ordem judicial afaste a inviolabilidade do sigilo da correspondência.

d) Constituem crimes inafiançáveis e imprescritíveis o terrorismo e os definidos como crimes hediondos; a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático.

e) É permitida a extradição de brasileiro naturalizado, em caso de crime comum praticado após a naturalização ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

36. (CESPE / TCE-PR - 2016) Tratados e convenções internacionais recepcionados pela República Federativa do Brasil, em geral, têm status equivalente ao das emendas constitucionais.

37. (CESPE / TCE-PR – 2016) A legislação brasileira veda a extradição se, para o crime cometido pelo extraditando, a legislação do país requerente previr pena perpétua, ainda que tal país se comprometa a comutá-la em prisão de, no máximo, trinta anos.

38. (CESPE / TCE-PA – 2016) Situação hipotética: Em 2010, João foi naturalizado brasileiro e, em 2012, se envolveu em tráfico ilícito internacional de entorpecentes. Devido a essa infração penal, determinado país requereu a sua extradição.

Assertiva: Nessa situação, o pedido deverá ser negado, uma vez que a CF veda a extradição de brasileiro.

39. (CESPE / TCE-PA – 2016) O direito de petição configura instrumento de controle administrativo: por meio dele, assegura-se a qualquer pessoa a defesa de direitos, individuais ou coletivos, bem como o direito de peticionar contra ilegalidade ou abuso de poder, perante autoridade administrativa competente de qualquer dos poderes constituídos.

40. (CESPE / Agente PC-PE – 2016) À luz das disposições da CF, assinale a opção correta acerca dos direitos e garantias individuais.

a) O Estado pode impor prestação alternativa fixada em lei ao indivíduo que, alegando conflito com suas convicções políticas, se recusar a cumprir obrigação legal a todos imposta, desde que a prestação seja compatível com suas crenças. Em caso de recusa em cumpri-la, o indivíduo poderá ser privado de seus direitos.

b) Diante de indícios veementes da prática de ilícitos no interior de determinada residência, o agente de polícia poderá realizar busca de provas no local sem o consentimento do morador e sem mandado judicial, desde que o faça durante o dia.

c) O cidadão que, naturalizado brasileiro, cometer crime comum em viagem a seu país de origem retornar ao Brasil poderá ser extraditado, bastando que haja solicitação do país da nacionalidade anterior.

d) Servidor público que cometer crime no exercício da função não poderá ser condenado, na esfera penal, a partir de prova obtida por meio ilícito; no entanto, essa mesma prova, complementada por outras provas lícitas, poderá ser utilizada para aplicar penalidade em eventual processo administrativo movido contra o servidor.

e) O profissional que, trabalhando com divulgação de informações, veicular, em seu nome, notícia de fonte sigilosa não estará sujeito a responder por eventuais prejuízos que essa divulgação causar a outrem.

41. (CESPE / Agente PC-PE – 2016 - Adaptada) Considerando as disposições da CF, é correto afirmar que a norma constitucional segundo a qual

a) a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito nem a coisa julgada é de eficácia limitada e aplicabilidade direta.

b) ninguém será privado de liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal é de eficácia plena e aplicabilidade imediata.

c) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer é de eficácia plena e de aplicabilidade imediata.

- d) ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante é de eficácia contida e aplicabilidade não integral.
- 42. (CESPE / DPU – 2016) Para que direitos e garantias expressos em tratados internacionais ratificados pelo Brasil sejam formalmente reconhecidos no sistema jurídico brasileiro, é necessária a aprovação de cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.**
- 43. (CESPE / DPU – 2016) Dada a garantia constitucional de acesso à justiça, é vedada a exigência de prévio ingresso pelas vias extrajudiciais como requisito para o acesso ao Poder Judiciário, não sendo extensível, tal vedação, às ações relativas às competições desportivas.**
- 44. (CESPE/ PC-PE – 2016) Conforme o texto constitucional, o civilmente identificado somente será submetido à identificação criminal se a autoridade policial, a seu critério, julgar que ela é essencial à investigação policial.**
- 45. (CESPE / TRT 8ª Região – 2016) Assinale a opção correta com relação aos direitos e deveres individuais e coletivos assegurados e garantidos pela CF.**
- a) É absolutamente proibida a aplicação de pena de morte ou de prisão perpétua em todo o território nacional e a qualquer tempo.
- b) Diferentemente do direito de propriedade, o direito de herança não é garantido pelas normas constitucionais.
- c) É dever do Estado promover a defesa dos direitos do consumidor na forma da lei.
- d) O *habeas data* é o instituto adequado para a garantia da liberdade de acusados de prática criminal se não configurado flagrante delito.
- e) É vedada a concessão de asilo político para nacionais de Estados com os quais o Brasil tenha relação diplomática.
- 46. (CESPE / TRT 8ª Região – 2016) No que se refere aos direitos e garantias fundamentais elencados na CF, os estrangeiros residentes e não residentes no Brasil equiparam-se aos brasileiros.**
- 47. (CESPE / PC-PE – 2016) Os direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata, razão por que nenhum dos direitos individuais elencados na CF necessita de lei para se tornar plenamente exequível.**
- 48. (CESPE / PC-PE – 2016) Tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos, para que sejam equivalentes a emendas constitucionais, deverão ser aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, por maioria absoluta de votos, em dois turnos de discussão e votação.**
- 49. (CESPE / TRE-PI – 2016) Gravação de conversa telefônica sem autorização judicial, registrada por um dos interlocutores, é considerada prova ilícita, ante o sigilo das comunicações telefônicas, constitucionalmente assegurado.**

50. (CESPE / TJDF – 2016) O direito ao duplo grau de jurisdição é assegurado expressamente na CF, decorre da proteção judiciária efetiva e não admite ressalvas, salvo a preclusão decorrente da própria inação processual.
51. (CESPE / TRE-RS – 2015) Os objetivos fundamentais traçados pela CF constam de rol taxativo que não admite ampliação por obra do intérprete constitucional.
52. (CESPE/ CGE-PI – 2015) Na Constituição Federal de 1988 (CF), não está prevista a exigência de depósito ou de arrolamento prévio de dinheiro ou de bens para que seja admitido recurso administrativo.
53. (CESPE / TRE-RS – 2015) Previsto expressamente na CF, o princípio do devido processo legal assegura o contraditório e a ampla defesa aos litigantes em processo judicial, mas não em processo administrativo.
54. (CESPE/ TCE-RN – 2015) Comumente, confundem-se os princípios da legalidade e da reserva legal. O primeiro, contudo, é mais abrangente e representa o dever de submissão e respeito à lei. O segundo, por sua vez, consiste na imposição constitucional de que determinadas matérias sejam regulamentadas por lei formal.
55. (CESPE / DPE-RN – 2015) A determinação de foro justificada por prerrogativa de função, ainda que instituída exclusivamente por Constituição estadual, prevalece sobre a competência do tribunal de júri.
56. (CESPE / DPE-RN – 2015) Por ferir o direito à privacidade, é ilegítima a publicação, em qualquer tipo de veículo, dos nomes de servidores da administração pública e do valor dos vencimentos e vantagens pecuniárias por eles recebidos.
57. (CESPE / DPE-RN – 2015) Segundo o STF, os tratados internacionais referentes aos direitos humanos têm status de norma constitucional, independentemente do seu eventual quorum de aprovação.
58. (CESPE/ IRBr Diplomata – 2015) A Constituição Federal determina que o brasileiro nato nunca será extraditado e que o brasileiro naturalizado somente será extraditado no caso de ter praticado crime comum antes da naturalização.
59. (CESPE / Procurador de Salvador – 2015) O fato de o direito à privacidade ser assegurado a todos faz que seja inconstitucional lei municipal que determine a publicação dos nomes dos servidores do município acompanhados dos valores de seus subsídios.
60. (CESPE / Procurador de Salvador – 2015) De acordo com o princípio da dignidade da pessoa humana, o uso de algemas justifica-se apenas se houver resistência ou fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros.
61. (CESPE / Procurador de Salvador – 2015) A competência do júri para o julgamento de crimes dolosos contra a vida não é absoluta e pode ser excepcionada por regra da própria CF, como, por exemplo, o julgamento de prefeitos pelo TJ.

62. (CESPE / MPU – 2015) O fornecimento de certidão para a defesa de direitos ou para o esclarecimento de situações pessoais pelos órgãos públicos encontra respaldo constitucional.
63. (CESPE / Procurador de Salvador – 2015) Desde que prevista em lei, é constitucional, em processo administrativo, a exigência de depósito ou de arrolamento prévio de bens e de direitos como pressuposto de admissibilidade de recurso administrativo.
64. (CESPE / STJ – 2015) O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão, somente havendo sigilo em caso de necessidade de proteção da segurança dos agentes públicos envolvidos no caso.
65. (CESPE / STJ – 2015) Ao advogado de uma pessoa sob investigação é permitido o acesso aos autos do inquérito policial, mesmo que estes sejam classificados como sigilosos, por ser este um direito garantido ao investigado.
66. (CESPE / STJ – 2015) São equivalentes às emendas constitucionais todos os tratados aprovados pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
67. (CESPE / MPU – 2015) É assegurado o acesso às informações de interesse particular retidas pelos órgãos públicos.
68. (CESPE / MPOG – 2015) O direito do cidadão de receber dos órgãos públicos informações de interesse coletivo inclui também aquelas imprescindíveis à segurança da sociedade.
69. (CESPE / MPOG – 2015) O direito adquirido, entendido como aquele que já se incorporou ao patrimônio do seu titular, não poderá ser prejudicado por lei posterior.
70. (CESPE/ MPU – 2015) A prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível.
71. (CESPE / FUB – 2015) Nos processos judiciais, são assegurados aos litigantes os direitos fundamentais do contraditório e da ampla defesa. Entretanto, diante do princípio da autotutela administrativa, essa garantia é inaplicável aos processos administrativos.
72. (CESPE / TRF 5ª Região – 2015) O direito a ampla defesa não engloba o acesso aos documentos em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária.
73. (CESPE / MPU – 2015) O direito de petição só se aplica ao judiciário.
74. (CESPE / MPU – 2015) A CF traz uma enumeração taxativa dos direitos fundamentais.
75. (CESPE / MPU – 2015) Os direitos fundamentais só podem ser garantidos quando regulamentados em lei.
76. (CESPE / MPOG – 2015) Em nenhuma hipótese, o brasileiro nato poderá ser extraditado.

77. (CESPE / TCU – 2015) Se for imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, será permitido o sigilo dos atos administrativos.
78. (CESPE / DPU – 2015) Não viola a cláusula do devido processo legal a exigência de arrolamento prévio de bens para fins de admissibilidade de recurso administrativo.

GABARITO

- | | |
|-------------|-------------|
| 1. ERRADA | 42. ERRADA |
| 2. ERRADA | 43. CORRETA |
| 3. CERTA | 44. ERRADA |
| 4. LETRA B | 45. LETRA C |
| 5. LETRA B | 46. ERRADA |
| 6. LETRA B | 47. ERRADA |
| 7. ERRADA | 48. ERRADA |
| 8. CORRETA | 49. ERRADA |
| 9. CORRETA | 50. ERRADA |
| 10. CORRETA | 51. ERRADA |
| 11. CORRETA | 52. CORRETA |
| 12. ERRADA | 53. ERRADA |
| 13. CORRETA | 54. CORRETA |
| 14. ERRADA | 55. ERRADA |
| 15. CORRETA | 56. ERRADA |
| 16. ERRADA | 57. ERRADA |
| 17. ERRADA | 58. ERRADA |
| 18. LETRA C | 59. ERRADA |
| 19. LETRA E | 60. CORRETA |
| 20. LETRA D | 61. CORRETA |
| 21. ERRADA | 62. CORRETA |
| 22. ERRADA | 63. ERRADA |
| 23. LETRA D | 64. ERRADA |
| 24. ERRADA | 65. CORRETA |
| 25. CORRETA | 66. ERRADA |
| 26. CORRETA | 67. CORRETA |
| 27. ERRADA | 68. ERRADA |
| 28. LETRA C | 69. CORRETA |
| 29. ERRADA | 70. CORRETA |
| 30. ERRADA | 71. ERRADA |
| 31. CORRETA | 72. ERRADA |
| 32. CORRETA | 73. ERRADA |
| 33. ERRADA | 74. ERRADA |
| 34. ERRADA | 75. ERRADA |
| 35. LETRA A | 76. CORRETA |
| 36. ERRADA | 77. CORRETA |
| 37. ERRADA | 78. ERRADA |
| 38. ERRADA | |
| 39. CORRETA | |
| 40. LETRA A | |
| 41. LETRA B | |

LISTA DE QUESTÕES

Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – Art. 5º, XXXII a LXXVIII

1. FCC - TJ TRT4/TRT 4/Administrativa/"Sem Especialidade"/2022

Diante do que dispõe a Constituição Federal sobre os direitos e garantias fundamentais,

- a) é a todos assegurada, independentemente do pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.
- b) tendo em vista o princípio da inviolabilidade, não é admitido o ingresso na casa do indivíduo sem o consentimento do morador, em nenhuma hipótese.
- c) é permitida a criação de tribunal penal especial para o julgamento de crimes hediondos que provoquem grande repercussão social.
- d) o princípio do direito à duração razoável do processo aplica-se exclusivamente no âmbito judicial, não havendo qualquer disposição a esse respeito àqueles que tramitam no âmbito administrativo, por serem estes, naturalmente, mais céleres.
- e) conceder-se-á mandado de segurança sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

2. FCC - DP SC/DPE SC/2021

Previsto no art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal de 1988, o direito fundamental à assistência jurídica

- a) é passível de controle judicial, tanto no caso de omissão quanto de atuação insuficiente do Estado.
- b) não é passível de controle judicial, tendo em vista a autonomia administrativa da Defensoria Pública.
- c) não possui um modelo específico de instrumentalização estatal, permitindo a cada ente federativo uma forma própria de organização.
- d) possui um modelo específico de instrumentalização estatal, através da celebração de convênios com o poder público.
- e) não abrange a atuação extrajudicial.

3. FCC - Proc (PGE AM)/PGE AM/2022

Em junho de 2013, o Estado brasileiro firmou tratado internacional, que, submetido à apreciação do Congresso Nacional, foi aprovado, em novembro de 2015, por meio de Decreto Legislativo, votado em dois turnos, em cada Casa legislativa, conforme os seguintes resultados, registrados em favor da aprovação: 341 votos, em 1o turno, e 452 votos, em 2o turno, na Câmara dos Deputados; e 56 votos, em 1o turno, e 50 votos, em 2o turno, no Senado Federal. Em outubro de 2018, o tratado foi promulgado, por Decreto do Presidente da República. Diante do disposto na Constituição Federal, o tratado em questão foi aprovado e promulgado

- a) irregularmente, uma vez que, tendo sido submetido ao processo de aprovação de emendas constitucionais, a promulgação caberia às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e não ao Presidente da República, mediante Decreto.
- b) em conformidade com as normas pertinentes, possuindo, no entanto, status normativo supralegal, ainda que verse sobre direitos humanos, uma vez que não atingiu o quórum necessário para equivaler a emendas constitucionais no 1o turno de votação na Câmara dos Deputados.
- c) em conformidade com as normas pertinentes, possuindo, no entanto, status normativo supralegal, ainda que verse sobre direitos humanos, uma vez que não atingiu o quórum necessário para equivaler a emendas constitucionais no 2o turno de votação no Senado Federal.
- d) em conformidade com as normas pertinentes, sendo equivalente, no entanto, às leis ordinárias, independentemente da matéria e de ter sido submetido ao processo de aprovação de emendas constitucionais, pois tratados e convenções internacionais, uma vez incorporados ao ordenamento jurídico interno, gozam de status normativo legal.
- e) em conformidade com as normas pertinentes, sendo equivalente às emendas constitucionais, acaso verse sobre direitos humanos, considerado o procedimento de aprovação perante o Congresso Nacional.

4. FCC - JE TJGO/TJ GO/2021

Tratado internacional que venha a ser celebrado pela República Federativa do Brasil em matéria de proteção da igualdade será incorporado ao direito nacional e deverá ser cumprido em território brasileiro

- a) imediatamente após sua celebração, por dispor em matéria de direitos humanos, sob condição de ser ratificado pelo Congresso Nacional no prazo legal, sendo equivalente, nesse caso, à lei ordinária.
- b) após sua aprovação pelo Congresso Nacional e posterior promulgação pelo Presidente do Senado, sendo equivalente à emenda constitucional desde que seja aprovado, em sessão conjunta das Casas do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos de seus membros.
- c) após sua aprovação pelo Congresso Nacional e posterior promulgação pelo Presidente da República, sendo equivalente à emenda constitucional desde que seja aprovado em sessão conjunta das Casas do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos de seus membros.

d) após sua aprovação pelo Congresso Nacional e posterior promulgação pelo Presidente do Senado, sendo equivalente à emenda constitucional desde que seja aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

e) após sua aprovação pelo Congresso Nacional e posterior promulgação pelo Presidente da República, sendo equivalente à emenda constitucional desde que seja aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

5. FCC - Ana (TJ SC)/TJ SC/Administrativo/2021

Atenção: Para responder à questão, considere a Constituição Federal de 1988.

Cristina requereu a um determinado órgão público informação de interesse coletivo. Cristina

a) tem direito a receber essa informação, independentemente de ser ela considerada sigilosa por ser imprescindível à segurança do Estado, já que se trata de interesse da coletividade.

b) não tem direito a receber essa informação. Teria direito apenas se referida informação fosse de seu interesse particular, salvo se seu sigilo fosse imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

c) não tem direito a receber essa informação. Teria direito apenas se referida informação fosse de seu interesse particular, independentemente de ser ela considerada sigilosa por ser imprescindível à segurança do Estado, já que seria de cunho privado.

d) não tem direito a receber essa informação. Contudo, caso o órgão público, por mera liberalidade, entender que referida informação é relevante para a coletividade, independente de ser ela considerada sigilosa por ser imprescindível à segurança do Estado, poderá fornecê-la a qualquer tempo.

e) tem direito a receber essa informação, salvo se seu sigilo for imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

6. FCC - TJ TRT4/TRT 4/Administrativa/"Sem Especialidade"/2022

Diante do que dispõe a Constituição Federal sobre os direitos e garantias fundamentais, considere:

I. O direito à liberdade de profissão é protegido constitucionalmente, não podendo a lei estabelecer qualificações para o seu exercício.

II. A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, sendo permitida a interferência estatal em seu funcionamento apenas para assegurar o cumprimento do seu estatuto.

III. A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, somente poderá ser objeto de penhora para o pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.

IV. A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.

V. É assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e III.
- b) I, III e IV.
- c) II e V.
- d) IV e V.
- e) III, IV e V.

7. (FCC/ TRF 3ª Região -2019) Pablo, viúvo, estrangeiro, faleceu em sua terra natal, onde era domiciliado, deixando dois únicos filhos: Marina, brasileira naturalizada, e Gabriel, brasileiro nato. Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, a sucessão dos imóveis de Pablo situados no Brasil será regulada

- a) pela lei pessoal de Pablo em relação a Marina e pela lei brasileira em relação a Gabriel.
- b) sempre pela lei brasileira, uma vez que os imóveis se encontram no Brasil, ainda que a lei pessoal de Pablo seja mais favorável a Marina e Gabriel.
- c) sempre pela lei pessoal de Pablo, uma vez que ele nasceu em território estrangeiro, ainda que a lei brasileira seja mais favorável a Marina e Gabriel.
- d) pela lei brasileira, salvo se a lei pessoal de Pablo for mais favorável a Marina e Gabriel.
- e) sempre pela lei pessoal de Pablo, uma vez que teve como último domicílio sua terra natal, ainda que a lei brasileira seja mais favorável a Marina e Gabriel.

8. (FCC / TJ-MA – 2019) Segundo a Constituição Federal, bem como o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre os direitos e garantias fundamentais,

- a) livre a manifestação do pensamento, ainda que exercida sob o anonimato.
- b) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, desde que haja prévia licença do Poder Público.
- c) é inconstitucional fixar cotas em universidades para alunos que sejam egressos de escolas públicas, por ofensa ao princípio da igualdade.
- d) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, em ambos os casos, o trânsito em julgado.
- e) é ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.

9. (FCC / TJ-MA – 2019) Considere as seguintes afirmações à luz do que dispõe a Constituição Federal acerca dos direitos e garantias fundamentais:

- I. O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.
- II. Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
- III. Conceder-se-á mandado de segurança sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- IV. Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação civil pública que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- V. A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

Está correto o que consta APENAS em

- a) I, II e III.
- b) I, II e V.
- c) I, III e IV.
- d) II, IV e V.
- e) III, IV e V.

10. (FCC / TJ-MA – 2019) Um empresário renomado foi acusado de ter praticado crime de corrupção, ocasião em que passou a ser investigado por tal fato. Diante da repercussão do caso, o Congresso Nacional aprovou, já no curso da ação penal, uma alteração legislativa que dobrou a pena do crime do qual o empresário era acusado, considerando-o como hediondo e inafiançável. Ao final, foi ele condenado à pena máxima prevista na nova legislação. Nessa hipótese, o empresário

- a) não poderia ter recebido a pena aplicada, pois a Constituição Federal assegura que nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.
- b) poderia ter recebido a pena aplicada, pois a Constituição Federal considera crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia os definidos como crimes hediondos.
- c) não poderia ter recebido a pena aplicada, pois a Constituição Federal assegura que a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.
- d) poderia ter recebido a pena aplicada, pois a Constituição Federal estabelece que a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, a de privação ou restrição da liberdade.

e) não poderia sequer ter sido condenado, em razão de a Constituição Federal assegurar que a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

11. (FCC / DETRAN-SP – 2019) De acordo com o que estabelece a Constituição Federal de 1988,

a) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura, ressalvada a necessidade de licença prévia da autoridade competente nos casos de segurança da sociedade e do Estado.

b) todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ainda que seu sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

c) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao pro- prietário indenização ulterior, se houver dano.

d) ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, ainda que as invoque com a intenção de se eximir de obrigação legal a todos imposta e de se recusar a cumprir prestação alternativa fixada em lei.

e) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer e observados os imperativos de necessidade do Estado e da coletividade.

12. (FCC / AFAP – 2019) Em relação aos direitos e garantias individuais expressos na Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que

a) o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial, salvo em caso de flagrante delito.

b) a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada até o primeiro dia útil subsequente à prisão.

c) o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.

d) conceder-se-á *habeas data* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

e) o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial, salvo nos casos de investigações relativas a organizações criminosas.

13. (FCC / Prefeitura de Recife – 2019) Deoclécio e Demóstenes, estudantes universitários, vivendo atualmente um cenário político conturbado, ao estudarem a Constituição Federal Brasileira, dentre os direitos e garantias individuais, verificaram que

a) ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, inclusive nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.

b) será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião somente após decisão definitiva da qual não cabe mais recurso, proferida pelo país no qual o acusado praticou o crime.

- c) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- d) a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados no prazo obrigatório de cento e vinte dias ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- e) são a todos assegurados, mediante o pagamento de taxas que serão fixadas obrigatoriamente por lei complementar, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

14. (FCC / CLDF – 2018) Considerando o que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil acerca dos direitos e garantias fundamentais:

- a) nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, apenas na hipótese de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
- b) o preso será informado de seus direitos e obrigações, entre as quais a de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.
- c) conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, ou para proteger direito líquido e certo quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- d) ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, inclusive nos casos de crime propriamente militar.
- e) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.

15. (FCC / TRT 2ª Região – 2018) Com base na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, NÃO há, no Brasil, hipótese de

- a) pena de morte, nem de prisão perpétua.
- b) retroatividade da lei penal, nem de pena de banimento.
- c) crimes inafiançáveis, nem de penas cruéis.
- d) tortura legalmente permitida, nem de pena de trabalhos forçados.
- e) crimes imprescritíveis, nem de pena de perda de bens sem indenização.

16. (FCC / TRT 2ª Região – 2018) Considere que tratado internacional que veda a prisão civil do depositário infiel seja aprovado em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros. À luz das disposições da Constituição Federal, trata-se de tratado

- a) incompatível com o direito brasileiro, uma vez que não poderia vedar a prisão civil do depositário infiel, já que prevista na Constituição Federal.

- b) incompatível com o direito brasileiro, apenas porque teria sido aprovado através de procedimento não previsto no texto constitucional, embora no mérito não haja óbice à vedação de prisão civil do depositário infiel.
- c) compatível com o direito brasileiro no que toca ao procedimento adotado para a sua aprovação, mas incompatível ao vedar a prisão civil do depositário infiel, já que prevista na Constituição Federal.
- d) incompatível com o direito brasileiro no que toca ao procedimento de aprovação, mas compatível ao vedar a prisão civil do depositário infiel, por se tratar de norma de direito fundamental mais protetiva do que aquela acolhida no texto da Constituição Federal.
- e) compatível com a Constituição Federal no que toca ao procedimento adotado para a sua aprovação, ademais de não haver óbice material à vedação da prisão civil do depositário infiel, sendo referido tratado equivalente à emenda constitucional.

17. (FCC / DPE-AM – 2018) A Constituição Federal, quanto aos direitos e deveres individuais e coletivos, estabelece que

- a) é garantida a soberania dos veredictos do júri.
- b) é inviolável a liberdade de crença, sendo vedado o anonimato.
- c) é inviolável o sigilo das comunicações telefônicas, sendo exceção legal se por ordem judicial para fins de investigação civil ou criminal.
- d) a casa é asilo inviolável do indivíduo, sendo permitido nela penetrar sem o consenso do morador por determinação judicial durante o dia nos casos de flagrante delito ou a qualquer hora para prestar socorro e no caso de desastre.
- e) garantido o direito de propriedade, a qual atenderá sua função social, se necessário.

18. (FCC / TRT 15ª Região – 2018) A Constituição Federal VEDA, como regra geral, a prisão civil por dívida,

- a) proibindo, expressamente, a prisão do depositário infiel, qualquer que seja a natureza do depósito, ainda que permita a prisão civil do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia.
- b) ressaltando, expressamente, a prisão civil do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel, mas o Supremo Tribunal Federal firmou tese jurídica, em sede de julgamento de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida, no sentido de que todos os pactos internacionais em matéria de direitos humanos internalizados pelo País, inclusive os que proíbem a prisão civil por dívida, ingressam no direito brasileiro com hierarquia de norma constitucional e, por isso, a hipótese de prisão do depositário infiel é inaplicável segundo o direito vigente.
- c) ressaltando, expressamente, a prisão do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel, mas, de outro lado, o Supremo Tribunal Federal editou súmula vinculante segundo a qual é ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.
- d) ressaltando, expressamente, a prisão do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel, mas a jurisprudência vigente do Supremo Tribunal Federal

entende que os pactos internacionais em matéria de direitos humanos internalizados pelo País, inclusive os que proíbem a prisão civil por dívida, ingressam no direito brasileiro com hierarquia de norma constitucional e, por isso, todas as hipóteses de prisão civil previstas na Constituição Federal são inaplicáveis segundo o direito vigente.

e) ressaltando, expressamente, a prisão do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel, mas, segundo jurisprudência vigente do Supremo Tribunal Federal, é vedada a prisão civil do depositário infiel apenas quando o depósito for fruto de ordem judicial.

19. (FCC / TST – 2017) Determinado indivíduo requer, perante Secretaria Municipal de Educação, que lhe seja informado o número de faltas ao trabalho, nos últimos 12 meses, dos servidores públicos ocupantes de cargos efetivos lotados na escola junto à qual funciona Associação de Pais e Mestres de que faz parte. Nessa situação, à luz da Constituição Federal, cabe ao órgão da Administração:

- a) exigir que o pedido seja justificado pelo requerente, antes de fornecer a resposta, a fim de averiguar se os motivos oferecem risco à segurança do Estado ou à intimidade e vida privada dos servidores.
- b) recusar-se a prestar a informação, sob a justificativa de se tratar de informação cujo sigilo é imprescindível à segurança do Estado e de seus agentes.
- c) recusar-se a prestar a informação, a que somente se assegura acesso se disser respeito ao próprio interessado, sob pena de ofensa ao direito à intimidade e à vida privada.
- d) atender ao pedido, que pode ser formulado independentemente de justificativa, por se tratar de informação de interesse geral, a que todos têm acesso assegurado.
- e) atender ao pedido, ficando o requerente, no entanto, sujeito ao ônus da sucumbência, se comprovada má-fé.

20. (FCC / TRT-MS – 2017) Marinete ficou extremamente chateada ao chegar na sua empregadora, a empresa H, para mais um dia normal de trabalho e encontrar seu computador com uma nova tela de descanso. Esta tela possuía diversos macacos segurando placas com dizeres racistas. Inconformada com o fato, resolveu descobrir tudo a respeito do racismo do qual foi vítima. Assim, começando pela Constituição Federal, Marinete descobriu que a prática do racismo

- a) constitui crime inafiançável e imprescritível, previsto no capítulo inerente aos direitos e deveres individuais e coletivos.
- b) constitui crime inafiançável com prazo prescricional de dez anos, previsto no capítulo inerente aos direitos e deveres individuais e coletivos.
- c) constitui crime inafiançável com prazo prescricional de vinte anos, previsto no capítulo inerente aos direitos e deveres individuais e coletivos.
- d) não está prevista na Carga Magna.
- e) constitui crime imprescritível, mas afiançável mediante condições prevista no capítulo inerente aos direitos e deveres individuais e coletivos.

21. (FCC / TRE-SP – 2017) À luz da Constituição da República, brasileiro naturalizado que, comprovadamente, esteja envolvido em tráfico ilícito de entorpecentes, na forma da lei,

- a) poderá ser extraditado, ainda que o envolvimento com o tráfico ilícito de entorpecentes seja posterior à naturalização.
- b) não poderá ser extraditado, pois é expressamente vedada a extradição de brasileiro.
- c) somente poderá ser extraditado se ficar caracterizado crime político ou de opinião, casos em que a Constituição veda expressamente a extradição apenas de estrangeiro.
- d) somente poderá ser extraditado se, antes, for cancelada a naturalização, por ato da autoridade administrativa competente, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.
- e) poderá ser extraditado, desde que haja condenação pelo cometimento de crime comum praticado anteriormente à naturalização.

22. (FCC / TRT 11ª Região – 2017) Durval foi alvo de racismo em seu trabalho. Ao consultar a Constituição Federal, descobriu que a prática de racismo constitui crime

- a) inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- b) inafiançável, apenas, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.
- c) inafiançável, apenas, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- d) imprescritível, apenas, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- e) inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.

23. (FCC / TRT 11ª Região – 2017) O pai de Almir, Adalberto, faleceu deixando dívida referente à reparação de danos decorrente de condenação criminal que lhe foi imposta. Almir, preocupado com seu patrimônio, consultou a Constituição Federal para saber se seus bens respondem pela dívida deixada pelo seu pai e descobriu que

- a) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, não podendo a obrigação de reparar o dano ser estendida aos sucessores e contra eles executadas, salvo nos casos que envolvam credores menores de idade, situação na qual responderão o patrimônio particular e o transferido, ilimitadamente.
- b) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, não podendo a obrigação de reparar o dano ser estendida aos sucessores e contra eles executada, pois deixa de existir com a morte do condenado.
- c) a pena poderá passar da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano ser estendida aos sucessores e contra eles executada, ilimitadamente, respondendo o seu patrimônio particular e o patrimônio transferido.
- d) a pena poderá passar da pessoa do condenado, podendo, a obrigação de reparar o dano por ele causado, ser estendida não apenas aos sucessores, mas a todos os parentes, ilimitadamente.
- e) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano ser, nos termos da lei, estendida aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.

24. (FCC / TRT 20ª Região – 2016) Fausto, empregado da empresa X, exerce a função de operador de máquinas. Na semana passada, seu chefe hierárquico, chamou todos os empregados no pátio da fábrica e ofereceu bananas aos macacos que não estavam atingindo as metas, apontando como exemplo Fausto.

Fausto, sentiu-se humilhado e chegando em sua residência, consultou a Constituição Federal sobre a prática de racismo e verificou que a Carta Magna

- a) prevê dentre os direitos sociais que a prática de racismo constitui crime inafiançável, mas prescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- b) prevê dentre os direitos e deveres individuais e coletivos que a prática de racismo constitui crime inafiançável, mas prescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- c) prevê dentre os direitos e deveres individuais e coletivos que a prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- d) prevê dentre os direitos e deveres individuais e coletivos que a prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.
- e) não prevê em nenhum capítulo específico, o racismo, mencionando apenas dentre os direitos fundamentais a garantia da dignidade da pessoa humana.

25. (FCC / DPE-BA – 2016) No âmbito da Teoria dos Direitos Fundamentais,

- a) a dimensão subjetiva dos direitos fundamentais está atrelada, na sua origem, à função clássica de tais direitos, assegurando ao seu titular o direito de resistir à intervenção estatal em sua esfera de liberdade individual.
- b) em que pese a doutrina reconhecer a eficácia dos direitos fundamentais nas relações entre particulares (eficácia horizontal), a tese em questão nunca foi apreciada ou acolhida pelo Supremo Tribunal Federal.
- c) a cláusula de abertura material do catálogo de direitos fundamentais expressa no § 2º do art. 5º da Constituição Federal não autoriza que direitos consagrados fora do Título II do texto constitucional sejam incorporados ao referido rol.
- d) o princípio da proibição de retrocesso social foi consagrado expressamente no texto da Constituição Federal.
- e) os direitos fundamentais de primeira dimensão ou geração possuem função normativa de natureza apenas defensiva ou negativa.

26. (FCC / TRF 3ª Região – 2016) Nos termos do art. 5º, LIII, da Constituição Federal, “ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente”.

O dispositivo constitucional citado consagra o princípio

- a) do juiz natural.
- b) do contraditório.
- c) da inafastabilidade da jurisdição.
- d) da ampla defesa.
- e) do devido processo legal.

27. (FCC / TRT 23ª Região – 2016) “A” é um cidadão inglês naturalizado brasileiro que foi condenado por crime de tráfico de drogas na Inglaterra. “B” é um cidadão iraniano que pediu asilo ao Brasil por ter

cometido crime de opinião em seu país, ao fazer oposição ao governo do Irã. Considerando que ambos residem no Brasil e também o que dispõe a Constituição Federal de 1988 a respeito da extradição,

- a) "A" e "B" poderão ser extraditados.
- b) "A" não poderá ser extraditado porque o Brasil não concede a extradição de cidadão naturalizado brasileiro por prática de crime de tráfico de drogas e "B" poderá ser extraditado, uma vez que foi condenado por crime de opinião, e não por crime político.
- c) "B" poderá ser extraditado porque o Brasil não concede asilo a estrangeiro que tenha cometido crime de opinião, mas "A" não poderá ser extraditado porque o Brasil não concede a extradição de cidadão naturalizado brasileiro por prática de crime de tráfico de drogas.
- d) "A" não poderá ser extraditado porque o Brasil não prevê a possibilidade de extradição para brasileiros naturalizados e "B" não poderá ser extraditado porque o Brasil não concede extradição por crime de opinião.
- e) "B" não poderá ser extraditado porque o Brasil não concede extradição por crime de opinião, mas "A" poderá ser extraditado, ainda que o crime tenha sido praticado depois da naturalização.

28. (FCC / TRT 9ª Região – 2015) Nos termos da Constituição Federal, há previsão legal para aplicação de pena:

- a) cruel.
- b) de banimento.
- c) de trabalhos forçados.
- d) de caráter perpétuo.
- e) de morte

29. (FCC / TRE-AP – 2015) Fausto foi condenado por sentença transitada em julgado por crime cometido em 2010, encontrando-se em cumprimento da pena de 10 anos. Em 2015, entrou em vigor uma lei que não mais considera como crime a conduta que levou Fausto à prisão. Neste caso, Fausto:

- a) será beneficiado pela nova lei, pois a lei penal retroage.
- b) não será beneficiado pela nova lei, pois a Constituição Federal garante a irretroatividade da lei penal.
- c) será beneficiado pela nova lei apenas se esta favorecer ao menos 10 condenados.
- d) não será beneficiado pela nova lei, pois a Constituição garante a retroatividade apenas da lei civil.
- e) não será beneficiado pois a nova lei não pode prejudicar a coisa julgada.

30. (FCC / DPE-SP – 2015) Considere as seguintes assertivas a respeito dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos:

- I. São gratuitas as ações de habeas corpus e habeas data.
- II. São gratuitos o registro civil de nascimento, a certidão de óbito e a certidão de matrimônio com as devidas averbações.
- III. A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível.

IV. A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.

Está correto o que se afirma em

a) I, II e IV, apenas.

b) I, II, III e IV.

c) I, III e IV, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I e IV, apenas.

31. (FCC / TJ-AP – 2014) A norma definidora de direito fundamental, segundo a qual *a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada* (Constituição Federal, art. 5º, inciso XXXIV), pode ser explicada do seguinte modo:

a) a lei não pode retroagir em detrimento da segurança jurídica do cidadão.

b) a lei ordinária não pode, mas a lei complementar pode prejudicar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

c) o princípio da legalidade não se aplica às pessoas jurídicas.

d) o princípio da anterioridade da lei penal não se aplica às pessoas jurídicas.

e) o Estado Democrático de Direito só admite leis prospectivas.

32. (FCC / TRT 2ª Região-SP – 2014) Entre as atribuições conferidas pelo texto constitucional ao Presidente da República está o poder de “conceder indulto e comutar penas”. O indulto implica extinção de punibilidade, liberando o condenado por sentença criminal do cumprimento da pena ou do seu restante. Já a comutação de pena consiste em substituição da sanção judicial aplicada por outra, em geral, mais branda. O exercício dessa atribuição presidencial não é cabível, nos termos da Constituição Federal, para beneficiar os condenados pela prática das infrações criminais de:

a) terrorismo, tortura, a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático, bem como tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

b) terrorismo, tortura, racismo e tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

c) terrorismo, racismo, os delitos qualificados como crimes hediondos e a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

d) tortura, racismo, os delitos qualificados como crimes hediondos e tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

e) terrorismo, tortura, os delitos qualificados como crimes hediondos e tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

33. (FCC / ISS-SP – 2012) A Lei federal no 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados por União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações, contempla as seguintes previsões:

“Art. 1º. (...)”

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei:

I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público;

II - as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.”

Art. 7º. O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:

(...)

VII - informação relativa:

a) à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos;

(...)

§ 1º O acesso à informação previsto no caput não compreende as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Art. 32. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar:

I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa; (...)”

Considere, a esse respeito, as seguintes afirmações, à luz da disciplina constitucional dos direitos e garantias fundamentais:

I – É indevida a subordinação dos órgãos e entidades referidos no parágrafo único, do art. 1º, ao regime da lei de acesso a informações, pois a Constituição determina que, para tanto, é necessária prévia autorização judicial.

II – O § 1º do art. 7º é compatível com a Constituição da República, ao permitir que haja restrição de acesso a informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

III – O art. 32, inciso I, é incompatível com a Constituição da República no que se refere à previsão de responsabilização de agentes públicos pelo retardamento no fornecimento de informações.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) II e III.

34. (FCC / TRT 4ª Região – 2006) O Direito de Petição previsto na Constituição Federal é:

- a) Exercido tão somente no âmbito do Poder Judiciário.

- b) Assegurado aos brasileiros natos, maiores de vinte e um anos.
- c) Extensivo a todos, nacionais ou estrangeiros, mediante o pagamento de taxas.
- d) Destinado ao cidadão em face dos Poderes Públicos e exercido judicialmente apenas por advogado constituído.
- e) Garantido a todos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

35. (FCC / DPE-SP – 2010) De acordo com a Constituição Federal, é assegurado, nos processos de competência do Tribunal do Júri,

- a) Processamento dos crimes patrimoniais dolosos.
- b) Sigilo das votações.
- c) A divulgação das votações, para garantia da plenitude de defesa.
- d) A soberania da sentença sobre as votações.
- e) Processamento dos crimes dolosos e culposos contra a vida.

36. (FCC / TJ-PI – 2009) É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, NÃO havendo:

- a) A competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.
- b) A plenitude de defesa.
- c) O sigilo das votações.
- d) A soberania dos veredictos.
- e) O juízo ou o tribunal de exceção.

37. (FCC / TJ-SE – 2009) É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, NÃO sendo assegurado:

- a) A soberania dos veredictos.
- b) A plenitude de defesa.
- c) O sigilo das votações.
- d) O sigilo do nome do juiz.
- e) A competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

38. (FCC / TRE-PE – 2004) A Constituição Federal manteve a instituição do júri e assegurou uma organização mínima. Todavia, NÃO previu, expressamente,

- a) A soberania dos veredictos.
- b) A plenitude de defesa.
- c) A competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.
- d) O sigilo das votações.

e) O número dos jurados integrantes do conselho de sentença.

39. (FCC / DPE-SP – 2010) No dia 27 de fevereiro de 2008, determinado cidadão foi multado em razão de conduzir veículo utilizando telefone móvel. No dia 03 de março de 2008, foi editada lei federal tipificando como crime a mesma conduta. Pretendeu-se, então, aditar o auto de infração lavrado para aplicar ao cidadão a pena prevista para o novo tipo penal. A conduta é, de acordo com a Constituição Federal,

a) Constitucional, uma vez que observado o princípio da legalidade.

b) Constitucional, uma vez que se presta a garantir a segurança da coletividade no trânsito.

c) Constitucional se a autuação da infração de trânsito for posterior à edição da lei, independentemente da data da prática do ato.

d) Inconstitucional, porque ofende o princípio da irretroatividade da lei penal.

e) Inconstitucional, pois, embora observado o princípio da legalidade, restou violado o princípio da ampla defesa.

40. (FCC / PGE-SP – 2009) A Constituição Federal estabelece que a prática de racismo é crime:

a) Imprescritível e inafiançável, não dispondo sobre pena.

b) Imprescritível, sujeito à pena educativa de prestação de serviços à comunidade.

c) Imprescritível e punível com reclusão, não dispondo sobre fiança.

d) Inafiançável e punível com reclusão, não dispondo sobre prescrição.

e) Imprescritível, inafiançável e punível com reclusão.

41. (FCC / TJ-SE – 2009) Nos termos da lei, a prática do racismo constitui crime:

a) Inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão.

b) Afiançável e prescritível, sujeito à pena de detenção.

c) Inafiançável e prescritível, sujeito à pena de reclusão.

d) Afiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção.

e) Afiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão.

42. (FCC / TJ-PA – 2009) Nos termos da Constituição Federal, a prática do racismo constitui:

a) Delito afiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção e multa.

b) Contravenção inafiançável e prescritível, sujeita à pena de reclusão.

c) Crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão.

d) Contravenção afiançável e prescritível, sujeito à pena de prisão simples, detenção e/ou reclusão.

e) Crime inafiançável e prescritível, sujeito à pena de prisão simples, detenção e/ou reclusão e multa.

43. (FCC / TRT 20ª Região – 2011) Herculano presenciou Humberto torturar Plínio e não o impediu. De acordo com o disposto na Constituição Federal, Herculano:

- a) Não responderá pelo crime de tortura, porém poderá testemunhar em juízo contra Humberto.
- b) Não responderá pelo crime de tortura mas, em razão da sua omissão, terá que indenizar solidariamente o dano.
- c) Não responderá pelo crime de tortura e não indenizará Plínio.
- d) Responderá pelo crime de tortura, que é imprescritível e insuscetível de graça ou anistia.
- e) Responderá pelo crime de tortura, que é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

44. (FCC / TRE-RN – 2011) De acordo com a Constituição Federal é crime inafiançável e imprescritível:

- a) a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- b) o terrorismo, apenas.
- c) os definidos como crimes hediondos.
- d) a tortura, apenas.
- e) o terrorismo e a tortura.

45. (FCC / TRT 8ª Região – 2010) Segundo a Constituição Federal, constitui crime imprescritível a prática de:

- a) Tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- b) Tortura.
- c) Racismo.
- d) Latrocínio.
- e) Terrorismo.

46. (FCC / DPE-SP – 2013) Considere os seguintes crimes:

I- Tortura.

II – Terrorismo.

III - Racismo.

IV - Ação de grupos armados (civis ou militares) contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

Nos termos da Constituição Federal brasileira, detêm as características de “inafiançável e imprescritível” os crimes descritos em:

- a) II e III, apenas
- b) I, III e IV, apenas.
- c) III e IV, apenas.
- d) I e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

47. (FCC / TRE-AP – 2011) Pitágoras foi condenado a reparar os danos morais que causou à Libero por racismo. Porém, Pitágoras faleceu sem pagar a dívida, o que motivou Libero a pleitear de Tibério, filho do falecido, o pagamento. No tocante aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos previstos na Constituição Federal, tal cobrança em face de Tibério é:

- a) Possível, desde que Pitágoras tenha deixado bens, ressalvando que a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens serão, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.
- b) Impossível, porque a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens jamais serão estendidas aos sucessores e contra eles executadas, mesmo se o falecido deixou bens.
- c) Impossível, porque a Constituição Federal veda expressamente.
- d) Possível, porque por força da Constituição Federal, mesmo não tendo praticado o racismo, é responsável solidário da obrigação de reparar o dano pelo simples fato de ser filho do condenado, sendo irrelevante se Pitágoras faleceu ou não e se deixou ou não bens.
- e) Impossível, porque a sentença de mérito que condenou Pitágoras à reparar os danos morais não condenou seu sucessor, Tibério, como responsável subsidiário da obrigação, mesmo havendo bens deixados pelo falecido à título de herança.

48. (FCC / DPE-SP – 2010) Dentre as penas abaixo indicadas, assinale a que é expressamente VEDADA pela Constituição Federal Brasileira:

- a) Trabalhos forçados.
- b) Suspensão de direitos.
- c) Interdição de direitos.
- d) Perda de bens
- e) Prestação social alternativa.

49. (FCC / TRT 9ª Região – 2010) Com relação aos direitos e deveres individuais e coletivos, declarada guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas, e, nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional, a Constituição Federal autoriza a aplicação da pena:

- a) De banimento.
- b) De caráter perpétuo.
- c) De trabalhos forçados.
- d) De morte.
- e) Cruéis.

50. (FCC / SJDH-BA – 2010) Em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil, é passível de imposição, dentre outras, a pena de:

- a) Morte, em caso de guerra por agressão estrangeira.

- b) Trabalhos forçados, com a anuência do presidiário.
- c) Banimento, se houver tratado internacional.
- d) Caráter perpétuo, nos casos de crime militares.
- e) Privação da liberdade, mesmo passando da pessoa do condenado.

51. (FCC / TRT 3ª Região – 2009) Considere os mandamentos constitucionais:

I. Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor transferido.

II. A aplicação da pena deve ajustar-se à situação de cada imputado adotando-se, dentre outras, a prestação social alternativa, a suspensão ou interdição de direitos e a multa.

Essas hipóteses dizem respeito a garantias relativas à aplicação da pena, denominadas, respectivamente, como

- a) Seguranças processuais penais e vedação de tratamento desumano e degradante.
- b) Individualização da pena e personalização da pena.
- c) Proibição da prisão civil por dívida e proteção da incolumidade física e moral.
- d) Personalização da pena e individualização da pena.
- e) Tratamento desumano e degradante e individualização da pena.

52. (FCC / TCE-GO – 2009) A Constituição proíbe a instituição de pena de:

- a) morte, sem exceção.
- b) caráter perpétuo, salvo em caso de guerra declarada.
- c) trabalhos forçados.
- d) restrição de liberdade.
- e) restrição de direitos.

53. (FCC / TJ-PI – 2009) A Lei regulará a individualização da pena e NÃO adotará, dentre outras, a de:

- a) Trabalhos forçados.
- b) Privação ou restrição da liberdade.
- c) Perda de bens.
- d) Multa.
- e) Suspensão ou interdição de direitos.

54. (FCC / TRE-SP – 2012) Suponha que, num processo judicial, após a constatação do desaparecimento injustificado de bem que estava sob a guarda de depositário judicial, o magistrado decretou a prisão civil do depositário. Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, a prisão civil foi decretada:

- a) regularmente, uma vez que a essa pena está sujeito apenas o depositário judicial, e não o contratual.
- b) regularmente, uma vez que a essa pena está sujeito o depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.
- c) irregularmente, uma vez que a pena somente pode ser aplicada ao depositário infiel que assuma contratualmente o ônus da guarda do bem.
- d) irregularmente, uma vez que é ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.
- e) irregularmente, uma vez que é inconstitucional a prisão civil por dívida, qualquer que seja seu fundamento.

55. (FCC / PM-Santos – 2005) Ramysa nasceu no estrangeiro mas é brasileira naturalizada. Seu país de origem solicitou sua extradição porque lá teria praticado um crime. Nesse caso, o Brasil dará a extradição se:

- a) O crime tiver sido praticado antes da naturalização e o crime for de natureza comum.
- b) Ela o pedir, em benefício de sua defesa, pois brasileiro não pode ser extraditado.
- c) O crime for político ou de tráfico de entorpecentes e drogas afins.
- d) Ela praticou crime político ou de opinião, antes ou depois da naturalização.
- e) O crime for de opinião ou de tortura, sendo irrelevante a data de sua prática.

56. (FCC / DPE-SP – 2010) De acordo com o disposto na Constituição Federal, o princípio da presunção de inocência do réu aplica-se:

- a) Somente até o início da ação penal, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- b) Até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.
- c) Somente após trânsito em julgado de sentença penal absolutória.
- d) Somente nos processos de competência do Tribunal do Júri.
- e) Até a prolação de sentença condenatória, apenas em relação a réus primários.

57. (FCC / TJ-SC – 2011) Em geral os atos processuais são públicos, mas de acordo com a Constituição Federal, a lei poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando o exigirem:

- a) a defesa da honra ou a vida privada;
- b) a defesa da intimidade ou o interesse social
- c) a defesa vida privada e o interesse público
- d) a proteção da imagem e o interesse público
- e) a proteção da intimidade e a vida privada

58. (FCC / TRF 1ª Região – 2011) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo, além de outra hipótese, no caso de:

- a) tráfico de drogas.
- b) tortura.
- c) racismo.
- d) terrorismo.
- e) transgressão militar, definida em lei.

59. (FCC / TRE-AP – 2011) Bernardino foi preso, porém os policiais que o prenderam estavam encapuzados sendo impossível identificá-los. Segundo a Constituição Federal, Bernardino:

- a) Não tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão, porque no caso prevalece a segurança dos policiais.
- b) Tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão.
- c) Tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão apenas no ato do seu interrogatório em juízo e desde que a tenha requisitado à autoridade judiciária, sob pena de preclusão, medida essa preventiva à segurança dos policiais e para evitar a prescrição penal.
- d) Não tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão porque a Constituição Federal confere aos policiais o direito de sigilo independentemente do motivo.
- e) Tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão, desde que no seu depoimento pessoal prestado à autoridade policial, a tenha requisitado, sob pena de preclusão, porque é irrelevante saber quem o prendeu com o fim de evitar a ocorrência da prescrição penal.

60. (FCC / DPE-SP – 2010) No Brasil não se admite, em regra, prisão civil, cabível, no entanto, para os casos de dívida oriunda de inadimplemento voluntário e inescusável de:

- a) tributos previdenciários.
- b) obrigação alimentícia.
- c) contrato de locação.
- d) multa ambiental.
- e) contrato de trabalho.

61. (FCC / TRT 1ª Região – 2014) Dentre os direitos e garantias individuais e coletivos previstos na Constituição Federal, encontra-se:

- a) a garantia do mandado de segurança para a proteção do direito de ir e vir.
- b) a garantia de não admissão nos processos, das provas obtidas por meios ilícitos, salvo nos casos de guerra e atentado contra a ordem constitucional.
- c) o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, independente de quaisquer exigências legais quanto à qualificação profissional.
- d) a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.
- e) a garantia da concessão de extradição aos estrangeiros, em casos de crimes políticos.

62. (FCC / DPE-RS – 2013) O direito fundamental à assistência jurídica integral e gratuita prestada pelo Estado, previsto no artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal brasileira, tem como destinatários:

- a) Todos os cidadãos brasileiros, pois se trata de direito universal.
- b) As pessoas que comprovarem insuficiência de recursos.
- c) As pessoas físicas e jurídicas, independentemente dos recursos que disponham.
- d) As pessoas necessitadas, desde que possuam atestado de pobreza.
- e) As pessoas necessitadas, desde que beneficiárias de programas governamentais de transferência de renda.

63. (FCC / TRE-CE – 2012) Alberto, reconhecidamente pobre na forma da lei, necessita obter a sua certidão de nascimento e a certidão de óbito do seu pai, Ataulfo, que acabara de falecer. Segundo a Constituição Federal, o Cartório de Registro Civil competente deverá fornecer, em regra,

- a) onerosamente o registro civil de nascimento de Alberto e gratuitamente a certidão de óbito de Ataulfo, mediante o pagamento de vinte reais para cada certidão.
- b) gratuitamente o registro civil de nascimento de Alberto e onerosamente a certidão de óbito de Ataulfo.
- c) gratuitamente as certidões de registro civil de nascimento de Alberto e de óbito de Ataulfo.
- d) as certidões de nascimento e óbito mediante o pagamento de taxa simbólica de cinco reais para cada certidão.
- e) as certidões de nascimento e óbito mediante o pagamento de taxa simbólica de dois reais para cada certidão.

64. (FCC / TRT 3ª Região – 2005) A Constituição Federal é expressa ao prever, apenas para os reconhecidamente pobres, a gratuidade:

- a) no exercício do direito de petição junto aos poderes públicos, para esclarecimentos de situações pessoais.
- b) das ações de habeas corpus e de habeas data.
- c) na obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos.
- d) do registro civil de nascimento e de casamento.
- e) na prestação de assistência jurídica integral pelo Estado.

65. (FCC / TRT 2ª Região – 2004) Descobriu-se hoje que Lamartine estava preso em cumprimento de pena criminal, cujo prazo já se expirara havia dez dias. Na mesma investigação, apurou-se que Braga tinha sido vítima de erro judiciário, visto que foi condenado por crime que não cometeu. Nesses casos,

- a) Lamartine tem direito à indenização pela incúria administrativa do Estado, mas Braga não, porque sua condenação tem trânsito em julgado.
- b) ambos, tanto Lamartine como Braga, têm direito à indenização do Estado.
- c) Braga tem direito à indenização do Estado, em virtude da culpa dos órgãos judiciários no erro, mas Lamartine não, porque o excesso de prazo até quinze dias é irrelevante.

d) nenhum dos dois tem direito à indenização do Estado, que se portou sempre nos estritos limites da legalidade.

e) cada um deles tem direito à indenização, se provar que o Estado, por seus agentes, agiu com dolo ou culpa.

66. (FCC / TRE-AC – 2010) Em conformidade com disposição constitucional, é certo que no Brasil são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei:

a) O registro de títulos e documentos e a certidão imobiliária.

b) A certidão de casamento e o registro civil de nascimento.

c) O registro da matrícula de imóvel e a certidão de óbito.

d) As certidões negativas forenses e a certidão de casamento.

e) A certidão de óbito e o registro civil de nascimento.

67. (FCC / TRT 2ª Região – 2004) A Constituição Federal declara expressamente que as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais:

a) têm aplicação imediata.

b) têm eficácia contida.

c) dependem de lei para entrar em vigor.

d) podem ter ou não, conforme o caso, aplicação imediata.

e) são normas programáticas.

68. (FCC / PGE-SP – 2009) Os direitos e garantias expressos na Constituição Federal:

a) constituem um rol taxativo.

b) não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, entre os quais o Estado Democrático de Direito e o princípio da dignidade humana.

c) não excluem outros decorrentes do Estado Democrático de Direito e do princípio da dignidade humana, mas a ampliação deve ser formalmente reconhecida por autoridade judicial no exercício do controle de constitucionalidade.

d) não excluem outros decorrentes do Estado Democrático de Direito e do princípio da dignidade humana, mas a ampliação deve ser formalmente reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal ao julgar arguição de descumprimento de preceito fundamental.

e) somente podem ser ampliados por força de Tratado Internacional de Direitos Humanos aprovado em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

69. (FCC / PGE-MT–Procurador – 2011) Os textos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em março de 2007, tramitaram perante as Casas do Congresso Nacional nos anos de 2007 e 2008, com vistas à sua aprovação, por meio de Decreto Legislativo. O então projeto de Decreto Legislativo foi aprovado, inicialmente, na Câmara dos Deputados, pelo voto de 418 e 353 de seus membros, em primeiro e segundo turnos, respectivamente; na

sequência, encaminhado ao Senado Federal, foi aprovado pelo voto de 59 e 56 de seus membros, em primeiro e segundo turnos, respectivamente. Promulgado e publicado o Decreto Legislativo no 186, de 2008, o Governo brasileiro depositou o instrumento de ratificação dos atos junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas em agosto de 2008, ocorrendo, ao final, a edição do Decreto no 6.949, de 2009, pelo Presidente da República, promulgando a referida Convenção e seu Protocolo Facultativo.

Diante disso, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo:

- a) estão aptos a produzir efeitos no ordenamento jurídico brasileiro, ao qual se integraram como norma equivalente às leis ordinárias.
- b) estão aptos a produzir efeitos no ordenamento jurídico brasileiro, em que serão considerados equivalentes às emendas à Constituição.
- c) estão aptos a produzir efeitos no plano jurídico externo, mas não no ordenamento interno brasileiro.
- d) estariam aptos a produzir efeitos no ordenamento jurídico brasileiro se houvessem sido aprovados como proposta de emenda à Constituição de iniciativa do Presidente da República, promulgada pelas Mesas das Casas do Congresso Nacional.
- e) não estão aptos a produzir efeitos no plano jurídico externo, tampouco no ordenamento interno brasileiro, uma vez que não foram observados os procedimentos necessários à sua ratificação e promulgação.

70. (FCC / TRE-PI – 2009) De acordo com a Constituição Federal Brasileira, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em:

- a) único turno, por dois terços dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- b) dois turnos, por dois terços dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- c) dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às Leis Complementares.
- d) dois turnos, por dois terços dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às Leis Complementares.
- e) dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

71. (FCC / ISS-SP – 2012) Proposta de Emenda à Constituição proposta por 28 Senadores tem por objeto estender aos empregados domésticos os mesmos direitos e garantias previstos na Constituição para empregados urbanos e rurais. A proposta é aprovada em dois turnos, pelo voto de 55 Senadores em cada um. Nessa hipótese, a proposta:

- a) não poderia ter sido apresentada por Senadores, por tratar-se de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, padecendo, assim, de vício de inconstitucionalidade.
- b) deverá ser submetida à discussão e apreciação da Câmara dos Deputados, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver o voto de 3/5 de seus membros em ambos os turnos.

- c) deverá ser arquivada, por não ter alcançado o “quórum” suficiente para votação, no Senado Federal, não podendo ser a matéria em questão objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- d) deverá ser encaminhada à sanção e promulgação do Presidente da República, para que passe a valer como emenda à Constituição.
- e) não poderia ter sido sequer objeto de deliberação pelos Senadores, por dispor sobre direitos e garantias fundamentais, considerados cláusulas pétreas da Constituição.

GABARITO

- | | |
|-------------|-------------|
| 1. LETRA A | 43. LETRA E |
| 2. LETRA A | 44. LETRA A |
| 3. LETRA E | 45. LETRA C |
| 4. LETRA E | 46. LETRA C |
| 5. LETRA E | 47. LETRA A |
| 6. LETRA D | 48. LETRA A |
| 7. LETRA D | 49. LETRA D |
| 8. LETRA E | 50. LETRA A |
| 9. LETRA B | 51. LETRA D |
| 10. LETRA C | 52. LETRA C |
| 11. LETRA C | 53. LETRA A |
| 12. LETRA C | 54. LETRA D |
| 13. LETRA C | 55. LETRA A |
| 14. LETRA E | 56. LETRA B |
| 15. LETRA D | 57. LETRA B |
| 16. LETRA E | 58. LETRA E |
| 17. LETRA A | 59. LETRA B |
| 18. LETRA C | 60. LETRA B |
| 19. LETRA D | 61. LETRA D |
| 20. LETRA A | 62. LETRA B |
| 21. LETRA A | 63. LETRA C |
| 22. LETRA A | 64. LETRA E |
| 23. LETRA E | 65. LETRA B |
| 24. LETRA C | 66. LETRA E |
| 25. LETRA A | 67. LETRA A |
| 26. LETRA A | 68. LETRA B |
| 27. LETRA E | 69. LETRA B |
| 28. LETRA E | 70. LETRA E |
| 29. LETRA A | 71. LETRA B |
| 30. LETRA C | |
| 31. LETRA A | |
| 32. LETRA E | |
| 33. LETRA B | |
| 34. LETRA E | |
| 35. LETRA B | |
| 36. LETRA E | |
| 37. LETRA D | |
| 38. LETRA E | |
| 39. LETRA D | |
| 40. LETRA E | |
| 41. LETRA A | |
| 42. LETRA C | |

LISTA DE QUESTÕES

Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – Art. 5º, XXXII a LXXIX

1. (FGV/SEFAZ-AM - 2022) A Lei nº XX, do Estado Alfa, foi editada com o objetivo de disseminar responsabilidade no manejo dos recursos administrativos pela população em geral, o que se devia à alarmante estatística de que 90% das irresignações eram infundadas. Para tanto, exigiu que, nos processos administrativos em que ocorresse a aplicação de multa aos administrados, a admissibilidade do recurso estava condicionada ao depósito prévio de 50% do valor da penalidade. Irresignada com o teor da Lei nº XX, a Associação dos Comerciantes do Estado Alfa consultou um(a) advogado(a) a respeito da sua compatibilidade com a ordem constitucional, sendo-lhe respondido, corretamente, que o referido diploma normativo é:

a) inconstitucional, pois os processos administrativos são direcionados aos atos internos da Administração Pública, não podendo resultar em penalidades aos administrados.

b) constitucional, caso o referido diploma normativo tenha assegurado a possibilidade de o depósito prévio ser substituído pelo arrolamento de bens.

c) constitucional, pois compete aos Estados legislar sobre o processo administrativo estadual e a medida se ajusta ao princípio da proporcionalidade.

d) inconstitucional, na medida em que o depósito prévio, nos recursos administrativos, afronta a gratuidade inerente ao direito de petição.

e) constitucional, pois compete ao Estado instituir taxas e outras exações tributárias pelos serviços que presta.

2. (FGV/ TJ-DFT - 2022) John, de nacionalidade estrangeira e que veio a se naturalizar brasileiro, tinha sido condenado, anteriormente, em seu país de origem, em sentença judicial transitada em julgado, pela prática de crime comum. Após anos de negociação, o seu país de origem celebrou tratado de extradição com o Estado brasileiro e requereu a extradição de John. À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que John:

a) não pode ser extraditado, pois o Brasil não extradita os seus nacionais;

b) não pode ser extraditado, salvo se, previamente, for declarada a perda da nacionalidade brasileira;

c) pode ser extraditado em razão da natureza do crime e do momento em que o praticou, sendo-lhe aplicável o tratado de extradição celebrado posteriormente;

d) poderia ser extraditado em razão da natureza do crime e do momento em que o praticou, mas não lhe é aplicável o tratado de extradição celebrado posteriormente;

e) poderia ser extraditado, como qualquer nacional, nato ou naturalizado, em razão da natureza do crime, mas não lhe é aplicável o tratado de extradição celebrado posteriormente.

3. (FGV/PC-RJ - 2022) Maria, no exercício do direito de petição, compareceu à Secretaria Municipal de Obras para solicitar que fossem adotadas as providências necessárias ao recapeamento asfáltico das ruas do seu bairro. Afinal, a falta de manutenção contribuiu para o aumento dos buracos e os acidentes se multiplicaram. O servidor responsável pelo protocolo solicitou de Maria o comprovante de recolhimento da “taxa de expediente”, o que seria necessário para que o seu pleito fosse apreciado. À luz da sistemática constitucional, a taxa mencionada pelo servidor:

- a) não pode ser exigida;
- b) pode ser exigida, desde que prevista na lei orgânica;
- c) pode ser exigida, desde que prevista em lei ordinária;
- d) pode ser exigida, desde que fixada em patamares módicos;
- e) pode ser exigida e será reembolsada se o pleito for acolhido.

4. (FGV/PC-RJ - 2021) Eunice, servidora pública estadual, preencheu os requisitos para a fruição de determinado benefício assegurado pelo regime jurídico único dos servidores. Ocorre que, no dia anterior àquele em que iria requerê-lo, a lei foi alterada, e o benefício, suprimido. Apesar disso, um amigo lhe informou, corretamente, que o seu direito ao benefício não seria afetado pela nova lei, o que decorria da garantia constitucional do(a):

- a) coisa julgada;
- b) direito adquirido;
- c) ato jurídico perfeito;
- d) expectativa legítima;
- e) legalidade imanente.

5. (FGV/SEFAZ-ES - 2021) João, vereador do Município Beta, qualificando-se como tal e de modo isolado, sem prévia aprovação da Câmara Municipal, solicitou ao Prefeito Municipal que lhe fossem disponibilizados alguns documentos não sigilosos afetos à gestão pública, de modo que lhe fosse possível avaliar a juridicidade das despesas realizadas. À luz da sistemática constitucional, o requerimento formulado deve ser:

- a) indeferido, pois somente a Câmara Municipal fiscaliza a atuação do Poder Executivo, o que impede a atuação isolada de um vereador.
- b) deferido, pois o parlamentar, na qualidade de cidadão, tem o direito de acesso às informações de interesse público não submetidas a sigilo.
- c) deferido, pois a solicitação de informações apresentada pelo vereador pode ser a qualquer momento chancelada pela Câmara Municipal.
- d) indeferido, pois somente o Tribunal de Contas realiza a fiscalização da juridicidade das despesas realizadas.
- e) indeferido, pois informações dessa natureza constarão da prestação anual de contas de governo do Prefeito Municipal.

6. (FGV/PM-RJ - 2021) João, maior e capaz, mas que ainda não promoveu o seu cadastro eleitoral, formulou pedido de acesso a informação direcionado ao Ministério Público do Estado Alfa, requerendo que lhe fossem fornecidos dados concernentes ao valor despendido com a contratação de empresas terceirizadas.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que o pedido de João deve ser

- a) deferido, considerando o destinatário do pedido e a natureza das informações solicitadas.
- b) indeferido, pois o acesso à informação somente é assegurado em relação aos órgãos do Poder Executivo.
- c) indeferido, desde que João apresente os motivos determinantes da solicitação de acesso à informação.
- d) indeferido, já que as informações almejadas por João dizem respeito à governança administrativa, não à sua pessoa.
- e) indeferido, já que João não ostenta a condição de cidadão, o que impede a formulação de requerimento dessa natureza.

7. (FGV/ TJ-CE – 2019) Determinado tratado internacional de proteção aos direitos humanos foi aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, pela unanimidade dos seus membros.

À luz da sistemática constitucional, o tratado internacional assim aprovado ingressará na ordem jurídica interna com a natureza de:

- a) decreto;
- b) lei ordinária;
- c) lei complementar;
- d) medida provisória;

e) emenda constitucional.

8. (FGV / DPE-RJ – 2019) Maria procurou a Defensoria Pública e informou que foi surpreendida, às 12h, com o ingresso de agentes públicos armados em sua residência, contra a sua vontade, sob a alegação de que estavam procurando um criminoso. Considerando a sistemática constitucional, o Defensor Público informou corretamente que a conduta dos agentes públicos era:

- a) ilícita, pois os agentes públicos nunca podem ingressar na casa alheia sem o consentimento do morador;
- b) lícita, pois os agentes públicos sempre podem ingressar na casa alheia, sem o consentimento do morador, para procurar um criminoso;
- c) lícita, pois os agentes públicos podem ingressar na casa alheia, sem o consentimento do morador, sempre que entenderem necessário;
- d) ilícita, pois os agentes públicos não podem ingressar na casa alheia, sem o consentimento do morador, para procurar um criminoso, sem ordem judicial;
- e) lícita, pois os agentes públicos somente podem ingressar na casa alheia, sem o consentimento do morador, se estiver sendo praticado um crime no local.

9. (FGV / TJ-SC – 2018) De acordo com o art. 5º, XXXII, da Constituição da República, “o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor”.

Considerando a aplicabilidade das normas constitucionais, a norma constitucional que se extrai do referido preceito tem:

- a) eficácia limitada de princípio consumerista;
- b) eficácia limitada de princípio institutivo;
- c) natureza programática;
- d) eficácia contida;
- e) eficácia plena.

10. (FGV / TJ-SC – 2018) Pedro, servidor público estadual, respondeu a processo administrativo disciplinar e recebeu, ao final, a sanção de suspensão de 10 (dez) dias, o que também lhe acarretou outros prejuízos estatutários, como a impossibilidade de ser promovido por merecimento nos dois anos seguintes. Apesar da gravidade das consequências, Pedro não foi defendido por advogado.

Considerando as garantias constitucionais asseguradas aos brasileiros em geral, a ausência de defesa por advogado:

- a) não afronta a ordem constitucional, desde que tenham sido assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- b) não afronta a ordem constitucional, desde que Pedro tenha renunciado ao direito à defesa por advogado;
- c) afronta a garantia constitucional do devido processo legal;
- d) afronta a garantia constitucional da ampla defesa;

e) afronta a garantia constitucional do contraditório.

11. (FGV / TJ-AL – 2018) Pedro ajuizou uma ação em face de João e se saiu vitorioso, sendo-lhe atribuído certo bem. Anos depois, quando já não mais era cabível qualquer recurso, ação ou impugnação contra a decisão do Poder Judiciário, foi editada uma lei cuja aplicação faria com que o bem fosse atribuído a João.

À luz da sistemática constitucional, o referido bem deve:

- a) permanecer com Pedro, por força da garantia do ato jurídico perfeito
- b) ser transferido a João, com base no princípio da eficácia imediata da lei.
- c) permanecer com Pedro, por força da garantia do direito adquirido.
- d) ser transferido a João, salvo se a lei estabelecer regra de transição.
- e) permanecer com Pedro, por força da garantia da coisa julgada.

12. (FGV / COMPESA – 2016) Consoante o Art. 5º, inciso XLV, da Constituição da República Federativa do Brasil, “nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido”.

Com os olhos voltados à classificação das normas constitucionais, é correto afirmar que a interpretação desse comando normativo dá origem a uma norma constitucional:

- a) de eficácia plena e aplicabilidade integral.
- b) de eficácia indireta e aplicabilidade contida.
- c) de eficácia plena e aplicabilidade limitada.
- d) de eficácia limitada e aplicabilidade mediata.
- e) de eficácia contida e aplicabilidade direta.

13. (FGV / TJ-PI – 2015) O art. 5º, LXI, da Constituição da República Federativa do Brasil, dispõe que “ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei”. À luz dos referenciais de aplicabilidade e eficácia, é correto afirmar que, a partir desse enunciado linguístico, se obtém uma norma constitucional:

- a) programática;
- b) de eficácia plena e aplicabilidade imediata;
- c) de eficácia contida e aplicabilidade imediata;
- d) preceptiva;
- e) de eficácia limitada e aplicabilidade imediata.

14. (FGV / DPE-RO–Analista – 2015) Pedro e Ernesto, renomados advogados, travaram um intenso debate a respeito das garantias constitucionais do direito adquirido e do ato jurídico perfeito. Por fim, convergiram a respeito da constitucionalidade de uma única tese, dentre as inúmeras que haviam sido debatidas, qual seja:

- a) no momento em que o servidor público toma posse no cargo, surge o direito adquirido ao regime jurídico então vigente, de modo que as alterações posteriores não podem alcançá-lo;
- b) a ordem de vocação hereditária deve observar as normas vigentes à época da abertura do inventário, não podendo ser invocada a lei anterior, vigente à época do óbito;
- c) a garantia do direito adquirido, enquanto projeção direta da dignidade humana, é oponível ao próprio Constituinte originário;
- d) o preenchimento dos requisitos para a aposentadoria faz surgir o direito adquirido, ainda que o requerimento seja formulado após a vigência da lei que os modificou;
- e) os efeitos futuros de contrato celebrado sob a égide da lei anterior devem ser regidos pela lei vigente à época em que se projetem na realidade.

15. (FGV / DPE-RO–Oficial de Diligência – 2015) Ao enunciar os direitos e deveres individuais e coletivos, a Constituição da República Federativa do Brasil assegurou uma série de direitos relacionados à apuração da responsabilidade penal das pessoas em geral. Nesse particular, é correto afirmar que a lei penal:

- a) somente poderá retroagir para beneficiar o réu;
- b) sempre poderá retroagir caso disponha dessa maneira;
- c) prejudicial ou benéfica ao réu, jamais poderá retroagir;
- d) somente poderá retroagir quando o interesse público justificar essa medida;
- e) somente poderá retroagir para aumentar a pena, não para criar um novo crime.

16. (FGV / TCM-SP–Ciências Jurídicas – 2015) Reginaldo e Ednaldo, irmãos e estudantes de direito, travaram intenso debate a respeito da possibilidade, ou não, de retroatividade das leis. Considerando a sistemática constitucional a respeito dessa matéria, é correto afirmar que:

- a) enquanto não requerido o benefício previdenciário, ainda que preenchidos os requisitos previstos em lei, há mera expectativa de direito, não verdadeiro direito adquirido;
- b) na medida em que não ostenta natureza contratual, não há direito adquirido ao regime jurídico do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- c) a lei nova alcança os efeitos futuros de contratos celebrados anteriormente à sua vigência, não havendo que se falar em afronta ao ato jurídico perfeito;
- d) a garantia da coisa julgada a que se refere a Constituição da República alcança tanto aquela formada no processo judicial como no administrativo;

e) o Tribunal de Contas, no exercício de suas competências, pode determinar a exclusão de vantagens ilegais, ainda que reconhecidas em sentença judicial transitada em julgado.

17. (FGV / TCE-RJ – 2015) Considerando a sistemática de incorporação, na ordem jurídica interna, dos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos, bem como a posição que podem ocupar no escalonamento das normas, é correto afirmar, de acordo com o entendimento prevalecente no âmbito do Supremo Tribunal Federal, que:

- a) sempre terão natureza supralegal, mas infraconstitucional;
- b) podem ter natureza infralegal ou constitucional;
- c) sempre terão natureza legal e infraconstitucional;
- d) podem ter natureza supralegal ou constitucional;
- e) sempre terão natureza constitucional.

18. (FGV / DPE-RJ – 2014) A Constituição da República, em seu Art. 5º, XXXV prevê que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”, consagrando o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional. Nesse contexto, é correto afirmar que o Poder Judiciário

- a) só admite ações relativas à disciplina e às competições desportivas após se esgotarem as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.
- b) só admite ações relativas a direitos autorais após esgotarem-se as instâncias conciliatórias, reguladas em lei.
- c) não pode extinguir um processo, sem resolução de mérito pela convenção de arbitragem, por violação ao princípio da inafastabilidade da jurisdição.
- d) exige o prévio esgotamento da via militar, nos casos disciplinares, para admissibilidade da demanda perante a Justiça Comum.
- e) exige o prévio esgotamento da via eleitoral, nos casos excepcionais previstos em lei, para admissibilidade da demanda perante a Justiça Comum.

19. (FGV / TJ-AM – 2013) No tocante aos direitos e garantias individuais, é correto afirmar que a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

- a) privação ou restrição de liberdade, perda de bens e banimento.
- b) multa, prestação social alternativa e interdição de direitos.
- c) multa, interdição de direitos e trabalhos forçados.
- d) suspensão de direitos, banimento e privação de liberdade.
- e) privação de liberdade, trabalhos forçados e prestação social alternativa.

20. (FGV / Fundação Pró Sangue – 2013) Maria, em tempos de paz, ingressa nos quadros do Exército brasileiro, onde galga os postos adequados à sua carreira. Em determinado momento, o Brasil declara

guerra ao Estado W, ocorrendo a obediência dos trâmites constitucionais necessários ao ato. Por força de infringência da legislação militar, Maria vem a ser condenada à morte, por traição à pátria. Nos termos da Constituição Federal de 1988, a pena de morte foi:

- a) banida do direito brasileiro.
- b) admitida na situação de guerra externa.
- c) autorizada em crimes hediondos.
- d) proibida salvo crime de terrorismo.
- e) permitida em caso de guerra interna.

21. (FGV / Fundação Pró Sangue – 2013) Pedro e Matheus são acusados da prática de crimes hediondos, tendo confessado os delitos. Após apuração imparcial verifica-se que a confissão foi obtida mediante a utilização de meios considerados abusivos, classificados como tortura pelos investigadores. Nos termos da Constituição de 1988, a tortura é considerada uma violação ao direito à:

- a) privacidade.
- b) integridade física.
- c) igualdade.
- d) liberdade.
- e) segurança.

22. (FGV / FIOCRUZ – 2010) Com relação aos direitos e garantias constitucionais, analise as afirmativas a seguir:

I. A promoção da defesa do consumidor não está expressa no art. 5º da Constituição Federal/88; portanto, uma vez que sua eficácia dependa de lei infraconstitucional, não se pode afirmar que tenha adquirido *status* constitucional.

II. A obtenção de certidões em repartições públicas, para esclarecimento de situações de interesse pessoa, independente de pagamento de taxa.

III. Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seus interesses particulares, porém os de interesse coletivo ou geral não poderão ser prestados a particulares, sob pena de responsabilidade, uma vez que devem sempre estar resguardados sob a proteção do Estado.

Assinale:

- a) se somente a afirmativa I estiver correta.
- b) se somente a afirmativa II estiver correta.
- c) se somente a afirmativa III estiver correta.
- d) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- e) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

23. (FGV / TJ-AM – 2013) Sobre o sigilo de correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, assinale a afirmativa correta.

- a) A quebra de sigilo telefônico, em qualquer hipótese, somente pode ser deferida por ordem judicial, não se admitindo que seja feita pela Administração Pública ou por comissão parlamentar de inquérito.
- b) A jurisprudência pacífica das Cortes Superiores admite a utilização da gravação clandestina como prova da quitação de dívidas.
- c) A gravação ambiental realizada por circuito interno de TV pode ser utilizada, no processo penal, como prova da prática de crime.
- d) A correspondência do preso é inviolável, somente sendo possível à Administração penitenciária a quebra do sigilo mediante autorização judicial.
- e) A abertura de carta, que apresente indícios de conter substância de circulação proibida como entorpecentes, constitui violação do sigilo de correspondência, admitindo-se, todavia, que o serviço postal recuse a entrega.

24. (FGV / Senado Federal – 2012) Com base no art. 5º da Constituição da República, assinale a afirmativa INCORRETA.

- a) Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal.
- b) A lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando se tratar de crimes contra a família.
- c) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
- d) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- e) O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.

25. (FGV / SEFAZ-RJ – 2011) Abelhudo, cidadão brasileiro, contrai casamento com Abelhudinha, tendo o casal três filhos. Infelizmente, o casal resolve divorciar-se, e o varão assume o dever de prestar alimentos à sua ex-esposa e aos seus filhos. Apesar de contar com boa remuneração, abelhudo deixa de pagar várias prestações dos alimentos acordados judicialmente, vindo a sofrer processo de cobrança, tendo sua ex-mulher requerido sua prisão caso não solvesse a dívida. O varão, apesar de regularmente comunicado do processo, não pagou a dívida nem justificou o não pagamento, vindo sua prisão a ser declarada pelo magistrado presidente do processo. A respeito da prisão civil, é correto afirmar que:

- a) É admissível quando o devedor contrai dívidas com fornecedores.
- b) Está restrita à dívida quando ela tem natureza de alimentos.
- c) Foi extinta após a edição da constituição federal de 1988.
- d) É constitucionalmente prevista para homens inadimplentes de alimentos.

e) Está preservada somente para militares em tempo de guerra

26. (FGV / PC-AP – 2010) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

27. (FGV / Senado Federal – 2008) A respeito do catálogo de direitos fundamentais da Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa correta.

a) A Constituição assegura o direito de permanecer calado apenas ao preso, quando interrogado por autoridade policial.

b) As provas obtidas por meios ilícitos são inadmissíveis apenas nos processos criminais, podendo ser utilizadas sem restrições nos processos judiciais cíveis e administrativos.

c) Por força do princípio da presunção da inocência, a prisão do réu decretada por juiz anteriormente à condenação transitada em julgado terá sempre natureza cautelar.

d) É possível a criação de tribunal de exceção para julgar crimes de terrorismo, na forma da lei.

e) O contraditório e a ampla defesa não são assegurados em procedimentos administrativos disciplinares se o servidor permanecer revel.

28. (FGV / Senado Federal – 2012) O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.

29. (FGV / Senado Federal – 2008) Nenhum brasileiro será extraditado, exceto no caso de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e em crime de terrorismo, na forma da lei.

30. (FGV / SEFAZ-RJ – 2011) Lupus, aposentado pelo regime geral da previdência social, é comunicado, por amigos também aposentados, da possibilidade de reconhecimento, pelo órgão previdenciário, de valores atrasados. Seu requerimento administrativo veio a ser indeferido, o que gerou a propositura de ação perante o judiciário. Após dez anos, o seu processo continuava sem solução definitiva. À luz da principiologia constitucional, pode-se afirmar que restou violado o(s) princípio(s) do(a):

a) Contraditório e publicidade.

b) Ampla defesa e prova ilícita.

c) Publicidade e isonomia.

d) Duração razoável do processo.

e) Juiz e promotor natural.

GABARITO

1. LETRA D
2. LETRA C
3. LETRA A
4. LETRA B
5. LETRA B
6. LETRA A
7. LETRA E
8. LETRA D
9. LETRA C
10. LETRA A
11. LETRA E
12. LETRA E
13. LETRA C
14. LETRA D
15. LETRA A
16. LETRA B
17. LETRA D
18. LETRA A
19. LETRA B
20. LETRA B
21. LETRA B
22. LETRA B
23. LETRA C
24. LETRA B
25. LETRA B
26. CORRETA
27. LETRA C
28. CORRETA
29. ERRADA
30. LETRA D

LISTA DE QUESTÕES

Remédios Constitucionais

1. CEBRASPE (CESPE) - APC (FUNPRESP-EXE)/FUNPRESP-EXE/Jurídica/2022

Com base no texto da Constituição Federal de 1988, julgue o item seguinte.

Para ter legitimidade ativa para a impetração de mandado de segurança coletivo, o partido político deve ter representação no Congresso Nacional.

2. CEBRASPE (CESPE) - AAAJ (DP DF)/DP DF/Direito e Legislação/2022

Acerca dos elementos processuais associados à ação de improbidade e aos remédios constitucionais, julgue o item a seguir.

Se o responsável por ilegalidade ou por abuso de poder for agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público, a proteção de direito líquido e certo ocorrerá por meio de mandado de segurança.

3. CEBRASPE (CESPE) - ACE TCE RJ/TCE RJ/Organizacional/Tecnologia da Informação/2022

Túlio, líder de movimento pela liberação do uso da maconha, comunicou as autoridades acerca da realização de marcha, com cerca de duas mil pessoas, em determinado local público, a favor de projeto de lei que propunha a legalização do consumo recreativo desse entorpecente. Ao tomar conhecimento do evento, Luísa, presidente da Associação de Prevenção ao Uso de Drogas, convocou, sem avisar a autoridade competente, manifestação contra o mencionado projeto de lei para o mesmo dia e local da referida marcha.

Considerando essa situação hipotética, as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF) e o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), julgue o item que se segue.

O remédio constitucional adequado para a tutela do exercício do direito de reunião é o mandado de segurança.

4. CEBRASPE (CESPE) - DP RS/DPE RS/2022

Em relação ao mandado de injunção, julgue o seguinte item.

A legitimação constitucional conferida à Defensoria Pública para a propositura do mandado de injunção coletivo está ligada a sua finalidade essencial na tutela de interesse difusos, coletivos e individuais homogêneos que tenham repercussão em interesses tutelados, especialmente relevantes para a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5.º da Constituição Federal.

5. CEBRASPE (CESPE) - PJM (Pires do Rio)/Pref Pires do Rio/2022

Acerca dos remédios constitucionais garantidores de direitos individuais e fundamentais, julgue o item a seguir.

É cabível mandado de injunção contra norma regulamentadora que torne inviável o exercício dos direitos e das liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

6. CEBRASPE (CESPE) - AAAJ (DP DF)/DP DF/Direito e Legislação/2022

Acerca dos elementos processuais associados à ação de improbidade e aos remédios constitucionais, julgue o item a seguir.

Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

7. (CESPE / TCE-PB – 2018) Jorge, cidadão brasileiro com dezoito anos de idade, deseja tomar medida jurídica, sob o fundamento de que determinada prerrogativa inerente a sua cidadania não pode ser usufruída em razão de omissão legislativa na edição de norma regulamentadora de dispositivo constitucional.

Nessa situação hipotética, para buscar tutela jurisdicional, de acordo com o rol de direitos e garantias fundamentais, Jorge deverá valer-se de

- a) habeas data.
- b) mandado de injunção.
- c) mandado de segurança.
- d) ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
- e) ação popular.

8. (CESPE / DPE-PE – 2018) A respeito dos mecanismos de proteção aos direitos humanos previstos na Constituição Federal de 1988 e dos remédios constitucionais, assinale a opção correta.

- a) A ação popular é remédio constitucional para assegurar o conhecimento de informações relativas ao impetrante, constantes de registros ou de bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- b) O mandado de segurança coletivo caracteriza-se por ter dois ou mais impetrantes, que sejam pessoas físicas ou jurídicas, no polo ativo.
- c) O *habeas data* visa anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa e ao patrimônio histórico e cultural.
- d) Mandado de injunção é o instrumento constitucional a ser utilizado na hipótese de a ausência de norma inviabilizar o exercício de direito ou de liberdade constitucional referente à cidadania ou à soberania.

e) A finalidade do *habeas corpus* é proteger direito líquido e certo quando o responsável pela ilegalidade ou pelo abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público.

9. (CESPE / SEFAZ-RS – 2018) Autoridade pública do tribunal de justiça de determinado estado vetou, durante um mês, a retirada de autos dos processos em trâmite naquele tribunal por advogados atuantes nas causas, alegando que tal medida seria necessária para melhorar a organização dos servidores do órgão, que estavam realocando os autos dos processos nas salas do tribunal. Considerando que a medida tomada por essa autoridade foi ilegal, a Ordem dos Advogados do Brasil local ajuizou ação constitucional a fim de proteger direito líquido e certo da classe de advogados, que foram prejudicados ao terem sido impedidos de exercer suas atividades profissionais.

Nessa situação hipotética, a OAB impetrou

- a) *habeas corpus*.
- b) *habeas data*.
- c) mandado de injunção.
- d) mandado de segurança coletivo.
- e) ação civil pública.

10. (CESPE / TCM-BA – 2018) O cidadão que entender que seu direito líquido e certo foi violado por ato de agente do tribunal de contas que atuava no exercício de suas funções poderá se valer do remédio constitucional denominado

- a) mandado de injunção.
- b) ação popular.
- c) mandado de segurança.
- d) ação civil pública.
- e) ação rescisória.

11. (CESPE / SEFAZ-RS – 2018) A ação constitucional que tem o cidadão como legitimado ativo e que objetiva defender interesse difuso para anular ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural denomina-se

- a) mandado de segurança.
- b) *habeas data*.
- c) *habeas corpus*.
- d) ação civil pública.
- e) ação popular.

12. (CESPE / DPU – 2017) Sob o aspecto da legitimidade ativa, por meio de *habeas data* é possível obter informações relativas a qualquer pessoa, desde que as informações sejam classificadas como públicas.

13. (CESPE / Procurador do Município de Fortaleza – 2017) Pessoa jurídica pode impetrar *habeas corpus*.

14. (CESPE / Procurador do Município de Fortaleza – 2017) Pessoa jurídica pode impetrar mandado de injunção.

15. (CESPE / TRE-BA – 2017) O remédio constitucional que representa, no plano institucional, a mais expressiva reação jurídica do Estado às instituições que lesem, efetiva ou potencialmente, os direitos de conhecimento de informações relativas à pessoa interessada constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, bem como de retificação de dados e complementação de registros existentes, é o (a):

- a) ação popular.
- b) mandado de injunção.
- c) *habeas data*
- d) mandado de segurança
- e) *habeas corpus*.

16. (CESPE / TRE-TO – 2017) Jonas, servidor público federal, respondeu a processo administrativo disciplinar e, ao final, foi absolvido das acusações. No entanto, por um equívoco, no seu assentamento funcional passou a constar a informação de que ele havia sido condenado. Ao saber do erro, Jonas solicitou a retificação dos dados, mas o seu pedido foi indeferido.

Nessa situação hipotética, a ação cabível, de acordo com a CF, é

- a) a ação direta de inconstitucionalidade.
- b) a ação popular.
- c) o *habeas corpus*.
- d) o mandado de injunção.
- e) o *habeas data*.

17. (CESPE / TRE-PE - 2017) O *habeas corpus* é cabível

- a) para discutir excessivo valor exigido a título de alimentos em decisão que tenha decretado a prisão civil do devedor.
- b) em favor de pessoa jurídica, pois tem como objetivo fazer cessar todo e qualquer constrangimento ilegal.
- c) contra a aplicação de pena de multa em sentença penal condenatória, pois a pena pecuniária pode ser convertida em prisão.
- d) para afastar pena acessória de perda de cargo público imposta em sentença penal condenatória.
- e) em casos de flagrante ilegalidade da prisão civil por dívida de alimentos.

18. (CESPE / TCE-PA – 2016) Como o *habeas data* não pode ser utilizado por pessoa jurídica, deve ser reconhecida a ilegitimidade ativa na hipótese de pessoa jurídica ajuizar *habeas data* para obter informações de seu interesse constante de dados de determinada entidade governamental.

19. (CESPE / Escrivão PC-PE – 2016) Uma autoridade pública de determinado estado da Federação negou-se a emitir certidão com informações necessárias à defesa de direito de determinado cidadão. A informação requerida não era sigilosa e o referido cidadão havia demonstrado os fins e as razões de seu pedido.

Nessa situação hipotética, o remédio constitucional apropriado para impugnar a negativa estatal é o(a)

- a) ação popular.
- b) mandado de segurança.
- c) *habeas data*.
- d) *habeas corpus*.
- e) mandado de injunção.

20. (CESPE / TRE-PI – 2016) A instauração de processo administrativo disciplinar contra servidor público para apuração de irregularidade funcional garante ao servidor o direito de impetrar *habeas corpus* para impedir o prosseguimento do processo administrativo.

21. (CESPE / TRE-PI – 2016) Não poderá ser conhecido *habeas corpus* impetrado em benefício alheio por indivíduo destituído de sanidade mental que não esteja representado ou assistido por outrem.

22. (CESPE / TJDF-2016) O Ministério Público, havendo comprometimento de interesse social qualificado, possui legitimidade ativa para propor ação popular.

23. (CESPE / TJDF-2016) É consolidado no STF o entendimento de que, presente a dúvida sobre o real interesse do paciente na impetração do *habeas corpus*, deve o juiz intimá-lo para que manifeste sua vontade em prosseguir ou não com a impetração.

24. (CESPE / TJDF-2016) O STF possui orientação pacífica segundo a qual a fixação de prazo decadencial para impetração de mandado de segurança ou de *habeas corpus* é compatível com a ordem constitucional.

25. (CESPE / TJDF-2016) Para o cabimento da ação popular é exigível a demonstração do prejuízo material aos cofres públicos.

26. (CESPE / TJDF-2016) O Ministério Público, havendo comprometimento de interesse social qualificado, possui legitimidade ativa para propor ação popular.

27. (CESPE / TJDF-2015) O *habeas data* não é meio de solicitação e obtenção de informações de terceiros, uma vez que tem como objetivo assegurar o conhecimento de informações relativas ao próprio impetrante.

28. (CESPE / STJ – 2015) O *habeas data* não se presta à retificação das informações constantes de bancos de dados de entidades públicas.

29. (CESPE / FUB – 2015) A legitimidade para impetração de *habeas corpus* é universal, abrangendo a pessoa jurídica e também aqueles que não possuem capacidade civil plena.

30. (CESPE / TCE-MG – 2018) Rafael, brasileiro, regular em seus direitos políticos, cursa mestrado em determinada universidade federal mineira. Juan, amigo de Rafael, é chileno e cursa mestrado sanduíche nessa mesma instituição de ensino de Minas Gerais. Ambos fazem parte da Associação Amigos da Universidade Pública, que é formada por estudantes universitários e que tem como finalidade a averiguação de irregularidades no uso de recursos públicos da universidade. Em uma dessas ações de controle, Rafael e Juan constataram que um secretário de pós-graduação da referida universidade havia desviado dois milhões de reais destinados ao apoio de eventos internacionais de pesquisa, para reformar o seu apartamento funcional. Por ser ato lesivo ao patrimônio público, a transação irregular feita pelo secretário de pós-graduação poderá ser impugnada por meio de ação popular.

Nessa situação, a legitimidade para propor ação popular será

- a) da Associação Amigos da Universidade Pública, de Rafael e de Juan, em litisconsórcio.
- b) de Rafael ou de Juan.
- c) de Rafael, apenas.
- d) de Rafael ou da Associação Amigos da Universidade Pública.
- e) da Associação Amigos da Universidade Pública, apenas.

31. (CESPE / STJ – 2018) A isenção de custas processuais na ação popular para a defesa de interesse coletivo ou difuso inclui o ônus da sucumbência, salvo se comprovada má fé.

32. (CESPE / STM – 2018) Constitui regra de garantia do direito humano fundamental ao meio ambiente a possibilidade de qualquer cidadão ser legitimado a propor ação popular visando à anulação de ato lesivo ao meio ambiente.

33. (CESPE / TCE-PE – 2017) Se determinado dirigente de autarquia estadual editar ato administrativo lesivo ao patrimônio público, qualquer cidadão ou pessoa jurídica poderá propor ação popular para anular o referido ato, sem custas judiciais.

34. (CESPE / FUB – 2015) A ação popular — pertencente à categoria dos direitos políticos do cidadão — é um remédio constitucional que se manifesta como exercício da soberania popular e como instrumento da democracia direta.

35. (CESPE / FUB – 2015) Será extinto por ilegitimidade superveniente o mandado de segurança coletivo impetrado por partido político que, embora possua representante no Congresso Nacional no momento da impetração, venha a perder essa representação no curso da ação.

36. (CESPE / MPOG – 2015) A ação popular deve ser proposta somente por partido político com representação no Congresso Nacional.

37. (CESPE / TRE-GO – 2015) Qualquer associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano é parte legítima para propor ação popular que vise à anulação de ato lesivo ao patrimônio público ou ao meio ambiente.

38. (CESPE / TRE-GO – 2015) O cidadão brasileiro, nato ou naturalizado, com capacidade eleitoral ativa, tem legitimidade para propor ação popular.
39. (CESPE / PGM-Manaus – 2018) A concessão do mandado de injunção está condicionada à ausência de norma regulamentadora para o exercício de um direito, ainda que esta omissão seja parcial.
40. (CESPE / PGM-Manaus – 2018) Entre os legitimados para a impetração do mandado de injunção, figura a pessoa natural.
41. (CESPE / TRE-BA – 2017 - Adaptada) Conforme a Constituição Federal de 1988, é cabível o ajuizamento de mandado de injunção no caso de omissão legislativa inconstitucional que inviabilize o exercício do direito de sufrágio.
42. (CESPE / TCE-PA – 2016) Entre os direitos fundamentais incluem-se os remédios constitucionais, como, por exemplo, o mandado de injunção, criado pela Constituição Federal de 1988 e que tem por finalidade suprir a falta de norma regulamentadora que inviabilize o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
43. (CESPE / PC-PE – 2016) A sentença em mandado de injunção gera efeitos erga omnes, alcançando, de maneira indistinta, todos aqueles privados de exercer quaisquer direitos e liberdades constitucionais por falta de norma regulamentadora.
44. (CESPE / PC-PE – 2016) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por sindicatos, entidades de classe e associações, mas não por partidos políticos, pois se destinam à defesa de interesses coletivos comuns a determinada coletividade de pessoas.
45. (CESPE / Procurador de Salvador – 2015) É pacífica a orientação jurisprudencial segundo a qual não se admite mandado de segurança contra lei em tese; essa compreensão, todavia, não impede a impetração contra atos infralegais, tais como regulamentos e portarias, ainda que estes sejam dotados de abstração e generalidade.
46. (CESPE / TJDF – 2015) Decai o mandado de segurança impetrado no TJDF contra ato de autoridade coatora que deveria ser processada na justiça federal se o processo não for remetido ao juízo competente em até cento e vinte dias após a ocorrência do ato.
47. (CESPE / TJDF – 2015) A atuação das associações na defesa de seus associados em mandado de segurança coletivo independe de autorização.
48. (CESPE / TJDF – 2015) As associações possuem legitimidade para deduzir interpelação judicial como medida preparatória de ação penal em defesa da honra de seus associados.
49. (CESPE / TJDF – 2015) À luz do entendimento do STF, a desistência do mandado de segurança, total ou parcial, depende da aquiescência da autoridade impetrada.
50. (CESPE / Procurador de Salvador – 2015) A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados independe da autorização destes.

51. (CESPE / AGU – 2015) De acordo com o atual entendimento do STF, a decisão proferida em mandado de injunção pode levar à concretização da norma constitucional despida de plena eficácia, no tocante ao exercício dos direitos e das liberdades constitucionais e das prerrogativas relacionadas à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
52. (CESPE / TCU – 2015) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político que tenha representação no Congresso Nacional.
53. (CESPE / FUB – 2015) Uma entidade de classe que estiver em funcionamento há apenas seis meses não possui, por essa razão, legitimidade para impetração de mandado de segurança coletivo em defesa de interesse de seus membros.

GABARITO

- | | | |
|-------------|-------------|-------------|
| 1. CORRETA | 19. LETRA B | 37. ERRADA |
| 2. CORRETA | 20. ERRADA | 38. CORRETA |
| 3. CORRETA | 21. ERRADA | 39. CORRETA |
| 4. CORRETA | 22. ERRADA | 40. CORRETA |
| 5. ERRADA | 23. CORRETA | 41. CORRETA |
| 6. ERRADA | 24. ERRADA | 42. CORRETA |
| 7. LETRA B | 25. ERRADA | 43. ERRADA |
| 8. LETRA D | 26. ERRADA | 44. ERRADA |
| 9. LETRA D | 27. CORRETA | 45. ERRADA |
| 10. LETRA C | 28. ERRADA | 46. ERRADA |
| 11. LETRA E | 29. CORRETA | 47. CORRETA |
| 12. ERRADA | 30. LETRA C | 48. ERRADA |
| 13. CORRETA | 31. CORRETA | 49. ERRADA |
| 14. CORRETA | 32. CORRETA | 50. CORRETA |
| 15. LETRA C | 33. ERRADA | 51. CORRETA |
| 16. LETRA E | 34. CORRETA | 52. CORRETA |
| 17. LETRA E | 35. ERRADA | 53. ERRADA |
| 18. ERRADA | 36. ERRADA | |

LISTA DE QUESTÕES

Remédios Constitucionais

1. FCC - DP GO/DPE GO/2021

A ação popular

- a) exige, antes de seu ajuizamento, o esgotamento de todos os meios administrativos e jurídicos de prevenção ou repressão ao ato ilegal e lesivo ao patrimônio público.
- b) pode ser ajuizada por pessoa jurídica, legalmente constituída há pelo menos um ano, para impugnar ato lesivo ao patrimônio público na discussão unicamente de sua legalidade.
- c) pode ser ajuizada por cidadão para impugnar ato lesivo ao patrimônio público, seja no aspecto legal ou moral.
- d) é viável para invalidar lei em tese, mesmo se tratando de norma geral abstrata, desde que ilegal e afrontosa ao patrimônio público.
- e) pode ser ajuizada por cidadão, mesmo que menor de 18 anos, mas com no mínimo 16 anos, para impugnar ato ilegal ou imoral, se esgotados todos os meios impugnativos anteriores.

2. FCC - DP SC/DPE SC/2021

Acerca da ação popular:

- a) Surgiu com previsão ampla acerca da proteção da moralidade administrativa.
- b) Abrange, dentre seus possíveis objetos, a defesa do patrimônio público.
- c) A tutela ao meio ambiente surgiu, inicialmente, na Constituição de 1937.
- d) A proteção ao patrimônio histórico e cultural aparece, pela primeira vez, na Constituição de 1988.
- e) Foi inicialmente regulada na vigência da Constituição de 1934.

3. FCC - TNS (SEMPPLAN)/Pref Teresina/Fiscal de Serviços Públicos/2022

Quanto ao mandado de segurança, a legislação vigente estabelece que

- a) conceder-se-á sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, praticado por autoridade pública.

b) de natureza subsidiária em relação ao habeas corpus e ao habeas data, presta-se a tutelar direito líquido e certo quando o responsável pela ilegalidade for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuição do Poder Público.

c) o mandado de segurança coletivo não pode ser impetrado por partido político que não tenha representação nas duas Casas do Congresso Nacional, concomitantemente.

d) a impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados depende da autorização destes.

e) presta-se à retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou de caráter público.

4. FCC - ARE IV (SEF SC)/SEF SC/2021

Considere:

I. Pessoa jurídica que exerce atividades empresariais em determinado Estado pretende obter acesso às informações referentes ao pagamento de tributos constantes, a seu respeito, de sistema informatizado de apoio à arrecadação dos órgãos da Administração fazendária estadual.

II. Servidor público citado em representação promovida por cidadão, perante o Tribunal de Contas de determinado Estado, para apuração de irregularidades na execução de contrato celebrado por órgão no qual exerce função de confiança, pretende obter vista dos autos da representação mencionada.

Nos termos da Constituição Federal e da jurisprudência correlata do Supremo Tribunal Federal, acaso não obtenham administrativamente os resultados pretendidos, os interessados estarão legitimados para o ajuizamento de

a) ação popular, isento de custas judiciais, salvo comprovada má-fé, na situação I, e habeas data, na situação II.

b) mandado de segurança, na situação I, e habeas data, gratuitamente, na situação II.

c) habeas data, gratuitamente, em ambas as situações.

d) habeas data, gratuitamente, na situação I, e mandado de segurança, na situação II.

e) mandado de segurança, em ambas as situações, estando isento de custas judiciais, salvo comprovada má-fé, na situação I.

5. FCC - JE TJGO/TJ GO/2021

De acordo com as normas aplicáveis à matéria e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, mandado de segurança coletivo visando a questionar a aplicação de decreto do Governador que, com base em autorização prevista em lei ordinária, tenha aumentado alíquota de determinado imposto estadual, pode ser impetrado por

a) associação legalmente constituída, desde que em funcionamento há pelo menos um ano, para assegurar direito líquido e certo de seus associados de não serem compelidos ao pagamento da alíquota majorada, sendo exigida para a propositura da demanda autorização expressa de seus membros.

b) partido político, ainda que sem representação no Poder Legislativo e mesmo que não esteja constituído há pelo menos um ano, para defesa de direito líquido e certo dos contribuintes do imposto de não serem compelidos ao pagamento da alíquota majorada, desde que a propositura da ação esteja relacionada às suas finalidades institucionais.

c) sindicato de categoria profissional ou econômica, desde que constituído e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa do direito líquido e certo de seus membros de não serem compelidos ao pagamento da alíquota majorada, independentemente de autorização expressa de seus integrantes.

d) parlamentar, com a finalidade de impedir a aplicação da lei que autorizou a edição do decreto, para a defesa de seu direito líquido e certo à regularidade do processo legislativo em face da ordem constitucional.

e) entidade de classe, em defesa do direito líquido e certo de seus associados de não serem compelidos ao pagamento da alíquota majorada, ainda que a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria.

6. FCC - Proc (UNICAMP)/UNICAMP/2022

Considere as seguintes situações, relacionadas a Universidade pública estadual, à luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

I. Servidor técnico-administrativo pretende obter vista de autos de processo administrativo, em que é mencionado, instaurado para apuração de infração disciplinar, supostamente cometida por membro do corpo discente, sujeita à pena de expulsão.

II. Universidade pretende obter acesso a informações constantes a seu respeito em sistemas informatizados de apoio à arrecadação dos órgãos da administração fazendária federal, relativamente ao pagamento de contribuições sociais.

Acaso os interessados não obtenham o que pretendem em sede administrativa, caberá valerem-se, judicialmente, em tese, de

a) mandado de segurança, em ambas as situações.

b) habeas data, em ambas as situações.

c) mandado de segurança, na situação I, e habeas data, na situação II.

d) habeas data, na situação I, e mandado de segurança, na situação II.

e) recurso às vias ordinárias, em ambas as situações, diante da inexistência de ação mandamental que ampare as pretensões veiculadas.

7. (FCC / TJ-MA – 2019) Considere as seguintes situações:

I. Cidadão propõe ação popular visando à anulação de ato lesivo ao patrimônio público.

II. Trabalhador ingressa com mandado de segurança individual para proteger direito líquido e certo de que é titular, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, indicando autoridade pública como responsável pela ilegalidade.

À luz das normas constitucionais aplicáveis às respectivas ações,

a) tanto o cidadão quanto o trabalhador poderiam ter ajuizado as respectivas ações.

b) o trabalhador não poderia ter ingressado com o mandado de segurança, pois a ação deveria ter sido proposta por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano.

c) o cidadão não poderia ter proposto a ação popular individualmente, pois seria necessária a subscrição de, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

d) o trabalhador não poderia ter ingressado com o mandado de segurança contra autoridade pública, haja vista que a referida ação somente poderia ter como coator agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

e) o cidadão não poderia ter ingressado com a ação popular, pois a legitimidade é exclusiva do Ministério Público.

8. (FCC / DPE-AM – 2018) Considere os seguintes itens:

I. Ação individual de mandado de segurança.

II. Ação coletiva de mandado de segurança.

III. Ação de habeas corpus.

IV. Ação de habeas data.

A Constituição Federal estabelece que são gratuitas as ações previstas nos itens

a) I, II, III e IV.

b) III e IV, apenas.

c) II, apenas.

d) I e II, apenas.

e) I, III e IV, apenas.

9. (FCC / DPE-AM – 2018) Considere os seguintes itens:

I. Ação individual de mandado de segurança.

II. Ação coletiva de mandado de segurança.

III. Ação de habeas corpus.

IV. Ação de habeas data.

A Constituição Federal estabelece que são gratuitas as ações previstas nos itens

a) I, II, III e IV.

- b) III e IV, apenas.
- c) II, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I, III e IV, apenas.

10. (FCC / TRT 15ª Região – 2018) Um jornalista requereu à autoridade municipal competente informações a respeito do valor efetivamente gasto pela Prefeitura com despesas de publicidade institucional desde o início do mandato do Prefeito. Considerando que a lei municipal prevê o cabimento de recurso administrativo, sem efeito suspensivo, contra eventual indeferimento desse pedido, caso essa hipótese se confirme o interessado

a) deverá interpor recurso administrativo, cujo cabimento decorre da aplicação do direito ao devido processo legal administrativo, como requisito para que seja admissível a propositura de ação judicial voltada a determinar à autoridade municipal que preste as informações solicitadas.

b) poderá ajuizar ação popular, ainda que não tenha interposto recurso administrativo contra o ato municipal, desde que o jornalista seja cidadão brasileiro e que assegure que será respeitado o sigilo de fonte, a fim de que seja expedida ordem judicial determinando à autoridade municipal que preste as informações solicitadas, ficando o autor isento de custas judiciais, salvo se comprovada má-fé, mas não do ônus da sucumbência.

c) não será legitimado a ajuizar qualquer ação judicial, uma vez que o ato administrativo municipal violou direito difuso, passível de proteção mediante o ajuizamento de ação civil pública pelo Ministério Público, sem prejuízo da legitimidade ativa de outras partes previstas em lei.

d) poderá impetrar mandado de segurança individual, ainda que não tenha interposto recurso administrativo contra o ato municipal, a fim de que seja expedida ordem judicial determinando à autoridade municipal que preste as informações solicitadas, não sendo assegurado pela Constituição Federal, especificamente aos impetrantes dessa ação, o direito à isenção de custas judiciais.

e) poderá ajuizar, gratuitamente, *habeas data* a fim de que seja expedida ordem judicial determinando à autoridade municipal que preste as informações solicitadas, ficando prejudicado o julgamento do recurso administrativo, caso tenha sido interposto, na hipótese de superveniência de decisão judicial transitada em julgado.

11. (FCC / TRT 20ª Região – 2016) Bruna, desconfia que seu filho Murilo, 24 anos de idade, começou a praticar crimes de furtos, bem como crimes cibernéticos. Preocupada com a situação, inclusive porque Murilo recebe diversas cartas de cobranças de dívidas lícitas, Bruna resolve investigar a situação financeira do filho, mas nenhuma entidade Governamental, bem como nenhuma entidade de caráter público lhe fornecem qualquer informação. Conversando com sua amiga Soraia, estudante de direito, a mesma sugeriu que Bruna impetrasse um *habeas data*. Neste caso, Soraia fez a sugestão

a) incorreta porque não cabe *habeas data* para o conhecimento de informação relativa a terceiro, mas somente relativa ao impetrante.

b) correta porque segundo a Carta Magna conceder-se-á *habeas data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, bem como de terceiros a ela relacionados constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

- c) incorreta porque o *habeas data* cabe apenas para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.
- d) correta porque o *habeas data* cabe exatamente para a retificação de quaisquer dados referentes a qualquer pessoa, em razão da observância do princípio da publicidade.
- e) correta porque segundo a Carta Magna conceder-se-á *habeas data* exatamente para assegurar o conhecimento de informações relativas a terceiros constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

12. (FCC / PGE-MA – 2016) Considere os seguintes dispositivos da Lei nº 13.300, de 23 de junho de 2016:

“Art. 1º Esta Lei disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo, nos termos do inciso LXXI do art. 5º da Constituição Federal.

Art. 2º Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta total ou parcial de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

(...)

Art. 3º São legitimados para o mandado de injunção, como impetrantes, as pessoas naturais ou jurídicas que se afirmam titulares dos direitos, das liberdades ou das prerrogativas referidos no art. 2º e, como impetrado, o Poder, o órgão ou a autoridade com atribuição para editar a norma regulamentadora.

(...)

Art. 12. O mandado de injunção coletivo pode ser promovido:

(...)

II – por partido político com representação no Congresso Nacional, para assegurar o exercício de direitos, liberdades e prerrogativas de seus integrantes ou relacionados com a finalidade partidária;

III – por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos 1 (um) ano, para assegurar o exercício de direitos, liberdades e prerrogativas em favor da totalidade ou de parte de seus membros ou associados, na forma de seus estatutos e desde que pertinentes a suas finalidades, dispensada, para tanto, autorização especial;

(...)

Tomados os dispositivos acima transcritos, os aspectos do mandado de injunção neles disciplinados são:

- a) compatíveis com a Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.
- b) incompatíveis com a Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no que se refere à regulamentação de um mandado de injunção coletivo.
- c) incompatíveis com a Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no que se refere à legitimação de pessoas jurídicas para a impetração de mandado de injunção.
- d) incompatíveis com a Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no que se refere à legitimação de associações, independentemente de autorização especial, para ajuizamento de ação de índole coletiva.
- e) incompatíveis com a Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no que se refere ao objeto do mandado de injunção.

13. (FCC / Procurador de Campinas – 2016) Em sede de denúncia formulada por cidadão, perante o Tribunal de Contas da União, os dirigentes de empresa fornecedora de insumos para a construção civil figurariam como beneficiários de supostas irregularidades cometidas na execução de obra pública. Tendo tomado conhecimento do envolvimento de seu nome por intermédio de informações veiculadas por meios de comunicação, os dirigentes em questão requerem vista dos autos no TCU, pedido que é negado pelo Relator da denúncia, sob o fundamento de que a apuração tramita em sigilo. Nessa hipótese, em tese, poderão os dirigentes interessados na vista dos autos valer-se, judicialmente, de:

- a) *habeas corpus*, de competência originária do Supremo Tribunal Federal.
- b) *habeas data*, de competência originária do Superior Tribunal de Justiça.
- c) mandado de segurança, de competência originária do Superior Tribunal de Justiça.
- d) *habeas data*, de competência originária do Supremo Tribunal Federal.
- e) mandado de segurança, de competência originária do Supremo Tribunal Federal.

14. (FCC / Procurador de Campinas – 2016) Em tema de Ação Popular, de acordo com a posição prevalecente nos Tribunais Superiores, é correto afirmar:

- a) O Superior Tribunal de Justiça tem admitido, excepcionalmente, a utilização de reconvenção em ação popular, nos casos de indenização por danos morais que tenha como fundamento o exercício abusivo do direito de ação.
- b) Na hipótese de adesão ao pedido autoral pelas pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação, havendo desistência do autor original da ação popular, tais pessoas jurídicas poderão promover sozinhas o prosseguimento da ação.
- c) No Supremo Tribunal Federal prevalece a tese de que a lesão material ao patrimônio público é condição essencial para a propositura de ação popular e para o julgamento de seu mérito.
- d) O Superior Tribunal de Justiça tem admitido que o Poder Público migre para o polo ativo da ação em relação a um ou a alguns dos pedidos cumulados e mantenha-se no polo passivo em relação aos demais. Tem admitido ainda, que o Poder Público migre para o polo ativo da ação mesmo após a apresentação da contestação.
- e) É possível a declaração incidental de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, via ação popular, considerados os efeitos inter partes da sentença que a decide.

15. (FCC / DPE-RR – 2015) Em relação ao mandado de segurança, é INCORRETO afirmar:

- a) Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, qualquer delas poderá requerer o mandado de segurança.
- b) Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade.
- c) Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de decisão judicial transitada em julgado.
- d) Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.
- e) Considera-se autoridade coatora exclusivamente aquela que tenha praticado o ato impugnado.

16. (FCC / TRE-PB – 2015) A medida judicial que pode ser proposta por qualquer cidadão para suprir omissão regulamentadora que torne inviável o exercício de liberdade constitucional é:

- a) o mandado de segurança.
- b) a ação popular.
- c) o *habeas data*.
- d) o mandado de injunção.
- e) o *habeas corpus*.

17. (FCC / TCE-PR – 2011) João necessita, com urgência, de uma certidão pública com informações sobre o montante de uma dívida tributária em face do fisco estadual para juntar em um processo judicial. Dirigiu-se à repartição pública competente para solicitá-la, mas foi informado, por funcionário local, de que a repartição estava em reforma e, por esse motivo, a certidão só poderia ser expedida em um prazo mínimo de dois meses. Em face da urgência de João, o remédio constitucional adequado para proteger seus direitos é:

- a) O “habeas data”
- b) A ação popular
- c) O mandado de segurança
- d) O mandado de injunção
- e) A ação civil pública

18. (FCC / TRT 18ª Região – 2014) O sindicato de determinada categoria de empregados, constituído em janeiro de 2013, pretende impetrar mandado de segurança em favor dos direitos de parte de seus associados. No estatuto da entidade, consta a previsão de que cabe ao sindicato atuar em juízo para a defesa dos interesses de seus associados e, por esse motivo, o sindicato não pretende obter autorização específica deles para o ajuizamento da ação. Ademais, a defesa do direito que será sustentado está dentre os objetivos do sindicato e não prejudicará os interesses de qualquer associado. Nessa situação, o sindicato,

- a) não poderá impetrar mandado de segurança, uma vez que será necessária a autorização específica e expressa dos associados, embora o mandado de segurança pudesse ser impetrado em defesa de apenas uma parte deles.
- b) não poderá impetrar mandado de segurança, uma vez que não pode defender apenas uma parte dos associados, ainda que seja desnecessária a autorização específica deles para que a ação seja proposta.
- c) não poderá impetrar mandado de segurança, uma vez que a entidade foi constituída há pouco mais de um ano, não preenchendo o requisito temporal para que possa ingressar em juízo em defesa de seus associados.
- d) não poderá impetrar mandado de segurança, uma vez que apenas partido político com representação no Congresso Nacional e entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano têm legitimidade para propor mandado de segurança coletivo.

e) poderá impetrar mandado de segurança, ainda que para a defesa dos direitos de parte dos associados e mesmo sem deles obter autorização específica, não sendo a data de constituição do sindicato um óbice ao ajuizamento da ação.

19. (FCC / DPE-RS – 2014) Com relação aos direitos individuais e aos mecanismos para sua proteção - garantias ou remédios constitucionais -, é correto afirmar:

a) Quando negada por uma repartição pública uma certidão que se faz necessária para a defesa de direitos pessoais é cabível a impetração de mandado de segurança.

b) No que se refere à legitimidade ativa, tem-se que pessoa jurídica não pode impetrar *habeas data*.

c) O mandado de segurança poderá ser proposto concomitantemente com o *habeas data* versando sobre o mesmo fato e matéria.

d) A ação popular, para ser proposta, pressupõe exclusivamente a prova da ilegalidade do ato e da condição de cidadão do autor.

e) O *habeas data* exige, para seu ajuizamento, o prévio esgotamento de todos os meios administrativos e jurídicos de prevenção ou repressão aos atos ilegais contrários ao direito da pessoa de obter os dados inerentes a sua pessoa que constam de cadastros de bancos de dados.

20. (FCC / Técnico do Seguro Social – 2012) A garantia individual adequada para alguém que sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, é:

a) O mandado de segurança.

b) O *habeas data*.

c) A ação civil pública.

d) O *habeas corpus*.

e) O mandado de injunção.

21. (FCC / TRE-SP – 2012) Na hipótese de um indivíduo estar impossibilitado de exercer um direito que lhe é assegurado pela Constituição, em função da ausência de norma regulamentadora, cuja elaboração é de competência do Congresso Nacional, poderá o interessado valer-se de:

a) mandado de segurança, de competência originária do Supremo Tribunal Federal.

b) *habeas data*, de competência originária do Supremo Tribunal Federal.

c) *habeas data*, de competência originária do Superior Tribunal de Justiça.

d) mandado de injunção, de competência originária do Supremo Tribunal Federal.

e) mandado de injunção, de competência originária do Superior Tribunal de Justiça.

22. (FCC / TCE-GO – 2009) Sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, será concedido:

a) *habeas data*.

b) *habeas corpus*.

c) mandado de segurança.

d) pedido liminar em ação popular.

e) mandado de injunção

23. (FCC / TRF 5ª Região – 2008) É direito e garantia fundamental do cidadão que está sofrendo violência em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, se valer do:

a) habeas corpus.

b) mandado de segurança.

c) mandado de injunção.

d) habeas data.

e) juízo ou tribunal de exceção.

24. (FCC / TCE-AM – 2007) Ameaça ou ato lesivo à liberdade de locomoção podem ser combatidos judicialmente por:

a) mandado de segurança.

b) mandado de injunção.

c) habeas corpus.

d) habeas data.

e) ação popular.

25. (FCC / DPE-SP – 2010) Dentre os requisitos constitucionalmente estabelecidos para o cabimento do mandado de segurança inclui-se:

a) Ameaça à liberdade de locomoção.

b) Ausência de norma regulamentadora de direitos e liberdades constitucionais.

c) Recusa de fornecimento de informações constantes de bancos de dados do governo relativas ao lesado.

d) Ato lesivo, desde que, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

e) Ofensa a direito líquido e certo do lesado, não amparado por habeas corpus ou habeas data.

26. (FCC / TRE-MG – 2005) No mandado de segurança preventivo:

a) inexistente a aplicação do prazo decadencial de cento e vinte dias.

b) o prazo para a impetração é de cento e vinte dias e de natureza prescricional.

c) o impetrante terá cento e oitenta dias para a impetração e o prazo é decadencial.

d) o prazo para a impetração é de cento e vinte dias, podendo ocorrer sua suspensão ou interrupção.

e) também incide o prazo prescricional de cento e vinte dias.

27. (FCC / TRT 2ª Região – 2004) Eu e mais três pessoas fomos aprovados nos quatro primeiros lugares em concurso público para provimento de cargo inicial de carreira no serviço público. Tomamos conhecimento pelo Diário Oficial de que o quinto classificado foi nomeado hoje. Fomos avisados pela Administração que seremos nomeados nos próximos dias. Nesse caso, se não nos conformarmos com a situação, poderemos impetrar um:

- a) mandado de segurança coletivo.
- b) mandado de injunção.
- c) habeas corpus.
- d) mandado de segurança.
- e) habeas data.

28. (FCC / TRE-AP – 2011) Segundo a Constituição Federal, o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação:

- a) no mínimo em dez Municípios localizados num único Estado.
- b) na Câmara de Vereadores do Município onde está localizada sua sede.
- c) na Assembleia Legislativa do Estado onde está localizada sua sede.
- d) no mínimo com três Assembleias Legislativas de três Estados.
- e) no Congresso Nacional.

29. (FCC / TRE-AP – 2011) Está legitimada a impetrar mandado de segurança coletivo em defesa dos interesses de seus associados, a associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos:

- a) dez meses.
- b) seis meses.
- c) um ano.
- d) quatro meses.
- e) nove meses.

30. (FCC / TRF 2ª Região – 2007) O mandado de segurança coletivo poderá ser impetrado por:

- a) organização sindical legalmente constituída e em funcionamento há no mínimo dez meses, em defesa dos interesses de seus membros.
- b) partido político com ou sem representação no Congresso Nacional.
- c) associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus associados.
- d) entidade de classe legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos seis meses, em defesa dos interesses de seus membros.
- e) um grupo de dez deputados federais e dez senadores, em nome do Congresso Nacional.

31. (FCC / TRT 20ª Região – 2002) Uma associação civil, regularmente constituída e em funcionamento há mais de um ano, caso tenha um direito líquido e certo seu violado, de modo ilegal e abusivo, por ato de autoridade pública, tem como remédio constitucional apropriado para sua defesa:

- a) ação civil pública.
- b) mandado de segurança.
- c) mandado de segurança coletivo.

- d) ação popular.
- e) mandado de injunção.

32. (FCC / TJ-PI – 2009) Conceder-se-á mandado de injunção:

- a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.
- c) sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- d) sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

33. (FCC / TRT 8ª Região – 2010) A empresa pública federal Y inscreveu os dados de Tício no órgão de proteção ao crédito governamental, sendo que ele, ao ter acesso às informações no banco de dados, notou que estavam incorretas. Para retificar as informações restritivas Tício terá que:

- a) impetrar mandado de injunção.
- b) impetrar habeas data.
- c) impetrar mandado de segurança repressivo.
- d) impetrar mandado de segurança preventivo.
- e) propor ação popular.

34. (FCC / TJ-PA – 2009) Um cidadão pretende ter assegurado o conhecimento de informações relativas à sua pessoa, constantes de registros de determinada entidade governamental. Para isso, a Constituição Federal garante a ele a impetração de:

- a) ação popular.
- b) habeas corpus.
- c) mandado de segurança.
- d) mandado de injunção.
- e) habeas data.

35. (FCC / TRF 2ª Região – 2007) Conceder-se-á habeas data para:

- a) anular ato lesivo à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
- b) anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe.
- c) assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constante de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- d) proteção de bens e direitos de valor artístico, estético, turístico e paisagístico.
- e) reparar lesões à ordem econômica, urbanística e à economia popular, bem como a qualquer interesse difuso ou coletivo.

36. (FCC / TRT 20ª Região – 2011) Com o fim de instalar fábrica de válvulas para venda no mercado consumidor da região, a empresa BBBOY licitamente iniciou o desmatamento de parte da floresta existente em sua propriedade munida de prévias autorizações dos órgãos competentes. Isidoro, cidadão brasileiro, dono da empresa IAIEE que até então era a única fabricante de válvulas na região, ficou temeroso com a futura queda do faturamento da sua empresa quando sua concorrente terminasse as instalações da fábrica. Então, Isidoro propôs ação popular visando anular ato lesivo ao meio ambiente sob a falsa alegação de que as licenças de desmatamento expedidas pelos agentes administrativos teriam sido obtidas pela empresa BBBOY mediante o pagamento de propina. De acordo com a Constituição Federal, Isidoro:

- a) é parte legítima para propor ação popular e se, comprovada a sua má-fé, será condenado ao pagamento das custas judiciais e dos ônus da sucumbência.
- b) deveria ter ingressado com habeas data ao invés de ação popular, que será extinta e ele será condenado nas penas por litigância de má-fé.
- c) é parte ilegítima para propor ação popular e será condenado ao pagamento das custas processuais e do ônus da sucumbência independentemente de má-fé.
- d) é parte ilegítima para propor ação popular e só será condenado ao pagamento das custas processuais e do ônus da sucumbência se provada a sua má-fé.
- e) é parte ilegítima para propor ação popular porque é sócio de pessoa jurídica concorrente da empresa BBBOY, sendo manifesto o seu interesse na interrupção do processo de instalação da fábrica.

37. (FCC / TRT 23ª Região – 2011) Cassio tomou conhecimento que a praça pública próxima à sua residência será fechada por interesses escusos, posto que no terreno, cuja propriedade foi transferida ilegalmente para o particular, será erguido um complexo de edifícios de alto padrão, que beneficiará o Prefeito Municipal com um apartamento. Segundo a Constituição Federal, visando anular o ato lesivo que teve notícia, Cassio poderá propor:

- a) ação de arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- b) mandado de injunção.
- c) mandado de segurança.
- d) habeas data.
- e) ação popular.

38. (FCC / TCE-SP – 2011) Um cidadão brasileiro, habitante da Região Metropolitana de São Paulo, pretende questionar a realização de gastos efetuados pela Prefeitura da capital paulista com a locomoção e hospedagem de funcionários participantes de evento sediado no Município em que reside, organizado para promover a discussão de políticas públicas de integração dos Municípios da referida região. Nessa hipótese, em tese, o interessado:

- a) nada poderia fazer, por não estar legitimado a questionar gastos efetuados por órgãos integrantes da gestão de Município diverso do de sua residência.

- b) deveria representar ao Ministério Público estadual, para que este promovesse a responsabilidade civil e criminal dos agentes públicos envolvidos, por meio de ação civil pública.
- c) estaria legitimado a ajuizar ação popular, ficando isento de custas judiciais e dos ônus da sucumbência, salvo comprovada má-fé.
- d) deveria representar ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, para que este apurasse a regularidade dos gastos efetuados pela Prefeitura da capital e, se o caso, aplicasse sanções aos agentes responsáveis.
- e) nada poderia fazer, por ser legítima a realização de despesas para os fins pretendidos pela administração do Município de São Paulo.

39. (FCC / TCE-GO – 2009) Ato lesivo ao patrimônio público e ao meio ambiente, praticado por entidade integrante da Administração Pública, poderá ser anulado, judicialmente, por meio de:

- a) mandado de injunção impetrado por partido político.
- b) ação popular proposta por qualquer cidadão.
- c) habeas data impetrado por organização sindical, na defesa dos interesses de seus membros.
- d) mandado de segurança coletivo impetrado pelo Ministério Público.
- e) habeas corpus impetrado por qualquer indivíduo.

40. (FCC / MPE-SE – 2009) O cidadão que pretenda questionar ato considerado lesivo à moralidade administrativa, praticado pelo Prefeito do Município em que reside, pleiteando sua anulação,

- a) poderá ajuizar habeas data, assegurada a gratuidade da ação, por se tratar de ato considerado necessário ao exercício da cidadania.
- b) tem legitimidade para propor ação popular, ficando isento de custas judiciais e ônus da sucumbência, salvo comprovada má-fé.
- c) deverá representar ao Ministério Público para o ajuizamento de ação civil pública, por faltar-lhe legitimidade para agir diante da ausência de prejuízo pessoal.
- d) poderá valer-se de mandado de segurança coletivo, em defesa do interesse público subjacente à demanda, desde que munido de prova pré constituída da situação alegada em juízo.
- e) deverá valer-se da Defensoria Pública para a promoção de representação de inconstitucionalidade do ato perante o Tribunal de Justiça estadual.

GABARITO

- | | | | | | |
|-----|---------|-----|---------|-----|---------|
| 1. | LETRA C | 15. | LETRA E | 29. | LETRA C |
| 2. | LETRA B | 16. | LETRA D | 30. | LETRA C |
| 3. | LETRA B | 17. | LETRA C | 31. | LETRA B |
| 4. | LETRA D | 18. | LETRA E | 32. | LETRA D |
| 5. | LETRA E | 19. | LETRA A | 33. | LETRA B |
| 6. | LETRA C | 20. | LETRA D | 34. | LETRA E |
| 7. | LETRA A | 21. | LETRA D | 35. | LETRA C |
| 8. | LETRA E | 22. | LETRA B | 36. | LETRA A |
| 9. | LETRA B | 23. | LETRA A | 37. | LETRA E |
| 10. | LETRA D | 24. | LETRA C | 38. | LETRA C |
| 11. | LETRA A | 25. | LETRA E | 39. | LETRA B |
| 12. | LETRA A | 26. | LETRA A | 40. | LETRA B |
| 13. | LETRA E | 27. | LETRA D | | |
| 14. | LETRA D | 28. | LETRA E | | |

LISTA DE QUESTÕES

Remédios Constitucionais

1. (FGV/SEFAZ-AM - 2022) João, pessoa com deficiência, compareceu à Secretaria de Assistência Social do Município Alfa e solicitou o acesso ao seu cadastro. Ato contínuo, constatou que seus dados estavam incorretos, principalmente em relação à sua deficiência, o que o impedia de participar dos programas assistenciais existentes.

Ao solicitar a retificação dos seus dados, foi surpreendido com a negativa do Diretor, sob o argumento escrito de que não estavam sendo apreciados requerimentos de pessoas não filiadas ao mesmo partido político do Prefeito Municipal. A decisão foi mantida, pelo próprio Prefeito, após a interposição do recurso hierárquico cabível.

Por entender que a decisão era manifestamente ilegal, havendo prova pré-constituída de sua existência, João consultou um(a) advogado(a) a respeito da ação constitucional passível de ser ajuizada. O(A) advogado(a) respondeu, corretamente, que a referida ação é:

- a) o mandado de segurança ou o habeas data, conforme a livre escolha de João.
- b) o mandado de segurança.
- c) o direito de petição.
- d) o habeas data.
- e) a reclamação.

2. (FGV/TJ-MS - 2022) Alfa, Associação de Defesa das Pessoas com Deficiência, em atuação na esfera territorial do Estado Beta e que há uma década defende os interesses das pessoas com deficiência, constatou que determinado direito social consagrado na Constituição da República de 1988 não fora objeto de regulamentação pela legislação infraconstitucional. Esse estado de coisas impedia a sua fruição pelos destinatários em potencial, incluindo os seus associados. Por tal razão, decidiu impetrar mandado de injunção coletivo para que a omissão fosse suprida. De acordo com essa narrativa, é correto afirmar que Alfa:

- a) não tem legitimidade para impetrar o mandado de injunção coletivo, pois sua atuação não é nacional;
- b) não tem legitimidade para impetrar o mandado de injunção coletivo, já que o direito social a ser regulamentado abrange outros destinatários;
- c) tem legitimidade para impetrar o mandado de injunção coletivo, embora o direito social também pertença a outros destinatários e não tenha autorização especial;
- d) não tem legitimidade para impetrar o mandado de injunção coletivo, cabível apenas se o direito a ser regulamentado pertencer a uma coletividade indeterminada de pessoas;
- e) tem legitimidade para impetrar o mandado de injunção coletivo, apesar de o direito social alcançar outros destinatários, sendo ainda exigida uma autorização especial.

3. (FGV/MP-GO - 2022) Antônio e João travaram intenso debate a respeito da inconstitucionalidade por omissão, em razão da infração ao dever constitucional de legislar, e dos instrumentos passíveis de

serem utilizados, pelos legitimados, para obterem um provimento jurisdicional que integre a eficácia da norma constitucional, não se limitando a comunicar a omissão ao Poder Legislativo. Ao final, concluíram que: (I) a ação direta de inconstitucionalidade por omissão não pode ser utilizada com esse objetivo; (II) o mandado de injunção pode ser utilizado com esse objetivo, qualquer que seja a natureza da omissão; e (III) a superveniência de norma regulamentadora, mais favorável, sempre produzirá efeitos ex nunc em relação aos beneficiados por decisão transitada em julgado proferida em sede de mandado de injunção. Nesse caso, é correto afirmar que

- a) nenhuma conclusão está certa.
- b) todas as conclusões estão certas.
- c) apenas as conclusões I e II estão certas.
- d) apenas as conclusões I e III estão certas.
- e) apenas as conclusões II e III estão certas.

4. (FGV/PM-RJ - 2021) Maria tomou conhecimento, por intermédio de um amigo, servidor público, que as informações existentes em determinada repartição estadual a seu respeito estavam totalmente dissociadas da realidade.

Com base na informação que recebera do amigo, Maria ajuizou a ação constitucional de habeas data, formulando o pedido de retificação dos dados.

Considerando as normas vigentes, é correto afirmar que a ação ajuizada por Maria

- a) é adequada ao objetivo almejado, devendo ser julgado procedente o pedido formulado.
- b) não deve ser conhecida, já que o requerimento de retificação não foi previamente formulado e indeferido, ou não conhecido, no plano administrativo.
- c) não deve ser conhecida, pois a incorreção das informações caracteriza afronta a direito líquido e certo de Maria, devendo ser tutelado via mandado de segurança.
- d) não deve ser reconhecida, pois a incorreção das informações caracteriza afronta à legalidade administrativa, devendo ser corrigida exclusivamente pelo direito de petição.
- e) apenas será conhecida se o Poder Público, uma vez notificado dos termos da demanda, deixar de apresentar, no prazo indicado, certidão comprovando a retificação dos dados.

5. (FGV / Prefeitura de Salvador – 2019) Anastácio, brasileiro nato, após completar dezoito anos de idade, alistou-se como eleitor junto ao órgão competente da Justiça Eleitoral.

À luz da sistemática constitucional afeta aos direitos e garantias fundamentais, a condição de eleitor de Anastácio era imprescindível para que ele pudesse ajuizar

- a) mandado de segurança.
- b) mandado de injunção.
- c) *habeas corpus*.

d) ação popular.

e) *habeas data*.

6. (FGV / DPE-RJ – 2019) João requereu a matrícula do seu filho de dez anos em determinada escola pública, o que foi indeferido pelo respectivo diretor, por escrito, de modo arbitrário, ilegal e sem qualquer fundamentação.

Considerando a sistemática constitucional, o instrumento constitucional passível de ser utilizado para se obter a matrícula do filho de João, que teve o seu direito líquido e certo à educação violado, é:

a) o “habeas data”;

b) o “habeas corpus”;

c) o mandado de injunção;

d) o mandado de segurança;

e) a reclamação constitucional.

7. (FGV / DPE-RJ – 2019) Joana, Prefeita Municipal, praticou diversos ilícitos em detrimento do respectivo Município, os quais redundaram em dano ao patrimônio público.

Maria, cidadã brasileira, economicamente hipossuficiente, procurou a Defensoria Pública e informou que desejava ajuizar a ação constitucional cabível para obter, de Joana, o ressarcimento dos danos causados ao patrimônio público.

Essa ação é:

a) a ação penal;

b) a ação popular;

c) o mandado de segurança;

d) a ação coletiva;

e) a ação difusa.

8. (FGV / TJ-SC – 2018) Pedro, cidadão brasileiro, tomou conhecimento de que determinado administrador público estava praticando atos lesivos ao patrimônio público. Por considerar absurda essa situação, procurou um advogado e solicitou informações a respeito da medida que poderia adotar para postular a anulação desses atos.

À luz da narrativa acima e da sistemática constitucional, o advogado respondeu, corretamente, que Pedro:

a) não poderia adotar nenhuma medida pessoalmente;

b) poderia ajuizar uma reclamação constitucional;

c) poderia impetrar mandado de segurança;

d) poderia impetrar mandado de injunção;

e) poderia ajuizar uma ação popular.

9. (FGV / Câmara Municipal de Salvador—Analista Legislativo – 2018) José, brasileiro, que completaria 18 anos amanhã e nunca tinha votado em uma eleição, era muito crítico em relação aos atos lesivos ao patrimônio público praticados por alguns agentes públicos. Por tal razão, procurou um advogado e perguntou o que poderia ser feito para anular esses atos.

À luz da sistemática constitucional, José poderia ajuizar:

- a) ação popular, o que pode ser feito por qualquer brasileiro nato ou naturalizado;
- b) ação de improbidade, desde que seja elegível para cargo eletivo;
- c) ação popular, o que pode ser feito por qualquer brasileiro nato, não pelo naturalizado;
- d) ação de improbidade, desde que seja considerado cidadão brasileiro;
- e) ação popular, o que exige o seu prévio alistamento como eleitor.

10. (FGV / AL-RO – 2018) João almejava ter conhecimento das informações de ordem tributária, relativas aos tributos municipais que pagou na condição de contribuinte, as quais se encontravam em poder do Município Alfa. Para tanto, formulou requerimento endereçado ao Secretário Municipal de Fazenda, que o denegou, por escrito, sob o argumento de se tratar de informação sigilosa.

Irresignado com o indeferimento, João procurou seu advogado, o qual informou que o instrumento constitucional, previsto no rol dos direitos e garantias fundamentais, adequado à solução do seu problema, é

- a) o mandado de segurança.
- b) o mandado de injunção.
- c) o direito de petição.
- d) o *habeas data*.
- e) a reclamação.

11. FGV / MPE-AL – 2018) Maria estava impossibilitada de exercer um direito constitucional inerente à sua cidadania, em razão da ausência de norma regulamentadora.

O instrumento constitucional a ser utilizado por Maria, devidamente representada por profissional habilitado, visando à proteção dos seus interesses, é o

- a) mandado de segurança.
- b) mandado de injunção.
- c) direito de petição.
- d) *habeas corpus*.
- e) *habeas data*.

12. FGV / SEFIN-RO—Contador – 2018) Eraldo, após preencher os requisitos exigidos para a fruição de determinado direito social perante o Poder Público, compareceu à repartição competente e formulou o respectivo requerimento.

Apesar de ter apresentado todos os documentos exigidos, o que foi reconhecido pela autoridade competente, o seu pedido foi indeferido de maneira arbitrária, sem qualquer fundamentação.

À luz da sistemática constitucional e da desnecessidade de ser produzida qualquer outra prova que não a documental, é correto afirmar que o instrumento mais adequado à tutela do direito de Eraldo, perante o Poder Judiciário, é o

- a) habeas data.
- b) mandado de injunção.
- c) direito de petição.
- d) mandado de segurança.
- e) mandado de fruição.

13. (FGV / COMPESA – 2016) Ednaldo soube por um amigo que determinada empresa pública estadual mantinha em seu poder diversas informações, relativas à sua pessoa, que seriam incorretas. Ato contínuo procurou um advogado e solicitou esclarecimentos de como deveria proceder para retificar os dados incorretos.

À luz da sistemática constitucional brasileira, assinale a afirmativa correta.

- a) Ednaldo deve impetrar um mandado de segurança, quer tenha solicitado a retificação dos dados à autoridade administrativa, quer não.
- b) Ednaldo deve impetrar um mandado de segurança, desde que tenha solicitado a retificação dos dados à autoridade administrativa e tal tenha sido negado.
- c) Ednaldo deve impetrar um mandado de injunção, de modo que o tribunal competente fixe os balizamentos a serem observados na correção dos dados.
- d) Ednaldo deve impetrar um *habeas data*, que pressupõe a apresentação de prova do indeferimento administrativo do pedido de retificação.
- e) Ednaldo deve impetrar um *habeas data*, que independe da formulação de prévio requerimento de retificação na esfera administrativa.

14. (FGV / IBGE – 2016) De acordo com o texto da Constituição da República de 1988 e com a doutrina de Direito Administrativo, o mandado de segurança é:

- a) ação de fundamento constitucional pela qual se torna possível proteger o direito líquido e certo do interessado contra ato do Poder Público ou de agente de pessoa privada no exercício de função delegada;
- b) remédio constitucional cabível quando houver falta de norma regulamentadora que torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;
- c) meio processual previsto na Constituição para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

d) instrumento constitucional à disposição de qualquer cidadão que visa a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural;

e) demanda de ordem constitucional à disposição de qualquer cidadão para a restituição da verdade sobre fato juridicamente relevante com a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

15. (FGV / DPE-RO–Oficial de Diligência – 2015) Dentre as garantias fundamentais, a Constituição da República Federativa do Brasil previu a existência do habeas data. Esse instrumento pode ser utilizado para:

- a) proteger direito líquido e certo;
- b) retificar dados;
- c) proteger a liberdade de locomoção;
- d) permitir o exercício de direitos ainda não regulamentados;
- e) assegurar o direito à liberdade de expressão.

16. (FGV / DPE-RJ – 2014) Sobre a disciplina do remédio constitucional do mandado de segurança, o ordenamento jurídico, em especial o Art. 5º LXIX da Constituição da República e a Lei 12.016/09, prevê que se concede o *mandamus* contra ato:

- a) de autoridade pública, para proteger pessoa física ou jurídica detentora de direito líquido e certo, independentemente de estar também amparado por habeas corpus ou habeas data, quando houver risco ou violação de seu direito por ilegalidade ou abuso de poder por parte.
- b) de representantes ou órgãos de partidos políticos e dos administradores de entidades autárquicas, bem como dos dirigentes de pessoas jurídicas ou das pessoas naturais no exercício de atribuições do poder público, somente no que disser respeito a essas atribuições.
- c) de gestão comercial praticada pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias e permissionárias de serviço público, na forma da lei.
- d) do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução, em razão dos princípios constitucionais do amplo acesso à justiça e da inafastabilidade do controle jurisdicional.
- e) consistente em decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo, como corolário dos princípios constitucionais do acesso à justiça e do duplo grau obrigatório de jurisdição.

17. (FGV / DPE-RJ – 2014) O remédio constitucional previsto na Constituição da República para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, chama-se:

- a) mandado de segurança.
- b) mandado de injunção.
- c) habeas corpus.
- d) *habeas data*.
- e) ação popular.

18. (FGV / FUNARTE – 2014) O cidadão João da Silva verificou que seu vizinho, proprietário de imóvel tombado como patrimônio histórico e cultural, pela União, iniciou ilegalmente a realização de obras que descaracterizavam o bem, com licença emitida pelo Município. Valendo-se do instrumento constitucional adequado, João pode propor medida judicial que vise anular tal ato, lesivo ao patrimônio histórico e cultural, por meio de:

- a) mandado de segurança;
 - b) mandado de injunção;
 - c) ação direta de inconstitucionalidade;
 - d) ação popular;
 - e) ação civil pública.
- a letra D.

19. (FGV / OAB – 2013) Em relação aos remédios constitucionais, assinale a afirmativa correta.

- a) O habeas data pode ser impetrado ainda que não haja negativa administrativa em relação ao acesso a informações pessoais.
- b) A ação popular pode ser impetrada por pessoa jurídica.
- c) O particular pode figurar no polo passivo da ação de habeas corpus.
- d) O mandado de segurança somente pode ser impetrado quando as questões jurídicas forem incontroversas.

20. (FGV / TJ-AM – 2013) A Constituição da República Federativa do Brasil assegura, em seu artigo 5º, o exercício e a proteção de diversos direitos pelo Estado e, inclusive, garante a gratuidade para o exercício de diversos dos direitos ali previstos. Desta forma, assinale a alternativa que não representa expressa disposição constitucional de ausência de recolhimento de custas, taxas ou emolumentos.

- a) Ação Popular.
- b) Habeas Corpus.
- c) Habeas Data.
- d) Direito de Petição.
- e) Mandado de Segurança.

21. (FGV / TJ-AM – 2013) Sobre o mandado de segurança, assinale a afirmativa correta.

- a) Não pode ser impetrado preventivamente, uma vez que não se admite impetração contra lei em tese, devendo haver a efetiva violação do direito.
- b) Não pode ter por objeto o pagamento de remunerações atrasadas a servidor público.
- c) Deve ter por fundamento direito elencado na Constituição, não se admitindo violação reflexa a direito constitucional.
- d) Por ser garantia constitucional, dispensa formalidades na sua impetração.
- e) Admite a produção de prova testemunhal, mas não pericial.

22. (FGV / SEGEp-MA – 2013) A respeito do mandado de segurança coletivo, assinale a afirmativa correta.

- a) O mandado de segurança coletivo, por ser instrumento jurídico de defesa de direitos transindividuais, pode ser utilizado para questionar a validade de lei em tese.
- b) As associações, quando impetram mandado de segurança coletivo em favor de seus filiados, dependem, para legitimar sua atuação em juízo, de autorização expressa de seus associados.
- c) A petição inicial do mandado de segurança deve ser instruída com a relação nominal dos associados da impetrante, mas não é necessária a autorização dos associados para a impetração.
- d) O partido político com representação no Congresso Nacional tem legitimidade para a propositura de mandado de segurança coletivo.
- e) A entidade de classe não tem legitimação para o mandado de segurança quando a pretensão veiculada interessa apenas a uma parte da respectiva categoria.

23. (FGV / TJ-AM – 2013) O mandado de segurança, instituído no ordenamento brasileiro pela Constituição de 1934 e hoje previsto no artigo 5º, LXIX, da Constituição da República, é importante garantia dos direitos fundamentais. Sobre essa figura, assinale a afirmativa correta.

- a) Não será concedido mandado de segurança para proteger direito líquido e certo amparado por *habeas corpus*, *habeas data* ou ação para a qual se preveja a possibilidade de concessão de medida liminar.
- b) Cabe mandado de segurança contra atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas e sociedades de economia mista quando tais atos violarem direito subjetivo.
- c) É sempre cabível a impetração de mandado de segurança ainda que haja recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução, uma vez que não se exige o esgotamento das instâncias administrativas.
- d) Se o exercício do direito alegadamente violado depender do esclarecimento de fatos ou situações não comprovados nos autos já no momento da impetração, não se concederá a segurança.
- e) É inconstitucional a fixação, por lei ordinária, de prazo decadencial para a impetração de mandado de segurança, uma vez que a Lei Maior não condiciona esta garantia ao seu exercício em determinado prazo.

24. (FGV / TJ-AM – 2013) Sobre a disciplina do habeas corpus, assinale a afirmativa correta.

- a) Admite-se o manejo do habeas corpus para defesa das liberdades constitucionais em geral, como a liberdade de religião, não se restringindo o instrumento à defesa da liberdade de locomoção.
- b) o paciente do habeas corpus deve ser brasileiro no gozo dos direitos políticos.
- c) O registro como advogado é exigido para a impetração do *habeas corpus*, admitindo-se, todavia, o seu manejo por estudantes de direito inscritos como estagiários na Ordem dos Advogados do Brasil.
- d) Não é possível a impetração de *habeas corpus* como substitutivo de recurso com efeito suspensivo em matéria penal.
- e) É cabível habeas corpus em relação a punições disciplinares militares.

25. (FGV / SUDENE – 2013) Everaldo pretende obter o acesso de dados pessoais que estão sob a guarda do Ministério da Justiça. Não possuindo haveres apresenta o seu requerimento perante a representação do referido órgão que é localizada no Estado onde é domiciliado. Após os trâmites burocráticos recebe,

por carta subscrita pelo próprio Ministro da Justiça, resposta ao seu requerimento, tendo a Administração indeferido o acesso aos dados postulados. Observada tal narrativa, cabe a Everaldo impetrar

- a) Mandado de Segurança de competência do Supremo Tribunal Federal.
- b) Habeas Data de competência do Superior Tribunal de Justiça.
- c) Mandado de Injunção de competência do Supremo Tribunal Federal.
- d) Ação Popular de competência do Superior Tribunal de Justiça.
- e) Habeas Corpus de competência do Supremo Tribunal Federal.

26. (FGV / TJ-AM – 2013) Fulano de Tal, cidadão brasileiro, integrante de uma Associação de Moradores de Bairro, tomou conhecimento de que o Prefeito de sua cidade fraudou documentos e, dessa forma, permitiu a construção de edifícios comerciais em um parque estadual. Diante do exposto, assinale a afirmativa correta.

- a) Fulano de Tal deve impetrar mandado de segurança individual para anulação do ato lesivo.
- b) A Associação de Moradores deve impetrar mandado de segurança coletivo para anulação do ato lesivo.
- c) Fulano de Tal deve ajuizar ação popular para anulação do ato lesivo.
- d) Como as obras ainda não foram iniciadas, não existe lesão ao patrimônio público, a ser amparada por ação individual ou coletiva.
- e) A Associação de Moradores deve ajuizar ação popular coletiva para anulação do ato lesivo.

GABARITO

1. LETRA D
2. LETRA C
3. LETRA A
4. LETRA B
5. LETRA D
6. LETRA D
7. LETRA B
8. LETRA E
9. LETRA E
10. LETRA D
11. LETRA B
12. LETRA D
13. LETRA D
14. LETRA A
15. LETRA B
16. LETRA B
17. LETRA D
18. LETRA D
19. LETRA C
20. LETRA E
- 21. LETRA B
22. LETRA D
23. LETRA D
24. LETRA D
25. LETRA B
26. LETRA C

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.